

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria Executiva



Relatório de Gestão **2005**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo

João Bernardo de Azevedo Bringel

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ariel Cecílio Garcês Pares

Secretário de Orçamento Federal

Ariosto Antunes Culau

Secretário de Recursos Humanos

Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça

Secretário de Logística e Tecnologia da Informação

Rogério Santanna dos Santos

Secretário de Assuntos Internacionais

José Carlos Rocha Miranda

Chefe da Assessoria Econômica

Arno Meyer

Diretor de Coordenação e Controle das Empresas Estatais

Eduardo Carnos Scaletsky

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Ulysses César Amaro de Melo



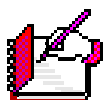
**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Relatório de Gestão 2005

**SE/MP
Secretaria Executiva**

Brasília
2006

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K – 2º andar
CEP: 70.040-900 – Brasília – DF
FONES: (61) 3429-4420
E-MAIL: spoa@planejamento.gov.br



Documento elaborado e editado pela Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças CGPOF/SPOA.

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

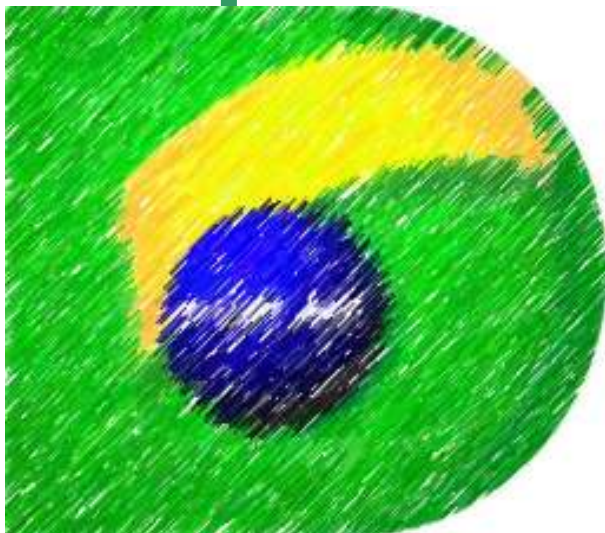
Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e
Finanças

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -
MP: relatório de gestão: 2005 / Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão. Coordenação Geral de Planejamento,
Orçamento e Finanças – Brasília: MP, 2006.

292p. : il. color.

1. Ministério do Orçamento – Relatório I. Título.

CDU 354.23“2005”(047)

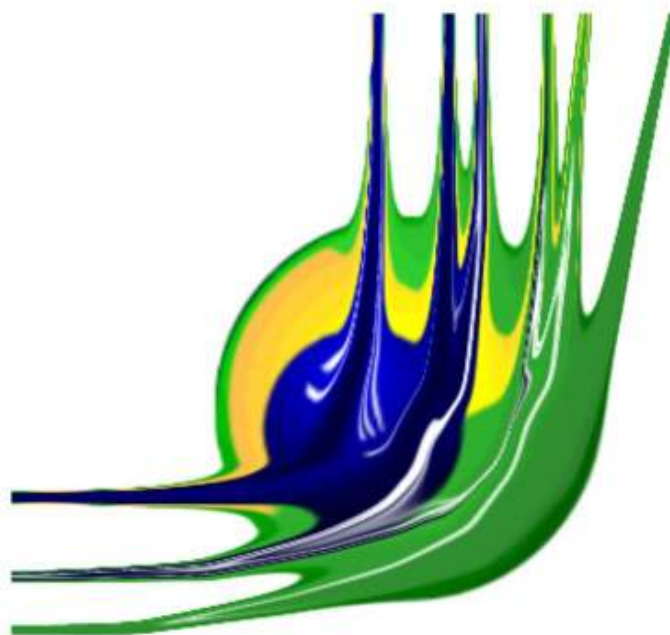


Missão MP

Promover o
planejamento
participativo e a
melhoria da
gestão pública
para o
desenvolvimento
sustentável e socialmente
inclusivo do País

Secretaria Executiva – SE	09
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.....	13
. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL.....	13
. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP.....	34
. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF..	42
. Coordenação-Geral de Administração de Contratos – CGAC.....	68
Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST.....	107
Departamento de Extinção e Liquidação – DELIQ.....	115
Unidade de Coordenação de Programas – UCP.....	133
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI....	165
Secretaria de Orçamento Federal – SOF.....	207
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN.....	221
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI.....	241

SE



***Secretaria
Executiva***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Secretaria Executiva - SE

1.2 Número do CNPJ: 00.489.828/0001-55

1.3 Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

1.4 Vinculação Ministerial: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar – CEP: 70040-906 –
Telefone: 3429.4300

1.6 Endereço na Internet: www.planejamento.gov.br

1.7 Gestão: 00001 Tesouro

Órgão e Unidades Gestoras:

- 201007 – Secretaria Executiva – Unidade Jurisdicionada Agregadora
- 201017 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – Unidade Jurisdicionada Consolidadora – 20113 – Órgão Consolidador
- 201004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – Unidade Consolidada
- 201005 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Unidade Consolidada
- 201002 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – Unidade Consolidada
- 201038 – Coordenação-Geral de Administração de Contratos – Unidade Agregada

1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade: Lei n.º 10.683, de 28/05/2003. A Secretaria Executiva compete:

- I. Assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

- II. Supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;
- III. Auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e
- IV. Exercer, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal-SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática-SISP, de Serviços Gerais-SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

1.9 Normas que Estabelecem a Estrutura Orgânica da Unidade: Decreto n.º 5.433 de 25/04/2005, que aprovou a estrutura regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Portaria n.º 232, de 03/08/2005, DOU 05/08/05, que aprovou o regimento interno do MP.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

- I. Planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de gestão de documentos, de arquivos, de administração dos recursos de informação e informática e de recursos humanos, bem como as atividades de organização e modernização administrativa;
- II. Promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I, bem como informar e orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- III. Promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- IV. Coordenar, no âmbito setorial, a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior.
- V. Desenvolver, no âmbito de sua área de competência, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, e
- VI. Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidades que resulte em dano ao erário.



COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.8 Norma de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

Norma: Portaria nº 272/MP DE 16/11/2001 – DOU DE 20/01/2001.

Finalidade: À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete no âmbito do Ministério planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a administração de materiais, de patrimônio, de aquisição de bens e serviços, de administração dos serviços gráficos, de emissão de passagens áreas, bem como da administração orçamentária e financeira dos recursos a ela descentralizados.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Trata-se do programa APOIO ADMINISTRATIVO, Código Orçamentário 0750, que tem por objetivo prover o órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas finalísticos, sendo a unidade administrativa responsável a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA.

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 – Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa(GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade(2000).

2.3 INDICADORES

O programa não tem indicadores.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Não se aplica.

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Não se aplica.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

EXECUÇÃO DE DESPESAS

1. Serviços, Compras e Procedimentos Licitatórios

a) Procedimentos Licitatórios

Foram instaurados 53 (cinquenta e três) processos licitatórios, desses, 29 (vinte e nove) foram concluídos, nas seguintes modalidades:

- Pregão – 24

- Concorrência – 02
- Tomada de Preços – 02
- Convite – 01

Os 24 (vinte e quatro) processos licitatórios restantes estão discriminados abaixo:

- Ata SRP do Min. Saúde – 01 Pregão
- Deserto - 02 Pregões
- Revogados – 01 Pregão
- Cancelados – 04 Pregões
- Não Realizados – 16
 - 11 Pregões
 - 02 Concorrências
 - 01 Tomada de Preços
 - 02 Convites

**Comissão Permanente de Licitações / SPOA / CGLOG / MP
Licitações Concluídas – 2005**

PREGÃO

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte e assessoramento de divulgação.	CONSERVO BRASÍLIA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	1.026.300,00	704.854,86	
02	Aquisição de 2 (dois) equipamentos de servidores corporativos	NT SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA	758.529,81	489.000,00	
03	Aquisição de Software AutoCad 2005 CDLS FULL em português, incluindo o treinamento de um servidor	PRO – SYSTEMS INFORMÁTICA	46.822,50	44.650,30	
04	Aquisição de Ambulância				CANCELADO
05	Contratação de empresa especializada para fornecimento, parcelado de combustíveis, álcool hidratado, gasolina e óleo diesel, para abastecimento contínuo da frota de veículos do MP.	DISBRAVE S/A	155.000,00	152.497,20	

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
06	Execução de serviços técnicos especializados em sinalização interna	HM ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO	42.000,00	15.800,00	
07	Serviço de Transporte de Servidores				CANCELADO
08	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de uniformes, sob medida	LIFE COM. E REP. LTDA; KAMIZA CONFEC. & COM. LTDA; IND. E CONFEC. GUARÁ; EDWIRGEES & TIAGO CONFEC. LTDA; SHANON MODA MASCULINA LTDA.	36.715,69	21.956,84	
09	Aquisição de materiais diversos, para composição do sistema de segurança - CFTV				CANCELADO
10	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de cortinas tipo persiana vertical e manutenção corretiva	PERSIANAS MONTE SINAI LTDA-ME	200.649,33	59.258,00	
11	Serviços de remanejamento de bens móveis para atender às necessidades dos blocos "C" e "K".	EXECUTIVA SERVIÇOS PROFISSIONAIS	540.000,00	388.994,00	
12	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na Central Telefônica instalada no DELIC.	NEC DO BRASIL S.A	22.800,00	22.200,00	
13	Serviço de Reprografia				REVOGADO em 12/08/2005

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
14	Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de monitoramento e rastreamento de notícias	CLIP & CLIPING	120.000,00	120.000,00	
15	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, dedetização, desratização das unidades jurisdicionadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.	CONTAL EMPREITEIRA DE REFORMAS E SERVIÇOS LTDA.	2.294.438,04	2.012.600,00	
16	Serviço de Copeiragem				NÃO REALIZADO
17	Serviço de Digitalização				NÃO REALIZADO
18	Aquisição de Fragmentadora de Papel.	FW BRASIL COMERCIAL LTDA.	24.930,00	8.400,00	
19	Transporte Rodoviário de Cargas				NÃO REALIZADO
20	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Reprografia, com fornecimento de equipamentos, operadores para as centrais de atendimento, manutenção e todo o material de consumo	CNC – Centro Nacional de Cópias Ltda.	2.300.553,60	911.934,00	
21	Serviço de Reforma de Estofados				NÃO REALIZADO

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
22	Serviços de instalação, manutenção, remanejamento, montagem e desmontagem de divisórias leves, com fornecimento de material				NÃO REALIZADO
23	Contratação de empresa para prestação de serviço de emissão, cotação de preços e reserva de bilhetes e passagens aéreas e terrestres de linhas domésticas e internacionais	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA	2.520.000,00	2.293.200,00	
24	Aquisição de equipamentos de videoconferência	BRAZIL TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS LTDA e SEAL TELECOM COM. E SERV. DE TELECOMUNICAÇÕES	742.838,65	345.911,74	
25	Aquisição de aparelhos de ar condicionado, de janela				NÃO REALIZADO
26	Fornecimento de Combustível				LICITAÇÃO DESERTA
27	Aquisição de Pen Drive				NÃO REALIZADO
28	Aquisição de Token USB com respectivos cabos de extensão, com conexão à ponta USB de microcomputadores.	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A	916.766,67	757.000,00	
29	Serviço de 0800				NÃO REALIZADO
30	Serviço de Teletendimento				NÃO REALIZADO

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
31	Aquisição de suprimentos para impressoras e fax	H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESC. LTDA KORAICHO MERCANTIL LTDA NEW WAVE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA. CARTAZ DISTRIBUIDORA LTDA. ART 4 PAPELARIA LTDA ME SINI INFORMÁTICA HYPPER COMERCIAL LTDA. COMERCIAL FACIS LTDA. PORT PAPELARIA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA. GRBS LTDA.	1.369.544,53	971.870,33	
32	Aquisição com instalação completa de software para gestão da qualidade de dados, para atender as necessidades do MP.	GODIGITAL TECNOLOGIA E PARTCIPAÇÕES LTDA.	2.180.990,00	2.180.000,00	
33	EVENTO				ATA SRP Min.Saúde
34	Aquisição de placas e cartões wireless via sistema registro de preços.	NETWAY DATACOM.	147.989,27	68.579,50	
35	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada, de brigada de incêndio e de vigilância eletrônica, nas dependências do MP, em Brasília.	SANTA HELENA VIGILÂNCIA LTDA.	6.560.232,24	5.850.000,00	
36	Observar Pregão 39				

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
37	Aquisição de 2 (dois) microcomputadores para atender as necessidades da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Bloco "C" da Esplanada dos Ministérios.	MICROLOG INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA	219.933,33	168.800,00	
38	Aquisição de 2 (dois) Switches Gigabits, 2 (dois) Console KVM com LCD 15" (quinze polegadas) e 1(um) Rack Industrial para atender as necessidades da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Bloco "C" do MP.	RHOX – COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA e TECNO E QUALITY TELEMÁTICA LTDA	34.546,67	27.922,00	
39	Aquisição de Computador Tipo PDA	FÊNIX SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA	47.018,67	38.999,97	
40	Aquisição de Bebedouros	DIRETA DISTRIBUIDORA LTDA	21.689,67	14.599,61	
41	Aquisição de Pen Drive				NÃO REALIZADO
42	Fornecimento de Combustível				DESERTO
43	Aquisição de Notebook, Fragmentadora e etc.				NÃO REALIZADO
44	Estantes Deslizantes				NÃO REALIZADO

CONCORRÊNCIAS

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
01	Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de operação, apoio e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças ou componentes, dos sistemas elétrico/hidráulico	COSENCO – CORREIA DE SOUZA ENG. E COM. LTDA e DELTA ENGENHARIA	2.852.478,48	567.341,36	
02	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais em gestão de documentação e de informação, para planejamento técnico e implantação de projeto de organização do acervo documental arquivístico e bibliográfico				NÃO REALIZADA
03	Contratação de empresa especializada na exploração de restaurantes com serviços do tipo: “self service” e lanchonete, mediante concessão de uso de áreas públicas	HIBISCO SELF- SERVICE LTDA.	CONCESSÃO DE USO	CONCESSÃO DE USO	
04	Contratação de empresa especializada em engenharia com vistas a prestação de serviços de assistência técnica, operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de condicionamento de ar				NÃO REALIZADA

TOMADAS DE PREÇO

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
01	Contratação de licença de uso de um software de Planejamento do Sistema de Medição de Desempenho	ITAUTEC PHILCO S.A	150.000,00	78.162,00	
02	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais em gestão de documentação e de informação, para planejamento técnico e implantação de projeto de organização do acervo documental arquivístico e bibliográfico				NÃO REALIZADO REVISÃO DO PROJETO BÁSICO
03	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia para fornecimento, instalação e certificação de infraestrutura de fibras ópticas	PELTIER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	1.445.602,32	1.019.765,69	

CONVITE

N.º	Objeto	Empresa(s) Vencedoras	Valor Estimado (R\$)	Valor Final (R\$)	Observação
01	Serviço técnico de conservação da impermeabilização do Bloco "K" e SOF.	ESSENCIAL ENGENHARIA LTDA	80.016,63	56.139,54	
02	Contratação de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviço técnico profissional especializado para o desenvolvimento de metodologia de avaliação de programas de governo				NÃO REALIZADO
03	Contratação de Empresa de Consultoria Especializada na Instalação e Capacitação nos Softwares Openacs e Dotlrn				NÃO REALIZADO

Relação de Licitações – Ano 2005

Valores Totais do Exercício 2005	Valor Estimado	Valor Licitado	Diferença
	24.291.384,08	19.390.436,94	4.900.947,14

b) Serviços e Compras com Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Dispensa de Licitação 2005		
Disp.	Objeto	Valor
1	Projeto Básico Siasg 2005 (SERPRO)	9.000,00
2	Aquisição de carimbos	7.997,50
3	Serviço de migração de software (SERPRO)	56.000,00
4	Assinaturas de bancos de dados da USP	720,00
5	Prestação de serviços de lavanderia	8.000,00
6	Aquisição de obras avulsas e periódicos da Imprensa Nacional	3.000,00

Dispensa de Licitação 2005

Disp.	Objeto	Valor
7	Contratação de serviços combustível	8.000,00
8	Renovação da revista Jurídica Consulex	350,00
9	Aquisição de ventiladores	5.026,08
10	Contratação de serviços de informática (SERPRO)	1.099.920,30
11	Prestação de Hospedagem e man. Do Portal Corporativo do Governo Federal (SERPRO)	624.277,27
12	400 unidades de películas para fax modelo KX-FA 57A	6.652,00
13	Aquisição de capas de processo	7.950,00
14	Aquisição de 02 claviculário	7.950,00
15	Aquisição de etiquetas adesivas	5.315,00
16	Aquisição de adesivos de identificação	686,20
17	Aquisição de 2 bloqueadores de fax	90,00
18	Confecção de capas em papel couchê	3.820,00
19	Assinaturas de periódicos	7.550,00
20	Confecção e restauração de letras	760,00
21	Aquisição de motor para tela de projeção	930,00
22	Aquisição de material conector Cânon/bateria/cápsula profissional	551,00
23	Aquisição de gravador de cd e outros	2.055,00
24	Prestação de serviços técnicos especializados na área e informação, consistindo em suporte técnico. (SERPRO)	670.000,00
25	Aquisição de calculadoras	1.430,00
26	Aquisição de 02 fogões industriais	3.288,00
27	Aquisição de 05 cadeiras de espaldar alto	2.475,00
28	Confecção de cartões de cumprimento	525,00
29	Contratação de empresa de Engenharia para prestação de serviços	14.070,00
30	Aquisição de etiquetas auto-adesivas	167,50
31	Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado central (emergencial) DELTA ENGENHARIA	105.674,28
32	Aquisição disco rígido e pentes	340,00
33	Aquisição de bebedouro	424,50
34	Tubulação de gás canalizado	7.480,00
35	Aquisição de medicamentos	2.188,25

Dispensa de Licitação 2005		
Disp.	Objeto	Valor
36	Aquisição de guilhotina e carro com bandeja	1.150,00
37	Confecção de cintas elásticas	6.500,00
38	Aquisição de calculadoras	4.749,40
39	Aquisição de caixas de papelão	
40	Contratação de consultoria (Projeto Orla)	3.371,00
41	Aquisição de etiqueta para cd e mini cd	2.480,00
42	Aquisição de placa de captura	450,00
43	Prestação dos serviços de suporte operacional de apoio a área (DOM BOSCO)	119.892,15
44	Prestação de serviço de suporte operacional de apoio (PATRIMONIAL)	523.483,66
45	Prestação de serviço de suporte operacional de apoio (CONSERVO)	1.457.287,51
46	Aquisição de medicamentos	3.267,88
47	Renovação de assinatura da Revista Ciência da Informação	60,00
48	Confecção de 200 bottons	588,00
49	Aluguel de equipamento de informática	1.840,00
50	Serviço de diagramação de cartilha	1.600,00
51	Renovação de Assinatura Macrodados	5.040,00
52	Confecção de 30 placas em acrílico	1.374,00
53	Aquisição de luvas e toalhas	2.635,75
54	"Mídia Impressa" RADIOBRAS	97.200,00
55	Serviços de reprodução de VHS/DVD e CD	2.140,00
56	Renovação de assinatura Maxpress	6.300,00
57	Conserto de projetor Infox modelo DLP	987,00
58	Aquisição de cartucho impressora (Konica Minolta)	7.932,00
59	Aquisição de quadro magnético	785,35
60	Aquisição de materiais de telefonia e marcenaria	5.333,95
61	Aquisição de Pen drive	5.582,00
62	Prestação de serviço de tradução simultânea	5.400,00
63	Aquisição de fita dat	623,00
64	Treinamento, capacitação em software operacional	6.800,00
65	Encadernação de volumes DOU	2.584,00

Dispensa de Licitação 2005

Disp.	Objeto	Valor
68	Locação de equipamento de No-Break	6.000,00
69	Aquisição de quadro magnético	225,00
70	Aquisição de cofre	487,80
71	Aquisição de tela de projeção	277,40
72	Aquisição de fita "Celebrando o que o Mundo tem de Bom"	584,25
73	Vigilância para Clube dos Servidores	110.969,88
74	Aquisição de flip chart	540,00
75	Aquisição de parafuso de metal para encadernação	718,00
76	Instalação de projetor multimídia	950,00
77	Aquisição de assinatura Zênite	5.578,80
78	Aquisição de perfuradora para espiral	415,80
79	Renovação de Assinatura de Periódico Consulex	1.071,80
80	Prest. de serv. Técnicos esp. em tec. da informação (SERPRO)	7.026.023,85
81	Confecção de elástico para documentação	360,00
83	Aquisição de refrigerador Slim	750,00
85	Aquisição de material de 200 resmas de papel	5.100,00
87	Aquisição de cadeiras	536,00
88	Aquisição de pratos e talheres	785,16
89	Aquisição de gravadora ou mini disc	4.300,00
90	Confecção de persianas	518,00
91	Confecção de painel fixador e acessórios	3.730,00
93	Fornecimento de painel estilo pôster	1.500,00
94	Aquisição de 3 mini impressoras e 4 leitoras ópticas	4.817,90
95	Aquisição de telas de projeção elétrica	1.557,29
96	Aquisição de gravadora externa DVD	4.219,00
97	Confecção de cordões para crachás	2.210,00
98	Aquisição de 25 umidificadores	5.799,00
99	Aquisição de 2 cavaletes	96,00
100	Aquisição de 26 blocos de flip chart	389,48
101	Aquisição de numerador de página	280,00

Dispensa de Licitação 2005		
Disp.	Objeto	Valor
102	Aquisição de etiqueta para franqueadora	37,50
103	Aquisição de máquina fotográfica digital	7.900,00
104	Aquisição de quadro elétrico branco de força	4.180,00
106	Contratação de Consultoria DPG	7.850,00
107	Aquisição de DVD portátil	720,00
109	Aquisição de persiana	2.980,00
110	Aquisição de bebedouros	3.459,00
111	Confecção de 300 pastas em off-set	2.980,00
112	Contratação de empresa para prestação de serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (CONTRATÃO) (SERPRO)	128.471.194,39
113	Aquisição de móveis para consultório de psicologia	1.960,00
114	Aquisição de assinaturas "Negócio Público e o Pregoeiro"	900,00
115	Contratação de empresa de Consultoria	399.053,27
116	Prest. de serviços de manutenção para o sistema de ar condicionado BL. K e SOF (EMERGENCIAL) (DELTA)	278.986,92
117	Aquisição de Coletânea "Boletim de Licitação e Contratos"	5.500,00
118	Placas WIRELESS	169,00
119	Aparelhos telefônicos auriculares	3.750,00
120	Aquisição de quadros brancos	1.904,96
121	Aquisição de ar - condicionado Mini Split	4.200,00
122	Aquisição de Publicação e Dicionários	
123	Aquisição de Placa Digium	7.620,00
124	Aquisição de vídeo cassete e DVD	1.103,20
125	Aquisição de estabilizador No break	309,00
126	Aquisição de aparelhos de fax	5.262,40
127	Aquisição de TV	4.548,86
128	Aquisição de monitores	5.173,98
129	Aquisição de protelivros e bobinas	1.846,00
131	Assinaturas de Publicações Negócios Públicos e o Pregoeiro	900,00
132	Aquisição de medicamentos	
135	Aquisição de mil folhas A4 e mil pastas	984,70
136	Manutenção apoio Governamental (I-GOV)	789.440,00

Dispensa de Licitação 2005

Disp.	Objeto	Valor
137	Empr. Esp. de Engenharia (IMPLANTAÇÃO DE VIDEO CONFERENCIA) DELTA	14.500,00
138	Aquisição de Software	8.000,00
139	Aquisição de material sonorização	276,00
140	Aquisição de geladeira Slim	775,00
141	Aquisição de escada	192,72
142	Aquisição de mouse	291,00
144	Substituição de fita VHS pra DVD	115,00
145	Aquisição Software Geoavaliar	617,70
150	Aquisição de microfone	500,00
152	Confecção de 500 cartões de cumprimento	525,00

Dispensas Canceladas

Disp.	Objeto	Valor
66	Aquisição de um cofre	
67	Aquisição de um quadro Magnético	110.969,88
73	Vigilância para o clube dos Servidores	
82	CANCELADA	
84	Aquisição de gravadora de cd	4.300,00
92	Aquisição de tela projeção e retrátil elétrica	
105	Confecção de 300 pastas em off-set	1.302,00
108	Confecção de 300 pastas em off-set	
111	Aquisição de veículos	2.980,00
130	Aquisição de frigobar	8.582,00
134	Confecção de 300 pastas em off-set	
146	Manutenção corretiva de esfignomômetro	

Inexigibilidade 2005

Disp.	Objeto	Valor
1	Pesquisa e Consulta a banco de dados-DATALEGIS	113.100,00
2	Banco de Dados para o módulo Almoxarifado	708.740,00
3	Assinatura de Publicação na área de fórum e gestão pública	23.080,00
4	Assinatura da Revista Construção e Mercado	10.050,00
5	Ampliação do Contrato de Compartilhamento da Infra-estrut. com a CEB	687.795,55
6	Prest.de Serviço de Fornec.de Água Potável e Esgotamento Sanitário	700.000,00
7	Prest.de Serviço de adequação de Ambiente	546.000,00
8	Contrato com a CEF para avaliação de Imóveis	2.350,00
9	Renovação do contrato 28/2005 ref. ao BLC e BDA	33.200,00
10	Cartão de pagamento do governo federal	sem ônus
TOTAL GERAL DAS INEXS		2.824.315,55

CONTRATOS E DESPESAS

1. Convênios

Não foram assinados convênios no Período.

SISTEMA DE CADASTRO DE FORNECEDORES

	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
a) Cadastramento		
A	Cadastramento de fornecedor	219
B	Atualização cadastral de fornecedores	14.955
C	Habilitação parcial	182
D	Renovação cadastral de fornecedor	890
E	Alteração cadastral de fornecedores	454
F	Transferência de UASG	7
G	Indicação de representante	1
H	Exclusão (habilitação parcial/ balanço/empresa)	2
I	Inclusão de novos códigos	85
Subtotal		16.795

b) Outras		
J	Atendimentos de consultas-balcão	13.102
K	Atendimentos de consultas-telefônicas	8.278
L	Distribuição de manuais do SICAF à fornecedores	492
M	Extrato de situação de fornecedor	12.225
Subtotal		34.097
TOTAL GERAL		50.892

MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. Divisão de Administração Patrimonial

O acervo patrimonial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem sua administração e controle na competência da CGLOG, que em sua Divisão de Administração Patrimonial, elabora os atos necessários ao pleno cumprimento dos preceitos legais (Lei nº 8.666/93, Decreto nº 99.658/90, NO/03/SPOA), tendo entre suas atribuições o atendimento às demandas das unidades por mobiliário, emissão de Termos de Responsabilidade, Guias e processos de Movimentação, Mapas de Inventário, bem como o procedimento de tombamento de bens móveis e processos de baixa e/ou propostas de alienações, em observância à legislação vigente. O sistema utilizado pelo Serviço de Patrimônio para gerenciamento e controle de movimentação de bens é o Sistema ASI – (Link Data), módulo de patrimônio. No transcorrer do ano de 2005 foram adquiridos, por licitação, bens permanentes com o objetivo de atender as solicitações das unidades deste Ministério.

2. Variação Patrimonial

Sub Grupo	Descrição	Saldo 31/12/2004	Saldo 31/12/2005	Variação
04	Aparelho de Medição	119.369,02	120.049,13	+ 0,05%
06	Aparelho de Comunicação	1.105.053,62	1.143.073,82	+ 3,44%
08	Ap., Equip. Méd. Odont. LAB. Hosp.	14.299,57	28.823,40	+ 101,56%
12	Aparelho de Utensílio Doméstico	558.627,03	575.411,56	+ 3,00%
14	Armamentos	0,01	0,01	0%
16	Bandeiras, Flâmulas Insignas	3.656,40	3.656,40	0%
18	Coleções Mat Bibliográfico	95.354,46	95.354,46	0%
20	Embarcações	0,01	0,01	0%
24	Equip. Prot. Segurança e Socorro	38.115,82	48.738,80	+ 27,87%
28	Maq. Equip. Natureza Industrial	131.852,20	131.852,31	0%

Sub Grupo	Descrição	Saldo 31/12/2004	Saldo 31/12/2005	Varição
30	Maquina e Equipamentos Energéticos	143.060,91	143.060,92	0%
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	97.681,67	99.091,12	+ 1,44%
33	Equip. p/Áudio Védeo e Foto	595.515,32	1.148.534,93	+ 92,86%
34	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	210.571,69	224.068,88	+ 6,40%
35	Equipamentos Processamentos de Dados	22.319.890,55	26.310.190,24	+ 17,87%
36	Maq. Inst. Utensílios de Escritório	448.961,50	462.084,32	+ 2,92%
38	Maq. Ferram. e Utens. de Oficinas	23.528,05	23.528,06	0%
39	Equip. Hidráulicos e Elet.	2.220,06	2.220,06	0%
40	Maq. Equip. Agríc. E Rodoviários	-	0,32	+ 100%
42	Mobiliário em Geral	4.753.278,10	6.595.855,14	+ 37,29%
44	Obras de Arte e Peças para Museu	1.790,24	1.790,24	0%
48	Veículos Diversos	11.065,28	11.065,40	0%
51	Peças não incorporáveis a Imóveis	16.966,43	16.966,43	0%
52	Veículos de Tração Mecânica	1.152.734,03	2.567.528,85	+ 122,73%
99	Outros Materiais Permanente	334,87	334,87	0%
TOTAL		31.843.926,84	39.753.279,68	+24,83%

Relação dos Processos de Doação / Cessão Realizadas no Exercício de 2005

Processos	Favorecidos	Objetos	Motivos do Desfazimento
03110.000158/2005-43	Controladoria Geral da União	Equipamentos de Informática	Ocioso
03110.001560/2005-45	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Veículos	Recuperável
03110.005771/2005-57	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Veículos	Ocioso

3. Serviço de Almoxarifado

O sistema utilizado pelo almoxarifado para gerenciamento e controle do estoque é o ASI – Link Data, módulo de Almoxarifado. No transcorrer do ano de 2005 foram adquiridos, por licitação, materiais de consumo visando recompor o estoque do almoxarifado para atender as solicitações das unidades deste Ministério.

Sub Grupo	Descrição	Saldo 31/12/2004	Saldo 31/12/2005	Varição
01	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	66,30	58.874,48	+ 8.880%
07	Gêneros de alimentação	274,74	274,74	0%
09	Materiais Farmacológicos	-	9.713,21	+ 100%
11	Material Químico	-	8,56	+ 100%
16	Material de Expediente	220.731,90	532.171,51	+ 141,09%
17	Material de Processamento de Dados	920.071,90	1.147.449,82	+24,71%
19	Material de Acondicionamento e Embalagem	-	33.108,70	+100%
21	Material de Copa e Cozinha	9.521,64	14.229,33	+ 49,44%
22	Material de Limpeza e Prod. Higienização	1.704,61	1.973,23	+ 15,75%
23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	0%
24	Material p/Manutenção de Bens e Imóveis	228,90	1.749,37	+ 764,25%
25	Material p/Manutenção de Bens Móveis	4.444,10	9.948,50	+ 123,85%
26	Material Elétrico e Eletrônico	4,32	1.115,24	+ 25.815%
28	Material de Proteção e Segurança	33.048,00	33.048,00	0%
29	Material para Áudio, Vídeo e Foto	5.970,00	11.321,73	+ 89,64
30	Material para Comunicação	15.479,73	23.679,24	+ 52,96%
35	Material Laboratorial	52,50	52,50	0%
36	Material Hospitalar	2.792,00	-	- 100%
39	Material para Manutenção de Veículos	4.580,00	13.075,87	+ 185,49%
41	Material para Utilização em Gráfica	5.747,00	15.399,76	+ 167,96%
42	Ferramentas	1.101,25	127,50	- 863,72%
44	Material de Sinal. Visual e Outros	-	2.668,80	+ 100%
51	Discotecas e Fimotecas não Imobilizável	-	-	0%
TOTAL		1.225.818,89	1.909.990,09	+ 55,81%

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não se aplica.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Não se aplica.

7) CONTROLE DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADAS PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.



COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - COGEP

1.8 À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas compete:

- I. Planejar, coordenar, organizar e supervisionar a execução das atividades de gestão, administração, desenvolvimento e aplicação da legislação de recursos humanos, seguidos de diretrizes emanadas do órgão central do sistema de pessoal civil – SIPEC.

OBSERVAÇÃO: Para os itens 2, 3, 4 e 5 deste anexo, no exercício de 2004 não foram levantados os objetivos e as metas a serem alcançadas no período, bem como não houve a avaliação de desempenho de Gestão nesta COGEP.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E / OU DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

2.2 PROGRAMA: 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas finalísticos.

Órgão (PPA): Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Unidade Administrativa Responsável: COGEP/SPOA

Tipo de Programa: Benefícios

Público-Alvo: Governo

Justificativa:

Estratégia de Implementação:

2.3 INDICADORES

Programas sem indicadores

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

09HB – Contribuição de União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Tipo de Ação: Operação especial

ProdutoPPA: Servidores Públicos Ativos **Unidade de Medida:** Unidade

Meta Física: 2625 **Meta Financeira:** R\$ 153.949.987

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Unidade Administrativa: SPOA/COGEP/GERAP

Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos inativos, dependentes e pensionistas.

Tipo de Ação: Atividade

Produto PPA: Pessoa beneficiada **Unidade de Medida:** Unidade

Meta Física: 16.303 **Meta Financeira:** R\$ 6.641.843

2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Finalidade: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir do requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o decreto 977/93.

Tipo de Ação: Atividade

Produto PPA: Crianças de 0 a 6 anos atendida **Unidade de Medida:** Unidade

Meta Física: 640 **Meta Financeira:** R\$ 729.600

2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Finalidade: Concessão do Auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Tipo da Ação: Atividade

Produto PPA: Servidor Beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física: 4.635

Meta Financeira: R\$ 9.010.409

2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Finalidade: Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinadas ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal, interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União bem como aquisição de vale- transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição: Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal, interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Tipo da Ação: Atividade

Produto PPA: Servidor Beneficiado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física: 2.643

Meta Financeira: R\$ 3.844.500

4572 - Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Finalidade: Investir em ações que visaram o atendimento às necessidades de capacitação tendo como base o mapeamento das competências institucionais, assim como em projetos de melhoria da qualidade de vida no trabalho aos servidores e empregados ativos.

Descrição: Conceder treinamento aos servidores e empregados ativos

Tipo de Ação: Atividade

Produto PPA: Servidor Capacitado

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física: 82.716

Meta Financeira: R\$ 1.500.321

0181: Pagamento de Aposentadorias e Pensões-Servidores Civis

Finalidade: Assegurar o pagamento dos proventos aos servidores aposentados e pensionistas.

Descrição: Concessão de aposentadoria e pensão com base nas EC/20/98, EC/41/2003 Lei nº 10.887/2004 e EC/47/2005.

Tipo de Ação: Operações Especiais

Produto do PPA: Pessoa beneficiada

Unidade de Medida: Unidade

Meta Física: 83.334

Meta Financeira R\$ 590.818.168

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Não se aplica.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Não se aplica.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não se aplica.

OBSERVAÇÃO: Para os itens 3, 4 e 5 deste anexo, no exercício de 2005 não foram levantados os objetivos e as metas a serem alcançadas no período, bem como não houve a avaliação de desempenho de Gestão nesta COGEP.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Tipo	Código-SIAFI/SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivo nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência etc.	Objeto da Avença	Data da Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido/ Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário razão social e CNPJ	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?).
Convênio	481860	Processo nº04500.000869/2003-25 Data da Assinatura 23.07.03-DOU de 25.07.03 Data de Vigência:1º.09.2003 1º Termo Aditivo, de 1º.03.04 DOU de 19.03.04,Seção 3, Pág.79	Proporcionar aos servidores do MP, a possibilidade de ingresso nos Planos de Previdência Complementar, Saúde e de Assistência Social administrados pela GEAP.	25.07.2003	88.200.000,00	4.252.465,00	-	GEAP CNPJ 03658432/0001-82	Atendimento da média mensal de 10500 usuários do Plano de Saúde. SIM
Convênio		Processo nº 03111.003118/2005-43 Convênio 002/2005	Realização de estágios	28/06/05	** 1.094.940,00	835.423,68	1.094.940	Centro de Integração Empresa Escola-CIEE CNPJ 61600839/0001-55	Atendimento de 100% de todo o programa de estágio do MP

As despesas decorrentes do convênio estão estimadas em R\$ 1.094,940,00 (um milhão, noventa e quatro mil, novecentos e quarenta reais), cabendo o desembolso de R\$ 729.960,00 (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais) para o exercício de junho a dezembro de 2005 e R\$ 121.800,00 (cento e vinte e um mil e oitocentos reais) para o exercício de janeiro a maio de 2006.

**São repassados recursos financeiros oriundos de programas de Trabalho da Secretaria de Patrimônio da União – SPU-nº 04.122.1003.4069.001, para o ano de 2005 foram repassados para o pagamento dos estagiários da SPU R\$ 255.109,05.Para o Departamento de Extinção e Liquidação – Deliq/MP, foram repassados para o pagamento dos estagiários o valor de 21.479,95, através do programa de trabalho 04.122.1003.4069.0001. Os valores informados ac são referente aos meses de janeiro de 2005 a dezembro de 2005.

**12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS
COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO
DESEMPENHO DA GESTÃO**

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Decisão Normativa TCU nº 71 de 07/12/2005, DOU de 23/12/2005

Servidores Ativos

01 - ATIVO PERMANENTE	2.034
03 - REQUISITADOS	317
04 - NOMEADOS CARGO COMIS.	301
06 - TABELISTAS (ESP/EMERG)	3
07 - NATUREZA ESPECIAL	1
08 - CEDIDOS	592
12 - CONTRATOS TEMPORARIOS	13
14 - REQ. DE OUTROS ORGAOS	208
18 - EXERC DESCENT CARREI	43
19 - EXERCICIO PROVISORIO	1
TOTAL DE SERVIDORES	3.513

Servidores por Categoria Funcional

01 - ATIVO PERMANENTE	2.034
02 - APOSENTADOS	887
03 - REQUISITADOS	317
04 - NOMEADOS CARGO COMIS.	301
06 - TABELISTAS (ESP/EMERG)	3
07 - NATUREZA ESPECIAL	1
08 - CEDIDOS	592
12 - CONTRATOS TEMPORARIOS	13
14 - REQ.DE OUTROS ORGAOS	208
17 - APOSENTADOS TCU733/94	4
18 - EXERC DESCENT CARREI	43
19 - EXERCICIO PROVISORIO	1
30 - CLT-APS.DEC.JUDICIAL	1
93 - BENEFICIARIOS PENSAO	198
TOTAL DE SERVIDORES	4.603

Aspectos legais observados (inclusive registro do ato no TCU)

Admissão	Portaria 411, de 09/07/2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria 1005, de 23/11/2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Remuneração	Edital ESAF nº 20, de 04/07/2003, item II, Seção 3, DOU de 07/07/2003.
Cessão	Art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e legislações complementares.
Requisição	Art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e legislações complementares.
Concessão de Aposentadoria	Foram concedidas 24 aposentadorias com base nas EC nº 20/98-DOU de 16.12.1998; EC nº 41/2003, DOU de 31.12.2003 e EC nº 47/2005, DOU de 06.07.2005. e Lei nº 10.887/2004.
Concessão de Pensão	Foram concedidas 13 pensões com base na EC nº 41/2003, DOU de 31.12.2003 e Lei nº 10.887/2004.

Como a COGEP é responsável pela vida funcional dos servidores do Ministério, por aqui foram movimentados 15. 986 processos. Ou seja, deste extenso volume de documentos tramitados, as áreas da Coordenação-Geral analisaram e emitiram pareceres gerando 2.495 ofícios, 1.146 memorandos, 543 comunicados, 115 Portarias e 85 Notas Técnicas descrevendo as implicações legais e técnicas a cerca de todos os assuntos pautados nos processos.

Destaca-se também a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar e instruir processos que envolvem o pagamento de substituição de servidores ocupantes de cargos comissionados, com base no Parecer/CONJUR/JNS/Nº 0104 – 2.9/2004 e Ofício-Circular/SRH nº 01, de 28/01/2005. O Grupo foi constituído por 11 servidores e colaboradores, que instruíram 171 processos, no período de aproximadamente cinquenta dias.

A COGEP possui, além das atribuições previstas no Regimento Interno, a responsabilidade de identificar condições para o desenvolvimento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos servidores do MP. Para isto, no ano de 2005 investiu-se em ações que visaram o atendimento às fragilidades tanto no domínio intelectual quanto nos aspectos de habilidades e atitudes necessárias para bem atuar no Ministério. Os procedimentos adotados seguiram a metodologia de mapeamento de competências institucionais e, atrelado às atividades, foi possível concretizar projetos de melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Foram realizados 9 eventos, denominados Oficinas de mapeamento de competências institucionais, envolvendo o corpo gerencial de todas as unidades organizacionais. As oficinas contribuíram significativamente para a identificação de quais seriam os pré-requisitos ou as atribuições necessárias para o exercício das funções em cada área de atuação do Ministério. Foi possível estabelecer parâmetros para ampliar não só a demanda como o acesso aos treinamentos e ou oportunidades. Como resultado final destas Oficinas foi elaborado documento contendo as diretrizes estratégicas e a descrição do perfil necessário de demandas de capacitação para o Ministério.

Em continuidade às ações de desenvolvimento do potencial do servidor, prevê-se a implantação nas estruturas organizacionais do MP, do sistema informatizado CapacitAÇÃO. Os primeiros passos foram dados no último semestre de 2005 com o início das discussões a respeito das necessidades institucionais e o nível desejado em relação ao conhecimento teórico, técnico e gerencial, o comportamento, as habilidades e atitudes imprescindíveis. Assim que o Sistema for efetivamente implantado em todas as áreas, será possível visualizar o desempenho da organização baseado em indicadores que garantam o direcionamento adequado na tomada de decisões e evitam a pulverização dos recursos em iniciativas pouco eficazes.

Os procedimentos de implantação foram deflagrados na Secretaria de Gestão-SEGES, Secretaria do Patrimônio da União –SPU, Secretaria de Orçamento Federal-SOF e na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA. Para o início de 2006 estima-se estender as ações para outras instâncias do MP. Com o sistema em pleno desenvolvimento, o processo de capacitação e melhoria da qualidade de vida funcional se tornará mais transparente e mais ágil. Será pautado pela inovação e criatividade, buscando, não somente resultados eficazes, como também, uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

Em paralelo às estas ações, foi instituído o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, o MP em MOVIMENTO, investindo em atividades que trabalhem o processo motivacional e a criatividade dos servidores com idéias originais e sem a utilização de recursos financeiros públicos diretos.

No escopo do MP em MOVIMENTO foram implementadas Oficinas de Estudo e Trabalho, Dias da Saúde e da Beleza, Semana do servidor, almoços, chás, festas de aniversariantes, a participação de bandas de músicas militares, conjuntos musicais de estilos variados que graciosamente nos brindaram com suas performances. Os interesses e as necessidades de trabalho foram preservados, cedendo espaço para um ambiente de respeito, união de esforços e confraternização entre as unidades organizacionais do MP.



COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGPOF

1.8 À Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças compete:

- I. Planejar, coordenar, avaliar e promover a articulação das atividades relacionadas ao Sistema Federal de Planejamento e de Orçamento, ao Sistema Federal de Administração Financeira e ao Sistema Federal de Contabilidade, observadas as diretrizes dos órgãos centrais; e
- II. Coordenar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Gestora Executora 201004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, quanto autorizada pelo Ordenador de Despesa.

2) OBJETIVOS E METAS

PLANEJAMENTO

AVALIAÇÃO DO PPA 2004-2007

A Avaliação do Plano Plurianual foi realizada em duas etapas. A primeira denominada Avaliação do Programa, se deu sob a responsabilidade do gerente do programa. Nesta etapa, atuou-se, auxiliando na disseminação da metodologia junto às unidades e entidades vinculadas do Ministério, na orientação do preenchimento e do envio do roteiro de avaliação disponível no SIGplan e no esclarecimento de dúvidas.

Na etapa seguinte, Avaliação Setorial, fez-se uma análise dos problemas que deram origem aos programas e de sua evolução durante o ano, tanto do ponto de vista de cada programa, como pela visão setorial do conjunto dos programas. Também foi avaliado se os programas, como concebidos, foram suficientes e adequados às orientações estratégicas do Ministério, verificando-se a necessidade de criação de novos programas ou de reformulação dos existentes. A partir daí, avaliou-se os principais resultados e fatores responsáveis pelo atingimento ou não dos resultados do conjunto dos programas, bem como a contribuição desses resultados para as Orientações Estratégicas do PPA 2004-2007 e Metas Presidenciais.

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007

O processo de revisão do PPA 2004/2007 – “Plano Brasil de Todos” ocorreu em duas fases, que envolveram a definição qualitativa dos programas e ações e a quantificação dos recursos por programas e ações.

A fase qualitativa foi realizada a partir da análise dos programas e das ações vigentes no âmbito do Ministério com base no processo de avaliação. Nesta etapa, sob a coordenação da Secretaria Executiva, a CGPOF conduziu o processo de elaboração/revisão dos programas e ações mediante articulação com as unidades e entidades vinculadas. Foram realizadas reuniões com os gerentes dos programas e

coordenadores de ações de cada programa do Ministério, para discutir modificações quanto aos indicadores, produtos, metas físicas e outros atributos considerados relevantes, de forma que a estrutura e a caracterização dos programas e suas ações fossem mais compatíveis com os objetivos que se propõem alcançar.

Partindo das sugestões apresentadas e levando em consideração as orientações da Secretaria Executiva, procedeu-se à análise técnica realizando um trabalho de consistência e integridade, que após a validação da Secretaria Executiva, foi encaminhado à SPI para que, em conjunto com Secretaria de Orçamento Federal – SOF, procedessem à análise da viabilidade das propostas de alteração do Plano e Cadastro de Ações, com a posterior validação e inclusão de dados no SIGplan.

Após o término da fase qualitativa, teve início a fase quantitativa onde a Secretaria Executiva foi informada sobre o valor orçamentário referente à previsão de recursos disponíveis para o período de 2006 a 2009 e procedeu à distribuição dos limites de recursos por programas. Em seguida, comunicou-se às unidades seus limites e solicitou-se que alocassem o montante por ação de modo a quantificar suas metas físicas e financeiras. Finalmente, a CGPOF fez a análise técnica e a consolidação das informações recebidas, apresentou a proposta à Secretaria Executiva para validação e a inseriu no Sistema de Dados Orçamentários - SIDORNET.

BALANÇO DE 3 ANOS DO GOVERNO LULA

Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, a CGPOF foi a responsável, em 2005, pela consolidação das informações deste Ministério para compor o Balanço de 3 anos do Governo Lula.

Com isso, orientou as unidades e as entidades vinculadas do MP para que elaborassem o relatório de cada programa executado sob sua responsabilidade e preenchessem os formulários encaminhados, ressaltando os resultados que produziram impactos na sociedade, modificando a situação anteriormente vigente; as ações consideradas importantes relativas à gestão transparente que proporcionaram o combate à corrupção; e as principais ações relativas ao diálogo do órgão com a sociedade em geral.

Após a consolidação das informações encaminhadas pelas unidades, esta Coordenação-Geral compilou o Balanço deste Ministério, e subsidiou a Secretaria Executiva na elaboração do balanço político do desempenho do MP.

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Para a elaboração da Mensagem Presidencial, a CGPOF, sob orientação da SPI, analisou a versão final do Balanço de 3 Anos do Governo Lula, identificou os segmentos que tratavam de assuntos de competência das nossas unidades, solicitou que as mesmas atualizassem as informações referentes ao ano de 2005, destacando as principais realizações, procedeu à exclusão das informações relativas aos exercícios de 2003 e 2004, e consolidou o texto, encaminhando-o à SPI.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SETORIAIS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SISPLAN

Com o objetivo de dar continuidade ao desenvolvimento e à manutenção do Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão - SISPLAN em 2005, foram realizadas as seguintes atividades:

- identificação de necessidades pertinentes à modernização do sistema junto às diversas áreas da CGPOF;
- estudo e início de redefinição dos perfis do sistema;
- automatização da carga de revisão de planejamento;
- realização de projeto para automatização das cargas de avaliação e monitoramento de planejamento;
- reformulação de funcionalidades do sistema a fim de atender aos padrões de Infracig;
- análise das regras dos relatórios para adequação às novas carências da CGPOF;
- reestruturação e ampliação das Tabelas de Apoio do sistema;
- desenvolvimento de rotinas para atualização automática de ferramentas concernentes ao sistema.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MP 2004

Para a elaboração do Relatório de Atividades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitou-se informações referentes à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades e entidades vinculadas do Ministério, em 2004, relativas às prioridades de Governo, independente de estarem ou não contidas no PPA 2004/2007.

Após o recebimento de tais relatórios, a CGPOF realizou o trabalho de sistematização, padronização e consolidação de tais informações e da base de dados do SISPLAN e do SIGPLAN. O texto revisado foi encaminhado às unidades para que apreciassem e atualizassem, emitindo, assim, a versão final divulgada na Internet.

RELATÓRIO DE GESTÃO SECRETARIA EXECUTIVA

Em 2005, coube à CGPOF, com base nos relatórios preparados pelas diversas áreas que compõem as contas da Secretaria Executiva, trabalhar na consolidação, sistematização e padronização das informações, elaborando assim o Relatório de Gestão e Tomada de Contas de 2005.

BALANÇO GERAL DA UNIÃO - BGU

Atendendo solicitação da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a partir da indicação das ações para compor o BGU, as unidades e entidades vinculadas do MP forneceram as informações referentes à descrição sintética da execução das ações bem como principais resultados alcançados, análise sucinta sobre o alcance das metas previstas; benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações empreendidas; aspectos normativos e de regulação editados que tiveram impacto na área afeta ao programa; demonstrativo das ações implementadas no exercício de 2004, com vistas a reduzir as desigualdades regionais; e indicadores sócio-econômicos mostrando os resultados governamentais decorrentes dos programas e políticas.

Coube a CGPOF o tratamento, a consolidação e o encaminhamento das informações enviadas pelos gerentes de programa à Secretaria Federal de Controle Interno, dentro dos padrões pré-estabelecidos por aquela Secretaria.

UNIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - UMA

Dando continuidade à implementação do novo modelo de gestão, em 2005, esta Coordenação-Geral elaborou e providenciou a publicação da Portaria n.º 155, de 12 de julho de 2005, que identificou os titulares das unidades administrativas responsáveis pelos Programas e pelas ações, atualizando com isso os anexos da Portaria nº 288/2004 que instituiu a nova estrutura do modelo de gestão deste Ministério.

Os técnicos da UMA participaram de diversas oficinas realizadas pela SPI, dentre as quais destacam-se:

- Oficina de Mapeamento de Competências Específicas dos Técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação;
- II Oficina Boas Práticas dos Sistemas de Gestão Setorial do Plano Plurianual – InfraSIGs; e
- II Oficina das Unidades de Monitoramento e Avaliação – UMAs.

Ademais, promoveu-se a apresentação do Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan, para todos os Gerentes e Coordenadores de ações, demonstrando como acessar o Sistema e suas telas de monitoramento, bem como onde deveriam ser inseridas as informações dos Programas e respectivas Ações, referentes ao exercício de 2005.

REGISTRO DA EVOLUÇÃO DO PPA 2004-2007 - MP

O documento Registro da Evolução do PPA 2004-2007 - MP foi elaborado levando em consideração a agregação dos diversos fatores inerentes a cada programa, tais como: dados gerais dos programas; descrição e finalidade das ações; evolução da execução física e financeira; avaliações do Programa de responsabilidade do Gerente do Programa, quanto aos resultados, concepção e implementação dos programas e

Setorial, de responsabilidade desta Coordenação-Geral, referentes aos principais resultados, implementação e concepção do conjunto dos programas, bem como as recomendações geradas após análise da avaliação, encaminhadas à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI.

GCG – APURAÇÃO E FIXAÇÃO

A Secretaria Executiva atribuiu a análise técnica da conformidade das metas de desempenho institucional da Gratificação de Desempenho de Atividades do Ciclo de Gestão – GCG com as metas previstas no PPA à CGPOF, visto que competem a esta Coordenação-Geral as atividades relacionadas com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal deste Ministério.

Assim sendo, coube a CGPOF o levantamento das informações referentes à fixação de metas, análise da conformidade das metas estabelecidas, avaliação/apuração das metas institucionais, consolidação, elaboração e encaminhamento de minuta de portaria para publicação.

Para tanto, solicitou-se às Secretarias de Orçamento Federal – SOF, de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI, de Assuntos Internacionais – SEAIN, de Gestão – SEGES, de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, de Patrimônio da União – SPU, ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o encaminhamento de suas respectivas metas institucionais para o período de março a agosto de 2005 e setembro/2005 a fevereiro/2006 (quando da fixação) ou do resultado do cumprimento das metas institucionais (quando da apuração).

Após análise e consolidação das informações, elaborou-se minuta de Portaria e seus anexos, a qual foi submetida à consideração da Secretaria Executiva deste Ministério para posterior publicação, resultando nas Portarias n.ºs 769, de 12/09/2005 e 832, de 28/09/2005.

ORÇAMENTO

LEI DO ORÇAMENTO 2005

A Lei nº 11.100, de 25/01/2005, e suas alterações (créditos adicionais), estabeleceu para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, para o exercício de 2005, o orçamento de R\$ 2.199.280.761 (dois bilhões, cento e noventa e nove milhões, duzentos e oitenta mil e setecentos e sessenta e um reais), distribuído da forma a seguir:

	R\$
Orçamento Fiscal	1.410.302.113
Orçamento da Seguridade Social	788.978.648

Os recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram distribuídos na Administração Direta e suas Indiretas: Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Unidade	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimento	Inversões Financeiras	Amortização	TOTAL
Adm. Direta	778.162.603	6.101.770	343.382.164	12.304.985	65.982.623	7.934.282	1.213.868.427
IPEA	127.391.351	2.464.131	23.810.702	1.284.000	-	3.852.602	158.802.786
IBGE	649.864.655	51.837	129.250.727	16.393.400	11.450.000	337.594	807.348.213
ENAP	8.447.335	-	9.969.600	844.400	-	-	19.261.335
TOTAL	1.563.865.944	8.617.738	506.413.193	30.826.785	77.432.623	12.124.478	2.199.280.761

LIMITES PARA MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

O Decreto nº 5.379 de 25/02/2005 e suas alterações, dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, assim como sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo.

Em termos globais, o orçamento do MP (custeio e investimento) foi fixado em R\$ 546.858.206 (quinhentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais), tendo como limite para movimentação e empenho (Anexos I e II do Decreto 5.379/2005) o valor de R\$ 400.033.000 (quatrocentos milhões e trinta e três mil reais) evidenciando um contingenciamento de aproximadamente 27%.

Estão excluídas dos limites estabelecidos, as seguintes despesas:

- 1 - Pessoal e Encargos Sociais;
- 2 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado;
- 3 - Doações
- 4 - Juros e Encargos da Dívida;
- 5 - Amortização da Dívida;
- 6 – Despesas Financeiras (Integralização de Cotas).

Em relação ao limite autorizado, a execução orçamentária do MP atingiu 99,95%, ou seja, R\$ 399.832.206 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e seis reais). Do montante empenhado, a quantia de R\$ 73.024.107 (setenta e três milhões, vinte e quatro mil, cento e sete reais) foi inscrita em restos a pagar.

LIMITES FIXADOS NO MP

A Secretaria Executiva, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, fixou os limites para movimentação e empenho das seguintes Unidades/Entidades:

R\$

ÓRGÃO E / OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	VALOR
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	253.656.116
IPEA	23.875.408
IBGE	114.096.796
ENAP	8.404.680
TOTAL	400.033.000

LIMITES POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

LIMITE/2005 (POR UNIDADE ADMINISTRATIVA) OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ANEXO I	ANEXO II	TOTAL
ADM. DIRETA	228.674.283	24.981.834	253.656.117
ASSEC	192.615	0	192.615
SEAIN	8.067.616	0	8.067.616
ASCOM	0	0	0
SOF	19.880.150	0	19.880.150
SE	2.193.720		2.193.720
DEST	1.532.107	0	1.532.107
SPI	3.122.097	0	3.122.097
SPU	23.488.088	1.340.199	24.828.287
SLTI	26.185.205	0	26.185.205
SEGES	1.775.505	0	1.775.505
DELIQ	33.715	0	33.715
SRH	71.655.461	23.641.635	95.297.096
SPOA	70.548.004	0	70.548.004
ADM. INDIRETA	141.401.619	4.975.264	146.376.883
IPEA	23.559.680	315.728	23.875.408
IBGE	112.746.921	1.349.874	114.096.795
ENAP	5.095.018	3.309.662	8.404.680
TOTAL	370.075.902	29.957.098	400.033.000

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

A CGPOF/SPOA procedeu, no corrente exercício, as seguintes descentralizações interna e externa de créditos às Unidades/Entidades e diversos Órgãos:

DESCENTRALIZAÇÃO INTERNA

		R\$
UGR/FONTE	GRUPO DESPESA	VALOR
UGR 201.004 – CGLOG		233.182.366
0100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	134.942.101
0100 - Recursos Ordinários	Investimentos	2.835.719
0100 - Recursos Ordinários	Inversões Financeiras	47.663.639
0133 - Recursos do Prog. Adm. Pat. Imobil.	Outras Desp. Correntes	13.218.150
0133 - Recursos do Prog. Adm. Pat. Imobil.	Investimentos	2.380.742
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	Outras Desp. Correntes	23.830.893
2100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	4.311.122
0300 - Recursos do Tesouro – Exerc. Anteriores	Inversões Financeiras	4.000.000
UGR 201.005 – COGEP		700.337.888
0100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	45.787.666
0100 - Recursos Ordinários	Pessoal	601.555.734
0153 – Contrib. P/ Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Pessoal	52.942.468
2100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	52.020
UGR 201.020 – GERAP /SRH/MP		10.907.374
0100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	3.580
0100 - Recursos Ordinários (Anistiados Políticos)	Outras Desp. Correntes	10.322.358
0100 - Recursos Ordinários	Pessoal	491.436
0153 – Contrib. P/ Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Pessoal	90.000
UGR 170.011 – SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO		1.762.260
0100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	151.693
0133 - Recursos do Prog. Adm. Pat. Imobil.	Outras Desp. Correntes	954.049
0133 - Recursos do Prog. Adm. Pat. Imobil.	Investimentos	12.746
0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	Outras Desp. Correntes	643.772

UGR 201.027 – UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS – SE/PMPEF		6.706.960
0100 - Recursos Ordinários	Juros e Encargos da Dívida	2.301.913
0148 – Operações de Crédito Externas – em Moeda	Outras Desp. Correntes	897.219
2100 - Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	48.848
2100 - Recursos Ordinários	Investimentos	55.100
0100 – Recursos Ordinários	Amortização da Dívida	3.403.880
UGR 201.028 – UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS – SE/PROGER		2.747.872
0148 – Operações de Crédito Externas – em Moeda	Outras Desp. Correntes	400.000
0100 – Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	50.000
0100 – Recursos Ordinários	Pessoal	1.482.975
0100 – Recursos Ordinários	Outras Desp. Correntes	14.897
0153 – Contrib. P/ Financiamento da Seguridade Social – COFINS	Pessoal	800.000
TOTAL GERAL		955.644.720

DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA

Órgão	Valor	R\$
28.801 – SPOA / MDIC		500.000
20.101 – Gabinete da Presidência da República		55.000
20.102 – Gabinete da Vice-Presidência da República		137.562
25.000 – Ministério da Fazenda		5.954.805
25.802 – ESAF/MF		992.152
26.000 – Ministério da Educação		16.440
35.000 – Ministério das Relações Exteriores		482.975
36.000 – Ministério da Saúde		20.000
52.131 – Comando da Marinha		68.431
12801 – Tribunal Regional Federal – 1ª Região		2.220
25.206 – IPEA/MP		375.000
25.205 – IBGE/MP		2.297.872
20.202 – ENAP/MP		754.838
TOTAL		11.657.295

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e suas alterações, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, assim como sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo, entre outras providências, estabeleceu para o MP, no exercício de 2005, limites para pagamentos relativos a dotações constantes da Lei Orçamentária de 2005 e aos Restos a Pagar de 2004, no montante de **R\$ 376.967.000** (trezentos e setenta e seis milhões, novecentos e sessenta e sete mil reais), em conformidade com a seguinte distribuição:

- Anexo I: **R\$ 347.575.000** (trezentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais).
- Anexo II: **R\$ 29.392.000** (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e dois mil reais).

Limites para pagamento

Unidade Entidade	Anexos		TOTAL
	I	II	
ADM. DIRETA	215.292.386	24.085.688	239.378.074
COGEP	14.530.613		14.530.613
ASSEC	164.252		164.252
SE	1.795.269		1.795.269
SPI	3.044.867		3.044.867
SOF	18.379.693		18.379.693
SEAIN	7.387.376		7.387.376
DELIQ	28.267		28.267
SLTI	26.988.571		26.988.571
SRH	62.377.612	22.793.565	85.171.177
SPU	24.389.071	1.292.123	25.681.194
SEGES	1.913.167		1.913.167
CGLOG	52.212.519		52.212.519
DEST	2.081.109		2.081.109
ADM. INDIRETA	215.292.386	24.085.688	239.378.074
IPEA	19.702.400	306.275	20.008.675
IBGE	108.030.445	1.531.846	109.562.291
ENAP	4.549.769	3.468.191	8.017.960
TOTAL	347.575.000	29.392.000	376.967.000

Notas: Grupos de fontes que compõem os anexos

I - 100, 133, 148, 153, 180, 280 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores;

II - 150, 181, 250, 281 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

RECURSOS RECEBIDOS

Os recursos financeiros recebidos por esta Coordenação-Geral no exercício de 2005, importaram em **R\$ 1.940.924.299** (um bilhão, novecentos e quarenta milhões, novecentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais), de acordo com o detalhamento a seguir:

Configuração	Valor	R\$
Cota Recebida	1.798.346.571	
Repasse Recebido	1.661.433	
Valor Diferido	-	
Repasse	-	
Restos a Pagar	115.802.433	
Cota Recebida	110.138.992	
Ordem de Transferência Recebida (OTR)	5.663.441	
Outras Receitas Correntes	25.113.862	
TOTAL	1.940.924.299	

Recursos Recebidos por Categorias de Gastos

Categoria de Gasto	Valor	R\$
Pessoal e Encargos Sociais	1.435.156.119	
Dívida Externa	10.299.895	
Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras	379.665.852	
Restos a Pagar	115.802.433	
TOTAL	1.940.924.299	

RECURSOS LIBERADOS

A CGPOF liberou recursos financeiros para as suas unidades/entidades, restituiu cota financeira à STN e efetivou repasses de transferências concedidas a outros órgãos/ministérios, no exercício de 2005, no montante de **R\$ 2.005.865.457** (dois bilhões, cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), conforme demonstrado a seguir:

		R\$
Configuração	Valor	
Repasso Concedido	944.450.109	
Sub-repasso Concedido	876.730.310	
Restos a Pagar	184.634.817	
Valores Diferidos Unidades Repasse	50.221 50.221	
TOTAL	2.005.865.457	

Liberação Financeira por Órgão e Categoria de Gasto

							R\$
Unidade Entidade							
	Pessoal	Dívida Externa	Out. Desp. Cor., Invest. e Inversões Financ.	SUBTOTAL	Restos a Pagar	TOTAL	
ADM. DIRETA	653.242.915	5.705.794	239.869.659	898.818.368	156.888.321	1.055.706.689	
CGLOG	-	-	178.248.383	178.248.383	152.161.779	330.410.162	
COGEP	652.694.726	-	45.787.201	698.481.927	4.689.520	703.171.447	
SPU	-	-	6.900.000	6.900.000	2.218	6.902.218	
SE/MP	-	5.705.794	1.396.067	7.101.861	-	7.101.861	
SRH	548.189	-	7.538.008	8.086.197	34.804	8.121.001	
DIVERSOS ÓRGÃOS*	865.000	-	1.892.833	2.757.833	1.824.625	4.582.458	
SUBTOTAL	654.107.915	5.705.794	241.762.492	901.576.201	158.712.946	1.060.289.147	
ADM. INDIRETA	781.098.425	4.594.101	133.961.913	919.654.439	25.921.871	945.576.310	
IPEA	125.964.035	4.305.979	23.897.034	154.167.048	212.544	154.379.592	
IBGE	647.106.920	288.122	104.929.773	752.324.815	25.508.062	777.832.877	
ENAP	8.027.470	-	5.135.106	13.162.576	201.265	13.363.841	
TOTAL	1.435.206.340	10.299.895	375.724.405	1.821.230.640	184.634.817	2.005.865.457	

* Repasses e OTR transferidas à STN.

CONTABILIDADE

O Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possui 39 (trinta e nove) unidades gestoras executoras pertencentes à administração direta. É o Órgão Superior responsável por 03 (três) órgãos subordinados pertencentes à administração indireta,

que são: Instituto de Pesquisa Econômica aplicada - IPEA, com 04 (quatro) UG executoras; Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, com 01 (uma) UG executora e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com 37 (trinta e sete) UG executoras. É também responsável por 04 (quatro) órgãos em extinção, sendo eles: Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO; Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL; Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA e a Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS.

ATIVIDADES

No exercício das atividades setoriais de contabilidade, como de assessoramento e orientação, dentre outras, as ações desenvolvidas no ano de 2005, foram as seguintes:

ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DAS CONFORMIDADES DIÁRIA E DOCUMENTAL

Conformidade Diária

- Consiste na conferência diária, feita pela própria UGE, verificando a correspondência entre a documentação comprobatória das operações e os respectivos lançamentos contábeis, registrados no SIAFI, devendo ser feita no dia útil seguinte ao da emissão.
- Esta conformidade deve ser registrada diariamente com vista a definir o movimento do dia, no prazo de 24 horas da emissão do documento, sendo o seu registro necessário para se efetuar o registro da Conformidade de Suporte Documental.

Conformidade Documental

- A Conformidade de Suporte Documental consiste na responsabilidade do servidor, designado pela UGE, quanto à certificação da existência de documento hábil, como também sua guarda, que comprove a operação e retrate a transação efetuada.
- A Conformidade de Suporte Documental deverá ser registrada em até 48 horas após a data prevista para o registro da Conformidade Diária, ou seja, 72 horas após a emissão do documento, observado o prazo de fechamento no calendário da UGE.
- As Conformidades Diárias e Documental registradas sem restrições em 2005, foram 98% e 95% respectivamente.

REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL DE UNIDADE GESTORA

Em 2005 foram registradas 368 conformidades, sendo 122 com restrição e 246 sem restrição, como demonstra o quadro a seguir:

MÊS	CONFORMIDADE CONTÁBIL	
	SEM RESTRIÇÃO	COM RESTRIÇÃO(*)
Janeiro	25	5
Fevereiro	21	8
Março	22	8
Abril	21	9
Maiο	18	12
Junho	21	9
Julho	23	8
Agosto	18	14
Setembro	21	10
Outubro	18	14
Novembro	19	13
Dezembro	19	12
TOTAL	246	122

(*) Semanalmente são realizadas análises nos demonstrativos contábeis (Balancete, Concontir, Coniconsm etc.) de cada Unidade Gestora. As pendências encontradas são informadas às UG responsáveis por sua existência, via mensagem SIAFI, bem como solicitados os procedimentos para solucioná-las.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Unidade Gestora: 201004

Gestão: 00001

De acordo com a Portaria GM/MP nº 232, de 03 de agosto de 2005, compete à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças coordenar a execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Gestora Executora 201004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, quando autorizada pelo Ordenador de Despesas. No desempenho dessa competência, demonstra-se na planilha a seguir a referida execução orçamentária e financeira:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA

**Unidade Gestora: 201004
Gestão: 00001**

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 121 0795 4090 0001	COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	300.977,41	299.316,37	143.968,36	155.348,01
04 121 0795 4090 0001	COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO - NACIONAL	4 – Investimentos	4.032,29	4.032,29	4.032,29	0,00
04 121 0802 4505 0001	MONITORAMENTO E REVISAO DO PLANO PLURIANUAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	833.131,40	833.131,40	283.131,40	550.000,00
04 121 0802 4833 0001	PLANEJAMENTO TERRITORIAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	2.140,00	2.140,00	2.140,00	0,00
04 121 1003 4743 0001	COORDENACAO E CONTROLE DA GESTAO DAS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.530.331,77	1.530.331,77	1.080.331,77	450.000,00
04 121 1333 6476 0001	AVALIACAO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	14.369,00	14.369,00	14.369,00	0,00
04 122 0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	53.785.412,99	53.778.678,70	45.179.345,70	8.599.333,00
04 122 0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	4 – Investimentos	930.748,08	930.748,08	157.087,73	773.660,35
04 122 0750 86AT 0001	GESTAO DOS BENS IMOVEIS E DA COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA	3 – Outras Despesas Correntes	27.373,08	27.373,08	27.373,08	0,00
04 122 0794 11GQ 0001	DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE ARREC - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	78.435,43	78.435,43	78.435,43	0,00
04 122 0794 11GQ 0001	DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE ARREC - NACIONAL	4 – Investimentos	166.260,00	166.260,00	0,00	166.260,00
04 122 0794 12C5 0001	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ORLA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	139.959,42	139.959,42	19.959,42	120.000,00

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 122 0794 4063 0001	ADMINISTRACAO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	3.114.987,13	3.114.987,13	2.229.611,53	885.375,60
04 122 0794 4063 0001	ADMINISTRACAO DO PATRIMONIO IMOBILIÁRIO - NACIONAL	4 – Investimentos	473.775,00	473.775,00	750,00	473.025,00
04 122 0794 4832 0001	CADASTRO DE IMOVEIS DA UNIAO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	513.365,19	513.365,19	203.033,19	310.332,00
04 122 0794 4852 0001	TRANSACOES IMOBILIARIAS DA UNIAO DE INTERESSE PÚBLICO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	94.614,80	94.614,80	43.290,08	51.324,72
04 122 0794 6738 0001	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM IMÓVEIS DA UNIÃO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	9.725,54	9.725,54	9.725,54	0,00
04 122 0794 6738 0001	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM IMÓVEIS DA UNIÃO - NACIONAL	4 – Investimentos	1.740.707,00	1.740.707,00	0,00	1.740.707,00
04 122 0798 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.293.541,81	1.293.541,81	798.277,35	495.264,46
04 122 0802 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	243.853,84	242.893,34	172.048,80	70.844,54
04 122 0802 2649 0001	COORDENACAO DA INTEGRACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA AMÉRICA DO SUL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	15.941,00	15.941,00	15.941,00	0,00
04 122 1003 4069 0001	EXTINCAO E LIQUIDACAO DE ENTIDADES PÚBLICAS FERERAIS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	11.443,10	11.443,10	10.508,10	935,00
04 122 1003 4069 0001	EXTINCAO E LIQUIDACAO DE ENTIDADES PÚBLICAS FERERAIS - NACIONAL	4 – Investimentos	473,90	473,90	473,90	0,00
04 122 1003 4506 0001	CAPTACAO DE RECURSOS EXTERNOS DE ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E GOVERNAMENTAIS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	332.182,53	332.182,53	332.182,53	0,00
04 122 1003 4506 0001	CAPTACAO DE RECURSOS EXTERNOS DE ORGANISMOS FINANCEIROS MULTILATERAIS E GOVERNAMENTAIS - NACIONAL	4 – Investimentos	29.340,00	29.340,00	0,00	29.340,00

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 122 1008 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	114.120,44	114.120,44	1.343,30	112.777,14
04 122 1054 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	2.671,50	2.671,50	2.671,50	0,00
04 122 1054 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	4 – Investimentos	215.548,60	215.548,60	0,00	215.548,60
04 122 1054 4830 0001	ADMINISTRACAO DAS GERENCIAS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	7.262,44	7.262,44	7.262,44	0,00
04 122 1054 4830 0001	ADMINISTRACAO DAS GERENCIAS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - NACIONAL	4 – Investimentos	30.240,00	30.240,00	0,00	30.240,00
04 122 1088 1112 0001	MODERNIZACAO DO APARELHO DO ESTADO EURO BRASIL 2000 - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	440.904,99	440.904,99	440.904,99	0,00
04 122 1088 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	125.608,70	125.608,70	120.608,70	5.000,00
04 122 1088 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	4 – Investimentos	20.366,00	20.366,00	2.801,00	17.565,00
04 122 1088 5310 0001	ASSISTENCIA TECNICA PARA MODERNIZACAO DA GESTÃO E PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	994,15	994,15	772,16	221,99
04 122 1088 6282 0001	INCENTIVO A MELHORIA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	86.012,00	86.012,00	7.850,00	78.162,00
04 122 8002 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	630.000,00	630.000,00	0,00	630.000,00
04 125 1054 4064 0001	AUDITORIA NA AREA DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	100.654,82	100.654,82	100.654,82	0,00

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 125 8002 5270 0001	APRIMORAMENTO E NORMATIZACAO DO PORTAL GOVERNO ELETRÔNICO E SITES COLIGADOS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	569.999,44	569.999,44	112.444,44	457.555,00
04 126 0794 4078 0001	SISTEMA DE INFORMACAO PARA A GESTAO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	9.899.999,73	9.899.999,73	4.136.912,37	5.763.087,36
04 126 0795 4557 0001	SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORCAMENTÁRIOS - SIDOR - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	18.550.956,48	18.550.956,48	15.588.592,10	2.962.364,38
04 126 0795 4557 0001	SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORCAMENTÁRIOS - SIDOR - NACIONAL	4 – Investimentos	621.360,00	621.360,00	0,00	621.360,00
04 126 0798 4077 0001	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	14.679.999,00	14.679.999,00	8.728.666,83	5.951.332,17
04 126 0798 4252 0001	OTIMIZACAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.777.169,51	1.777.169,51	327.198,37	1.449.971,14
04 126 0798 4252 0001	OTIMIZACAO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	4 – Investimentos	530.091,00	530.091,00	0,00	530.091,00
04 126 0802 4254 0001	SISTEMA DE INFORMACOES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	819.999,00	819.999,00	378.747,60	441.251,40
04 126 1008 12BI 0001	IMPLANTACAO DE REDE PARA RECONDICIONAMENTO E DOAÇÃO DE COMPUTADORES - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00
04 126 1008 6492 0001	FOMENTO A ELABORACAO E IMPLANTACAO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
04 126 1054 1771 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - PMPEF - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	8.000.000,00	8.000.000,00	4.710.280,39	3.289.719,61
04 126 1054 4076 0001	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS – SIAPE - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	47.050.000,00	47.050.000,00	30.184.894,26	16.865.105,74

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 126 1054 6274 0001	NEGOCIACAO COLETIVA NO SERVICO PUBLICO FEDERAL – NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	6.598,64	6.598,64	6.598,64	0,00
04 126 1088 4075 0001	SISTEMA DE INFORMACOES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL - SIOG - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.099.199,59	1.099.199,59	638.858,76	460.340,83
04 126 8002 11G3 0001	ADOCAO DE NOVAS TECNOLOGIAS COMPUTACIONAIS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.840,00	1.840,00	1.840,00	0,00
04 126 8002 11G8 0001	INTEGRACAO DOS SISTEMAS E CADASTROS SOCIAIS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	540.000,00	540.000,00	0,00	540.000,00
04 126 8002 11GB 0001	IMPLANTACAO DOS PADROES DE INTEROPERABILIDADE DE GOVERNO ELETRÔNICO – E-PING - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	247.643,50	247.643,50	0,00	247.643,50
04 126 8002 3543 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA INTEGRADA DE COMUNICAÇÕES – INFOVIA BRASIL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.157.491,94	1.157.491,94	44.834,10	1.112.657,84
04 126 8002 3543 0001	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA INTEGRADA DE COMUNICAÇÕES – INFOVIA BRASIL - NACIONAL	4 – Investimentos	453.518,97	453.518,97	0,00	453.518,97
04 126 8002 3549 0001	INTEGRACAO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.230.000,00	1.230.000,00	870.000,00	360.000,00
04 126 8002 4500 0001	PORTAL CORPORATIVO DO GOVERNO FEDERAL - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	699.600,99	699.600,99	593.733,35	105.867,64
04 126 8002 4838 0001	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO CIDADAO POR MEIOS ELETRÔNICOS - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	703.606,96	703.606,96	0,00	703.606,96
04 126 8002 5274 0001	IMPLANTACAO DO SERVICO DE DIRETORIO E MENSAGERIA DA REDE GOVERNO - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	654.911,82	654.911,82	88.583,89	566.327,93
04 128 1054 2655 0001	CAPACITACAO DOS TECNICOS E GERENTES DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA DE PESSOAL CIVIL – SIPEC - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	82.792,50	82.792,50	82.792,50	0,00

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
04 212 0681 0011 0001	CONTRIBUICAO AO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY – GEF - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	7.298.497,00	7.298.497,00	4.461.998,59	2.836.498,41
04 212 0681 0348 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – CLAD - NACIONAL -	3 – Outras Despesas Correntes	156.000,00	156.000,00	145.656,00	10.344,00
04 212 0681 0349 0001	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL – ILPES - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	360.703,55	360.703,55	9.999,99	350.703,56
04 571 1003 4732 0001	ESTUDOS E ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA ECONÔMICA BRASILEIRA - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	173.224,18	173.224,18	117.756,48	55.467,70
04 845 0795 0347 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO – ABOP - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
04 846 1003 0538 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS – FOE - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	829.076,00	829.076,00	798.154,97	30.921,03
04 846 1003 0539 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS – FUMIN - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	3.521.079,00	3.521.079,00	3.139.769,71	381.309,29
04 846 1003 0540 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS – CII - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	21.760.000,00	21.760.000,00	21.760.000,00	0,00
04 846 1003 0541 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO – FAD - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	12.288.972,00	12.288.972,00	0,00	12.288.972,00
04 846 1003 0542 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRINO DE DESENVOLVIMENTO – BAD - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	820.499,00	820.499,00	783.845,51	36.653,49
04 846 1003 0543 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA - NACIONAL	5 – Inversões Financeiras	8.444.013,00	8.444.013,00	3.718.450,48	4.725.562,52

Programa de Trabalho	Descrição	Grupo de Despesa	Provisões Recebidas	Empenhos		Restos a Pagar Inscritos
				Emitidos	Liquidados	
08 122 0750 2000 0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL	3 – Outras Despesas Correntes	1.581.823,90	1.581.823,90	1.391.408,97	190.414,93
TOTAL			235.172.172,05	235.162.816,22	154.912.903,41	80.249.912,81

GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
2003						
Não houve gastos com cartão corporativo.						
2004						
AMAURY DAS NEVES CLEMENTE	Datilógrafo - Classe A - Nível III - FCT 6 Lotação: Apoio DEST Atribuições: apoio administrativo, protocolo da Secretaria.	17/11/2004 a 17/12/04	2.000,00	538,00	24/11/04	Alexandre Ribeiro Motta
		Fatura	1.800,00	488,00		
		Saque	200,00	50,00		
2005						
ALBERTO FRANCISCO GOMES SPI – Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	Chefe de Divisão – 101.2 Lotação: Apoio SPI – Atribuições pertinentes: apoio administrativo, protocolo.	14/02/05 a 16/03/05	4.000,00	1.697,66	23/03/05	Alexandre Ribeiro Motta
		19/03/05 a 18/04/05	3.000,00	787,47	26/04/05	"
		18/04/05 a 18/05/05	3.000,00	945,95	23/05/05	"
		18/05/05 a 17/06/05	3.000,00	1.018,65	23/06/05	"
		20/07/05 a 19/08/05	3.000,00	1.006,30	24/08/05	"
		20/08/05 a 19/09/05	2.000,00	666,70	26/09/05	Ulysses César Amaro de Melo
		19/09/05 a 19/10/05	2.000,00	345,00	26/10/05	"
		19/10/05 a 18/11/05	2.000,00	330,00	25/11/05	"

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
		19/11/05 a 19/12/05	2.000,00	589,50	26/12/05	"
		Total	24.000,00	7.387,23		
		**Saque	720,00	720,00	11/04/05	"
			450,00	450,00	08/06/05	Ulysses César Amaro de Melo
			450,00	450,00	07/12/05	"
			280,00	280,00	20/12/05	"
		Total	1.900,00	1.900,00		
AMAURY DAS NEVES CLEMENTE DEST – Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais	Datilógrafo – Classe A – Nível III – FCT 6 Lotação: Apoio da DEST – Atribuições pertinentes: apoio administrativo, protocolo.	**Saque 28/04/05 a 20/05/05	2.000,00	125,00	09/05/05	Alexandre Ribeiro Motta
		20/07/05 a 19/08/05				
		Fatura	2.000,00	40,32	24/08/05	Alexandre Ribeiro Motta
		Total	2.000,00	40,32		
CARLOS ALBERTO RIBEIRO SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais	Coordenador de Apoio Administrativo – DAS 101.3 Lotação: Apoio da SEAIN – Atribuições pertinentes: apoio administrativo, protocolo.	Não houve gasto				
		Fatura				
		20/08/05 a 19/09/05	500,00	178,80	26/09/05	Ulysses César Amaro de Melo
		19/09/05 a 19/10/05	Não houve gasto	0,00	-	"
		19/10/05 a 18/11/05	500,00	105,74	25/11/05	"
		19/11/05 a 19/12/05	Não houve gasto	0,00	-	"
		Total	1.000,00	284,54		
ENIO JOSÉ VERRI GM – Gabinete do Ministro Suprimento de Fundos para atender viagens do Sr. Ministro/MP	Chefe de Gabinete – DAS 101.5 Lotação: Gabinete do Ministro	Não houve gasto				Ulysses César Amaro de Melo
IDAIR PEREIRA SALGADO GM – Gabinete do Ministro Suprimento de Fundos para atender despesas de pequeno vulto e de pronta entrega do GM/MP	Assistente Técnico do Gabinete do Ministro – DAS 102.1 Lotação: Gabinete do Ministro – Cerimonial Atribuições: Assessoramento do	18/06/05 a 18/07/05				
		Fatura	4.000,00	64,80	25/07/05	
		20/07/05 a 19/08/05	Não houve gasto.			

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
	Cerimonial	19/09/05 a 19/10/05	Não houve gasto.			
		19/11/05 a 19/12/05	Não houve gasto.			
JOÃO BATISTA BERNARDES SOF – Secretaria de Orçamento Federal	Técnico de Orçamento e Planejamento Lotação: DIVAT – Divisão de Administração Atribuições: Serviços de atividades auxiliares da Administração da SOF.	18/05/05 a 17/06/05	2.000,00	692,50	23/06/05	Alexandre Ribeiro Motta
		18/06/05 a 18/07/05		768,50	25/07/05	"
		Total	2.000,00	1.461,00		
JOSÉ FERNANDES BARBARÁ COMAP/DIPATCGLOG/SPOA - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Agente de Vigilância Lotação: DIPAT/CGLOG Atribuições: Pertinentes a Divisão de Administração Patrimonial.	14/02/05 a 16/03/05	3.900,00	606,52	23/03/05	Alexandre Ribeiro Motta
		19/03/05 a 18/04/05	3.900,00	2.441,06	26/04/05	"
		18/04/05 a 18/05/05	3.900,00	1.820,42	23/05/05	"
		18/05/05 a 17/06/05	3.900,00	847,20	23/06/05	"
		18/06/05 a 18/07/05	3.900,00	1.331,23	25/07/05	"
		20/07/05 a 19/08/05	3.900,00	2.177,96	24/08/05	"
		20/08/05 a 19/09/05	3.900,00	216,00	26/09/05	
		19/09/05 a 19/10/05	3.900,00	275,04	26/10/05	
		19/10/05 a 19/11/05	3.900,00	0,00	-	
		19/11/05 a 19/12/05	3.900,00	56,70	26/12/05	
		Total	39.000,00	9.772,13		
		**Saque				
		18/04/05 a 18/05/05	600,00	458,00		Alexandre Ribeiro Motta
			800,00	702,00		"
		Total	1.400,00	1.160,00		"
						"
		18/05/05 a 17/06/05	1.300,00	335,00		"
			1.300,00	846,00		"
			1.300,00	65,00		"
			600,00	65,00		"
		Total	5.300,00	2.406,00		

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
MARIA LÚCIA DE CARVALHO PORTO SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	Chefe de Gabinete – DAS 101.4 Lotação: Gabinete da SLTI Atribuições: Coordenar as atividades do Gabinete da SLTI	Não houve gasto				
MARIA NILZA RODRIGUES ARAÚJO COTAD/DIAGE/CGLOG – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	Chefe de Divisão: DAS 101.2 Lotação: DIAGE – Divisão de Atividades Gerais / CGAIN Atribuições: Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e outras atribuições que lhe forem cometidas.	14/02/05 a 16/03/05 19/03/05 a 18/04/05 18/04/05 a 18/05/05 18/05/05 a 17/06/05 18/06/05 a 18/07/05 20/07/05 a 19/08/05 20/08/05 a 19/09/05 19/09/05 a 19/10/05 19/10/05 a 18/11/05 19/11/05 a 19/12/05	4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00	223,20 1.169,53 57,00 1.869,72 742,90 1.399,00 1.015,40 1.191,55 663,31 313,70	23/03/05 26/04/05 23/05/05 23/06/05 25/07/05 24/08/05 26/09/05 26/10/05 25/11/05 26/12/05	Alexandre Ribeiro Motta " " " " " Ulysses César Amaro de Melo " " "
		Total	36.000,00	8.645,31		
		**Saque				
		09/03/05 a 20/03/05 30/03/05 a 20/04/05 20/04/05 a 20/05/05 07/07/05 a 20/07/05 15/06/05 a 18/05/05 27/06/05 a 20/07/05 19/09/05 a 19/10/05 31/10/05 a 20/11/05 20/11/05 a 20/12/05	1.000,00 2.249,00 282,00 1.422,00 35,00 612,00 3.173,00 299,00 796,00	1.000,00 2.249,00 282,00 1.422,00 35,00 612,00 3.173,00 299,00 796,00		Alexandre Ribeiro Motta " " " " " Ulysses César Amaro de Melo " "
		Total	9.868,00	9.868,00		

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
MURILO MAIA DIAS SOF - Secretaria de Orçamento Federal	Chefe de Serviço - DAS 101.1 Lotação: DIVAD/GABIN/SOF Atribuições: Compete zelar pelo material e patrimônio da Secretaria e exercer efetivo controle sobre os serviços gerais, de apoio e de infra-estrutura, inclusive as tarefas sob a responsabilidade de terceiros.	14/02/05 a 16/03/05	3.000,00	549,00	23/03/05	Alexandre Ribeiro Motta
		19/03/05 a 18/04/05		190,00	26/04/05	"
		18/04/05 a 18/05/05	2.200,00	1.222,00	23/05/05	"
		18/05/05 a 17/06/05		141,00	23/06/05	"
		18/06/05 a 18/07/05	2.400,00	194,12	25/07/05	Marcos José Pereira Damasceno / Sub.Adj.
		20/07/05 a 19/08/05	2.400,00	1.005,50	24/08/05	Alexandre Ribeiro Motta
		20/08/05 a 19/09/05	2.400,00	386,00	26/09/05	Ulysses César Amaro de Melo
		19/09/05 a 19/10/05	2.800,00	407,28	26/10/05	"
		19/10/05 a 19/11/05	1.800,00	378,50	25/11/05	"
		19/11/05 a 19/12/05	2.400,00	220,00	26/12/05	"
		Total		19.400,00	4.693,40	
	**Saque					
	14/02/05 a 16/03/05	550,00	550,00		Alexandre Ribeiro Motta	
	20/08/05 a 19/09/05	400,00	400,00			
	Total	950,00	950,00			
PAULO ROBERTO SILVA SOUZA COGEP/SPOA - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Agente Administrativo Lotação: Apoio da COGEP Atribuições: Atribuições pertinentes: apoio administrativo, protocolo.	19/03/05 a 18/04/05	4.000,00	2.767,97	26/04/05	Alexandre Ribeiro Motta
		18/05/05 a 17/06/05	4.000,00	1.841,41	23/06/05	"
		18/06/05 a 18/07/05	4.000,00	2.210,35	25/07/05	"
		20/07/05 a 19/08/05	4.936,79	4.936,79	24/08/05	"
		20/08/05 a 19/09/05	4.000,00	3.459,45	26/09/05	Ulysses César Amaro de Melo
	Total	20.936,79	15.215,97			
REGINA MARIS PEREIRA CUNHA DE FREITAS GM - Gabinete do Ministro	Assistente Técnico do Gabinete do Ministro - DAS 102.1 Lotação: Gabinete do Ministro - Cerimonial Atribuições: Coordenar os trabalhos do Cerimonial.	**Saque				
		27/04/05 a 20/05/05	4.000,00	982,00		Alexandre Ribeiro Motta
		25/05/05 a 20/06/05	4.000,00	950,00		"
		27/06/05 a 20/07/05	4.000,00	625,00		"
		20/07/05 a 19/08/05	Não houve gasto	0,00		"
	19/08/05 a 18/09/05	4.000,00	1.463,00		"	

Supridos	Cargo / Função Comissionada	Data Fatura	Valor Empenhado	Valor Pago	Data pág. fatura	Ordenador de Despesa
		29/09/05 a 20/10/05	Não houve gasto	0,00		
		31/10/05 a 20/11/05	4.000,00	170,00		
		22/11/05 a 23/12/05	4.000,00	960,00		
		Total	24.000,00	5.150,00		
WANDERLEY CAMARGO SILVA SE - Secretaria Executiva	Chefe de Serviço - DAS 101.1 Lotação: DIAPO/SE - Divisão de Apoio Operacional Atribuições: Prever e requisitar, junto ao setor competente e dentro das normas vigentes, os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades da SE.	Não houve gasto.				Alexandre Ribeiro Motta
		19/09/05 a 19/10/05	300,00	72,00	26/10/05	Ulysses César Amaro de Melo
		19/10/05 a 19/11/05	300,00	47,25	25/11/05	"
		19/11/05 a 19/12/05	300,00	294,40	26/12/05	
		Total	900,00	413,65		
		TOTAL GERAL	148.736,79	47.978,35		
		TOTAL SAQUES	44.018,00	20.399,00		

** Saque: Composto pelas contas 199962401(R\$19.005,00) e 112680000(R\$1.394,00).

* Fatura: Composto pela conta 199962402

112680000:

Amaury - R\$ 125,00

Alberto - R\$ 720,00

José Barbará - R\$ 300,00

Maria Nilza - R\$ 249,00

Dos itens 3 ao 12, exceto 11, do Anexo X da NE/CGU n.º 01 de 05/01/2006, não se aplicam, por não serem compatíveis com as atividades desenvolvidas pela CGPOF.



COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS - CGAC

1.8 À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Contratos – CGAC pertence à estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria Executiva, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, conforme estabelecido no Decreto nº 5.134, de 7 de julho de 2004, publicado no DOU de 08/07/2004, e com suas atribuições descritas nos artigos 69 a 74, do Regimento Interno - Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005 - DOU de 05/08/2005.

Finalidades Essenciais: Planejar e coordenar as atividades relativas ao acompanhamento e supervisão de contratos, convênios e termos de parceria, no âmbito do Ministério.

Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática: No Plano Plurianual 2004 – 2007, as ações desenvolvidas pela CGAC encontram-se inseridas no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, SPOA, subordinada à Secretaria-Executiva do Ministério.

Missão Institucional: Contribuir para a permanente melhoria das práticas de gestão utilizadas no acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos contratos e convênios, além dos termos de parceria estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, e, desta forma, exercer a gestão com tempestividade, além de detectar eventuais falhas e problemas que a Administração Pública possa vir a enfrentar no futuro, atuando de forma preventiva, na busca contínua de qualidade e excelência dos serviços prestados aos seus usuários.

2) OBJETIVOS E METAS

REALIZAÇÕES

Neste tópico encontram-se os contratos administrativos e seus termos aditivos, e os convênios firmados com o MP, em execução durante o ano de 2005, que tramitaram pela Supervisão de Contratos desta CGAC.

Com a intenção de facilitar a compreensão de todo o processo, desde o seu projeto básico até os procedimentos finais, adotou-se como metodologia de trabalho uma análise minuciosa dos contratos com as conseqüentes alterações contratuais necessárias, a convocação das empresas prestadoras de serviços para os acertos necessários quanto ao objeto licitatório e suas obrigações contratuais, principalmente quanto aos aspectos administrativos e legais.

CONTRATOS VIGENTES DURANTE O EXERCÍCIO DE 2005

No exercício de 2005 a GCAC ficou responsável pelo acompanhamento e a fiscalização/supervisão de 154 (cento e cinquenta e quatro) contratos e 09 (nove) convênios.

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
ADLER ASSES.	007/00	8º	Rede inf., comp. Inst. Lógica, elétrico	CGMI	09.02.00	08.02.06	Tomada de Preços nº 020/1998	Carlos	Saete
ADLER ASSES.	029/04	3º	Conservação e recuperação dos pisos, paredes e tetos, c/ fornec. de materiais e aplicados nos Blocos "C", "K", SOF e demais unidades administrativas	CGMI	14.09.04	13.09.06	Tomada de Preços nº 004/2004	Carlos	Saete
AEROSAT	029/02	3º	Serviços de confecção de base cartográfica	CGLOG	26.08.02	25.11.05	Concorrência nº 03/2001	Cairo	Saete
AG. ESTADO	020/04	-	01 ponto do serviço de Broadcast System, via TCP	ASCOM	06.10.04	05.10.05	Inexigibilidade de Licitação nº 09/2004	João	-
AG. ESTADO	031/01	6º	Serviços especializado de Broadcast System	ASCOM	11.06.01	10.06.06	Inexigibilidade de Licitação nº 014/2001	Carlos	Cairo
AGRITEC	032/02	2º	Serviços de confecção de base cartográfica	SPU	26.08.02	25.08.05	Concorrência nº 03/2001	Cairo	Saete
AGROSERVICE	010/04	1º	Serviços de remanejamento de bens móveis	DIPAT	23.03.04	22.03.05	Pregão nº 003/2004	Carlos	-
ALBATROZ	036/04	2º	Recuperação e conservação dos Imóveis Funcionais de Brasília/DF	CGLOG	20.09.04	19.09.06	Tomada de Preços nº 006/2004	João	-
BB ADMINISTRADORA	060/01	7º	Emissão e Adm. de Cartão do Gov. Federal	CGLOG	26.10.01	25.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 028/2001	Cairo	Cairo
BB-K CESSÃO DE USO	038/01	1º	Dá em Cessão área de 198,33 m2, Bloco "K"	CGLOG	22.10.01	21.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 022/2001	Cairo	-
BB CESSÃO DE USO	039/01	-	Dá em Cessão área de 36,46 m2, Bloco "C"	CGLOG	22.10.01	21.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 021/2001	Cairo	-
BB-SOF CESSÃO DE USO	040/01	-	Dá em Cessão área de 62,72 m2, SOF	CGLOG	22.10.01	21.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 020/2001	Cairo	-
BIZERRA & GEBRIM	052/01	7º	Serviços de fotojornalismo	ASCOM	03.09.01	02.09.06	Pregão nº 007/2001	Cairo	Cairo
BRAZIL TECHNOLOGY	069/05	-	Aquisição de Equipamentos de vídeo conferência.	COMAT	29.12.05	11.02.08	Registro de Preços nº 024/2005	Não designado	
BRASIL TELECOM	077/02	3º	Serviços de Telefonia Fixa Comutada	SOF	13.12.02	12.12.06	Pregão nº 035/2002	Lúcia	Rosária
BRASIL TELECOM	031/03	1º	Serviços de telecomunicações e de telefônico fixo comutado	DELIQ	01.01.04	31.12.06	Pregão nº 028/2003	Lúcia	Rosária
BRASIL TELECOM	027/04	1º	Serviços Telefônicos Móvel Pessoal, de longa distância intra-regional e nacional e de longa distância internacional	CGLOG	04.10.04	03.10.06	Pregão nº 009/2004	Lúcia	Rosária
CAESB	033/00	4º	Fornec. de água e coleta de esgoto sanitários	COTAD	29.12.00	28.12.05	Inexigibilidade de Licitação nº 012/2000	Saete	Carlos
CAESB	058/05	-	Fornecimento de água potável coleta de esgotos sanitários.	COTAD	22.12.05	28.12.06	Inexigibilidade de Licitação nº 007/2005	Carlos	-
CEB	034/02	4º	Fornecimento de energia elétrica para o Bl. "C"	COTAD	29.05.02	28.05.06	Dispensa de Licitação nº 010/2002	Saete	Carlos

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
CEB	035/02	3º	Fornecimento de energia elétrica para o Bl. "K"	COTAD	28.05.02	28.05.06	Dispensa de Licitação nº 010/2002	Saete	Carlos
CEB	003/04	1º	Compartilhamento da infraestrutura do sistema de distr. de energia elétrica	SLTI	12.05.04	11.05.06	Inexigibilidade de Licitação nº 006/2004	João	-
CEB	046/05	-	Compartilhamento da infraestrutura do sistema de distr. de energia elétrica	CGAIN	27.12.05	26.12.06	Inexigibilidade de Licitação nº 006/2005	João	Cleidson
CEF	030/00	7º	Realização de serviços de avaliação de móveis, para alienação, locação, laudêmio, aquisição, vistoria e técnicos para viabilidade de empreendimento, elaboração e atualização das plantas	SPU	17.07.00	15.07.05	Inexigibilidade de Licitação nº 023/00	Cairo	-
CEF CESSÃO DE USO	036/01	-	Dá em Cessão área de 214,30 m2, térreo - Bloco "C"	CGLOG	22.10.01	21.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 017/2001	Cairo	Cairo
CEF - K CESSÃO DE USO	043/01	-	Dá em Cessão área de 8,25 m2, Bloco "K"	CGLOG	22.10.01	10.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 018/2001	Cairo	Cairo
CEF	048/05	-	Serv. de avaliação de imóveis, p/alienação, locação e arrendamento, aquisição vistorias técnicas, estudos técnicos para viabilidade de empreendimentos, elaboração e atualização de Plantas de Valores Genéricos e análise vocacional dos imóveis de propriedade da União	SPU	19.12.05	18.12.06	Inexigibilidade de Licitação nº 009/2005	Cleidson	João
CLIP & CLIPPING	042/00	5º	Monitoramento e rastreamento de notícia	ASCOM	12.09.00	11.09.05	Tomada de Preços nº 009/2000	Cairo	-
CLIP & CLIPPING	035/05	-	Serviços de monitoramento e rastreamento diário de notícias jornalísticas em mídia televisiva	ASCOM	12.09.05	11.09.06	Pregão nº 014/2005	Cairo	-
CNC	044/05	-	Serviços de reprografia com fornecimento de equipamentos, operadora para as centrais de atendimento, manutenção e todo o material de consumo	CGLOG	31.10.05	30.11.06	Pregão nº 020/2005	Sérgio	Mário
COMERCIAL MARTE	011/05	-	Aquisição de cadeiras	CGLOG	04.02.05	02.02.10	Pregão nº 004/2004	Saete	Carlos
COMPUADD	005/05	-	Aquisição com instalação de 55 microcomputadores	CGLOG	03.02.05	02.02.07	Pregão nº 050/2004	João	-
CONNECTA	052/04	-	Aquisição com instalação de solução para implementação de sistema de comunicação sem fio (Rede Wireless)	SLTI	31.12.04	30.12.06	Pregão nº 036/2004	Mário	Sérgio
CONSERTEX	018/03	3º	Manut. prev. e corret., com fornec. de todas as peças de repos. De 90 aparelhos de fac-símiles	COMAT	01.10.03	30.09.06	Pregão nº 009/2003	Saete	Carlos
CONSEL	023/00	5º	Serviços de reprografia	COTAD	01.06.00	31.05.05	Concorrência nº 007/1999	Sérgio	-
CONSERVO	030/03	4º	Suporte Operacional e apoio administrativo em Secretariado	CGLOG	01.01.04	31.12.06	Pregão nº 016/2003	Sérgio	Mário
CONSERVO	034/04	-	Serviços de suporte e assessoramento de divulgação	CGLOG	01.09.04	28.02.05	Dispensa de Licitação nº 128/2004	Lúcia	-

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
CONSERVO	054/04	-	serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa	CGLOG	01.01.04 22.12.04	31.12.06	Dispensa de Licitação nº 168/2004	Lúcia	Rosária
CONSERVO	018/05	-	Prestação de serviços e suporte e assessoramento de divulgação.	CGLOG	01.03.05	28.02.06	Pregão nº 001/2005	Sérgio	Mário
CONSERVO	028/05	-	serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa	CGLOG	01.01.04 01.06.05	31.12.06	Dispensa de Licitação nº 45/2005	Mário	Sérgio
CONTAL	033/04	-	Serviços acessórios e complementares em atividades da administração	CGLOG	01.09.04	28.02.05	Dispensa de Licitação nº 127/2004	Lúcia	-
COOPERPLAN CESSÃO DE USO	041/01	-	Dá em Cessão área de 47,53 m2, Bloco "C"	CGLOG	22.10.01	20.10.06	Inexigibilidade de Licitação nº 019/2001	Cairo	-
COOPERTRAN	019/05	-	Transporte de pessoas e documentos, no âmbito do DF. (CARRO POPULAR)	COTAD	22.03.05	21.03.06	Pregão nº 034/2004	Saete	Carlos
COPPETEC	047/04	-	Serviços técnicos especializados com vistas à prestação de serviços de especificação de requisitos, projeto físico e implementação de protótipos incrementais do sistema de inteligência de informações do governo	SLTI	09.12.04	08.12.05	Dispensa de Licitação nº 140/2004	Rosária	Lúcia
COPPETEC	070/05	-	Prestação de serviços de especificação de requisitos, projeto físico e implementação de protótipos incrementais do Sist. de Inteligência de Informações de Governo, módulo de Acomp. de Despesas de Governo.	SLTI	23.12.05	22.12.06	Dispensa de Licitação nº 136/2005	Não foi designado	-
CORAL	045/00	7º	Limpeza, conservação e asseio com detetização	COTAD	02.10.00	01.10.06	Pregão nº 001/2000	Sérgio	Mário
CORAL	047/00	7º	Serviços de copeiragem para atender os blocos K, C e SOF.	COTAD	06.11.00	05.11.06	Pregão nº 002/2000	Sérgio	Mário
CORAL	023/02	4º	Serviços de limpeza, conservação e asseio no Bloco "C"	COTAD	25.03.02	21.09.06	Dispensa de Licitação nº 039/2002	Sérgio	Mário
COSENCO	027/05	-	serviços técnicos de operação, apoio e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças ou componentes, dos sistemas elétrico/hidráulico dos Edifícios do MP	COTAD	18.05.05	17.05.06	Concorrência nº 001/2005	Carlos	Saete
DELTA	015/99	8º	Serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva das instalações e sistemas elétricos, hidrossanitários, de ar condicionado, de grupos geradores de emergência, de proteção, detecção e combate a incêndio, de alarmes, com o fornecimento de toda a mão-de-obra e materiais, e manutenção de bens móveis do MP.	CGLOG	19.04.99	18.04.05	Tomada de Preços nº 018/1998	Carlos	-

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
DELTA	025/05	-	Prestação de serviços de assistência técnica, operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de condicionadores de ar instalados no bloco "K"	COTAD	20.04.05	17.10.05	Dispensa de Licitação nº 31/2005	Cairo	-
DELTA	026/05	-	serviços técnicos de operação, apoio e manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças ou componentes, dos sistemas elétrico/hidráulico dos Edifícios do MP	CGLOG	18.05.05	17.05.06	Concorrência nº 001/2005	Carlos	Saete
DELTA	037/05	-	Serviços técnicos de operação, apoio e manutenção preventiva e corretiva, dos sistemas elétricos/hidráulico.	CGLOG	04.06.05	03.06.06	Concorrência nº 001/2001	Carlos	Saete
DELTA	040/05	-	Prestação de serviços de assistência técnica, operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de condicionadores de ar instalados no bloco "K"	CGLOG	21.11.05	19.05.06	Dispensa de Licitação nº 116/2005	Carlos	Saete
DIAMOND	019/03	1º	Traduções e versões simultâneas	SPOA	25.09.03	24.09.05	Pregão nº 012/20003		
DIRECT REDE	032/05	-	Prestação de serviço de pesquisa e consulta a banco de dados, on-line e em tempo real.	CGLOG	30.06.05	29.06.06	Inexigibilidade de Licitação nº 002/2005	Cairo	-
DISBRAVE	021/05	-	Fornecimento de combustível	CGLOG	29.03.05	31.12.05	Pregão nº 005/2005	Saete	Carlos
DOM BOSCO	030/05	-	serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa	CGLOG	01.06.05	31.12.06	Dispensa de Licitação nº 43/2005	João	-
EBCT	021/03	1º	Contratação de Empresa especializada na prestação dos serviços de mala oficial e vendas de produtos.	CODIN	18.12.03	17.12.05	Dispensa de Licitação nº 92/2003	Cairo	-
EDITORA NDJ	028/04	1º	Prestação de serviços de assinatura de periódicos técnicos, visando a atender a CONJUR, GM, SLTI E o CGLOG pelo período de 12 meses	CGLOG	07.10.04	06.10.05	Inexigibilidade de Licitação nº 08/2004	João	-
EMBRATEL	078/02	4º	Serviços de Telefonia Fixa Comutada	SETEL	13.12.02	12.12.06	Pregão nº 035/2002	Lúcia	Rosária
EMBRATEL EMVIA	038/02	3º	Mensagens via fac-símile, através de rede de comunicação de dados	SETEL	24.06.02	23.06.06	Dispensa de Licitação nº 062/2002	Lúcia	Rosária
ESPARTA	046/01	6º	Vigilância armada e desarmada, brigada de incêndio e vigilância eletrônica monitorada.	COTAD	19.07.01	31.12.05	Pregão nº 016/2001	Sérgio	Mário
ESSENCIAL	023/05	-	Execução de serviços técnicos de conservação da impermeabilização de 14 reservatórios de água.	CGLOG	08.06.05	07.08.05	Convite nº 001/2003	Sérgio	Mário

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
EXECUTIVA	033/05	-	serviços de carregamento de volumes e bens móveis p/atender às necessidades dos blocos "C" e "K" da Esplanada dos Ministérios; Bloco "D" Lote 08 da SEP 516; Bloco "A", Quadra 03, SAN (área ocupada pelo DELIQ/SPOA/MP); depósitos: do SIG, Quadra 08, Lote 2006, do SGON, Quadra 05, lotes 19/22 e do SGMN, via N-3, Lote "E"	CGLOG	15.06.05	14.06.06	Pregão nº 011/2005	Sérgio	Mário
FGV	021/04	1º	Empresa especializada para elaboração de projeto "Panorama situacional e plano de recuperação da companhia docas do Espírito Santo.	DEST	29.09.04	28.05.05	Dispensa de Licitação nº 112/2004	Carlos	Saete
FOTOGEO	030/02	3º	Serviços de confecção de base cartográfica	SPU	26.08.02	25.01.05	Concorrência nº 003/2001	Cairo	-
FW BRASIL	050/05	-	Aquisição de fragmentadora de papel.	CGLOG	22.12.05	10.01.07	Pregão Eletrônico nº 018/2005	Mário	Sérgio
GETRONICS	010/05	-	Fornecimento e garantia de funcionamento de solução para implementação de sistema de vídeo-conferência	CGLOG	03.02.05	02.02.07	Pregão nº 038/2004	Carlos	Saete
GOGITAL	059/05	-	Aquisição com instalação completa de software para Gestão da Qualidade de Dados	SLTI	26.12.05	09.01.08	Pregão Eletrônico nº 032/2005	Lúcia	Rosária
HIBISCO CESSÃO DE USO	043/05	-	Exploração de restaurantes com serviços do tipo "self service" e de lanchonete	CGLOG	10.10.05	09.10.06	Concorrência nº 003/2005	João	-
HIDRO-SERVICE	017/03	2º	Tratamento químico, prev. e corretivo, contra corrosão, incrustação e desenv. de microorg., nas águas das centrais de ar condicionado do Bloco "K" e SOF	SEMAI	22.09.03	21.09.06	Convite nº 004/2003	Carlos	Saete
HM ARQUITETURA	026/04	1º	Serviços eventuais de instalação de vidros	COTAD	10.08.04	09.08.06	Pregão nº 002/2004	João	-
HM ARQUITETURA	031/04	-	Placas destinadas a sinalizar as áreas de uso comum e de emergência dos blocos "K", "C" e SOF, ocupados por órgãos vinc. ao MP.	CGLOG	03.06.04	16.10.05	Pregão nº 06/05	Sérgio	Mário
IMPRESA NACIONAL	004/03	2º	Assinatura de DOU e DJ, seções 1, 2 e 3	CODIN	10.06.03	09.06.06	Inexigibilidade de Licitação nº 001/2003	Cairo	-
IMPRESA NACIONAL	007/04	1º	Prestação de serviços de publicação de atos oficiais da CONTRATANTE, a serem prestados pela Imprensa Nacional, publicados no Diário Oficial da União	CODIN	17.05.04	16.05.06	Inexigibilidade de Licitação nº 004/2004	Cairo	-
INFORMATIC	006/05	-	Aquisição com instalação de equipamentos de informática	COLOG	01.02.05	31.01.08	Pregão nº 039/2004	Lúcia	Rosária

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
INTERBOOK	041/04	-	Fornecimento de materiais bibliográficos nacionais	CODIN	21.10.04	20.10.05	Pregão nº 015/2004	João	-
INTERLINE	067/01	4º	Passagens aéreas e terrestres em âmbito nacional e internacional	DIAGE	12.11.01	31.12.05	Pregão nº 003/2000	Mário	Sérgio
IOS	004/05	-	Contratação de Empresa para prestação de serviço de levantamento da situação atual e pretendida para a infraestrutura de rede e para as aplicações e serviços de rede.	CGLOG	23.04.05	07.06.05	Pregão nº 037/2004	Mário	Sérgio
ITAUTEC	039/05	-	Licença de Uso de Software de Planejamento do Sistema de Medição de Desempenho, c/ funcionalidades condizentes com as atuais exigências e necessidades do Prog. Qualidade. no Serv. Público e da Sec. de Gestão	SEGES	29.08.05	28.08.06	Tomada de Preços nº 001/2005	Mário	Sérgio
L. ANNUNZIATA	037/01	4º	Monit. E diag. Mensal da qualidade do art. interior	SEMAI	03.07.01	02.07.05	Tomada de Preços nº 005/2001	Mário	-
LICENSE	032/04	-	empresa especializada de serviços de apoio técnico na área de tecnologia de informação	CGLOG	01.09.04	28.02.05	Dispensa de Licitação nº 129/2004	Lúcia	-
LINK-DATA	038/05	-	Serviços de adequação do ambiente tecnológico e operacional da plataforma do software ASI, para a plataforma WEB/JAVA-software livre.	CGLOG	29.07.05	28.07.06	Inexigibilidade de Licitação nº 003/2005	Cairo	-
LINK-DATA	052/05	-	Serviços referentes à reestruturação e atualização de tabelas e codificações de materiais permanentes, localização patrimonial e endereçamento	CGLOG	20.12.05	19.08.06	Inexigibilidade de Licitação nº 008/2005	Mário	Sérgio
LOCABRAS	035/04	3º	Prestação de serviços de transporte de pessoas e documentos, âmbito do DF.	COTAD	22.09.04	21.03.05	Dispensa de Licitação nº 136/2004	Saete	-
LOGGOS	021/02	3º	Fornecimento de jornais, revista e periódicos, nacionais e internacionais	CODIN	01.04.02	31.12.06	Pregão nº 041/2001	Cairo	-
LR INF. IND. LTDA	007/05	-	Aquisição com instalação de 32 microcomputadores	CGLOG	14.02.05	13.02.08	Pregão nº 042/2004	João	-
MAPLAN	031/02	4º	Serviços de confecção de base cartográfica	SPU	26.08.02	25.08.06	Concorrência nº 003/2001	Cairo	-
MASTER	055/04	1º	Contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa, a serem realizados para o MP	CGLOG	22.12.04	31.05.05	Dispensa de Licitação nº 169/2004	Sérgio	Mário
MASTER	028/03	3º	Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa.	CGLOG	01.01.04	31.05.05	Pregão nº 016/03	Sérgio	Mário
MICROLOG	061/05	-	Aquisição de 2 microcomputadores.	CGLOG	30.12.05	18.01.09	Pregão Eletrônico nº 037/2005	Rosária	Lúcia

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
MICROLOG	067/05	-	Aquisição de 20 servidores de rede.	CGLOG	30.12.05	29.12.08	Pregão TST nº 130/2004	Cleudson	João
MINEIRÃO	049/04	-	Serv. De manutenções, c/ fornecimento de peças genuínas de mat. Necessários p/ atender a frota de veículos	DIAGE	17.11.04	16.11.06	Pregão nº 012/2004	Carlos	Saete
NEC DO BRASIL	042/05	-	Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para Sistema de Voz NEAX 2400 IMS-SP da marca NEC	CGLOG	14.11.05	13.11.06	Pregão nº 012/05	Cleudson	João
NORTFORT	018/02	3º	Manutenção de máquinas e equipamentos gráficos	COMAT	25.03.02	24.03.06	Dispensa de Licitação nº 015/2002	Saete	Carlos
NOVADATA	002/05	-	Aquisição de 20 notebook	CGLOG	13.01.05	12.01.07	Pregão nº 035/2004	Sérgio	Mário
NOVADATA - MICROCOMPUTADOR	003/05	-	Aquisição de 522 computadores, com instalação e garantia de funcionamento.	CGLOG	01.02.05	31.07.05	Pregão nº 046/2004	Rosária	-
NT SYSTEMS	056/02	4º	Locação de 06 servidores corporativos c/ 08 microprocessadores.	SOF	30.09.02	29.03.06	Concorrência nº 001/2001	Sérgio	Mário
NT SYSTEMS	057/05	-	Aquisição de 2 equipamentos servidores corporativos.	SOF	27.12.05	27.12.05	Pregão Eletrônico nº 002/2005	Sérgio	Mário
PATRIMONIAL	029/05	-	serviços de suporte operacional e de apoio à área administrativa	CGLOG	01.06.05	31.12.06	Dispensa de Licitação nº 44/2005	João	-
PELTIER	056/05	-	Serviços de engenharia para fornecimento, instalação e certificação de infra-estrutura de fibras ópticas.	SLTI	27.12.05	26.12.10	Tomada de Preços nº 003/2005	Sérgio	Mário
PERSIANAS	053/05	-	Fornecimento de cortinas tipo persiana vertical, com a execução de serviços de instalação e manutenção corretiva.	CGAIN	21.12.05	20.01.07	Pregão Eletrônico nº 010/2005	Sérgio	Mário
POLI ENGENHARIA	048/01	5º	Manut. prev. e corret., com forn. de material, dos aparelhos de ar condicionado central, de janela do Bloco "C"	COTAP	06.08.01	31.12.06	Tomada de Preços nº 004/2001	Saete	Carlos
POLITEC	015/05	-	Serviços de Apoio Técnico na área de Tecnologia da Informação	SLTI	01.02.05	31.01.07	Concorrência nº 003/2004	Mário	Sérgio
PÓLIS	047/05	-	Serviços para elaboração de estudos voltados para o desenvolvimento de metodologia.	SPU	21.12.05	20.07.06	Dispensa de Licitação nº 115/2005	Sérgio	Mário
POLYTEC	037/04	-	Aquisição c/ inst. de condicionadores de ar, tipo Mini-Split, para os Bls. "C" e "K"	CGLOG	29.09.04	28.09.07	Pregão nº 017/2004	João	Cleudson
PRO-SYSTEMS	041/05	-	Aquisição de Software "AutoCAD 2005 CDSL"	COTAD	21.09.05	20.09.06	Pregão nº 003/2005	Cleudson	João
RADIOBRÁS	001/02	3º	Serviço de publicidade legal	CGLOG	08.03.02	07.03.06	Inexigibilidade de Licitação nº 032/2001	Cairo	Cairo

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
RADIOBRÁS	008/04	-	Mídia Impressa	ASCOM	22.06.04	21.06.05	Dispensa de Licitação nº 023/04	Cairo	-
RADIOBRÁS	036/05	-	Assinaturas de Mídia Impressa	ASCOM	30.06.05	29.06.06	Dispensa de Licitação nº 054/2005	Cairo	-
RD MÓVEIS	012/05	-	Aquisição de sofás	COMAP	04.02.05	03.02.10	Pregão nº 004/2004	João	-
RHOX	062/05	-	Aquisição de 2 Switches Gigabit.	SLTI	30.12.05	13.01.09	Pregão Eletrônico nº 038/2005	Rosária	Lúcia
ROCHA BRESSAN	017/05	-	Adequação e reforma da rede elétrica de baixa tensão e implantação de rede de energia de emergência, ambos para o Bloco C deste MP.	CGLOG	07.03.05	06.03.06	Concorrência nº 004/2004	Carlos	Saete
RT MÁQUINAS	024/03	2º	Manut. Prev, corret e assist técnica, com fornec. De todas as peças de reposição	CODIN	17.12.03	16.12.05	Dispensa de Licitação nº 111/2003	Lúcia	-
SANTA HELENA	51/05	-	Empresa especializada em prestação de serviço de vigilância armada e desarmada, de brigada de Incêndio e de vigilância eletrônica, nas dependências do MP.	COTAD	27.12.05	26.12.06	Pregão nº 35/2005	Sérgio	-
SERMATEC	020/05	-	Transporte de pessoas e documentos, no âmbito do DF e entorno. (CAMIONETA)	CGAIN	22.03.05	21.03.06	Pregão nº 034/2004	Lúcia	Rosária
SERPRO	003/03	5º	Serviços de Análise de Sistemas, Processamento de Dados e Consultoria, relativos ao SIAPE, a sua versão na Internet-SIAPE-NET	SLTI	14.01.03	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 02/2003	Cairo	-
SERPRO	005/04	3º	Absorver, desenvolver soluções, produzir, manter e integrar os serviços de tecnologia da informação e comunicação -TIC e as aplicações SIDOR, SIEST e SIGPLAN, hoje em produção na SOF, DEST e SPI.	CGT	01.03.04	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 024/2004	Cairo	-
SERPRO	006/04	1º	Contratação de empresa especializada para implantação, operação e gestão de uma infra-estrutura de mensageira para integração dos correios eletrônicos corporativos da APF e de um serviço de um diretório eletrônico.	SLTI	07.05.04	06.11.05	Dispensa de Licitação nº 025/2004	Cairo	-
SERPRO	009/04	-	Prestação de serviço na área de informação e informática, que consiste na gestão, manutenção, atualização e hospedagem do portal de REDE GOVERNO e do portal CORPORATIVO.	SLTI/MP	01.05.04	31.01.05	Dispensa de Licitação nº 031/2004	Cairo	-

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
SERPRO	013/04	-	Contratação de empresa especializada em serviços de tecnologia de informação, disponibilidade, manutenção e apoio ao usuário das aplicações da SPU; disponibilidade de caixas postais de correio.	CGLOG	10.08.04	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 051/2004	Cairo	-
SERPRO	014/04	1º	Contratação de serviços de técnicos para modernização manutenção, suporte, modelagem e desenvolvimento de módulo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.	CGMI	10.08.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 052/2004	Lúcia	Rosária
SERPRO	048/04	1º	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, análise de sistemas, desenvolvimento, manutenção, produção e sustentação para o novo SIAPE.	SRH	13.12.04	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 155/2005	Lúcia	Rosária
SERPRO	001/05	-	Prestação de serviços de tecnologias da informação para o sistema integrado de administração de serviço de serviços gerais (SIASG).	SLTI	01.01.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 001/2005	Cairo	-
SERPRO	008/05	-	Trata o presente processo de contratação dos serviços de informática para o desenvolvimento e manutenção de Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIOG.	SEGES	01.02.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 010/2005	Cairo	-
SERPRO	009/05	-	Trata o presente processo de contratação de serviços técnicos especializados na área Orçamento e Gestão -MP e órgãos parceiros, tendo como base o Guia livre - referência de migração para software livre do governo federal.	SLTI	02.03.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 003/2005	Cairo	-
SERPRO	013/05	-	Trata o presente processo de contratação dos serviços hospedagem e manutenção de portal Corporativo do Governo Federal	SLTI	02.02.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 011/2005	Cairo	-
SERPRO	024/05	-	Trata o presente processo de contratação dos serviços técnicos especializados na área de informações e informática, consistindo-se em fornecer suporte técnico na especialização e desenvolvimento evolutivo	SLTI	01.06.05	31.10.05	Dispensa de Licitação nº 024/2005	Cairo	-

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
SERPRO	045/05	-	Serviço de T.I.O, no dese. E manut. De sist., prod., atendimento aos usuários, treinamento, correio eletrônico, assessoramento técnico, rede multiserviços, acesso discado à rede de comunicação, INFOVIA Brasília, rede corporativa, administração do ambiente de tecnologia da informação, suporte técnico e assistência técnica para manutenção corretiva de hardware, para atender às unidades centrais.	CGLOG	01/11/05	30/10/06	Dispensa de Licitação nº 112/05	Cairo	-
SERVEGEL	016/05	-	Serviços de Apoio Técnico na área de Tecnologia da Informação	CGLOG	01.02.05	31.01.06	Pregão nº 027/2004	Mário	Sérgio
SIEMENS	050/02	3º	Manut. prev. e corret. em uma central CPCT-CPAT	COTAP	02.09.02	01.09.06	Inexigibilidade de Licitação nº 017/2002	Rosária	Lúcia
SITRAN	064/00	8º	Prestação de serviços de Vigilância armada e desarmada Brigada de Incêndio e vigilância eletrônica monitorada, de forma continua.	COTAP	27.12.00	26.12.05	Pregão nº 021/2000	Sérgio	Mário
SKEMA	009/02	3º	Manut. prev. e corr., da rede física horizonte. e vertical de telefonia	COTAD	02.01.02	01.01.06	Pregão nº 036/2001	Rosária	Lúcia
SPREAD	027/02	4º	especializado de Manutenção Preventiva e Corretiva, com fornecimento de material para as Centrais Telefônicas	COTAD	22.04.02	21.04.06	Pregão nº 037/2001	Rosária	Lúcia
TECNO E QUALITY TELEMÁTICA	063/05	-	Aquisição de 2 Console KVM com LCD 15" e um Rack Industrial	SLTI	30.12.05	13.01.09	Pregão Eletrônico nº 038/2005	Rosária	Lúcia
TECNO 2000 IND. E COM. LTDA	014/05	-	Aquisição de cadeiras	CGLOG	04.02.05	03.02.10	Pregão nº 004/2004	João	-
TELE-CENTROESTE	020/03	3º	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal, no DF, c/ fornec. de 100 aparelhos digitais, em regime de comodato	CGLOG	23.10.03	22.10.06	Pregão nº 015/2003	Rosária	Lúcia
TERMOESTE	041/00	5º	prestação de serviços técnicos de operação e manutenção preventiva e corretiva das instalações e sistemas elétricos, hidrosanitários, de ar condicionado, de grupos geradores de emergência.	SOF	06.11.00	05.11.05	Dispensa de Licitação nº 245/2000	Carlos	Saete
THYSSEN-KRUPP ELEVADORES	012/03	3º	Manutenção de elevadores	COTAD	11.07.03	10.07.06	Pregão nº 007/2003	Carlos	Saete
TN INDUSTRIAL	044/04		Fornecimento de impressora Laser	SPOA	01.10.04	30.09.06	Pregão nº 33/2003	Saete	Carlos
TN INDUSTRIAL	051/04		Aquisição de 108 equipamentos de informática	SPOA	24.11.04	23.11.06	Registro de Preços do Pregão nº 039/03, Ata nº 002/2003	Saete	Carlos

EMPRESA	CONT. Nº	T.A.	OBJETO	UNIDADE MP	DATA ASS	DATA VENC.	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	FISCAL	SUPLENTE
TRANS-QUADROS	062/01	4º	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transportes de cargas local e interestadual, na modalidade porta a porta.	COTAD	16.10.01	15.10.05	Pregão nº 019/2001	Mário	Sérgio
TRIPS	049/05	-	Serviços de emissão, cotação de preços e reservas de bilhetes de passagens aérea e terrestre, de linhas domésticas e internacionais.	COTAD	01.01.06	31.12.06	Pregão Eletrônico nº 023/2005	Carlos	-
ULTRACENTRO	031/04	2º	Manut., remanej., mont. e desmontagem de divisórias	COTAD	20.09.04	19.09.06	Pregão nº 001/2004	Carlos	Saete
VAINE	027/01	5º	Manut. prev. e corret. com fornec. de peças, limpeza e conserv. de veículos	CGAIN	15.05.01	13.05.06	Pregão nº 005/2001	Carlos	Saete
VAT TECNOLOGIA	036/03	1º	Regularização cadastral de imóveis da União	CGLOG	31.12.03	30.12.05	Pregão nº 030/2003	João	-
WORLD	034/05	-	Serviço de lavagem de automóveis.	COTAP	20.06.05	19.06.06	Pregão nº 011/2005	João	-
XEROX	023/04	1º	Impressão de alta produtividade, em regime de produção, c/ pgto mensal por franquia de cópias, c/ forn. e utilização de um conj. de impressoras a laser	SOF	16.08.04	15.08.06	Inexigibilidade de Licitação nº 007/2004	João	-

CONVÊNIOS

A CGAC só acompanha os Convênios sob o âmbito da missão SPOA. Até o momento, não temos nenhum termo de parceria sob nosso acompanhamento.

EMPRESA	PROC. Nº	OBJETO	DATA ASS.	DATA VENC.	FISCAL	SUPLENTE
SERPRO	03110.000184/20003-18	Disponibilização da estrutura de Escola Virtual Padrão, para o Prog. da Qualidade no Serv. Público, para uso e residência de cursos de Ensino à Distância	05.06.03	Vinc. ao período de desenv. PQQF - 2003	Cairo	-
CIEE	001/04	Possibilitar por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de Instituições de ensino superior e médio em âmbito nacional	03.05.04	02.05.05	Arlos	Saete
CIEE	002/05	Possibilitar por meio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional do corpo discente de Instituições de ensino superior e médio em âmbito nacional.	27.06.05	4 anos		
SRF	-	Estabelecimento de condições que possibilitem ao CONVENIENTE atender a solicitações de fornecimento de dados não abrangidos pelo sigilo fiscal efetuadas pelo CONCEDENTE.	22.11.00	21.11.05		

EMPRESA	PROC. Nº	OBJETO	DATA ASS.	DATA VENC.	FISCAL	SUPLENTE
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO ACORDO DE COOPERAÇÃO	001/00	Verif. e o acomp., por meio de SICAF	31.05.01	Indeterminado.	Cairo	-
ESTADO DE PERNAMBUCO	03090.000434/00-44	Colocar a disposição do Estado de Pernambuco os Servidores Públicos Federais domiciliados no extinto território federal de Fernando de Noronha	23.10.00	Indeterminado.	João	Ceidson
GEAP - Fundação	04500.000869/03-25	Plano de Previdência Complementar, Saúde e de Assistência Social administrados pela Geap aos servidores do MP	23.07.03	31.08.08	Rosária	Lúcia
Ministério da Assistência Social - MAS	03112.001132/03-31	Estabelecer as condições pelas quais será efetuado o pagamento das despesas administrativas demandadas pelo Gab. do MAS ao Bloco "C"	15.07.03	14.07.08		
BANCO DO BRASIL	003/05	Propiciar meios de redução de despesas com hospedagens em hotéis efetuadas pelos servidores públicos federais.	04.08.05	03.08.06	Carlos	Salet

RELAÇÃO DE GARANTIAS DE CONTRATOS VIGENTES

EMPRESA	Nº CONT.	VALOR DO CONTRATO	GARANTIA				
			VALOR DO SEGURO	Nº	DATA	FINANCEIRA	VALIDADE
ADLER	029/04	611.780,63	30.589,03	217.022	22.09.05	Pottencial	*** 13.09.06
ALBATROZ	036/04	189.258,31	10.608,35	1004500002187000000	10.10.05	Mutual	** 20.09.06
CLIP & CLIPPING	035/05	36.333,27	6.000,00	587801450 538905	18.10.05	Sulina Seguradora S.A	12.09.06
CNC	044/05	75.944,50	45.596,70	223119	21.10.05	Pottencial	30.10.06
CONSERVO	030/05	685.754,52	118.693,09	587801450 534619	29.12.05	Sulina Seguradora S.A	** 31.12.06
CONSERVO	018/05	587.378,90	35.242,73	58781470 500034	10.03.05	Sulina Seguradora S.A	01.03.06
COSENCO	027/05	351.436,43	28.367,07	587801450 533614	05.05.05	Sulina Seguradora S.A	09.05.06
DELTA	026/05	335.942,88	27.116,47	248599	13.05.05	Pottencial	03.05.06
DELTA	037/05	215.933,89	21.959,36	587801450 533889	01.07.05	Sulina Seguradora S.A	04.07.06
DELTA	025/05	105.674,28	5.283,71	587801450 535761	10.05.05	Sulina Seguradora S.A	28.10.05
DELTA	040/05	61.997,12	13.949,35	587801450 533750	25.11.05	Sulina Seguradora S.A	21/11/05 a 20/05/06
EXECUTIVA	033/05	196.080,62	18.099,75	100450 0002807	15.06.05	Mutual	15.06.06
GÊNESE	064/05		17.766,00	587801450 535119	09.01.06	Sulina Seguradora S.A	08.01.09
HIBISCO	043/05	286.078,48	286.078,48	242.286	27.09.05	Pottencial	27.09.06
HM	026/04	262.721,67	14.390,00	1004500002190-0000000	09.08.05	Mutual	** 09.08.06
LINK-DATA INFORMÁT.	038/05	204.740,00	11.557,00	214-2005/086	29.07.05	BRB - Banco de Brasília S/A	29.07.06
LINK-DATA INFORMÁT.	052/05	218.400,00	27.300,00	205.983	20.12.05	Pottencial	19.12.06

EMPRESA	Nº CONT.	VALOR DO CONTRATO	GARANTIA				
			VALOR DO SEGURO	Nº	DATA	FINANCEIRA	VALIDADE
MICROLOG	067/05	580.000,00	29.000,00	238.148	10.01.06	Pottencial	22.02.09
MICRO-TÉCNICA	065/05		1.590,00	242.507	09.01.06	Pottencial	10.03.07
NEC DO BRASIL S/A.	042/05	2.898,39	1.110,00	242.192	07.10.05	Pottencial	06.10.06
NOVADATA	02/05		6.037,00	142	30.02.05	Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A	13.01.07
PELTIER	056/05	1.019.765,69	50.988,28	07-0745 0150110	26.12.05	J.Malucelli Seguradora S.A	26.12.06
POLITEC	015/05	2.163.391,59	107.552,85 & 11.495,36	239.582	28.02.05 & 30.08.05	Pottencial	01.02.06 & 01.02.06
ROCHA BRESSAN	017/05	1.329.551,48	66.477,57	182.505 & 212.586	08.09.05	Pottencial	06.03.06
STA. HELENA VIGIL	051/05	67.934,92	292.500,00 & 13.207,13	214.014	19.12.05 & 27.12.05	Pottencial	27.12.06
TN INDUSTRIAL	044/04		22.950,00	237.845 & 239.762	03.01.05	Interbrazil	03.01.07
TN INDUSTRIAL	051/04		22.950,00	4501-0000154	03.01.05	Interbrazil	03.01.07
ULTRACENTRO	031/04	29.588,26	29.588,26	1004500002246 0000000	18.10.05	Mutual	** 20.09.06
WORLD SERVICE	034/05	1.349,95	1.349,95	198.044,00	17.10.05	Pottencial	02.07.06
SERVEGEL	016/05	114.802,18	114.802,18	587801450 531097	16.02.06	Sulina Seguradora S.A	01.02.06

OBS.: * 1º aditivo / ** 2º aditivo / *** 3º aditivo

PEDIDOS DE REPACTUAÇÃO, REEQUILÍBRIO E REAJUSTE

Ao longo do exercício de 2005, a CGAC, por intermédio da COGEC, recebeu de diversas empresas solicitações de re-equilíbrio econômico-financeiro de alguns contratos que foram devidamente analisadas e, quando pertinentes, foram concedidas dentro dos parâmetros estabelecidos em Lei.

EMPRESA	CONT. Nº	VIGÊNCIA	DATA DO PEDIDO	VALOR MENSAL ANTERIOR	VALOR MENSAL SOLICITADO R\$	VALOR MENSAL CONCEDIDO R\$
CEB (*)	003/04	12.05.04 11.05.06	-	14.944,70	-	16.151,10
CORAL	045/00	02.10.04 01.10.05	05.01.05	79.554,28	110.498,56	97.161,38
CORAL	047/00	06.11.00 05.11.06	16.12.03	74.885,02	96.914,21	90.757,89
CORAL	023/02	25.03.05 21.09.05	05.01.05	60.007,00	84.216,74	75.495,74
CONSERVO	030/03	01.01.05	31.01.05	50.967,50	65.952,13	57.146,21
ESPARTA	046/01	01.01.05 31.12.05	24.06.05	208.593,95	252.870,15	227.797,77
SITRAN	064/00	27.12.04 26.12.05	28.07.04	125.646,45	149.903,17	148.019,06
AGROSERVICE	010/04	23.09.04 22.03.05	25.01.2005	74.644,80	79.123,46	79.123,46
TOTAL				674.299,00	839.478,42	775.501,51

OBS.: (*) - Reajuste com base no IGPM – O valor não foi incluído no total apresentado.

ACOMPANHAMENTO DOS PAGAMENTOS

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
007/2000	ADLER ASSES.	09/02/2000 à 08/02/2006	2.214.314,40	1.107.157,20	893.920,95	213.236,25
029/2004	ADLER ASSES.	14/09/2004 à 13/09/2006	611.780,63	611.780,63	503.507,70	108.272,93
029/2002	AEROSAT	26/08/2002 à 25/11/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
020/2004	AG. ESTADO	06/10/2004 à 05/10/2005	16.532,18	16.532,18	14.170,44	2.361,74
031/2001	AG. ESTADO	11/06/2001 à 10/06/2006	235.454,64	117.727,32	110.278,45	7.448,87
032/2002	AGRITEC	26/08/2002 à 25/08/2005	71.887,50	71.887,50	71.887,50	0,00
010/2004	AGROSERVICE	23/03/2004 à 31/05/2005	172.498,08	172.498,08	172.498,08	0,00
036/2004	ALBATROZ	20/09/2004 à 19/09/2006	189.258,31	189.258,31	153.850,99	35.407,32
060/2001	BB - ADMINIST.	26/10/2001 à 25/10/2006	0,00	0,00	0,00	0,00
052/2001	BIZERRA E GEBRIN LTDA	03/09/2001 à 02/09/2006	17.747,78	17.747,78	1.801,33	15.946,45
027/2004	BRASIL TELECOM	04/10/2004 à 03/10/2006	172.140,00	172.140,00	8.923,88	163.216,12
077/2002	BRASIL TELECOM	13/12/2002 à 12/12/2006	179.095,06	137.356,51	120.926,50	16.430,01
031/2003	BRASIL TELECOM	01/01/2004 à 31/12/2006	4.827.487,04	4.720.072,99	4.299.397,19	420.675,80
069/2005	BRAZIL TECHNOLOGY	29/12/2005 à 11/02/2008	172.199,86	172.199,86	0,00	172.199,86
033/2000	CAESB	29/12/2000 à 28/12/2005	525.289,68	525.289,68	518.727,78	6.561,90
058/2005	CAESB	29/12/2005 à 28/12/2006	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
003/2004	CEB	12/05/2004 à 11/05/2006	339.742,72	169.871,36	44.834,10	125.037,26
034/2002	CEB	29/05/2002 à 28/05/2006	616.383,47	616.383,47	533.433,61	82.949,86
035/2002	CEB	29/05/2002 à 28/05/2006	2.306.957,99	2.306.957,99	1.762.245,95	544.712,04
046/2005	CEB	27/12/2005 à 26/12/2006	380.000,00	380.000,00	0,00	380.000,00
030/2000	CEF	17/07/2000 à 15/07/2005	100.000,00	50.000,00	28.349,66	21.650,34
048/2005	CEF	19/12/2005 à 18/12/2006	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
035/2005	CLIP & CLIPPING	12/09/2005 à 11/09/2006	36.333,27	36.333,27	25.999,99	10.333,28
042/2000	CLIP & CLIPPING	12/09/2000 à 11/09/2005	153.666,00	76.860,00	76.248,00	612,00
011/2005	COMERCIAL MARTE	04/02/2005 À 02/02/2010	220.251,00	220.251,00	0,00	0,00
005/2005	COMPUAD	03/02/2005 à 02/02/2010	220.000,00	220.000,00	220.000,00	0,00

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
044/2005	CNC	01/12/2005 à 30/11/2006	75.994,50	75.994,50	0,00	75.994,50
052/2004	CONNECTA	31/12/2004 à 30/12/2006	48.037,50	48.037,50	0,00	48.037,50
023/2000	CONSEL	01/06/2000 à 30/11/2005	5.168.613,72	2.584.306,86	2.544.990,16	39.316,70
018/2003	CONSERTEX	01/10/2003 à 30/09/2006	8.461,80	8.461,80	7.756,65	705,15
018/2005	CONSERVO	01/03/2005 à 28/02/2006	440.534,17	440.534,17	331.740,61	108.793,56
028/2005	CONSERVO	01/06/2005 à 31/12/2006	1.384.752,74	1.384.752,74	1.151.626,13	233.126,61
030/2003	CONSERVO	01/01/2004 à 31/12/2006	685.754,50	685.754,50	590.947,66	94.806,84
034/2004	CONSERVO	01/09/2004 à 27/02/2005	69.164,04	69.164,04	60.082,38	9.081,66
054/2004	CONSERVO	22/12/2004 à 31/12/2006	5.442.938,40	2.721.469,20	2.421.855,90	299.613,30
033/2004	CONTAL	01/09/2004 à 28/02/2005	155.741,17	155.741,17	155.741,17	0,00
019/2005	COOPERTRAN	22/03/2005 à 21/03/2006	352.600,20	352.600,20	242.211,05	110.389,15
047/2004	COPPETEC	09/12/2004 à 08/12/2005	870.000,00	870.000,00	870.000,00	0,00
070/2005	COPPETEC	23/12/2005 à 22/12/2006	112.777,14	112.777,14	0,00	112.777,14
023/2002	CORAL	25/03/2002 à 21/09/2006	1.091.452,08	1.091.452,08	1.012.864,62	78.587,46
045/2000	CORAL	02/10/2000 à 01/10/2006	1.377.251,40	1.377.251,40	1.280.090,02	97.161,38
047/2000	CORAL	06/11/2000 à 03/11/2006	1.345.246,56	1.345.246,56	1.254.488,73	90.757,83
027/2005	COSENCO	18/05/2005 à 17/05/2006	351.436,43	351.436,43	284.699,00	66.737,43
015/1999	DELTA	19/04/1999 à 18/04/2005	259.599,78	259.599,78	259.217,01	382,77
025/2005	DELTA	20/04/2005 à 17/10/2005	105.674,28	105.674,28	94.519,78	11.154,50
026/2005	DELTA	18/05/2005 à 17/05/2006	345.942,88	345.942,88	307.141,81	38.801,07
037/2005	DELTA	04/07/2005 à 03/07/2006	215.933,89	215.933,89	117.796,74	98.137,15
040/2005	DELTA	21/11/2005 à 20/05/2006	61.997,12	61.997,12	0,00	61.997,12
019/2003	DIAMOND	25/09/2003 à 24/09/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
032/2005	DIRECT REDE	30/06/2005 à 29/06/2006	113.100,00	113.100,00	113.100,00	0,00
021/2005	DISBRAVE	29/03/2005 à 31/12/2005	152.497,20	152.497,20	75.773,23	76.723,97
030/2005	DOM BOSCO	01/06/2005 à 31/12/2006	113.924,65	113.924,65	97.617,78	16.306,87
028/2004	EDITORA NDJ LTDA.	07/10/2004 à 06/10/2005	2.040,00	2.040,00	2.040,00	0,00

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) - (B)
021/2003	ECT	18/12/2003 à 17/12/2006	3.796.666,00	1.930.000,00	760.734,80	1.169.265,20
038/2002	EMBRATEL-ENVIÁ	24/06/2002 à 23/06/2006	8.000,00	8.000,00	2.472,56	5.527,44
078/2002	EMBRATEL	13/12/2002 à 12/12/2006	558.302,70	358.985,35	272.793,89	86.191,46
046/2001	ESPARTA	19/07/2001 à 31/12/2005	2.887.203,80	2.887.203,80	2.640.202,73	247.001,07
023/2005	ESSENCIAL ENG.	08/06/2005 à 07/08/2005	56.139,54	56.139,54	56.139,54	0,00
033/2005	EXECUTIVA	15/06/2005 à 14/06/2006	196.080,62	196.080,62	162.100,33	33.980,29
030/2002	FOTOGEO	26/08/2002 à 25/11/2005	95.553,72	95.553,72	95.553,72	0,00
021/2004	FUND. GETÚLIO VARGAS	29/09/2004 à 28/03/2005	162.500,00	162.500,00	162.500,00	0,00
050/2005	FW BRASIL	22/12/2005 à 10/01/2007	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
010/2005	GETRONICS	03.02.2005 à 02.02.2007	311.000,00	311.000,00	0,00	311.000,00
059/2005	GODIGITALT	26/12/2005 à 09/01/2008	1.417.643,50	1.417.643,50	0,00	1.417.643,50
017/2003	HIDROSERVICE	22/09/2003 à 21/09/2006	23.920,26	12.000,18	10.013,50	1.986,68
026/2004	HM ARQUITETURA	10/08/2004 à 09/08/2006	262.721,67	262.721,67	228.155,41	34.566,26
031/2004	HM ARQUITETURA	03/06/2004 à 16/10/2005	15.800,00	15.800,00	15.800,00	0,00
004/2003	IMPRESA NACIONAL	10/06/2003 à 09/06/2006	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
007/2004	IMPRESA NACIONAL	17/05/2004 à 16/05/2006	1.400.280,12	1.400.280,12	280.361,06	1.119.919,06
006/2005	INFORMATIC	01/02/2005 à 31/01/2008	27.195,00	27.195,00	27.195,00	0,00
041/2004	INTERBOOK LTDA.	21/10/2004 à 20/10/2005	43.272,00	43.272,00	36.607,87	6.664,13
067/2001	INTERLINE	12/11/2001 à 31/12/2005	1.792.609,83	1.792.609,83	1.539.504,95	253.104,88
004/2005	IOS INFORMÁTICA	23/04/2005 à 07/06/2005	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
039/2005	ITAUTEC	29/08/2005 à 28/08/2006	78.162,00	78.162,00	0,00	78.162,00
037/2001	L.ANNUNZIATA & CIA	03/07/2001 à 02/07/2005	231.314,48	231.314,48	228.772,56	2.541,92
032/2004	LICENSE COMPANY	01/09/2004 à 28/02/2005	107.769,10	107.769,10	107.769,10	0,00
038/2005	LINK-DATA	29/07/2005 à 28/07/2006	204.740,00	204.740,00	176.000,00	28.740,00
052/2005	LINK-DATA	20/12/2005 à 19/08/2006	218.400,00	218.400,00	0,00	218.400,00
035/2004	LOCABRAS	22/09/2004 à 21/03/2005	97.040,00	97.040,00	90.152,88	6.887,12
021/2002	LOGGOS	01/04/2002 à 31/12/2006	82.032,12	82.032,12	72.682,38	9.349,74

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
007/2005	LR INF. IND. LTDA.	14/02/2005 à 13/02/2008	419.040,00	419.040,00	419.040,00	0,00
031/2002	MAPLAN	26/08/2002 à 25/08/2006	11.050,00	11.050,00	11.050,00	0,00
028/2003	MASTER	01/01/2004 à 31/12/2005	714.498,38	714.498,38	714.498,38	0,00
055/2004	MASTER	22/12/2004 à 31/12/2005	730.193,44	730.193,44	728.526,44	1.667,00
061/2005	MICROLOG	30/12/2005 à 18/01/2009	168.800,00	168.800,00	0,00	168.800,00
067/2005	MICROLOG	30/12/2005 à 29/12/2008	580.000,00	580.000,00	0,00	580.000,00
061/2001	MICROSOFT	01/10/2001 à 30/09/2004	9.470,06	9.470,06	9.470,06	0,00
049/2004	MINEIRÃO	17/11/2004 à 16/11/2005	78.898,00	78.898,00	65.465,86	13.432,14
042/2005	NEC DO BRASIL	14/11/2005 à 13/11/2006	2.898,39	2.898,39	0,00	2.898,39
018/2002	NORTFORT	25/03/2002 à 24/03/2006	7.536,00	7.536,00	6.908,00	628,00
002/2005	NOVADATA	01/02/2005 à 31/07/2005	120.740,00	120.740,00	76.512,94	44.227,06
003/2005	NOVADATA	01/02/2005 à 31/07/2005	1.670.400,00	1.670.400,00	0,00	1.670.400,00
056/2002	NT SYSTEMS	30/09/2002 à 29/03/2006	441.980,00	441.980,00	411.600,00	30.380,00
057/2005	NT SYSTEMS	26/12/2005 à 25/01/2009	489.000,00	489.000,00	0,00	489.000,00
029/2005	PATRIMONIAL	01/06/2005 à 31/12/2006	523.483,66	523.483,66	448.700,28	74.783,38
056/2005	PELTIER	27/12/2005 à 26/12/2010	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00
053/2005	PERSIANAS	21/12/2005 à 20/01/2007	59.258,00	59.258,00	0,00	59.258,00
048/2001	POLI ENGENHARIA	06/08/2001 à 05/08/2006	262.790,88	262.790,88	240.891,64	21.899,24
047/2005	PÓLIS	21/12/2005 à 20/07/2006	120.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00
015/2005	POLITEC LTDA.	01/02/2005 à 31/01/2006	2.163.391,59	2.163.391,59	1.838.115,69	325.275,90
041/2005	PRO-SYSTEMS	21/09/2005 à 20/09/2006	44.650,00	44.650,00	44.650,00	0,00
001/2002	RADIOBRÁS	08/03/2002 à 07/03/2006	135.000,00	135.000,00	93.292,59	41.707,41
008/2004	RADIOBRÁS	22/06/2004 à 21/06/2005	41.040,00	41.040,00	41.040,00	0,00
036/2005	RADIOBRÁS	30/06/2005 à 29/06/2006	48.600,00	48.600,00	40.500,00	8.100,00
012/2005	RD MÓVEIS	04/02/2005 à 03/02/2010	64.050,00	64.050,00	64.050,00	0,00
062/2005	RHOX	30/12/2005 à 13/01/2009	3.222,00	3.222,00	0,00	3.222,00
017/2005	ROCHA BRESSAN	07/03/2005 à 06/03/2006	1.329.551,48	1.329.551,48	1.119.332,00	210.219,48

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) - (B)
024/2003	RT MÁQUINAS	17/12/2003 à 16/12/2006	7.020,00	7.020,00	6.435,00	585,00
051/2005	SANTA HELENA	27/12/2005 à 26/12/2006	67.934,92	67.934,92	0,00	67.934,92
020/2005	SERMATEC	22/03/2005 à 21/03/2006	529.749,96	529.749,96	490.113,26	39.636,70
001/2005	SERPRO	01/01/2005 à 31/10/2005	8.999.999,00	8.999.999,00	8.998.666,83	1.332,17
003/2003	SERPRO	14/01/2003 à 31/10/2005	38.000.000,00	38.000.000,00	30.184.894,26	7.815.105,74
005/2004	SERPRO	01/03/2004 à 31/10/2005	21.528.333,10	21.528.333,10	21.087.081,70	441.251,40
006/2004	SERPRO	07/05/2004 à 06/11/2005	654.911,82	654.911,82	88.583,89	566.327,93
008/2005	SERPRO	01/02/2005 à 31/10/2005	984.040,59	984.040,59	638.858,76	345.181,83
009/2004	SERPRO	01/05/2004 à 31/01/2005	112.444,44	112.444,44	112.444,44	0,00
009/2005	SERPRO	02/03/2005 à 31/10/2005	56.000,00	56.000,00	56.000,00	0,00
013/2004	SERPRO	10/08/2004 à 31/10/2005	8.273.824,74	4.136.912,37	4.136.912,37	0,00
013/2005	SERPRO	02/02/2005 à 31/10/2005	624.227,27	624.227,27	593.733,35	30.493,92
014/2004	SERPRO	10/08/2004 à 31/10/2005	605.775,90	605.775,90	260.257,73	345.518,17
024/2005	SERPRO	01/06/2005 à 31/10/2005	669.984,68	669.984,68	183.704,92	486.279,76
045/2005	SERPRO	01/11/2005 à 30/10/2006	27.455.367,67	27.455.367,67	0,00	27.455.367,67
048/2004	SERPRO	13/12/2004 à 31/10/2005	8.000.000,00	8.000.000,00	4.710.280,39	3.289.719,61
016/2005	SERVEGEL	01/02/2005 à 31/01/2007	2.104.706,56	2.104.706,56	1.649.733,01	454.973,55
050/2002	SIEMENS LTDA	02/09/2002 à 01/09/2006	131.472,00	131.472,00	120.506,00	10.966,00
064/2000	SITRAN	27/12/2000 à 26/12/2005	1.724.697,83	1.724.697,83	1.486.942,36	237.755,47
009/2002	SKEMA	02/01/2002 à 01/01/2007	53.251,57	53.251,57	47.465,70	5.785,87
027/2002	SPREAD	22/04/2002 à 21/04/2006	83.220,00	83.220,00	76.284,94	6.935,06
069/2005	TECHHNOLOGY	29/12/2005 à 11/02/2008	172.199,86	172.199,86	0	172.199,86
063/2005	TECNO E QUALITY	30/12/2005 à 13/01/2009	24.700,00	24.700,00	0,00	0,00
014/2005	TECNO 2000 E COM.	04/02/2005 à 03/02/2010	52.320,00	52.320,00	52.320,00	0,00
020/2003	TCO - VIVO	23/10/2003 à 22/10/2006	143.766,35	143.766,35	56.325,33	87.441,02
041/2000	TERMOESTE	06/11/2000 à 05/11/2005	318.645,06	318.645,06	317.073,50	1.571,56
012/2003	THYSSENKRUPP	11/07/2003 à 10/07/2006	94.392,00	94.392,00	86.526,00	7.866,00

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
062/2001	TRANSQUADROS	16/10/2001 à 15/10/2005	110.844,23	110.844,23	50.139,00	60.705,23
031/2004	ULTRACENTRO	20/09/2004 à 19/09/2006	591.765,16	591.765,16	546.402,41	45.362,75
027/2001	VAINE	15/05/2001 à 14/05/2006	9.720,00	9.720,00	8.100,00	1.620,00
036/2003	VAT TECNOLOGIA	31/12/2003 à 31/12/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
034/2005	WORLD	20/06/2005 à 19/06/2006	14.324,49	14.324,49	11.849,60	2.474,89
023/2004	XEROX	16/08/2004 à 15/08/2006	216.000,00	216.000,00	117.000,00	99.000,00
TOTAL			181.882.413,30	168.691.106,96	112.401.093,44	56.045.062,52

CONTRATOS REALIZADOS / ASSINADOS

Em 2005 foram realizados/assinados 67 contratos, sendo 32 contratos no 1º Semestre e 35 contratos no 2º Semestre.

COM RESTOS A PAGAR - 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
018/2005	CONSERVO	01/03/2005 à 28/02/2006	440.534,17	440.534,17	331.740,61	108.793,56
028/2005	CONSERVO	01/06/2005 à 31/12/2006	1.384.752,74	1.384.752,74	1.151.626,13	233.126,61
019/2005	COOPERTRAN	22/03/2005 à 21/03/2006	352.600,20	352.600,20	242.211,05	110.389,15
027/2005	COSENCO	18/05/2005 à 17/05/2006	351.436,43	351.436,43	284.699,00	66.737,43
025/2005	DELTA	20/04/2005 à 17/10/2005	105.674,28	105.674,28	94.519,78	11.154,50
026/2005	DELTA	18/05/2005 à 17/05/2006	345.942,88	345.942,88	307.141,81	38.801,07
021/2005	DISBRAVE	29/03/2005 à 31/12/2005	152.497,20	152.497,20	75.773,23	76.723,97
030/2005	DOM BOSCO	01/06/2005 à 31/12/2006	113.924,65	113.924,65	97.617,78	16.306,87
033/2005	EXECUTIVA	15/06/2005 à 14/06/2006	196.080,62	196.080,62	162.100,33	33.980,29
029/2005	PATRIMONIAL	01/06/2005 à 31/12/2006	523.483,66	523.483,66	448.700,28	74.783,38
015/2005	POLITEC LTDA.	01/02/2005 à 31/01/2006	2.163.391,59	2.163.391,59	1.838.115,69	325.275,90
036/2005	RADIOBRÁS	30/06/2005 à 29/06/2006	48.600,00	48.600,00	40.500,00	8.100,00

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
017/2005	ROCHA BRESSAN	07/03/2005 à 06/03/2006	1.329.551,48	1.329.551,48	1.119.332,00	210.219,48
020/2005	SERMATEC	22/03/2005 à 21/03/2006	529.749,96	529.749,96	490.113,26	39.636,70
001/2005	SERPRO	01/01/2005 à 31/10/2005	8.999.999,00	8.999.999,00	8.998.666,83	1.332,17
008/2005	SERPRO	01/02/2005 à 31/10/2005	984.040,59	984.040,59	638.858,76	345.181,83
009/2005	SERPRO	02/03/2005 à 31/10/2005	56.000,00	56.000,00	56.000,00	0,00
013/2005	SERPRO	02/02/2005 à 31/10/2005	624.227,27	624.227,27	593.733,35	30.493,92
024/2005	SERPRO	01/06/2005 à 31/10/2005	669.984,68	669.984,68	183.704,92	486.279,76
016/2005	SERVEGEL	01/02/2005 à 31/01/2007	2.104.706,56	2.104.706,56	1.649.733,01	454.973,55
034/2005	WORLD	20/06/2005 à 19/06/2006	14.324,49	14.324,49	11.849,60	2.474,89
TOTAL			21.491.502,45	21.491.502,45	18.816.737,42	2.674.765,03

COM RESTOS A PAGAR - 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
035/2005	CLIP & CLIPPING	12/09/2005 à 11/09/2006	36.333,27	36.333,27	25.999,99	10.333,28
037/2005	DELTA	04/07/2005 à 03/07/2006	215.933,89	215.933,89	117.796,74	98.137,15
038/2005	LINK-DATA	29/07/2005 à 28/07/2006	204.740,00	204.740,00	176.000,00	28.740,00
TOTAL			457.007,16	457.007,16	319.796,73	137.210,43

PAGOS - 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
005/2005	COMPUAD	03/02/2005 à 02/02/2010	220.000,00	220.000,00	220.000,00	0,00
032/2005	DIRECT REDE	30/06/2005 à 29/06/2006	113.100,00	113.100,00	113.100,00	0,00
023/2005	ESSENCIAL ENGE.	08/06/2005 à 07/08/2005	56.139,54	56.139,54	56.139,54	0,00
006/2005	INFORMATIC	01/02/2005 à 31/01/2008	27.195,00	27.195,00	27.195,00	0,00
004/2005	IOS INFORMÁTICA	23/04/2005 à 07/06/2005	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
007/2005	LR INF. IND. LTDA.	14/02/2005 à 13/02/2008	419.040,00	419.040,00	419.040,00	0,00
012/2005	RD MÓVEIS	04/02/2005 à 03/02/2010	64.050,00	64.050,00	64.050,00	0,00
014/2005	TECNO 2000 E COM.	04/02/2005 à 03/02/2010	52.320,00	52.320,00	52.320,00	0,00
TOTAL			1.001.844,54	1.001.844,54	1.001.844,54	0,00

PAGOS - 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
002/2005	NOVADATA (*)	01/02/2005 à 31/07/2005	120.740,00	120.740,00	76.512,94	44.227,06
003/2005	NOVADATA (*)	01/02/2005 à 31/07/2005	1.670.400,00	1.670.400,00	1.472.960,00	167.040,00
041/2005	PRO-SYSTEMS	21/09/2005 à 20/09/2006	44.650,00	44.650,00	44.650,00	0,00
TOTAL			1.835.790,00	1.835.790,00	1.594.122,94	211.267,06

OBS.: (*) Saldo referente à multa aplicada à empresa.

SEM MOVIMENTO – 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
011/2005	COMERCIAL MARTE (1)	04/02/2005 À 02/02/2010	220.251,00	220.251,00	0,00	220.251,00
010/2005	GETRONICS (2)	03.02.2005 à 02.02.2007	311.000,00	311.000,00	0,00	311.000,00
TOTAL			531.251,00	531.251,00	0,00	531.251,00

Observações:

(1) Em 18/08/2005, foi encaminhada à Coordenação de Materiais e Patrimônio – COMAP/CGLOG, pela supervisora do contrato, despacho solicitando manifestação no sentido de informar se os serviços descritos na carta datada de 10/08/2005, referente ao Documento MP 03110.003858/2005-90, encaminhado pela empresa acima, solicitando carta de capacidade técnica, foram executados em conformidade com o que foi estabelecido no Contrato. Até o final de 2005 não foi encaminhada nenhuma resposta da COMAP. Não existe nenhum registro de execução financeira, para este Contrato no Sistema de Informações Setoriais do Planejamento, Orçamento e Gestão – SISPLAN.

(2) Em 30/08/2005, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, encaminhou o Termo de Aceite e a Nota Fiscal, referente ao fornecimento e garantia de funcionamento de solução para implementação de sistema de vídeo-conferência no MP, integrado à rede do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG, não tendo esta CGAC nenhuma informação sobre o pagamento. Não existe, também, nenhum registro de execução financeira, para este Contrato no Sistema de Informações Setoriais do Planejamento, Orçamento e Gestão – SISPLAN.

SEM MOVIMENTO – 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
058/2005	CAESB	29/12/2005 à 28/12/2006	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
046/2005	CEB	27/12/2005 à 26/12/2006	380.000,00	380.000,00	0,00	380.000,00
048/2005	CEF	19/12/2005 à 18/12/2006	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
044/2005	CNC	01/12/2005 à 30/11/2006	75.994,50	75.994,50	0,00	75.994,50
070/2005	COPPETEC	23/12/2005 à 22/12/2006	112.777,14	112.777,14	0,00	112.777,14
040/2005	DELTA	21/11/2005 à 20/05/2006	61.997,12	61.997,12	0,00	61.997,12
050/2005	FW BRASIL	22/12/2005 à 10/01/2007	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
059/2005	GODIGITALT	26/12/2005 à 09/01/2008	1.417.643,50	1.417.643,50	0,00	1.417.643,50
039/2005	ITAUTEC (1)	29/08/2005 à 28/08/2006	78.162,00	78.162,00	0,00	78.162,00
052/2005	LINK-DATA	20/12/2005 à 19/08/2006	218.400,00	218.400,00	0,00	218.400,00
061/2005	MICROLOG	30/12/2005 à 18/01/2009	168.800,00	168.800,00	0,00	168.800,00
067/2005	MICROLOG	30/12/2005 à 29/12/2008	580.000,00	580.000,00	0,00	580.000,00
042/2005	NEC DO BRASIL	14/11/2005 à 13/11/2006	2.898,39	2.898,39	0,00	2.898,39
057/2005	NT SYSTEMS	26/12/2005 à 25/01/2009	489.000,00	489.000,00	0,00	489.000,00
056/2005	PELTIER	27/12/2005 à 26/12/2010	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00
053/2005	PERSIANAS	21/12/2005 à 20/01/2007	59.258,00	59.258,00	0,00	59.258,00
047/2005	PÓLIS	21/12/2005 à 20/07/2006	120.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00
062/2005	RHOX	30/12/2005 à 13/01/2009	3.222,00	3.222,00	0,00	3.222,00
051/2005	SANTA HELENA	27/12/2005 à 26/12/2006	67.934,92	67.934,92	0,00	67.934,92
045/2005	SERPRO	01/11/2005 à 30/10/2006	27.455.367,67	27.455.367,67	0,00	27.455.367,67
069/2005	TECHHNOLOGY	29/12/2005 à 11/02/2008	172.199,86	172.199,86	0,00	172.199,86
063/2005	TECNO E QUALITY	30/12/2005 à 13/01/2009	24.700,00	24.700,00	0,00	24.700,00
TOTAL			32.400.755,10	32.400.755,10	0,00	32.400.755,10

OBS.: (1) O serviço não foi concluído.

CONTRATOS ADITIVADOS

No exercício de 2005 foram aditivados 41, contratos: sendo 17 contratos no 1º Semestre e 24 contratos no 2º Semestre.

COM RESTOS A PAGAR - 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
007/2000	ADLER ASSES.	09/02/2000 à 08/02/2006	2.214.314,40	1.107.157,20	893.920,95	213.236,25
031/2001	AG. ESTADO	11/06/2001 à 10/06/2006	235.454,64	117.727,32	110.278,45	7.448,87
031/2003	BRASIL TELECOM	01/01/2004 à 31/12/2006	4.827.487,04	4.720.072,99	4.299.397,19	420.675,80
003/2004	CEB	12/05/2004 à 11/05/2006	339.742,72	169.871,36	44.834,10	125.037,26
034/2002	CEB	29/05/2002 à 28/05/2006	616.383,47	616.383,47	533.433,61	82.949,86
035/2002	CEB	29/05/2002 à 28/05/2006	2.306.957,99	2.306.957,99	1.762.245,95	544.712,04
030/2003	CONSERVO	01/01/2004 à 31/12/2006	685.754,50	685.754,50	590.947,66	94.806,84
023/2002	CORAL	25/03/2002 à 21/09/2006	1.091.452,08	1.091.452,08	1.012.864,62	78.587,46
038/2002	EMBRATEL-ENVIÁ	24/06/2002 à 23/06/2006	8.000,00	8.000,00	2.472,56	5.527,44
007/2004	IMPrensa NACIONAL	17/05/2004 à 16/05/2006	1.400.280,12	1.400.280,12	280.361,06	1.119.919,06
021/2002	LOGGOS	01/04/2002 à 31/12/2006	82.032,12	82.032,12	72.682,38	9.349,74
018/2002	NORTFORT	25/03/2002 à 24/03/2006	7.536,00	7.536,00	6.908,00	628,00
001/2002	RADIOBRÁS	08/03/2002 à 07/03/2006	135.000,00	135.000,00	93.292,59	41.707,41
009/2002	SKEMA	02/01/2002 à 01/01/2007	53.251,57	53.251,57	47.465,70	5.785,87
027/2002	SPREAD	22/04/2002 à 21/04/2006	83.220,00	83.220,00	76.284,94	6.935,06
027/2001	VAINE	15/05/2001 à 14/05/2006	9.720,00	9.720,00	8.100,00	1.620,00
TOTAL			14.096.586,65	12.594.416,72	9.835.489,76	2.758.926,96

COM RESTOS A PAGAR - 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
029/2004	ADLER ASSES	14/09/2004 à 13/09/2006	611.780,63	611.780,63	503.507,70	108.272,93
036/2004	ALBATROZ	20/09/2004 à 19/09/2006	189.258,31	189.258,31	153.850,99	35.407,32

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
052/2001	BIZERRA E GEBRIN LTDA	03/09/2001 à 02/09/2006	17.747,78	17.747,78	1.801,33	15.946,45
027/2004	BRASIL TELECOM	04/10/2005 à 03/10/2006	172.140,00	172.140,00	8.923,88	163.216,12
077/2002	BRASIL TELECOM	13/12/2002 à 12/12/2006	179.095,06	137.356,51	120.926,50	16.430,01
018/2003	CONSERTEX	01/10/2003 à 30/09/2006	8.461,80	8.461,80	7.756,65	705,15
054/2004	CONSERVO	22/12/2004 à 31/12/2006	5.442.938,40	2.721.469,20	2.421.855,90	299.613,30
045/2000	CORAL	02/10/2000 à 01/10/2006	1.377.251,40	1.377.251,40	1.280.090,02	97.161,38
047/2000	CORAL	06/11/2000 à 03/11/2006	1.345.246,56	1.345.246,56	1.254.488,73	90.757,83
021/2003	ECT	18/12/2003 à 17/12/2006	3.796.666,00	1.930.000,00	760.734,80	1.169.265,20
078/2002	EMBRATEL	13/12/2002 à 12/12/2006	558.302,70	358.985,35	272.793,89	86.191,46
017/2003	HIDROSERVICE	22/09/2003 à 21/09/2006	23.920,26	12.000,18	10.013,50	1.986,68
026/2004	HM ARQUITETURA	10/08/2004 à 09/08/2006	262.721,67	262.721,67	228.155,41	34.566,26
056/2002	NT SYSTEMS	30/09/2002 à 29/03/2006	441.980,00	441.980,00	411.600,00	30.380,00
048/2001	POLI ENGENHARIA	06/08/2001 à 05/08/2006	262.790,88	262.790,88	240.891,64	21.899,24
024/2003	RT MÁQUINAS	17/12/2003 à 16/12/2006	7.020,00	7.020,00	6.435,00	585,00
050/2002	SIEMENS LTDA	02/09/2002 à 01/09/2006	131.472,00	131.472,00	120.506,00	10.966,00
020/2003	TCO - VIVO	23/10/2003 à 22/10/2006	143.766,35	143.766,35	56.325,33	87.441,02
012/2003	THYSSENKRUPP	11/07/2003 à 10/07/2006	94.392,00	94.392,00	86.526,00	7.866,00
031/2004	ULTRACENTRO	20/09/2004 à 19/09/2006	591.765,16	591.765,16	546.402,41	45.362,75
023/2004	XEROX	16/08/2004 à 15/08/2006	216.000,00	216.000,00	117.000,00	99.000,00
TOTAL			15.874.716,96	11.033.605,78	8.610.585,68	2.423.020,10

PAGOS

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
060/2001	BB – ADMINIST. (pago exercício anterior)	26/10/2001 à 25/10/2006	0,00	0,00	0,00	0,00
031/2002	MAPLAN	26/08/2002 à 25/08/2006	11.050,00	11.050,00	11.050,00	0,00
TOTAL			11.050,00	11.050,00	11.050,00	0,00

SEM MOVIMENTO

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
052/2004	CONNECTA (1)	31/12/2004 à 30/12/2006	48.037,50	48.037,50	0,00	48.037,50
004/2003	IMPRESA NACIONAL (2)	10/06/2003 à 09/06/2006	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00
TOTAL			108.037,50	108.037,50	0,00	108.037,50

Observações:

(1) O serviço não foi concluído.

(2) No exercício de 2004 foi pago um total de R\$ 51.013,56, já no exercício de 2005 não foi emitida fatura alguma.

CONTRATOS ENCERRADOS

No exercício de 2005 foram encerrados 49 contratos, sendo 11 contratos no 1º Semestre e 38 contratos no 2º Semestre.

COM RESTOS A PAGAR - 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
034/2004	CONSERVO	01/09/2004 à 27/02/2005	69.164,04	69.164,04	60.082,38	9.081,66
015/1999	DELTA	19/04/1999 à 18/04/2005	259.599,78	259.599,78	259.217,01	382,77
035/2004	LOCABRAS	22/09/2004 à 21/03/2005	97.040,00	97.040,00	90.152,88	6.887,12
TOTAL:			425.803,82	425.803,82	409.452,27	16.351,55

COM RESTOS A PAGAR - 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
020/2004	AG. ESTADO	06/10/2004 à 05/10/2005	16.532,18	16.532,18	14.170,44	2.361,74
030/2000	CEF	17/07/2000 à 15/07/2005	100.000,00	50.000,00	28.349,66	21.650,34
042/2000	CLIP & CLIPPING	12/09/2000 à 11/09/2005	153.666,00	76.860,00	76.248,00	612,00
033/2000	CAESB	29/12/2000 à 28/12/2005	525.289,68	525.289,68	518.727,78	6.561,90
023/2000	CONSEL	01/06/2000 à 30/11/2005	5.168.613,72	2.584.306,86	2.544.990,16	39.316,70
025/2005	DELTA	20/04/2005 à 17/10/2005	105.674,28	105.674,28	94.519,78	11.154,50
021/2005	DISBRAVE	29/03/2005 à 31/12/2005	152.497,20	152.497,20	75.773,23	76.723,97
046/2001	ESPARTA	19/07/2001 à 31/12/2005	2.887.203,80	2.887.203,80	2.640.202,73	247.001,07
041/2004	INTERBOOK LTDA.	21/10/2004 à 20/10/2005	43.272,00	43.272,00	36.607,87	6.664,13
067/2001	INTERLINE	12/11/2001 à 31/12/2005	1.792.609,83	1.792.609,83	1.539.504,95	253.104,88
037/2001	L.ANNUNZIATA & CIA	03/07/2001 à 02/07/2005	231.314,48	231.314,48	228.772,56	2.541,92
055/2004	MASTER	22/12/2004 à 31/12/2005	730.193,44	730.193,44	728.526,44	1.667,00
049/2004	MINEIRÃO	17/11/2004 à 16/11/2005	78.898,00	78.898,00	65.465,86	13.432,14
001/2005	SERPRO	01/01/2005 à 31/10/2005	8.999.999,00	8.999.999,00	8.998.666,83	1.332,17
003/2003	SERPRO	14/01/2003 à 31/10/2005	38.000.000,00	38.000.000,00	30.184.894,26	7.815.105,74
005/2004	SERPRO	01/03/2004 à 31/10/2005	21.528.333,10	21.528.333,10	21.087.081,70	441.251,40
006/2004	SERPRO	07/05/2004 à 06/11/2005	654.911,82	654.911,82	88.583,89	566.327,93
008/2005	SERPRO	01/02/2005 à 31/10/2005	984.040,59	984.040,59	638.858,76	345.181,83
013/2005	SERPRO	02/02/2005 à 31/10/2005	624.227,27	624.227,27	593.733,35	30.493,92
014/2004	SERPRO	10/08/2004 à 31/10/2005	605.775,90	605.775,90	260.257,73	345.518,17
024/2005	SERPRO	01/06/2005 à 31/10/2005	669.984,68	669.984,68	183.704,92	486.279,76
048/2004	SERPRO	13/12/2004 à 31/10/2005	8.000.000,00	8.000.000,00	4.710.280,39	3.289.719,61
064/2000	SITRAN	27/12/2000 à 26/12/2005	1.724.697,83	1.724.697,83	1.486.942,36	237.755,47
041/2000	TERMOESTE	06/11/2000 à 05/11/2005	318.645,06	318.645,06	317.073,50	1.571,56
062/2001	TRANSQUADROS	16/10/2001 à 15/10/2005	110.844,23	110.844,23	50.139,00	60.705,23
TOTAL:			94.207.224,09	91.496.111,23	77.192.076,15	14.304.035,08

PAGOS - 1º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) - (B)
010/2004	AGROSERVICE	23/03/2004 à 31/05/2005	172.498,08	172.498,08	172.498,08	0,00
033/2004	CONTAL	01/09/2004 à 28/02/2005	155.741,17	155.741,17	155.741,17	0,00
021/2004	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	29/09/2004 à 28/03/2005	162.500,00	162.500,00	162.500,00	0,00
004/2005	IOS INFORMÁTICA	23/04/2005 à 07/06/2005	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
032/2004	LICENSE COMPANY LTDA	01/09/2004 à 28/02/2005	107.769,10	107.769,10	107.769,10	0,00
008/2004	RADIOBRÁS	22/06/2004 à 21/06/2005	41.040,00	41.040,00	41.040,00	0,00
009/2004	SERPRO	01/05/2004 à 31/01/2005	112.444,44	112.444,44	112.444,44	0,00
009/2005	SERPRO	02/03/2005 à 31/10/2005	56.000,00	56.000,00	56.000,00	0,00
TOTAL:			857.992,79	857.992,79	857.992,79	0,00

PAGOS - 2º SEMESTRE

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) - (B)
032/2002	AGRITEC	26/08/2002 à 25/08/2005	71.887,50	71.887,50	71.887,50	0,00
047/2004	COPPETEC	09/12/2004 à 08/12/2005	870.000,00	870.000,00	870.000,00	0,00
028/2004	EDITORA NDJ LTDA.	07/10/2004 à 06/10/2005	2.040,00	2.040,00	2.040,00	0,00
023/2005	ESSENCIAL ENG.	08/06/2005 à 07/08/2005	56.139,54	56.139,54	56.139,54	0,00
030/2002	FOTOGEO	26/08/2002 à 25/11/2005	95.553,72	95.553,72	95.553,72	0,00
031/2004	HM ARQUITETURA	03/06/2005 à 16/10/2005	15.800,00	15.800,00	15.800,00	0,00
028/2003	MASTER	01/01/2004 à 31/12/2005	714.498,38	714.498,38	714.498,38	0,00
009/2005	SERPRO	02/03/2005 à 31/10/2005	56.000,00	56.000,00	56.000,00	0,00
013/2004	SERPRO	10/08/2004 à 31/10/2005	8.273.824,74	4.136.912,37	4.136.912,37	0,00
029/2002	AEROSA (pago exercício anterior)	26/08/2002 à 25/11/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
019/2003	DIAMOND (pago exercício anterior)	25/09/2003 à 24/09/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
036/2003	VAT TECNOLOGIA (pago exercício anterior)	31/12/2003 à 31/12/2005	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:			10.155.743,88	1.881.919,14	6.018.831,51	0,00

ENCERRADO EM 2004 E PAGOS COM RESTOS A PAGAR DE 2005

Nº CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR EXECUÇÃO PROGRAMADO (A)	VALOR EXECUTADO (B)	SALDO CONTRATO (c) = (a) – (B)
061/2001	MICROSOFT	01/10/2001 à 30/09/2004	9.470,06	9.470,06	9.470,06	0,00
TOTAL:			9.470,06	9.470,06	9.470,06	0,00

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Apesar de ser uma das mais recentes Coordenações-Gerais criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, a CGAC, na realização do seu trabalho no exercício de 2005, utilizando-se de instrumentos legais estabelecidos em lei, conseguiu resultados que demonstram uma economia para a Administração Pública. Alguns exemplos estão relacionados abaixo:

- Aplicação de multa no valor de R\$ 858,96 (oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), à empresa **COMSUPRI INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**, em face do descumprimento parcial da cláusula contratual, do contrato de aquisição de equipamentos de projetores multimídia e do atraso não justificado na entrega dos equipamentos, prevista na alínea “a” da Cláusula Décima Segunda do Anexo IV do Pregão Eletrônico n.º 025/2004;
- Aplicação de multa no valor de R\$ 22.628,89 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), por ter a empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.**, atrasado demasiada e injustificadamente a entrega dos veículos adquiridos por este Ministério, referente ao Edital de Licitação Registro de Preços 02/2004 - Pregão Presencial n.º 019/2004, da Secretaria de Administração da Procuradoria-Geral da República/MPU;
- Processo Administrativo Punitivo: Foi aplicada à empresa **NOVADATA Sistemas e Computadores** a penalidade contratual correspondente a 10% do valor total do contrato n.º 003/2005 de R\$ 1.670.400,00 por descumprimento de prazo na entrega dos equipamentos de informática, no valor de R\$ 167.040,00 (cento e sessenta e sete mil e quarenta centavos);
- Aplicação de multa no valor de R\$ 44.227,06 (quarenta e quatro mil, duzentos e vinte sete reais e seis centavos), aplicada à empresa **NOVADATA Sistemas e Computadores** por atraso na entrega dos computadores adquiridos por este Ministério;
- Após uma apuração detalhada das faturas emitidas pela empresa **Tele Centro Oeste Celular Participações S/A. - TCO (VIVO)**, contrato n.º 020/2003, em virtude das contestações das ligações de longa distância e exclusão dos faturamentos de outras operadoras, no valor total de R\$

83.810,84 (oitenta e três mil reais, oitocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos);

- Nos contratos de telefonia com as empresas **Brasil Telecom e EMBRATEL** houve uma economia global estimada no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), referente a glosas realizadas em notas fiscais/faturas decorrentes de cobranças de serviços indevidos;
- No contrato de locação de veículos com a empresa **SERMATEC Assistência Técnica Ltda.**, houve uma economia no valor de R\$ 13.950,48 (treze mil, novecentos e cinqüenta reais e quarenta e oito centavos), devido a glosa efetuada nas faturas apresentadas, em virtude da cobrança a maior dos valores apresentados referentes a horas extras por/Km rodados e divergências nas quilometragens;
- Retorno em Notas de Crédito, do valor de R\$ 82.342,45 (oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), referentes a passagens aéreas não utilizadas pelo MP, da empresa **Interline Turismo e Representações Ltda.**, contrato nº 067/2001;
- Rescisão com a empresa **Master Locação de Mão de Obra e Terceirização Ltda.**, referente aos Contratos nºs 028/2003 e 055/2004, por descumprimento de Cláusulas Contratuais, sendo um dos motivos o não pagamento de salários de seus funcionários.
- Economia no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), referente a glosa realizada no pagamento de dezembro/2005, feito à empresa **Xerox Com. Indústria Ltda.**, relativo ao contrato nº 023/2004, em virtude de paralização de equipamento na Secretaria de Orçamento Federal – SOF, por 21 dias. O valor original devido era de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);
- Economia no valor total de R\$ 22.736,02 (vinte e dois mil, setecentos e trinta e seis reais e dois centavos), relativo a glosas realizadas em nota fiscais/faturas decorrentes da cobrança de serviços indevidos pela empresa **CONSEL – Comércio e Serviços Técnicos Ltda.**, referentes ao contrato nº 023/2000.

OUTROS

Além das atribuições estabelecidas pelo Regimento Interno, os Supervisores de Contratos desta CGAC compareceram a um número aproximado de 230 (duzentos e trinta) audiências de processos trabalhistas no Tribunal Regional do Trabalho-TRT, como representantes do MP.

AUDITORIA E COMUNICAÇÃO/DILIGÊNCIA

Em 2005, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU e Tribunal de Contas da União, encaminhou à CGAC as seguintes solicitações:

AUDITORIA

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Solicitação de Auditoria nº 08/160309

Data: 10/03/2005

Ofício: nº 4.221/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 28/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001203/2005-87, de 11/03/2005

Assunto: Apresentar relação de todos os contratos, convênios, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, e também de termos aditivos aos instrumentos supracitados, firmados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2004, por intermédio da SPOA/MP. Informar para cada instrumento dessa relação os respectivos nº, objeto, valor total e previsto para 2004, nome do contratado, vigência, setor demandante/beneficiário do objeto contratado, tipo de licitação usado, fiscal responsável, se foi solicitada algum tipo de garantia, bem como programa de trabalho que deu suporte orçamentário para o mesmo.

Resposta:

Memorando: nº 53/2005 - CGAC/SPOA/SE/MP, de 16/03/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.0011303/2005-11, de 16/03/2005

- Encaminhada relação de todos os Contratos Administrativos firmados e vigentes no ano de 2004, com as respectivas informações conforme solicitado.

Solicitação de Auditoria nº 11/160309

Data: 21/03/2005

Ofício: nº 4.221/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 28/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001356/2005-24, de 21/03/2005

Assunto: Solicita o que segue:

- 1) Com relação aos empenhos relacionados na planilha do anexo I (NE 900074, NE 900927 e NE 900928), apresentar (não precisa tirar cópia) contrato(s) (e aditivos se houver) com a referida empresa e projeto(s) básico(s) correspondente(s), bem como edital(ais) de licitação para a(s) contratação(ções).
- 2) Com relação aos empenhos relacionados na planilha do anexo II, apresentar contrato(s) (e termos aditivos se houver) com a referida empresa e projeto(s) básico(s) correspondente(s), bem como edital de licitação para o caso da NE 902360 e processo de dispensa para o caso da NE 900848.

Resposta:

Memorando: nº 61-2005/CGAC/SPOA/SE/MP, de 23/03/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001420/2005-77, de 23/03/2005

- 1) Encaminhado o processo original nº 03110.002638/98-77 do Contrato Administrativo nº 015/99 celebrado com a empresa DELTA ENGENHARIA para vistas.
- 2) Encaminhado o processo nº 03110.000469/2004-21 do Contrato Administrativo celebrado com a empresa STOCK OFFICE, referente à Dispensa de Licitação.
- 3) Encaminhadas cópias do Projeto Básico, Edital e outros documentos pertinentes ao processo nº 03110.001348/2004-05, referente ao Pregão (2004NE902360) do Contrato celebrado com a empresa STOCK OFFICE, conforme solicitado.

Solicitação de Auditoria nº 14/160309

Data: 30/03/2005

Ofício: nº 4.221/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 28/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.00001511/2005-11, de 30/03/2005

Assunto: Solicita o que segue:

- 1) Apresentar cópia dos contratos firmados com as empresas MASTER e CONSERVO em dezembro de 2004, os quais absorveram os objetos anteriormente prestados pela empresa MÚLTIPLA (que teve o contrato rescindido), bem como as relações dos empregados que essas empresas disponibilizaram ao MP para os postos de trabalho antes fornecidos pela MÚLTIPLA, quando da assinatura do contrato. Para as referidas relações, informar os postos de trabalhos dos empregados e as respectivas localizações no Ministério.
- 2) Apresentar cópias dos Termos Aditivos aos contratos mencionados acima, assinados em 2005, com as respectivas relações de empregados (2005), da forma citada no item anterior.

Resposta:

Memorando: nº 66/2005 – CGAC/SPOA/SE-MP, de 31/03/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001550/2005-18, de 31/03/2005

Encaminha cópias:

- Dos contratos firmados com as empresas MASTER e CONSERVO em dezembro de 2004 e seus Termos Aditivos de Janeiro de 2005; e
- a listagem dos empregados admitidos pela MASTER (DEZ/2004 e JAN/2005) advindos do contrato rescindido com a MULTIPLA. Com relação à listagem dos empregados da CONSERVO, solicitamos prazo de 2 (dois) dias úteis para a entrega.

Memorando: nº 68/2005 – CGAC/SPOA/SE-MP, de 06/04/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001685/2005-75, de 06/04/2005

- De igual forma foi apresentada a listagem dos empregados da COPSERVO.

Solicitação de Auditoria nº 16/160309

Data: 07/04/2005

Ofício: nº 4.221/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 28/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001726/2005-23, de 07/04/2005

Assunto: Solicita o que segue:

- 1) Disponibilizar para consulta os comprovantes de escolaridade dos empregados da MASTER e CONSERVO, ocupantes dos cargos de ASCENSORISTA (OPERADOR DE ELEVADORES) AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE GESTÃO, CONDUTOR DE AUTOMÓVEIS, OPERADOR DE TELEFONIA e RECEPCIONISTA.
- 2) Disponibilizar para consulta as garantias dadas pelas empresas CONSERVO e MASTER, relativas aos contratos 054/2004 e 055/2004.
- 3) Apresentar ressarcimentos feitos pela MÚLTIPLA, e/ou glosas de valores em faturas dessa empresa devido aos pagamentos indevidos apontados no item 8.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 150663 (Relatório de Acompanhamento da Gestão de 2004 da CGLOG/SPOA/MP).
- 4) Apresentar comprovantes de que as empresas CONSERVO e MASTER estavam, quando da assinatura dos contratos acima, em dia com a Receita Federal, com o INSS, sem pendências trabalhistas e no SICAF, bem como não inscritas no CADIN e na Dívida Ativa da União.

Resposta:

Memorando: nº 70/2005 – CGAC/SPOA/SE-MP, de 15/04/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001908/2005-02, de 15/04/2005

– Informa que:

- 1) Os comprovantes de escolaridade dos empregados da Master e Conservo foram solicitados às empresas e, até o momento, não foram apresentados. Os ofícios solicitando às empresas seguem em anexo. Tendo em vista que os empregados têm estabilidade de 6 (seis) meses devido à sucessão em razão de novo contrato (previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2004 e 2005, em anexo) e tão logo este prazo termine (em 21/06/2005), todos os empregados, serão substituídos por outros que atendem os requisitos (ANEXOS I e II).
- 2) Muito embora as garantias tenham sido requeridas, estas não foram apresentadas, motivo pelo qual empresa foi oficializada para apresentar a entrega com a maior brevidade possível.
- 3) No decorrer da vigência do contrato com a MÚLTIPLA foram realizadas algumas glosas. Dessa forma, anexamos os despachos proferidos nos processos de pagamento com os valores da glosas e as devidas justificativas (ANEXO III).
- 4) Os comprovantes do SICAF e CADIN consultados a época da contratação das empresas Conservo e Master seguem em anexo (ANEXO IV).

Solicitação de Auditoria nº 17/160309

Data: 08/04/2005

Ofício: nº 4.221/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 28/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001787/2005-91, de 08/04/2005

Assunto: Solicita o que segue:

- 1) Apresentar relação das eventuais pendências trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos contratos com todas as empresas/cooperativas fornecedoras de mão-de-obra ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tais como UNIWAY, MÚLTIPLA, MASTER, CONSERVO, etc.

1.1) Discriminar nesta relação, o nome da empresa com a pendência, tipo da pendência (trabalhista, previdenciária, etc), a data da reclamação da pendência, o órgão competente e o ano a que ela se refere, bem como o valor reclamado;

1.2) informar o posicionamento do Ministério para cada pendência e as suas ações de controle visando evitar a ocorrência de prejuízos para o erário, bem como para evitar novas ocorrências;

1.3) Em caso de exigência de condenação da União em reclamações trabalhistas no Poder Judiciário, relacionadas aos contratos acima, em decorrência da responsabilidade subsidiária da União pelo não pagamento dos encargos trabalhistas pelas empresas contratadas, demonstrar, por meio de documento, quais as medidas tomadas pelo Ministério visando ação regressiva contra estas empresas.

2) Com vistas a agilizar os trabalhos de auditoria, solicitamos que as respostas aos questionamentos efetuados sejam encaminhadas também em meio magnético, na medida do possível

OBS.: Após encontro e reunião com o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, decidimos por prorrogar o prazo para resposta para 15/04/2005 (Eduardo Reis Soares – Mat. 1214368)

Resposta:

Memorando: nº 71/2005 – CGAC/SPOA/SE-MP, de 15/04/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001907/2005-50, de 15/04/2005

- Informa que: Não existem pendências previdenciárias e fiscais relativas aos contratos administrativos com empresas/cooperativas prestadoras de mão-de-obra ao Ministério do Planejamento.
- No item 1.2 a respeito das ações de controle deste Ministério para evitar a ocorrência de prejuízo ao erário, informamos que o controle é realizado quando do pagamento das faturas às empresas onde é consultado o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF verificando o vencimento dos impostos e por meio de cópias das guias GFIP e GPS apresentadas no processo de pagamento.
- Com relação a eventuais pendências trabalhistas e aos itens 1.1 e 1.3 será necessário solicitar à Consultoria Jurídica – CONJUR deste Ministério, que officie a Procuradoria da União para que esta informe quanto aos processos em andamento, bem como o resultado dos processos.
- Em face disso, pedimos o prazo de 30 (trinta) dias para viabilizar as informações solicitadas referente aos processos, vez que dependemos de outro órgão para fornecê-las.

Solicitação de Auditoria nº 160310/02

Data: 14/04/2005

Ofício: nº 6.844/DEPOG/SFC/CGU-PR, de 24/03/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.001879/2005-71, de 14/04/2005

Assunto: Apresentar relação de Diligências / Determinações / Recomendações / Solicitações de Informações do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União (MPU) direcionadas ao Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) em 2004, com as correspondentes respostas/providências.

Anexo: Memorando Circular nº 16/GAB/SPOA/MP, de 14/04/2005

Assunto: De ordem do Senhor Secretário Executivo, solicito encaminhar até o dia 25 de abril do corrente, impreterivelmente, informações pertinentes a sua área, caso aplicável, que possam auxiliar a Secretaria Executiva na resposta a Solicitação de Auditoria anexa.

Resposta:

Memorando: nº 74/2005 – CGAC/SPOA/SE-MP, de 25/04/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.002023/2005-12, de 24/04/2005

- Informa que foram encaminhados pelo Tribunal de Contas da União os Ofícios de Inspeção – CGRL/MP nºs 02 e 03/2004 e Ofício nº 171/2004/CGLOG/SPOA/SE-MP, que seguem em anexo.
- Com relação ao Congresso Nacional e o Ministério Público da União não constam nos nossos arquivos qualquer Diligência, Determinação, Recomendação ou Solicitação.

Solicitação de Auditoria nº 160166/10

Data: 04/05/2005

Ofício: nº 7.951/DEPOG/SFC/CGU-PR, de 08/04/2005

Memorando: nº 94/05-DASIS/SRH/MP de 05/05/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.002207/2005-82, de 05/05/2005

Anexos: processos nºs 03112.001907/2004-59, 03112.002118/2004-35, 03112.002311/2004-76 e 03110.001549/2004-02, referentes aos pagamentos das faturas de agosto a novembro de 2004, e o processo nº 03112.002572/2002-24.

Assunto: Contrato Administrativo nº 003/2003, firmado com o SERPRO

Apresenta/justificar os itens a seguir:

- a) Ausência de indicação, no Contrato e nos Termos Aditivos, da Notas de Empenho e o não acompanhamento do saldo de empenho pelo Fiscal do Contrato.
- b) Ausência do atesto do Fiscal do Contrato nas faturas de cobrança, certificando que os serviços foram prestados nas quantidades descritas.
- c) Os controles utilizados para certificar/atestar as Notas Fiscais, com relação ao quantitativo informado dos serviços executados nos itens: Hora de Desenvolvimento; Servidor Processado; Registro Lido no Cadastro; e Páginas Impressas.
- d) Cobrança nas Notas Fiscais da Regional Curitiba de páginas impressas (Reprodução de Documentos), sendo que no Contrato, **Cláusula Terceira – Do Local De Prestação Dos Serviços**, consta que a Regional Curitiba prestará os Serviços de Desenvolvimento e Manutenção do SIAPE, ou seja, manutenção das bases de dados; disponibilização das transações *on-line* para atualização e consultas; disponibilização e atualização do SIAPEnet e DW; e o desenvolvimento de novas funcionalidades, não incluindo impressão de relatórios.

Resposta:**Documento MP/SPOA:** nº 01110.002207/2005-82

- Resposta fornecida pelo supervisor do contrato Cairo Antônio Correa Junior, em 12/05/2005. Esclarece que:
 - a) O Ministério do Planejamento não inclui em seus contratos, na cláusula referente à dotação orçamentária, a Nota de Empenho, que somente é conhecida após a assinatura dos mesmos. Impossibilitando, dessa forma, acompanhamento do saldo empenhado por parte do supervisor, que realiza somente o controle do saldo contratual.
 - b) A CGAC, mais especificamente a Coordenação de Fiscalização e Supervisão de Contratos - COSUC, realiza por intermédio dos supervisores dos contratos, o atesto nas notas fiscais, constantes nos processos de pagamento às contratadas. Este atesto se faz de duas formas: com relação aos serviços prestados e com relação ao valor cobrado. No tocante aos serviços prestados, isto é, quantidade e qualidade, a manifestação se dá por intermédio da área usuária, que designa um servidor para tal finalidade, ficando nosso encargo restrito aos aspectos legais, formais, e ainda, aos valores cobrados pela contratada.
 - c) Em complemento ao item "b", neste caso específico, nos baseamos nas informações prestadas pela área usuária, com relação ao controle do quantitativo e qualitativos referentes aos itens especificados, considerando que o recebimento é de responsabilidade da área usuária inclusive com a observância técnica.
 - d) Quanto à localização da prestação dos serviços descritos na Cláusula Terceira e no Anexo II do referido contrato, o item referente às páginas impressas, em que pese a observação da Auditoria, acreditamos que tal emissão não acarretou qualquer prejuízo à execução do contrato, tendo em vista que o valor cobrado é previsto no Anexo II. Outro motivo é porque, embora no contrato tenha sido fixado o local para cada tipo de serviço, esses são prestados nas filiais de uma única pessoa jurídica, e não há disposição afirmando que o local altera o custo ou a qualidade do serviço, até mesmo porque a área atestou essas especificidades.

Solicitação de Auditoria nº 160310/09**Data:** 30/05/2005**Ofício:** nº 6.844/DEPOG/SFC/CGU-PR, de 24/03/2005**Documento MP/SPOA:** nº 03110.002593/2005-11, de 30/05/2005**Assunto:** - Solicita o que segue:

- Elaborar planilha de acordo com o modelo encaminhado, contendo informações quanto ao seu quadro de pessoal: Servidor; CPF; Cargo Efetivo; Cargo Comissionado; Terceirizado/Estagiário/Outros; Escolaridade; Lotação; Atribuições; e
- A fim de verificar a adequação do quadro de pessoal lotado nessa Secretaria quanto à qualidade e quantidade de servidores e prestadores, solicitamos informar o número de servidores e prestadores de serviços e a escolaridade/formação ideal do quadro, explicitando ainda, se houver, as áreas de maior carência de pessoal.

Resposta:**Memorando:** nº 121-2005/CGAC/SPOA/SE/MP, de 09/06/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.002895/2005-81, de 09/06/2005

- Foi encaminhada planilha com a relação dos funcionários terceirizados lotados na Secretaria Executiva, conforme solicitado, contendo as informações requeridas.

Solicitação de Auditoria nº 175231/05

Data: 20/12/2005

Ofício: nº 35.257/2005/DEPOG/DE/SFC/CGU-PR, de 12/12/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.006258/2005-83, de 20/12/2005

Assunto: Em relação à Nota Técnica nº 1534/DEPOG/DE/SFC/CGU/PR, de 20/12/2005, que trata da análise das informações (Plano de Providências) apresentadas diante das recomendações do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de 2004 da SPOA/MP, nº 160309, enviada a essa Unidade junto com essa Solicitação de Auditoria, solicitamos o encaminhamento de informações/manifestações complementares (atualizadas) sobre as providências que foram planejadas e adotadas em função das referidas recomendações, bem como a apresentação dos comprovantes (documentação) das informações prestadas no Plano de Providências supracitado, os quais não localizamos nos documentos anexos ao referido Plano e foram citados na Nota Técnica em questão.

Anexo: Memorando nº 230/SPOA/SE/MP, de 21/12/2005

Documento: nº 03110.006314/2005-80, de 21/12/2005

Assunto: (...)Considerando-se que parte da solicitação de Auditoria diz respeito a essa Coordenação-Geral, venho solicitar a V.Sa. a adoção de providências com vistas a apresentar informações atualizadas acerca do item (9.2.1.5, 9.2.1.6, 9.2.1.7, 9.3.1.1)

Resposta:

Documento: Resposta encaminhada a SPOA em Minuta, sem documento oficial.

Resposta: Informa que:

- **9.2.1.5** – está sendo realizado o acompanhamento junto à empresa Conservo para manter a escolaridade dos terceirizados de acordo com as exigências constantes dos contratos celebrados com aquela empresa;
- **9.2.1.6** – foi instaurada a Comissão de Sindicância pela Portaria nº 257, de 06/12/2005, ainda não concluída. Tão logo se tenha conclusão será encaminhada a essa Secretaria Federal de Controle Interno;
- **9.2.1.7** – está sendo realizado o acompanhamento de apresentação das garantias dos respectivos contratos junto às empresas; e
- **9.3.1.1** – os registros no SIASG nesta CGAC continuam sendo efetivados.

COMUNICAÇÃO/DILIGÊNCIA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Data: 02/02/2005

Ofício: nº 056/2005 – 2ª SECEX

Processo: EXAME PRÉVIO

Nome do Responsável ou Interessado: Alexandre Reschke

Documento MP/SPU: nº 04905.000407/2005-17, de 10/02/2005

Memorando: nº 400/CGENF/SPU, de 18/02/2005

Documento MP/SPU: nº 04905.000600/2005-58, de 18/02/2005

Assunto: Com fulcro no art. 11 da Lei nº 8.443/92, solicita informações no prazo de 15 (quinze) dias, as informações/documentos abaixo elencados:

- a) contrato 29/2002, firmado pela GRPU do Piauí com a empresa Aerosat, no valor de R\$ 196.651,00 (cento e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais), tendo por objeto a prestação de serviços de confecção de base cartográfica, cálculo, desenho e confecção de memorial descritivo sintético da Linha de Preamar Médio de 1831 – LPM 1831, da linha Limite de Terrenos de Marinha – LTM, da linha Média das Enchentes;
- b) Ordinárias – LMEO e da Linha limite dos Terrenos Marginais – LLTM, nos trechos do litoral do Piauí, com extensão de 16Km², e Ilha de Santa Isabel/PI, com extensão de 10Km²;
- c) contrato 30/2002, firmado pelas GRPU da Bahia e de Pernambuco com a Empresa Fotogeo, no valor de R\$ 1.019.240,00 (um milhão, dezenove mil e duzentos e quarenta reais), tendo por objeto a prestação de serviços de confecção de base cartográfica, cálculo, desenho e confecção de memorial descritivo sintético das LPM 1831, LTM, LMEO e LLTM, nos trechos da Ilha de Tinharé (Morro de São Paulo), com extensão de 5Km², Valença-Ilhéus/BA, com extensão de 115km², e divisa com Alagoas/margem direita do Rio Jaboatão/PE, com extensão de 40km²;
- d) contrato 31/2002, firmado pelas GRPU de Minas Gerais e do Piauí com a Empresa Maplan, no valor de R\$ 668.900,00 (seiscentos e sessenta e oito mil e novecentos reais), tendo por objeto a prestação de serviços de confecção de base cartográfica, cálculo, desenho e confecção de memorial descritivo sintético das LPM 1831, LTM, LMEO e LLTM, e cadastramento de imóveis em áreas de propriedade da União, nos trechos de Governador Valadares/MG, com extensão de 13Km², com 5.000 imóveis, e Teresina/PI, com extensão de 16Km², com 3.000 imóveis;
- e) contrato 32/2002, firmado pela GRPU de Santa Catarina com a empresa Agritec, no valor de R\$ 479.250,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais), tendo por objeto a prestação de serviços de confecção de base cartográfica, cálculo, desenho e confecção de memorial descritivo sintético das LPM 1831, LTM, LMEO e LLTM, nos trechos da Ilha de São Francisco do Sul, com extensão de 16Km², Rio Itajaí-Açu, com extensão de 20Km², Rio Tubarão, com extensão de 13Km², Rio Acaraí/SC, com extensão de 10Km², e São José-Palhoça, com extensão de 16Km²; e
- f) contrato 36/2003, firmado pelas GRPU de São Paulo e Rio de Janeiro com a empresa Vat, no valor de R\$ 255.000,00, tendo por objeto a prestação de serviços de regularização cadastral, em termos de ocupação, serviços notariais e de registro de imóveis, bem como depuração da base de dados cadastrais dos imóveis de propriedade da União administrados pela SPU, localizados nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Resposta:

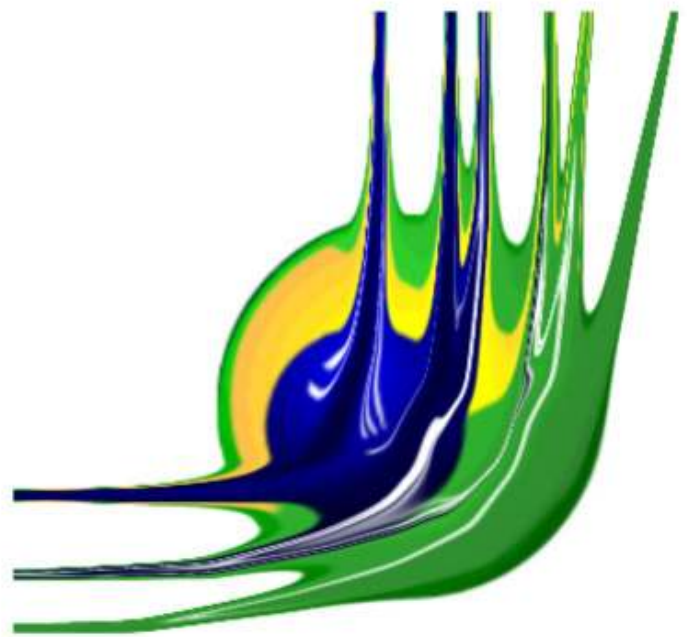
Memorando: nº 42/2005 - /CGAC/SPOA/SE/MP, de 24/02/2005

Documento MP/SPOA: nº 03110.000917/2005-78, de 28/02/2005

Encaminha cópia dos contratos 29, 30, 31, 32/2002 e 36/2003.

Dos itens 3 ao 12, exceto 4, do Anexo X da Norma de Execução da Controladoria Geral da União / CGU n.º 01 de 05 de janeiro de 2006, não se aplicam, por não serem compatíveis com as atividades desenvolvidas pela CGAC.

DEST



***Departamento de
Coordenação e Controle
das Empresas Estatais***

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS - DEST

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST

1.2 CNPJ nº: Não se aplica

1.3 Natureza Jurídica: Administração Direta

1.4 Vinculação Ministerial: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar, sala 864 - Brasília – DF
CEP: 70040-906 - Telefone: 3429-4326

1.6 Endereço da página institucional na Internet:
http://www.planejamento.gov.br/controle_estatais/index.htm

1.7 Código e nome do órgão: 20113 **Unidade Gestora:** 201011 **Gestão:** 00001

1.8 Norma de criação e finalidade: Alínea 3 do inciso II do art. 2º do Anexo I ao Decreto nº 5.433, de 25.04.2005.

Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

- I. coordenar a elaboração do Programa de Dispêndios Globais e da proposta do Orçamento de Investimento das empresas estatais, compatibilizando-os com as metas de resultados fixadas, bem como acompanhar a sua execução orçamentária;
- II. promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais, propondo diretrizes e parâmetros de atuação, inclusive sobre a política salarial e de benefícios e vantagens e negociação de acordos ou convenções coletivas de trabalho;
- III. acompanhar, avaliar e disponibilizar informações sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas estatais;
- IV. manifestar-se sobre propostas de empresas estatais referentes:
 - a) à criação de empresa estatal ou assunção, pela União ou empresa estatal, do controle acionário de empresa privada, de aumento de capital social e aprovação dos estatutos e suas alterações;

- b) a alterações nos estatutos e regulamentos das entidades fechadas de previdência privada complementar, bem como nos planos de benefícios;
 - c) à contratação de operações de crédito, inclusive as de arrendamento mercantil;
 - d) à emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações, ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários; e
 - e) ao quadro de pessoal, acordo ou convenção coletiva de trabalho, planos de cargos e salários, tabelas de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e participação dos empregados nos lucros ou resultados das empresas;
- V. coordenar e orientar a atuação dos representantes do Ministério nos Conselhos de Administração das empresas estatais;
- VI. coordenar o processo de desestatização de empresas de pequeno e médio porte, conforme definidas pelo Conselho Nacional de Desestatização, podendo constituir grupos de trabalho integrados por servidores da Administração Federal direta ou indireta, provendo o apoio administrativo e operacional necessário, inclusive os serviços de secretaria do Conselho;
- VII. assessorar o Ministro de Estado nos assuntos concernentes ao Programa Nacional de Desestatização;
- VIII. promover a articulação e a integração das políticas das empresas estatais; e
- IX. contribuir para o aumento da eficiência e transparência das empresas estatais, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro, bem como para o aperfeiçoamento da gestão dessas.

1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:
Anexo I ao Decreto nº 5.433, de 25.04.2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno: Portaria nº 232, de 03.08.2005, publicada no Diário Oficial da União de 24.08.2005.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E DA AÇÃO

Programa: Gestão da Política na Área de Planejamento

Ação Orçamentária: Coordenação e Controle da Gestão das Empresas Estatais Federais

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA E BENEFICIÁRIOS

Promover a articulação e integração das políticas de gestão das empresas estatais, com as diversas áreas do Governo federal e entre as respectivas empresas, mediante a otimização na utilização dos recursos disponíveis, a redução de custos e ampliação da capacidade de produção de bens e serviços, a valorização das características e potencialidades regionais na formulação de políticas, e a identificação e incorporação de experiências bem sucedidas, de modo a evitar desperdício de esforços e superposição de ações; contribuir para aumentar a eficiência e a transparência das empresas estatais, com vistas ao equilíbrio das contas nacionais, ao aperfeiçoamento e à integração dos sistemas de monitoramento econômico-financeiro das empresas, e ao fortalecimento da prática de gestão cooperativa entre as empresas, sempre tendo em vista os objetivos de governo; acompanhar o desempenho econômico-financeiro das empresas estatais; disponibilizar informações econômico-financeiro sobre as empresas estatais; elaborar e publicar o “Perfil das Empresas Estatais”.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Os indicadores aprovados para retratar as atividades do DEST, referentes ao exercício de 2005, estão discriminados na Tabela a seguir:

Nome do Indicador	Definição	Perspectiva	Periodicidade	Fonte de Informação
Orçamento de Investimento Elaborado	Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (Volume VI do OGU) elaborado em tempo hábil.	Encaminhar o Orçamento até o dia 31 de agosto	Anual	Coordenação-Geral de Orçamentos
BGU Elaborado	Volume IV do Balanço Geral da União elaborado em tempo hábil.	Encaminhar o Volume IV do BGU até o dia 31 de março do ano subsequente	Anual	Coordenação-Geral de Informação e Avaliação de Empresas
PDG Elaborado	Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais elaborado em tempo hábil	Elaborar o PDG até o dia 31 de agosto	Anual	Coordenação-Geral de Orçamentos
Orçamento de Investimento Divulgado	Execução bimestral do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais divulgada em tempo hábil	Divulgar a execução do Orçamento até 30 dias após o encerramento de cada bimestre	Bimestral	Coordenação-Geral de Informação e Avaliação de Empresas

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

- **Tipo de Ação:** Atividade
- **Produto PPA:** Empresa monitorada
- **Unidade de Medida:** unidade

- **Meta Física:** 108
- **Meta Financeira:** R\$ 2.000.000,00

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Não se aplica.

3.2 DESCRIÇÃO (O QUE SE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Nome Indicador	Definição	Tipo de Indicador
Orçamento de Investimento Elaborado	Orçamento de investimento das Empresas Estatais (Volume VI do OGU) elaborado em tempo hábil	Eficácia
BGU Elaborado	Balanço Geral da União elaborado em tempo hábil	Eficácia
PDG Elaborado	Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais elaborados	Eficácia
Orçamento de Investimento Divulgado	Divulgação da execução bimestral do orçamento de investimento	Eficácia

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

A medição dos indicadores é obtida a partir da realização das tarefas escolhidas em tempo hábil.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Nome Indicador	Responsável pela Informação
Orçamento de Investimento Elaborado	Antônio Machado de Rezende, Coordenador-Geral de Orçamento
BGU Elaborado	Paulo César dos Santos, Coordenador-Geral de Informação e Avaliação de Empresas
PDG Elaborado	Antônio Machado de Rezende, Coordenador-Geral de Orçamento
Orçamento de Investimento Divulgado	Paulo César dos Santos, Coordenador-Geral de Informação e Avaliação de Empresas

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÃO ADMINISTRATIVA

O DEST conta com a seguinte ação orçamentária: Coordenação e Controle da Gestão das Empresas Estatais Federais.

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Não existe indicador para Ação Orçamentária.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (Valor Alcançado)

Meta física da ação orçamentária em 2005:

- Programada: Monitorar 108 empresas estatais federais
- Realizada: 137 empresas estatais federais monitoradas

Meta financeira da ação orçamentária em 2005:

- Programada: R\$ 2.000.000,00
- Limite financeiro: R\$ 1.532.107,02
- Realizado:
 - Execução Orçamentária: R\$ 1.532.107,02
 - Execução Financeira: R\$ 1.082.107,02

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

- Em termos físicos, a meta proposta foi superada.
- Em termos financeiros, a execução orçamentária observou rigorosamente a programação.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não se aplica.

6) TRANSFERENCIAS DE RECURSOS

Não se aplica.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

9) PROJETOS DE INSTITUIÇÕES BENEFICADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

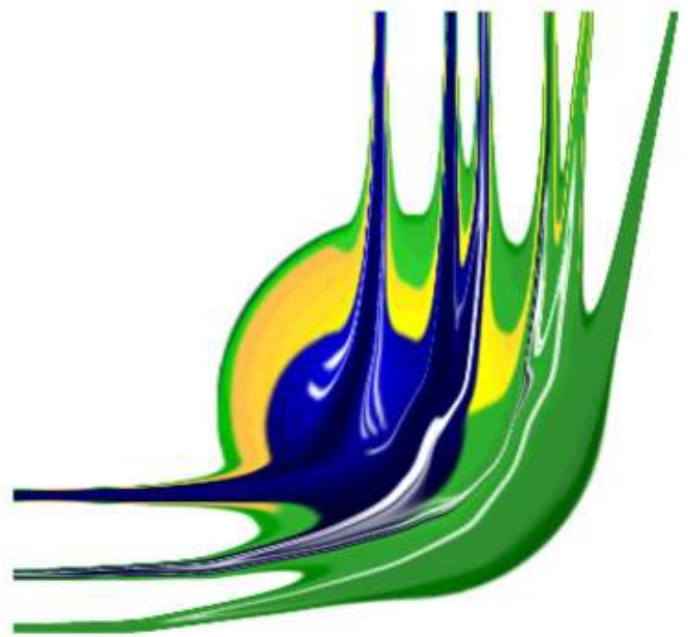
11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Nenhuma informação a acrescentar.

DELIQ



***Departamento
de Extinção
e Liquidação***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Departamento de Extinção e Liquidação – DELIQ

1.2 CNPJ nº: 02.792.785/0001-08

1.3 Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo

1.4 Vinculação Ministerial: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.5 Endereço: Setor de Autarquias Norte – SAN, Quadra 3, Edifício Núcleo dos Transportes, Sala 22.78 – Brasília/DF, telefones 3329-2900 e 3329-2901, fax nº 3329-2929

1.6 Endereço da página institucional na Internet: www.planejamento.gov.br - EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO

1.7 Código e nome do órgão: 20113 **Unidade Gestora:** 200.318 – Departamento de Extinção e Liquidação

1.8 Norma de criação e finalidade: O DELIQ foi criado em 28 de outubro de 1999, pelo Decreto nº 3.224, assumindo as atribuições do Grupo Técnico de Prestação de Contas (GTCON) do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, tendo por finalidade supervisionar os processos de extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e de liquidação de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como proceder às medidas necessárias para a solução de pendências relacionadas aos referidos processos, após a conclusão da liquidação ou extinção.

1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: artigo 7º do Decreto 5.134, de 07 de julho de 2004, alterado pelo Decreto n.º 5.347, de 19 de janeiro de 2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno: 05.08.2005, Portaria nº 232, de 03.08.2005.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E DA AÇÃO

Programa de Trabalho: 04.122.1003.4069.0001

Ação: 4069 - Liquidação e Extinção de Empresas

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA E BENEFICIÁRIOS

Supervisão dos processos de extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e de liquidação de empresas públicas e sociedades de economia mista; tratamento de pendências posteriores ao encerramento dos processos de extinção ou liquidação supervisionados, especialmente análise de prestação de contas de convênios e/ou instrumentos similares vencidos e tratamento de acervo documental para seu encaminhamento ao arquivo nacional.

São beneficiários do programa o Governo Federal, no que tange ao acompanhamento de pendências relacionadas a 65 (sessenta e quatro) entidades extintas ou em processo de liquidação, sendo dezenove órgãos da Administração Direta, dezoito sociedades de economia mista, incluindo a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em liquidação, que teve a supervisão do processo transferido para o Ministério dos Transportes (Decreto nº 5.476, de 23 de junho de 2005), nove autarquias, quatro empresas públicas, doze fundações e três campanhas de saúde pública, conforme quadro fls. 27/29 (Doc. I).

Podem ser indicados, ainda, como beneficiários, o Tesouro Nacional, na restituição de valores aplicados indevidamente, o Arquivo Nacional, no recebimento de acervo devidamente organizado, assim como os inventariantes ou liquidantes dos processos em andamento e autoridades dos órgãos de Controle Interno/Externo, Ministério Público, Polícia Federal, dentre outros.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Para o acompanhamento da gestão, são utilizadas informações periódicas apresentadas pelos liquidantes, relativas ao andamento dos respectivos processos sob a supervisão deste Departamento, e quadros consolidados com o desempenho relativo à análise de convênios, por faixa de valor, com periodicidade mensal.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Das metas específicas, tratadas no âmbito da autoridade supervisora, constaram o acompanhamento e supervisão dos processos de liquidação da Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, da empresa Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Quanto aos demais processos, referentes a extinções e liquidações já concluídos, este Departamento programou a análise das prestações de contas de 1.800 (mil e oitocentos) convênios e instrumentos congêneres sob sua responsabilidade e o tratamento de 1.500 (mil e quinhentos) metros lineares de Acervo Documental, além dos procedimentos eventuais de solução de pendências relacionados às empresas/órgãos extintos, conforme estabelece a descrição das competências do DELIQ.

O Departamento contou com uma dotação orçamentária no montante de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), destinados a fazer face

aos gastos advindos da reestruturação do Estado, especificamente nos processos supervisionados.

A proposta orçamentária do Departamento para o exercício de 2005 constou do Memorando nº 105/2004/DELIQ/SE/MP, de 30.07.2004, onde foram especificadas as metas físicas conforme descritas, suficiente para atender às necessidades da unidade na manutenção e custeio das atividades relacionadas à extinção de empresas, incluindo os custos inerentes às atividades de acompanhamento de liquidação, controle e análise de convênios e tratamento técnico de acervo (extintos DNOS, MIR, MINTER, SIDERAMA, LLOYDBRAS, CUN e Fundação Roquete Pinto), conforme memória de cálculo em anexo, fls. 30/32. (Doc. II)

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO

Processos de liquidação supervisionados, quantidade de processos de convênios cadastrados, quantidade de prestações de contas de convênios analisadas e volume de Acervo documental organizado e entregue ao Arquivo Nacional.

3.2 DESCRIÇÃO DOS PARÂMETROS

Para os processos de liquidação em andamento, são consideradas as análises das informações encaminhadas pelos liquidantes, especialmente sobre a regularidade e legalidade dos atos de gestão e encaminhamento do processo com vistas ao seu encerramento.

Dos convênios sob a responsabilidade do DELIQ, são acompanhadas as quantidades de convênios cadastrados, obtida das informações do SIAFI, e de análises de prestação de contas de convênios concluídas.

Para o tratamento de acervo, é considerado volume de acervo tratado tecnicamente, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, bem como até a entrega definitiva ao Arquivo Nacional.

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO E MÉTODO DE MEDIÇÃO

No caso do acompanhamento dos processos de liquidação em andamento, é feita análise de documentos formais e reuniões periódicas com os liquidantes, sendo o resultado consolidado em Notas Técnicas para ciência e eventual decisão por parte das autoridades superiores deste Ministério, conforme for o caso.

Quanto ao cadastramento e análise de prestação de contas de convênios, é apurada mensalmente a produção pelas respectivas Coordenações, consolidada em resultados gerais obtidos, apurando-se o desempenho anual conforme, permitindo a comparação com resultados de exercícios anteriores.

O tratamento de acervo é medido em metros lineares faturados e entregues ao Arquivo Nacional.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Assessoria do Departamento, responsável pelo acompanhamento dos processos de liquidação em andamento, Coordenadores-Gerais, responsáveis pela análise de prestação de contas de convênios e a Coordenação de Documentação e Informação – CODIN/SPOA/MP, no caso de tratamento de acervo.

Todas as informações são consolidadas no Gabinete da Diretoria do DELIQ.

4) ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÃO ADMINISTRATIVA

Programa de Trabalho: 04.122.1003.4069.0001 – Extinção e Liquidação de Entidades Públicas Federais

Ação: 4069 - Liquidação e Extinção de Empresas

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Processos de liquidação supervisionados, análise das informações encaminhadas pelos liquidantes, especialmente sobre a regularidade e legalidade dos atos de gestão e encaminhamento do processo com vistas ao seu encerramento, quantidade de processos de convênios cadastrados, quantidade de prestações de contas de convênios analisadas e volume de acervo documental organizado e entregue ao Arquivo Nacional.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS

Foram supervisionados 3 processos de liquidação em andamento, sendo *Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em Liquidação*, até junho de 2005, quando foi transferida a supervisão do processo ao Ministério dos Transportes, *Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM – em Liquidação* e *Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT – em Liquidação*.

Dos processos concluídos, tem-se 62 entidades da administração pública federal, tendo sido identificadas pendências relativas a omissão na contabilização de convênios vencidos, sendo realizados registros de 237 convênios em 2005, assim como concluídas as análises de prestação de contas de 2.946 processos.

Em 2004, foi solicitado pelo DELIQ à SPOA/MP, a contratação de empresa prestadora de serviços especializados em tratamento de acervo documental, estando prevista a abertura de processo licitatório para o início de 2006.

A execução financeira, com empenho de R\$ 33.715,21 (trinta e três mil, setecentos e quinze reais e vinte e hum centavos) e liquidação de R\$ 32.780,21 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta reais e vinte e hum centavos) foi realizada pela SPOA/MP, na aquisição de materiais e serviços necessários ao desempenho das atividades do DELIQ, uma vez que os respectivos contratos foram firmados naquela unidade, fls. 33/34 (Doc III).

4.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.4.1 Dos Processos de Liquidação e Extinção em Andamento

a) Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em Liquidação

A RFFSA, em Liquidação, é uma companhia de economia mista, vinculada ao Ministério dos Transportes, a quem compete a análise e a manifestação formal sobre as prestações de contas anuais.

Em função da complexidade dos problemas enfrentados, especialmente os relacionados ao contencioso judicial composto por mais de 38 mil ações, com um risco potencial da ordem de R\$ 7,5 bilhões, aliada aos constantes atrasos na alienação dos seus ativos, ocasionados pelas penhoras de bens determinadas no curso das ações judiciais, o processo de liquidação da RFFSA, iniciado em dezembro de 1999, pouco avançou nesses últimos seis anos.

Na tentativa de superar esses entraves, após vários meses de estudos e discussões de técnicos dos órgãos envolvidos, incluindo os Ministérios do Planejamento e Transportes, AGU e Casa Civil da Presidência da República, foi editada a Medida Provisória nº 266, de 06 de abril de 2005, encerrando os trabalhos relativos ao processo de liquidação da Rede Ferroviária. Entretanto, em 21 de junho de 2005, a mencionada Medida foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, sendo, assim, restabelecido o processo de liquidação.

Em decorrência disso, foi editado o Decreto nº 5.476, de 23 de junho de 2005, segundo o qual o liquidante da RFFSA passou a se reportar diretamente ao Ministério dos Transportes, atual supervisor do processo de liquidação, a quem apresentou o seu plano de trabalho e vem prestando informações periódicas sobre o andamento da liquidação, conforme determinação contida no referido Decreto. Com essa alteração, o DELIQ deixou de atuar diretamente como supervisor desse processo de liquidação.

b) Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM – em Liquidação

A CEASA/AM, sociedade de economia mista da administração indireta, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, UG 130004, teve sua dissolução determinada pelo Decreto nº 3.785, de 06.04.2001. O rito processual de liquidação obedece aos ditames da Lei nº 8.029, de 12.04.1990 e às disposições dos artigos 208 e 210 a 218 da Lei nº 6.404, de 14.12.1976. As informações contábeis e os relatórios de gestão do processo são auditados pela Controladoria-Geral da União no Estado do Amazonas que envia o Relatório e Certificado de Auditoria à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, que elabora Parecer acerca da regularidade das contas para ciência do Ministério supervisor e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

O término do processo de liquidação da Empresa estava previsto para 05 de outubro de 2005. Porém, em razão de dificuldades surgidas no andamento dos trabalhos, foi necessária a prorrogação deste prazo, estando previsto para o dia 1º de abril de 2006, o encerramento do novo prazo concedido.

Segundo informações do liquidante, estão ainda pendentes as seguintes atividades:

- conclusão da negociação com a Prefeitura de Manaus visando à redução do montante do débito atribuído à CEASA/AM, no valor de R\$ 3,7 milhões, cujo pagamento se faz necessário para fins de regularização dos imóveis alienados pela Empresa; e
- encerramento de processos relativos à instauração de Tomadas de Contas Especiais - TCEs, conforme recomendação da Comissão de Sindicância, que foi constituída para apurar irregularidades ocorridas anteriormente ao início do processo de liquidação.

c) Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT – em Liquidação

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, empresa pública federal vinculada ao Ministério dos Transportes - MT, UG 275056, entrou em processo de liquidação quando da edição do Decreto nº 4.135, de 20.02.2002, sob a supervisão do Departamento de Extinção e Liquidação da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. As informações contábeis e os relatórios de gestão do processo de liquidação são auditados pela Controladoria-Geral da União que envia o Relatório e Certificado de Auditoria à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República, que elabora Parecer acerca da regularidade das contas para ciência do Ministério supervisor e encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Em razão de dificuldades surgidas no andamento dos trabalhos, foi necessária a prorrogação do prazo de encerramento do processo de liquidação, estando previsto para o dia 30 de janeiro de 2006, o novo prazo concedido.

O liquidante do GEIPOT tem hoje sob sua responsabilidade o acompanhamento das ações judiciais em que a empresa figura como autora, ré, oponente ou interessada, e conta com o auxílio da Advocacia Geral da União - AGU, por intermédio de suas Procuradorias Regionais do DF, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, uma vez que a assunção definitiva de tais ações somente se dará após o encerramento do processo de liquidação.

Está pendente, ainda, a conclusão dos trabalhos relativos ao tratamento dos acervos documentais da liquidanda e da extinta Empresa Brasileira de Transporte Urbano - EBTU, com vistas ao encaminhamento ao Arquivo Nacional, na forma do disposto na Lei nº 9.159, de 08 de janeiro de 1991.

As demais providências concernentes ao encerramento da liquidação do GEIPOT, sob o aspecto eminentemente técnico, permanecem submetidas à conveniência e oportunidade da Superior Administração, de vez que a ela compete a constituição formal do “Quadro de Pessoal em Extinção”, de que trata o art. 114-A, da Lei 10.233/2001, que prevê a hipótese de absorção do pessoal ativo da empresa.

4.4.2 Dos Processos Concluídos

Em cumprimento à suas atribuições, o DELIQ prossegue com os trabalhos visando à regularização das pendências remanescentes ou eventuais de órgãos extintos, sendo as principais abaixo mencionadas.

a) Companhia Usinas Nacionais – CUN

Expedição de correspondências para Cartórios de Registro de Imóveis, objetivando regularizar as pendências referentes à localização dos imóveis da extinta Companhia, de forma a atender determinação do Tribunal de Contas da União – TCU. Referidas informações foram repassadas para a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que adotará as providências cabíveis.

b) Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRÁS

Apesar de cumpridas todas as exigências e prestadas todas as informações necessárias às baixas dos CNPJs à Receita Federal, até a presente data não foi logrado êxito.

Foram localizados bens móveis da empresa extinta, sendo em número aproximado de 130 contêineres, depositados na área do Porto de Fortaleza. Com relação ao assunto, o DELIQ formalizou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitação de incorporação dos referidos bens para posterior destinação.

Ainda em 2005, foi recebida cobrança de dívidas da extinta LLOYDBRÁS com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, relativas a recolhimentos efetuados a menor nos exercícios de out/93 a jun/94. O assunto foi submetido à Consultoria Jurídica do MP, tendo em vista o tempo decorrido.

c) Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A - AGEF

Apesar de cumpridas todas as exigências e prestadas todas as informações necessárias às baixas dos CNPJs à Receita Federal, até a presente data não foi logrado êxito.

Foram solicitadas informações às Procuradorias da AGU nos Estados, com relação aos processos em andamento relativos aos bens móveis da AGEF penhorados pela Justiça em processos trabalhistas, assim como dos processos já encerrados, com vistas à liberação dos bens penhorados.

O tratamento do acervo documental da AGEF permanece ainda pendente de conclusão, visto que, apesar de já estar preparado tecnicamente para descarte, conforme previsto na legislação vigente, em razão de orientação em sentido contrário expedida pelo Procurador Regional da República no Rio de Janeiro, por meio do Ofício PRR/2ºREG./RJ/LCPL N° 114/03, DE 17/07/2003, da Procuradoria Regional da República – 2ª Região.

Igualmente, continuam em andamento as providências para a regularização de parte dos bens móveis, quase todos penhorados judicialmente como garantia em processo trabalhistas movidos por ex-funcionários da Empresa. Após manifestação da Consultoria Jurídica deste Ministério sobre o assunto, o DELIQ solicitou às Procuradorias da União dos Estados, a relação e situação dos bens gravados nas ações Cíveis e Trabalhistas contra a AGEF, bem como que se verificasse a possibilidade de desconstituir a penhora sobre tais bens, em virtude da assunção das causas cíveis e trabalhistas pela União. Foram realizadas também gestões junto a Secretaria da Receita Federal no Estado do Rio de Janeiro objetivando finalizar o processo de baixa do CNPJ da referida empresa.

d) Ministério da Infra-Estrutura – MINFRA

O Departamento contribuiu para a regularização e incorporação da aeronave de propriedade do extinto Ministério (localizada após a extinção do órgão), ao Ministério de Minas e Energia, sucessor do MINFRA e cedida ao Estado do Piauí.

Com o encerramento dos trabalhos de inventariança/liquidação encontram-se sob a guarda temporária deste Departamento, vários acervos em fase de depuração para destinação final, tais como: PORTOBRAS, DNOS, MIR, MINTER, SIDERAMA, LLOYD, CUN e da extinta Fundação Roquete Pinto.

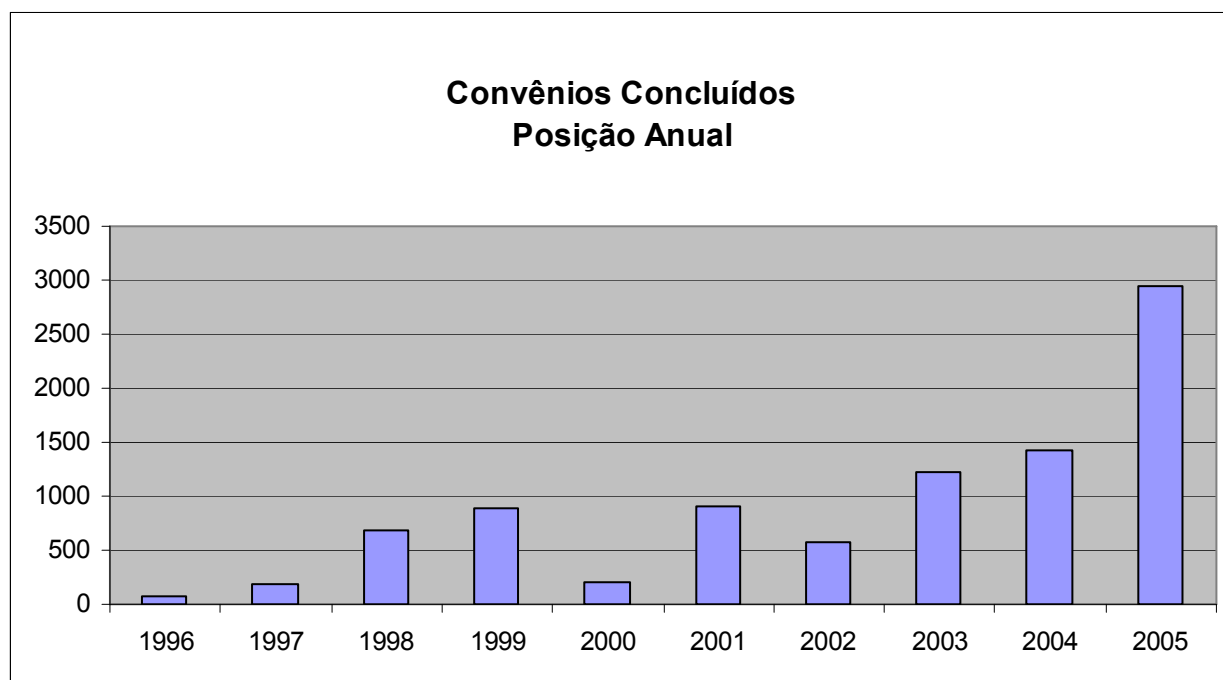
4.4.3 Da Análise de Prestação de Contas de Convênios Vencidos

O Departamento de Extinção e Liquidação - DELIQ possui, dentre outras atribuições legais, a de promover a análise, aprovação e demais providências relativas às prestações de contas decorrentes de convênios e instrumentos similares a que se referem os Decretos n^{os} 1.822, de 29 de fevereiro de 1996, e 2.507, de 3 de março de 1998, bem como aqueles celebrados pelo extinto Ministério do Bem-Estar Social, relativos a projetos habitacionais integrados, financiados com recursos do Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular – FEHAP, cujos recursos foram repassados por este Ministério.

Nesse propósito, o DELIQ encerra o exercício financeiro de 2005 com o desembaraço de mais 2.946 (dois mil novecentos e quarenta e seis) processos de convênios e similares oriundos dos órgãos mencionados, relativamente à análise das respectivas prestações de contas de convênios e similares, mediante a elaboração de Pareceres técnicos e financeiros que atestaram sobre a regularidade da aplicação de recursos federais, dos quais 2.605 (oitocentos e cinquenta e três) foram aprovados, e 344 (trezentos e quarenta e quatro) deram causa à instauração processos de Tomadas de Contas Especiais, pelo montante de prejuízo de R\$ 241.221.369,80 (duzentos e quarenta e hum milhões, duzentos e vinte e hum mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos), referindo-se a valores atualizados por ocasião da análise, ao longo de 2005.

Do quantitativo de processos analisados, 597 (quinhentos e noventa e sete) mereceram manifestação de engenharia quanto ao alcance de metas físicas, comparativamente ao recurso financeiro liberado, baseada exclusivamente na análise documental, uma vez que não foram realizadas vistorias “*in loco*”.

O desempenho na análise de convênios do Departamento superou a meta estipulada para o exercício de 2005, conforme quadro às fls. 35/39 (**Doc. IV**), em função das mudanças administrativas implantadas no Departamento, como pode ser observado no gráfico:



Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Qtde de Processos	82	180	685	886	205	913	574	1.226	1.434	2.946

Em 31.12.2005, encontravam-se com análise em andamento um total de 524 (quinhentos e vinte e quatro) processos, sendo que 169 (cento e sessenta e nove) aguardavam retorno de diligências expedidas com vistas ao saneamento de pendências ou apresentação da prestação de contas do respectivo convênio.

4.4.4 Tomadas de Contas Especiais – TCE

Das 344 (trezentos e quarenta e quatro) Tomadas de Contas Especiais instauradas em 2005, 73 (setenta e três) referem-se a TCE simplificada, estando discriminadas no quadro demonstrativo anexo, conforme regulamentado pelo art. 7º da Instrução Normativa TCU/nº 13/96, com a nova redação introduzida pela Instrução Normativa TCU/nº 35/00, por referir-se a dano inferior ao teto estabelecido pela Decisão Normativa/TCU nº 64/2004, de 22.12.2004.

Consta relacionado no mesmo quadro, a título informativo, a instauração de TCE em desfavor da Sec. Municipal de Saúde e Assistência Social de Salvador/BA, relativa ao Convênio nº 00-4592/89, SIAFI nº 292133, tendo sido o processo sobrestado no DELIQ em função da decisão advinda da Ação Ordinária - Processo nº 2004.18456-6 - 13ª Vara Federal-BA, movida pelo Sr. Décio Correia de Menezes Santana.

Das TCE simplificadas de 2005, 2 (duas) foram regularizadas no mesmo exercício, assim como outros 2 (dois) processos de TCE de valor superior ao mínimo estabelecido na DN/TCU 64/2004, que se encontram destacadas no quadro demonstrativo às fls. , onde contam, ainda, 4 (quatro) processos referentes ao exercício de 2004, igualmente regularizados.

O nome dos responsáveis pelas TCE não foram incluídos no Cadastro Informativo dos Débitos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN, em observância à Instrução Normativa 41/2002, de 15.05.2002, do Tribunal de Contas da União.

4.4.5 Da Inscrição e Baixa no CADIN

Em 2005 foram efetuadas 17 (dezesete) inscrições de responsáveis por convênios no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN e 2 (duas) baixas.

Constam 61 (sessenta e um) pendências de inscrição em função da exigência de que estejam os Acórdãos estejam transitados em julgado, atendendo ao disposto no art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 45, de 15 de maio de 2002, sem ocorrência de novos fatos que alterem a situação apresentada.

4.4.6 Do Cadastramento de Convênios não Contabilizados no SIAFI

Desde meados de 2002 vem sendo implementado o cadastramento de convênios vencidos e ainda não contabilizados, alcançando o total de 6.326 (seis mil trezentos e vinte e seis) novos registros em 31.12.2004, procedimento efetuado após a análise da respectiva documentação e identificação dos dados dos concedentes e convenientes nos sistemas SIAFI, CNPJ e CPF.

Ano	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Convênios Cadastrados	1.218	2.967	1.826	237	6.248

Encontram em fase de triagem, com vistas à finalização do cadastramento do estoque de convênios vencidos não contabilizados no SIAFI, um total de aproximadamente quatro mil processos, já identificado que, a grande maioria, refere-se a prestações de contas encaminhadas por convenientes, sem que conste do arquivo do DELIQ o respectivo processo original.

Dos 6.248 convênios recentemente cadastrados, 402 permanecem na conta “A Comprovar”, estando os processos em análise, em fase de cobrança da prestação de contas do responsável ou aguardando retorno da diligência já encaminhada.

4.4.7 Da Regularização da Conta “A Comprovar”

Dos 141 registros existentes até junho de 2002, 26 foram regularizados no exercício de 2003 e 62 no exercício de 2004 e 4 em 2005, com o retorno à conta do cadastro 86.207, referente ao convênio nº 006/93, da ASSEFAZ, conforme consta da Informação nº 111/COFIS/DELIQ/SE/MP e Ofício nº 259/2005/DELIQ/SE/MP, de 24.10.2005, fls. 40/43 (Doc. V).

O DELIQ continua envidando esforços no sentido de regularizar os registros na conta a Comprovar anteriores a junho de 2002, encontrando-se pendentes 49 (quarenta e nove) registros, nas situações especificadas no quadro fl. 44/46 (Doc. VI).

Cabe ressaltar, que a precariedade dos registros impede, em alguns casos, que sejam identificados os processos a que se referem, dificultando a adoção de providências.

Quanto aos 402 (quatrocentos e vinte e três) registros existentes na conta “A Comprovar” relativos aos novos cadastramentos, feitos a partir de jun/2002, os processos encontram-se nas áreas de análise, alguns com diligências já expedidas aos responsáveis para apresentação da respectiva prestação de contas.

4.4.8 Da Conta “Diversos Responsáveis – Falta ou Irregularidade de Comprovação”

Foram apurados, em outubro/2005, os saldos contábeis da conta “Diversos Responsáveis”, com 7.407 registros naquela ocasião. Considerando que a conta corrente do registro é o CPF/CNPJ, foram feitas buscas no banco de dados da Receita Federal para identificação do nome do responsável, para composição do arquivo que servirá para a identificação do convênio a que se refere cada registro. Após essa etapa, serão feitas diligências ao Tribunal de Contas da União questionando a situação atual da Tomada de Contas Especial que originou o registro em análise, para a adoção das providências pertinentes de registro e regularização no SIAFI.

Merece ressaltar que em reunião realizada entre técnicos deste Departamento e a equipe da área de Contabilidade da STN, inclusive o Coordenador-Geral, fomos informados de que não é possível buscar automaticamente no SIAFI no número das NS ou NL que geram um determinado registro, ou seja, a identificação do convênio para cada registro deverá ser feita manualmente, pela consulta ao documento de registro no SIAFI.

Informamos, ainda, que, assim que recebemos as comunicações de julgamento de contas pelo TCU, imediatamente providenciamos a regularização dos respectivos registros contábeis, pela inscrição ou baixa de responsabilidade.

4.4.9 Recomendação do TCU - Regularização de saldos contábeis de órgãos extintos

O Tribunal de Contas da União – TCU, encaminhou ao Departamento de Extinção e Liquidação - DELIQ pelo Ofício nº 78 – SGS – TCU – Plenário, de 14.06.2005, cópia da recomendação para que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (SNT), seja providenciada a regularização de saldos existentes no SIAFI, conforme apontado nos Pareceres Prévios e Declarações de Voto sobre as contas do Poder Executivo (Ano Base 2004).

Nesse sentido, foi feito o primeiro levantamento de inconsistências de saldos, evidenciando situações que merecem tratamento especial, por envolver contas patrimoniais com registros de investimentos, convênios, imóveis e outras, resultando na constituição de Grupo de Trabalho pela Portaria nº 1, de 28 de dezembro de 2005, DOU de 29.12.2005, proposto pela Nota Técnica nº 023/DELIQ/SE/MP, cópias anexas

às fls. 47/53 (**Doc. VII**), para propor a regularização de saldos contábeis existentes em órgãos e entidades extintos, no prazo de 90 dias, com participação de representantes do DELIQ, da SPU e SPOA/MP.

Desde a publicação da Portaria o Grupo vem promovendo reuniões de trabalho, com providências relativas a apuração detalhada dos saldos contábeis e identificação dos fatos que geraram os respectivos registros, pesquisas nos Relatórios Finais dos Liquidantes, dentre outras medidas que deverão constar do relatório de trabalho do Grupo, quando do pronunciamento sobre as medidas adotadas e propostas para solução da pendência existente.

4.4.10 Diligências recebidas do TCU – Julgamento de TCE/Convênios

Foram recebidas 64 (sessenta e quatro) diligências referentes a julgamento de Contas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, sendo 25 (vinte e cinco) julgamentos pela irregularidade, 22 (vinte e dois) pela regularidade ou regularidade com ressalvas e 17 (dezesete) pelo arquivamento, sendo 5 (cinco) por tratar-se de crédito iliquidável, 4 (quatro) referentes a quitação do débito e 8 (oito) por ausência de pressupostos para julgamento do mérito.

As diligências recebidas foram atendidas/cumpridas dentro do prazo estabelecido, tanto no que se refere aos procedimentos contábeis, quanto aos registros efetuados no CADIN.

Alguns Julgamentos de TCE em 2005 foram encaminhados a este Departamento pela Secretaria Federal de Controle – SFC, tendo sido informado àquele Órgão todos os procedimentos adotados, com encaminhamento das respectivas informações técnicas elaboradas no âmbito do DELIQ.

Foram recebidas, ainda, 18 (dezoito) diligências referentes a solicitações de informações sobre convênios objeto de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade deste Departamento, todas atendidas tempestivamente.

A relação de diligências recebidas do TCU constam às fls. 65/76 e da SFC constam às fls. 77/84 (Doc. VIII).

4.4.11 Diligências de outros Órgãos

Foram ainda conhecidas outras diligências no exercício de 2005, relacionadas 86/106 (**Doc IX**), originárias do Poder Judiciário, do Ministério Público, das Polícias Federal e Civil e de outros órgãos, todas respondidas, seja pela adoção dos procedimentos solicitados ou justificado o não atendimento quando o assunto não estava sob a competência deste Departamento.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÃO ADMINISTRATIVA

Programa de Trabalho: 04.122.1003.4069.0001 – Extinção e Liquidação de Entidades Públicas Federais

Ação: 4069 - Liquidação e Extinção de Empresas

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL E SITUACIONAL QUE PREJUDICOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS

A carência de recursos humanos, especialmente de analistas de prestação de contas de convênios e a fragilidade dos sistemas informatizados são os principais problemas observados no Departamento, prejudicando os resultados obtidos ao longo dos anos.

Nos processos de liquidação, cabe destacar a complexidade inerente a cada caso, as limitações no encaminhamento de questões relacionadas ao aproveitamento de pessoal e alienação de ativos, que envolvem questões de solução que demandam soluções legais ou decisórias que extrapolam as competências deste Departamento.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

O DELIQ vem atuando junto aos liquidantes e autoridades do governo para viabilizar a conclusão dos processos de liquidação em andamento, transferida a supervisão do processo de liquidação da RFFSA para o Ministério dos Transportes, e com perspectivas de conclusão do processo de liquidação da CEASA/AM em 2006.

Sobre as providências adotadas pelo Departamento para reduzir os estoques de convênios pendentes de análise, em que pese já ter alcançado um bom resultado em 2005, vem sendo priorizada a análise de convênios de maior valor, paralelamente àqueles de valores pequena monta, com adequação de procedimentos e simplificação de rotinas para esses últimos, o melhora a relação custo/benefício da atividade.

Para possibilitar a redução do quantitativo de registros “A Comprovar”, pendentes de cobrança de prestações de contas em função do desconhecimento do endereço do responsável, foi assinado pela Secretaria Executiva deste Ministério e a Secretaria da Receita Federal, o Convênio nº 03/2005, publicado no D.O.U. em 03.02.2005, com permissão de consulta ao banco de dados CPF/CNPJ, incluindo o acesso ao endereço atualizado dos respectivos responsáveis a serem diligenciados, o que vem reduzindo o custo de postagem e publicações, já observado em 2005.

Encontra-se em desenvolvimento pelo SERPRO o Sistema SIAPCON, que permitirá um melhor gerenciamento de estoque, com aperfeiçoamento de informações e estatísticas relacionadas à atividade de análise de prestação de contas de convênios, não tendo sido apresentado, até o momento, o cronograma de implantação.

5.4 RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

São responsáveis pela implementação das medidas internas, sob o acompanhamento permanente da Diretoria deste Departamento, os Coordenadores Gerais e Coordenadores. A ampliação do quadro de pessoal do DELIQ está condicionada à revisão da estrutura de pessoal e contratos, de responsabilidade das autoridades superiores deste Ministério.

Quanto ao desenvolvimento do novo sistema informatizado, ocorre no âmbito da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA/MP e SERPRO.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

O DELIQ é responsável pela análise, aprovação e demais providências relativas às prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres celebrados e executados no âmbito dos extintos Ministérios do Bem-Estar Social – MBES, da Integração Regional – MIR e antecessores, Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular - FEHAP e Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, não sendo responsável, no entanto, por quaisquer transferências do gênero, desde a sua constituição.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Inexistem projetos ou programas financiados com recursos externos.

9) PROJETOS DE INSTITUIÇÕES BENEFICADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

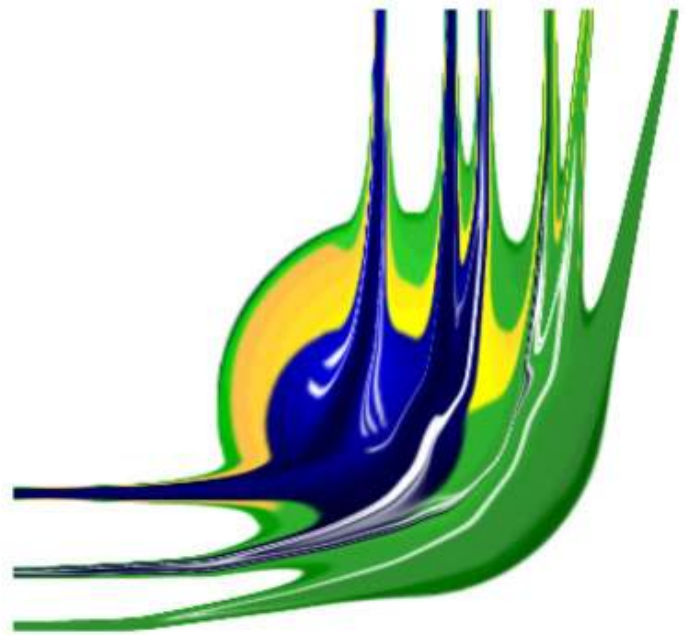
Não se aplica.

CONTAS JUNTADAS AO PROCESSO DO DELIQ

Constam, ao final do relatório, cópia do Ofício nº 65/LIQ/GEIPOT da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT- em liquidação, e respectivos anexos, e as informações relativas à Prestação de Contas anual da empresa Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM - em liquidação, atendendo ao disposto no Anexo I da DN/TCU 71/2005.

Aproveitamos para informar que as referidas empresas estão vinculadas diretamente aos seus respectivos Ministérios Supervisores, estando o processo de liquidação, nos dois casos, sob a supervisão do DELIQ. Assim, as contas estarão sendo encaminhadas em separado e de forma individual, considerando que deverão ser apreciadas formalmente pelo respectivo Ministério Setorial.

UCP



***Unidade de
Coordenação
de Programas***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Unidade de Coordenação de Programas – UCP

1.2 Número do CNPJ: 00489828/0027-94

1.3 Natureza Jurídica: Administração Direta

1.4 Vinculação Ministerial: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco “K”, sala 482.

CEP: 70.040-906. Brasília – DF

1.6 Endereço na Internet: www.planejamento.gov.br/ucp

1.7 Código e nome do órgão: 20113

UNIDADES GESTORAS	GESTÕES
UG 201027 – PMPEF/UCP	00001
UG 201028 – PROGER/UCP	00001
UG 201031 – EUROBRASIL/UCP	00001

1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade Jurisdicionada:

A Unidade de Coordenação de Programas - UCP foi instituída no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, por meio da Portaria MP nº 235, de Setembro de 2004, alterada pelas Portarias de nºs 298, de novembro de 2004, e 418, de 30 dezembro de 2005¹; com a finalidade de “de promover a integração das ações de desenvolvimento dos Programas e Projetos financiados com recursos advindos de organismos internacionais, no âmbito deste Ministério” (Portaria MP nº 235/2004).

Nos termos do seu Regulamento Interno, aprovado pela Portaria MP nº 32, de 19 de janeiro de 2005, compete à UCP:

- I. coordenar e propor a elaboração dos atos necessários à formalização de instrumentos a serem celebrados entre o Ministério e os Estados, os Municípios e demais entidades públicas ou privadas relacionadas aos Programas e Projetos;

¹ A Portaria MP 418, publicada no D.O.U. de 05 de janeiro de 2006, dispõe sobre a transferência da UCP para a estrutura da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento.

- II. definir a programação orçamentária e financeira dos Programas e Projetos, por exercício;
- III. coordenar e autorizar a programação de desembolso;
- IV. coordenar e sugerir mecanismos referentes à prestação de contas no âmbito dos Programas e Projetos sob a responsabilidade da UCP;
- V. acompanhar o desenvolvimento da execução dos Programas e Projetos, propondo medidas necessárias para assegurar que os objetivos sejam atingidos;
- VI. articular e centralizar a comunicação entre os organismos internacionais e o Ministério, e entre este e as demais entidades contempladas nos Programas e Projetos; e
- VII. planejar, coordenar, supervisionar e avaliar técnica e financeiramente os Programas e Projetos de que trata esta Portaria.

1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:

No exercício de 2005, a UCP manteve sua estrutura orgânica conforme o estabelecido na supracitada Portaria MP nº 235, de 2 de setembro de 2004, publicada no D.O.U. de 3 de setembro do mesmo ano. Além disso, o Regulamento Interno da Unidade, aprovado pela Portaria MP nº 32, de 19 de janeiro de 2005, publicada no D.O.U. de 20 de janeiro, complementa essa Portaria na medida em que aborda as responsabilidades de cada componente da estrutura.

Integram a estrutura da UCP:

- I. Assessoria Técnica de Integração de Sistemas de Informação;
- II. Direção Nacional do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE;
- III. Direção Nacional do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX;
- IV. Direção Nacional do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF;
- V. Direção Nacional do Projeto EUROBRASIL 2000 – Apoio à Modernização do Aparelho do Estado;
- VI. Coordenação das ações do Componente PPA do Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro –PROGER; e
- VII. Coordenação Administrativo-Financeira.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada:

A Portaria MP nº 32, de 19 de janeiro de 2005, publicada no D.O.U. de 20 de janeiro, aprovou o Regulamento Interno da UCP, o qual versa sobre a organização, competências e atribuições da Unidade.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS:

No exercício de 2005, estavam sob a coordenação da UCP os programas e projetos abaixo²:

- Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF);
- Projeto EuroBrasil 2000 – Apoio à Modernização do Aparelho de Estado (EuroBrasil 2000);
- Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX);
- Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE);
- Componente Plano Plurianual / Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro (PPA/PROGER).

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

2.2.1 Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF

O Programa de Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF – tem como objetivo geral melhorar o desempenho da Administração Pública Federal brasileira com o aumento da eficiência e efetividade na execução de suas políticas de governo e a economicidade no exercício das funções de suas competências. Seus objetivos específicos são:

² Notar que os programas e projetos com financiamento externo coordenados pela UCP apresentam nomenclatura diversa no âmbito do PPA 2003-2007, onde são apresentados como ações inseridas em 2 programas, quais sejam:

1) no Programa Gestão Pública para um Brasil de Todos (1088), estão as ações:

1118 – Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF;

1112 – Modernização do Aparelho do Estado - EuroBrasil 2000;

0684 – Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX;

OA21 – Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE;

2) e no Programa Gestão do Plano Plurianual (0802) está o:

1593 – Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual /PROGER.

- I. Redução dos custos relativos e melhoria do controle de resultados dos órgãos federais, mediante a revisão de metas institucionais e implantação de novas estruturas administrativas;
- II. Melhorar a gestão e o desenvolvimento dos recursos humanos do Governo Federal;
- III. Aperfeiçoar os sistemas e os recursos tecnológicos da administração federal;
- IV. Melhorar o atendimento ao cidadão e a comunicação entre o governo e a sociedade civil para consolidar e direcionar a reforma do setor público.

O programa, que é co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atua através de um conjunto articulado de atividades, agrupadas em quatro Subprogramas: I) Reforma Institucional; II) Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos; III) Gestão e Tecnologia da Informação; e IV) Atendimento ao Cidadão; dos quais seu beneficiário imediato é a máquina administrativa federal, e, em última instância, o cidadão brasileiro.

2.2.2 Projeto EuroBrasil 2000 – Apoio à Modernização do Aparelho de Estado - EUROBRASIL 2000

O Projeto EuroBrasil 2000 – Apoio à Modernização do Aparelho de Estado – é uma iniciativa de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento e a Comissão da União Européia, que se destina a apoiar o governo brasileiro na implementação da sua política de gestão pública, em linha com suas diretrizes para o período 2004-2006 e, mais especificamente:

- I. Apoiar a flexibilidade da gestão pública;
- II. Reforçar a capacidade das instituições centrais para a reforma administrativa;
- III. Melhorar a capacidade de gestão dos funcionários públicos de categorias superiores;
- IV. Melhorar as relações entre a administração pública e os cidadãos; e
- V. Criar laços permanentes com a Europa.

O EuroBrasil 2000 prevê a elaboração de estudos técnicos para a modernização da Administração Pública brasileira, o provimento de capacitação, tanto na Europa quanto no Brasil, para servidores de nível superior com vínculo permanente com a Administração Pública e o intercâmbio de servidores entre os pactuantes. Para tanto, o Projeto está estruturado em três grandes componentes: (i) Fortalecimento da Administração Pública; (ii) Desenvolvimento da Capacidade Gerencial dos Servidores de Carreira da Administração Pública; e (iii) Relacionamento entre a Administração Pública e o Cidadão.

2.2.3 Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX objetiva o fortalecimento do Sistema de Controle Externo brasileiro e visa a intensificação das relações inter-governamentais e inter-institucionais, para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Uma de suas metas é a melhoria da percepção das instituições e grupos sociais relevantes, sobre a contribuição dos Tribunais de Contas (TCs) para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos.

Sua execução é co-financiada com empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e será implementada com base em ações desenhadas em um Componente Nacional e outro Local. O Componente Nacional reúne ações voltadas ao desenvolvimento de vínculos inter-institucionais entre os TCs e destes com o Governo Federal, através da criação de uma Rede Nacional, e à redefinição dos procedimentos de controle externo para tornar mais efetivo o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos entes da Federação.

No seu Componente Local, o PROMOEX está direcionado ao desenvolvimento de vínculos com Poderes e instituições dos três níveis de governo e destes com a sociedade, à integração dos Tribunais ao ciclo de gestão governamental, à redefinição das metodologias, técnicas e procedimentos de controle externo, ao planejamento estratégico e modernização administrativa, ao desenvolvimento de política e de gestão de tecnologia da informação e, ainda, à adequação da política e gestão de pessoal.

Além dos 33 Tribunais de Contas (executores locais do Programa), são parceiros no PROMOEX: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (mutuário, coordenador do Programa e executor dentro do Componente Nacional), o Instituto Ruy Barbosa e a Associação dos membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON (apoiadoras dos TCs), a Caixa Econômica Federal (Mandatária do Ministério), a Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas da União (participantes da Rede Nacional).

2.2.4 Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE é um programa financiado com empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento de modernização da gestão pública estadual a partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão pública: planejamento, orçamento, gestão e controle.

A finalidade do Programa é promover a melhoria dos serviços públicos, com base nos princípios de eficiência, eficácia, efetividade ética e transparência, tendo os seguintes componentes:

- I. Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas;

- II. Desenvolvimento de políticas e da capacidade de gestão de recursos humanos;
- III. Modernização de estruturas organizacionais e de processos administrativos;
- IV. Fortalecimento de mecanismos de transparência administrativa e de comunicação;
- V. Modernização da gestão da informação e integração dos sistemas de tecnologia de informação;
- VI. Desenvolvimento de uma cultura de promoção e implantação de mudança institucional; e
- VII. Apoio à Cooperação em Gestão.

Além dos 26 Estados e o Distrito Federal (executores locais do Programa), são parceiros no PNAGE: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (mutuário e coordenador do Programa), o Fórum Nacional dos Secretários de Planejamento e o Conselho Nacional dos Secretários de Administração (articuladores dos Estados) e a Caixa Econômica Federal (Mandatária do Ministério).

2.2.5 Componente Plano Plurianual / Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro - PPA/PROGER

O PROGER – Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro tem como objetivo apoiar o programa de reforma do gerenciamento fiscal e financeiro do Governo, implantando e/ou modernizando os mecanismos de atuação governamental nestas áreas e promovendo a melhoria da qualidade do gasto público.

Financiado com recursos do Banco Mundial contratados em 2001 mediante o Acordo de Empréstimo BIRD 4046-OC-BR, o PROGER contempla diversas ações estruturadas em quatro componentes: I) Gerenciamento da Dívida, II) SIAFI 21, III) Lei de Responsabilidade Fiscal e IV) Plano Plurianual. Os três primeiros são coordenados pelo Ministério da Fazenda, enquanto o Componente PPA está sob a orientação técnica do Ministério do Planejamento, no âmbito da Unidade de Coordenação de Programas.

O componente PPA/PROGER visa consolidar o modelo de gestão voltada para resultados, de modo a melhorar a transparência do gasto público, mantendo o foco no atendimento as prioridades da sociedade e a eliminação das ações nas quais os custos e benefícios não sejam compatíveis. Para tanto, está organizado em 4 Sub-Componentes: I) Integração Plano e Orçamento; II) Avaliação; III) Sistema de Informações Gerenciais; e, IV) Capacitação Gerencial.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA; E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME NAS CONTAS

Quadro 1
Indicadores de Resultado e Metas Físicas e Financeiras das Ações da UCP

Ação	Produto / Unidade de medida	META	
		Física	Financeira LOA + Crédito
Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEEX (0684)	Tribunal de Contas Atendido/Unidade	33	884.000,00
Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE (5310)	Projeto Elaborado/ Unidade	27	2.360.204,00
Cooperação Financeira para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE (0A10)	*	*	10.042.918,00
Cooperação Financeira para Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEEX (0A11)	*	*	9.300.000,00
Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF (1118)	Contrato Executado/ % de Execução Física	5	12.496.878,00
Modernização do Aparelho do Estado – EuroBrasil 2000 (1112)	Servidor Capacitado/ Unidade	1.082	2.466.990,00
Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual /PROGER (1593)	Estudo Realizado/ % Execução Física	6	450.000,00

* As ações “Cooperação Financeira para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE” (0A10) e “Cooperação Financeira para Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEEX” (0A11) referem-se a ajustes propostos pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento do Ministério, para viabilizar a transferência financeira de recursos pelas ações PROMOEEX (0684) e PNAGE (5310), e, portanto, não possuem indicadores e metas físicas já que estes estão expressos nas ações que visam ajustar.

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

3.2 DESCRIÇÃO (O QUE SE PRETENDE MEDIR) E O TIPO DE INDICADOR (DE EFICIÊNCIA, DE EFICÁCIA OU DE EFETIVIDADE)

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO/MEDIÇÃO

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

A constituição da UCP, em setembro de 2004, representou um salto importante na construção de uma estrutura mais especializada na gestão de projetos com arranjo de cooperação técnica e financeira internacional. Não obstante, dada a heterogeneidade de seus programas - tanto quanto ao seu arranjo como à sua fase de implantação – e os intensos esforços de organização interna, ainda estão sendo desenvolvidos e pactuados os indicadores de acompanhamento e avaliação da gestão da Unidade.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

4.1.1 Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF³

Desde de 2004 foram realizados vários procedimentos legais no sentido de estruturar um novo modelo organizacional, sendo o PMFEF transferido para a estrutura da UCP. Essa mudança trouxe como novo foco de atuação do Programa, os Sistemas Estruturantes da Administração Pública, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, quais sejam: o SIDOR, do orçamento, o SIAPE, de gestão de pessoas, o SIASG, de compras governamentais, o SIGPLAN, responsável pelos processos de planejamento, o SIORG, de estruturas organizacionais, o SIEST, de coordenação de empresas estatais, o SIGPU, de gestão do patrimônio da união.

A SEAIN e a ENAP também foram objeto de atenção do Programa que financia ações de melhoria e modernização nesses órgãos da estrutura do Ministério do Planejamento, nas áreas de redesenho e automatização de processos e de capacitação e gestão de conhecimentos.

A filosofia dessa reorientação foi a de que esses sistemas, por perpassarem toda a Administração Pública Federal, teriam grande sinergia e efetividade, impactando positivamente e levando a melhoria e a modernização a todo o Poder Executivo Federal.

Durante o ano de 2005, o PMPEF desenvolveu um conjunto de ações com técnicos do BID, PNUD e das Secretarias beneficiadas deste Ministério, que resultaram em contratos de melhoria e modernização nas áreas de redesenho e modelagem de processos, de desenvolvimento de sistemas e políticas de gestão do conhecimento e capacitação de técnicos, impactando positivamente a SOF, SPU, SLTI, SRH, SPI,

³ Ação 1118 – Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF

SEGES, ENAP, SEAIN, o DEST, que são os co-executores do Programa em sua fase atual, além da própria UCP.

Por fim, o resultado de 2005, foi positivo com o início de grandes licitações para mapeamento e redesenho de processos e desenvolvimento dos sistemas estruturantes que hoje se encontram desatualizados.

4.1.2 Projeto EuroBrasil 2000 – Apoio à Modernização do Aparelho de Estado - EUROBRASIL 2000⁴

Uma análise mais apurada sobre resultados do EuroBrasil 2000 permite verificar que, além do cumprimento da meta de capacitação de servidores estabelecida, o projeto alcançou resultados significativos em 2005, conforme descrito a seguir:

Educação à distância: foram realizadas mais duas turmas do curso “Ética e Serviço Público”, com a participação de mais 778 servidores; e foi estruturado o curso “Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira”, com inscrição de mais de 700 servidores.

Estudos técnicos: foram concretizados os estudos: “Contributos para o Desenvolvimento e Construção de Indicadores de Qualidade do Governo Eletrônico” (área-cliente: SLTI), com objetivo de concepção de um conjunto de indicadores de avaliação do impacto da implementação, por meios eletrônicos, de serviços da administração pública federal; “Metodologia para a Avaliação de Projetos em Regime de Parceria Público-Privada” (área-cliente: ASSEC), para sistematização de procedimentos e critérios para avaliação e seleção de projetos públicos suscetíveis à implementação por esta modalidade; “Diretrizes para a Criação de um Sistema de Carreiras para Servidores Públicos Federais” (área-cliente: SRH); “Metodologia de Análise e Avaliação de Estruturas Organizacionais” (área-cliente: SEGES), com orientações e diretrizes gerais para a confecção de um manual de procedimentos para as solicitações de redesenho de estruturas institucionais por parte dos órgãos da administração pública federal; e “Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial no Brasil” (área-cliente: SPI), para balizamento das discussões quanto à concepção de uma política governamental de planejamento e gestão territorial.

Eventos ministrados no Brasil por especialistas europeus: foram realizados o Seminário “Ética e Serviço Público”; as oficinas: “O modelo europeu de política regional e de programação e avaliação das intervenções operacionais: princípios de base, metodologias e resultados”; “Fóruns para participação da sociedade civil organizada no planejamento territorial”, “A experiência francesa em contratualização (contrats de plan Etat-région) e gestão de contratos dessa natureza”, “Modelo europeu de planejamento estratégico de longo prazo” e “Montagem e avaliação de parcerias público-privadas”.

Missões técnicas de servidores brasileiros à Europa: foram realizadas 3 missões: duas na área temática “Planejamento e Gestão Territorial” (Suécia, França, Bélgica e Holanda) e uma na área temática “Parcerias Público-Privadas” do Projeto (Portugal).

⁴ Ação1112 – Modernização do Aparelho do Estado - EuroBrasil 2000.

Incubação de redes temáticas: encontra-se em processo de formação duas redes temáticas: a *Rede Governamental de Planejamento e Gestão Territorial*, composta por representantes dos Ministérios do Planejamento, Cidades, Meio Ambiente, Integração Nacional, Transportes, Desenvolvimento Agrário, Minas e Energia, Saúde e Cultura, do IPEA, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e das Secretarias de Estado de Planejamento de dez estados da Federação (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), com a missão de contribuir para a incorporação das abordagens territoriais à ação governamental, com respeito e valorização das diferentes dimensões, perspectivas e identidades; e a *Rede Governamental de Planejamento Estratégico*, composta por representantes dos ministérios do Planejamento, Fazenda, Casa Civil, Agricultura, Defesa e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Núcleo de Assuntos Estratégicos/PR, do IPEA, das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra, da Empresa de Planejamento Energético e da Petrobrás, com a missão de Disseminar e fortalecer a cultura de Planejamento Estratégico visando a melhoria da Gestão Pública.

Missões de professores: foram realizadas três missões de professores europeus com as escolas de governo – duas para capacitar os quadros técnicos da ENAP à geração de conteúdos e metodologias pedagógicas para dois cursos a serem produzidos por aquela Escola (um na área de ética profissional e outro na área de gestão de pessoas); e uma missão com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fiocruz, no Rio de Janeiro, para diversas atividades de capacitação de servidores federais, estaduais e municipais dos campos da saúde pública e da gestão hospitalar.

Outras atividades: o Projeto tem apoiado a SEGES, com a contratação de especialistas brasileiros e europeus e a realização de oficinas, em seus esforços para elaboração de um novo modelo gestão para os hospitais públicos federais.

4.1.3 Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX⁵

Em 2005, o PROMOEX atingiu sua meta de elaboração dos 33 projetos dos Tribunais de Contas, onde se planeja a execução de ações voltadas para o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo, pelo incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social.

Mas os resultados do PROMOEX não se restringem ao atendimento dos Tribunais de Contas para elaboração de seus projetos. Primeiramente, cabe mencionar que os resultados do programa, cuja preparação iniciou-se em 2003, podem ser medidos pelo estreitamento das relações de cooperação federativa entre o Governo Federal e os Tribunais de Contas Estaduais e Municipais. Além disso, grandes esforços foram envidados em 2005 para que Governo Federal e o BID assinassem o Contrato de Empréstimo do programa – fato consumado em 14 de setembro desse ano – e a preparação de co-executores para o início da implementação dos projetos locais, através das seguintes atividades:

⁵ Ação 0684 – Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX

- Realização de 02 eventos de capacitação para a execução: I) Normas de aquisições, e II) Procedimentos de planejamento, execuções e controle de programas com financiamento externo;
- Estabelecimento de procedimentos de execução (Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), e Elaboração do Manual de Execução do Programa).

4.1.4 Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE⁶

Em 2005, o PNAGE atingiu sua meta de elaboração dos 27 projetos Estaduais, onde se planeja a execução de ações voltadas para a eficiência e transparência administrativa, com vistas à elevar a qualidade do gasto público. Mas os resultados do programa, cuja preparação teve início em 2003, também devem ser medidos a partir do estreitamento das relações de cooperação federativa entre o Governo Federal e os Estados no que diz respeito ao campo da gestão pública.

No referido período, o PNAGE também promoveu ações para capacitar seus co-executores e fortalecer sua estrutura de gestão, dentre as quais destacam-se: I) A realização de 02 eventos de capacitação para a execução: a) Normas de aquisições, e b) Procedimentos de planejamento, execução e controle de programas com financiamento externo; e Estabelecimento de procedimentos de execução (Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP); Elaboração do Manual de Execução do Programa).

E foi negociado entre 29/11 e 01/12/2005 o Contrato de Empréstimo do PNAGE, a ser celebrado entre o Governo Federal e o BID, além de se estipular um cronograma tentativo junto aos Estados para a assinatura dos contratos de repasse até março/abril de 2006. O cumprimento desse último depende do trâmite para aprovação do contrato pela diretoria do BID, para então ser concluído o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda e encaminhado o pedido de autorização do empréstimo ao Senado.

4.1.5 Componente Plano Plurianual / Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro - PPA/PROGER⁷

Subcomponente Integração Plano e Orçamento

Foram realizadas, em outubro de 2005, visitas técnicas a Estados e Municípios buscando identificar boas práticas de planejamento, orçamento e finanças, para a construção da proposta alternativa de Lei Complementar.

A Proposta foi apresentada em um Seminário Nacional nos dias 29 e 30 de novembro de 2005, na sede do Banco Mundial, em Brasília. O Seminário foi realizado sem recursos do PROGER. O produto final do seminário será um projeto de Lei alternativa que dispõe sobre a vigência, prazos, organização e elaboração do PPA e sua integração com a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

⁶ Ação 5310 – Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal

⁷ Ação 1593 – Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual /PROGER

Subcomponente Avaliação do Plano Plurianual

I – Desenvolvimento de metodologia de avaliação de programas selecionados constantes do PPA 2004-2007: Em agosto de 2004 elaborou-se um termo de referência onde se estabeleceram critérios para a seleção de três programas a serem avaliados, financiados parcialmente com recurso do PROGER, a partir de métodos científicos de pesquisa avaliativa. Todavia, em janeiro de 2005, a Portaria Interministerial nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluem a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. Dessa forma, reiniciou-se a discussão sobre a seleção de programas de forma a incorporar a CMA no processo. A Comissão, formada por membros do MP, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Meio Ambiente, quando for o caso, está prevista no decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004, como forma de apoiar o Sistema de Avaliação do Governo Federal.

A CMA é assessorada pela Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação - CTMA, formada por representantes técnicos dos órgãos que compõem a CMA, na apreciação das matérias afetas às metodologias, às normas e aos procedimentos de avaliação de programas, notadamente os programas para avaliação específica. A CTMA já definiu os programas pilotos que serão avaliados. São eles: Habitação de Interesse Social; Manutenção da Malha Rodoviária Federal; e Inovação e Competitividade.

Em função da necessidade de uma discussão mais aprofundada quanto ao processo de avaliação, a CTMA criou um subgrupo para discutir a avaliação de programas. Desta forma um novo plano de trabalho foi definido o que atrasou a execução desta atividade.

II – Avaliação Ex-ante de Projetos de Grande Vulto: Foi incluída, no escopo do Subcomponente, a *Avaliação Ex-ante de Projetos de Grande Vulto*. A primeira turma do curso de extensão sobre conceitos básicos para elaboração e análise de projetos de grande vulto foi ministrada pela Fundação Getúlio Vargas, com carga horária de 180 horas/aula. Participam do curso 30 técnicos da SPI e outros integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA.

Subcomponente Sistema de Informações Gerenciais (SIGPLAN):

I – Módulo Sociedade: A SPI não dispôs de recursos humanos suficientes para alocar na emissão do Termo de Referência do Módulo Sociedade do SIGPlan, nos prazos pactuados com o Banco Mundial, quando da última reunião de acompanhamento. A emissão do Termo está estimada para a primeira quinzena de março de 2006.

II – Geo-referenciamento do PPA: O termo de referência do sub-componente Geo-referenciamento depende da conclusão da fase 1 (Projeto-piloto e especificação do Núcleo de Geo-referenciamento da SPI) e fase 2 (Implantação do Núcleo) do projeto Planejamento Territorial, previsto no Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF. Isto porque é com os sistemas de informação a serem implantados no Núcleo que o SIGPlan se integrará de forma a gerar dados geo-referenciados do PPA. O projeto Planejamento Territorial passou por recente reformulação e está em curso a fase 1 acima, junto aos parceiros Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria de Logística e Tecnologia de Informações - SLTI/MP e Secretaria de

Patrimônio da União - SPU/MP. O edital da fase 2 será publicado até 15/12/05 e a conclusão está prevista para final de agosto/2006. O termo de referência do componente Geo-referenciamento deve ser desenvolvido e entregue na metade da fase 2, ou seja, junho/2006, para início dos trabalhos em outubro/2006.

III – Infrasis: O edital para contratação de um analista sênior, um pleno e um júnior, para a implementação de Infrasis, deverá ser republicado uma vez que os currículos enviados não atenderam as especificações do edital.

IV – Fórum SIGPlan: Desde junho de 2004, o SIGPlan vem apresentando falhas em funcionalidades importantes, tais como Avaliação e Revisão do PPA e Monitoramento dos Programas e Ações. O Fórum, que ocorreria no final de 2004, foi inicialmente adiado para fevereiro de 2005, e depois disso, suspenso até que a operação do SIGPlan volte à normalidade. Convém lembrar que o Fórum serviria exatamente ao propósito de ouvir a comunidade de usuários sobre problemas e sugestões de novas funcionalidades ao SIGPlan. Os problemas básicos atualmente enfrentados obviamente enviesariam as proposições dos Ministérios setoriais. Por isso, a decisão de não promover o Fórum neste momento. A previsão de encaminhamento do termo de referência do 1º Fórum é de Abril/06 e o segundo Fórum está previsto para ser realizado em 2007.

Subcomponente Capacitação Gerencial e formação Técnica dos atores do PPA 2004-2007

Foram realizadas três oficinas de mapeamento de competências específicas dos gerentes, Coordenadores de Ação do PPA e Técnicos das Unidades de Avaliação, com carga horária de 26 horas cada. Como também, oficinas de elaboração de Planos gerenciais dos programas do PPA onde foram capacitadas 1.700 pessoas pertencentes às equipes gerenciais dos 210 programas de 25 Ministérios, totalizando 114 oficinas.

A implementação do Plano de Capacitação para gerentes, gerentes executivos, coordenadores de ação e técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação, em técnicas de monitoramento, avaliação e gestão do PPA, atendendo as necessidades de conhecimento, habilidade e atitudes necessárias para o desempenho das respectivas funções, conforme identificado nas oficinas de mapeamento de competências, está ocorrendo gradualmente através da validação de turmas piloto.

A seguir, são apresentados no Quadro 2 os resultados alcançados no âmbito de cada programa da UCP – em termos físicos e financeiros –, dadas as metas estipuladas.

Quadro 2
Realização Metas Físicas e Financeiras das Ações da UCP

Ações	Metas			
	Físico	Físico (Alcançado)	Financeiro - Loa+ Credito	Financeiro (Alcançado)
Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX (0684)	33	32	884.000,00	10.301,00
Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE (5310)	27	27	2.360.204,00	1.013.185,00
Cooperação Financeira para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE (0A10)	*	*	10.042.918,00	
Cooperação Financeira para Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX (0A11)	*	*	9.300.000,00	
Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal – PMPEF (1118)	5	5	12.496.878,00	900.000,00
Modernização do Aparelho do Estado – EuroBrasil 2000 (1112)	1.082	1.848	2.466.990,00	629.674,00
Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual /PROGER (1593)	6	5,74	450.000,00	450.000,00

* Vide nota Quadro 1 - Indicadores de Resultado e Metas Físicas e Financeiras das Ações da UCP.

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

**MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO
RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS**

5.1.1 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - PMPEF

O processo de reorientação do PMPEF iniciado no final de 2004 culminou com a assinatura, em março de 2005, do Documento de Projeto (Prodoc), quando passou a constar um novo plano de trabalho do PMPEF, contendo produtos ligados à modernização e renovação dos sistemas estruturadores que dão suporte à Administração Pública Federal. O grande desafio da equipe do programa foi o de acelerar sua execução, tendo em vista a importância e densidade do novo plano de trabalho pactuado, bem como da perspectiva de encerramento em 2007 do Acordo de Empréstimo do PMPEF. Assim, estabeleceu-se um calendário de reuniões e a Direção Nacional do Programa passou a realizar encontros mensais com representantes do PNUD e BID, objetivando acelerar o processo de preparação dos editais de aquisições. O resultado dessas reuniões mostrou-se muito profícuo de modo que, ao final do exercício de 2005, foram elaborados e encaminhados cerca de 30 editais para publicação e restringiu-se o risco de cancelamento de recursos do programa por não execução.

5.1.2 PROJETO EUROBRASIL 2000 – APOIO À MODERNIZAÇÃO DO APARELHO DE ESTADO - EUROBRASIL 2000

O Projeto EuroBrasil 2000 possui dotação orçamentária total de € 4.479.851, com contribuição da União Européia (UE) de € 2.853.190 (dos quais € 1.900.498 contratados diretamente pela União Européia a um consórcio europeu de escolas de governo para prestação de assistência técnica, formação e deslocamentos) e contrapartida brasileira de € 1.626.661 sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Cerca de € 907.000 da participação européia serão executados diretamente pelo beneficiário brasileiro.

Desde 2004, ano de início do Projeto, a execução da contrapartida brasileira ao investimento europeu era efetuada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entidade contratada pelo Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF) para a execução de contrapartida brasileira ao empréstimo ao PMPEF por parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pois havia o BID concordado, dada a identidade de propósitos entre os dois programas, em que recursos do Tesouro brasileiro alocados ao orçamento ao PMPEF fossem utilizados em favor do EuroBrasil 2000, com o que acabam por operar como contrapartida brasileira ao investimento da União Européia neste último.

Já em relação aos recursos europeus aportados no Brasil para execução pelo beneficiário (a ser operacionalizada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA - deste Ministério), especifica a Adenda nº 1 de 05 de dezembro de 2003 ao Ajuste Complementar de 13 de dezembro de 2001 ao Acordo-Quadro de Cooperação celebrado em 29 de junho de 1992 entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia, instrumento regente da execução do Projeto, que a execução de tais recursos, estipulados no Orçamento Geral da União sob a denominação de Fonte 195, deve se dar sob a égide da legislação européia reguladora de suas ações no exterior (mais precisamente as assim chamadas Condições Gerais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços no âmbito das ações externas da Comunidade Européia).

Com base no entendimento de ser a legislação brasileira em suas disposições quanto a compras públicas mais rigorosa que sua congênera européia no tocante a assegurar lisura aos processos de licitação, optou então a Direção Nacional por solicitar à Delegação da União Européia no Brasil uma derrogação das disposições constantes da Adenda que impõem o uso da legislação européia para a execução no Brasil de recursos incorporados ao Tesouro brasileiro, a que se procedeu por meio dos Ofícios da Direção Nacional à Delegação nº 34 de 04 de agosto de 2005 e nº 38 de 30 de agosto de 2005 (este último acompanhado de estudo comparativo entre as mencionadas Condições Gerais européias e seus dispositivos congêneres brasileiros), ambos até o momento sem resposta.

No mês de setembro de 2005, a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) da Controladoria Geral da União (CGU) da Presidência da República remeteu recomendação à Direção Nacional do PMPEF, de imediato acatada por aquela direção, no sentido da suspensão da prática de emprego do orçamento de contrapartida brasileira daquele projeto em favor do EuroBrasil 2000. Ocorre que, de acordo com uma programação anual pré-estabelecida, a porção do orçamento de contrapartida do PMPEF alocada ao EuroBrasil 2000 era objeto de transferências mensais ao PNUD, e assim no mês de setembro praticamente toda a parcela ainda não-comprometida do orçamento de contrapartida do EuroBrasil 2000 já se encontrava sob a guarda do PNUD. Foram então efetuadas gestões junto à direção do PNUD no Brasil para entendimento quanto aos procedimentos para um estorno da parcela dos valores transferidos ainda não empenhada a contratações pelo PNUD, após o que seguiu-se uma fase de encontro contábil até que, somente no dia 30 de novembro, pôde o Projeto contar de volta em seu orçamento com o valor de R\$ 681.059,65.

Assim, se o Projeto já não podia contar com a perspectiva de execução dos recursos europeus aportados no Brasil para contratações via SPOA (posto até o momento não haver a Delegação da União Européia no Brasil se posicionado quanto a nosso pleito para esteio na legislação brasileira dessas contratações), a partir de setembro, então, também não mais se pôde contar com a até então satisfatória execução via PNUD do orçamento de contrapartida.

Uma vez estornados em 30 de novembro os montantes em posse do PNUD; uma vez definido que a totalidade da execução vindoura (para ambas as fontes orçamentárias) dar-se-ia a partir de então pela SPOA; e no intuito de não vir a perder o orçamento de contrapartida nacional alocado para o Projeto no ano de 2005, intentou a Direção

Nacional iniciar o mais rapidamente possível diversos processos de contratação de serviços já há tempos necessários.

5.1.3 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PROMOEX

A implementação do PROMOEX foi obstaculizada pela legislação restritiva para o repasse dos recursos aos tribunais, inviabilizando a assinatura concomitante dos convênios. Para superar tal dificuldade foram feitas gestões políticas pelos atores que participam como beneficiários do programa que culminaram na expedição de liminar que restringe a aplicabilidade da IN/STN nº 1/1997 aos tribunais. E ainda, no âmbito do Governo Federal, foram feitas alterações pontuais temporárias nas normas que disciplinam as transferências voluntárias, que facilitam os procedimentos de consulta ao CAUC.

5.1.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS E DO DISTRITO FEDERAL - PNAGE

No PNAGE, os fatos que prejudicaram a implementação foram: o atraso do BID de 9 meses no ajuste dos documentos do programa e da minuta contratual, após a alteração do arranjo financeiro do Programa pela COFIEEX em 22.02.05; e a demora na aprovação do PLN 29/2005 que ajustou a ação referente ao Programa no PPA. Assim sendo, a minuta de contrato só pôde ser negociada em dezembro de 2005, inviabilizando a assinatura do contrato e o conseqüente início da execução no mesmo ano. Buscando agilizar os trâmites para a negociação e para a aprovação do contrato junto ao Diretório do BID, a Direção Nacional do Programa fez sucessivas gestões políticas junto aos diferentes atores BID, STN/ PGFN/ MFaz, Congresso, Fórum de Planejamento, CONSAD.

5.1.5 COMPONENTE PLANO PLURIANUAL / PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O GERENCIAMENTO FISCAL E FINANCEIRO - PPA/PROGER

No âmbito do PROGER houve um atraso nas atividades previstas nos Subcomponentes Avaliação do PPA e SIGPLAN (Sistemas de Informações Gerenciais).

No subcomponente avaliação, o atraso ocorreu em virtude da Portaria Interministerial nº 10, que instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluem a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. Dessa forma, reiniciou-se a discussão sobre a seleção de programas de forma incorporar a CMA no processo. A Comissão, formada por membros do MP, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Meio Ambiente, quando for o caso, está prevista no decreto nº 5.233 de 06 de outubro de 2004, como forma de apoiar o Sistema de Avaliação do Governo Federal.

Em função da necessidade de uma discussão mais aprofundada quanto ao processo de avaliação, a CTMA criou um subgrupo para discutir a avaliação de programas. Desta forma um novo plano de trabalho foi definido o que atrasou a execução desta atividade.

O subcomponente SIGPLAN foi comprometido no ano de 2005, em grande medida, pelo desvio de recursos humanos para gerenciamento dos problemas com o prestador de serviços em Tecnologia de Informação da Secretaria de Planejamento do MP. Num contexto de baixa qualidade e atraso nas entrega dos produtos solicitados, muitos deles com prazos legais rígidos, a SPI/MP viu-se forçada a manter sua força de trabalho integralmente focada nos produtos básicos da Secretaria, em detrimento das inovações na gestão do PPA, que é o foco do PROGER-PPA. Ao longo de 2005, foram realizadas várias incursões junto à Direção do prestador, com vistas à normalização da rotina e retomada das demais frentes estratégicas de trabalho, incursões estas sem sucesso até o mês de janeiro de 2006.

Em relação a medidas implementadas para tratar as causas de insucesso, no subcomponente Integração Plano e Orçamento estava prevista a contratação de um consultor nacional para identificação e documentação de subsídios para a proposta de Lei Complementar. Esta contratação não pode ser realizada com recurso do PROGER já que o único candidato que atendia as exigências do edital possuía vínculos com a Administração Indireta, estando assim, de acordo com o Decreto nº 5.151, de 22 de Julho de 2004, impossibilitado de ser contratado. Devido o grau de especificidade e relevância, a contratação do consultor foi realizada com recurso do Banco Mundial.

6) TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Tipo*	Código SIAFI/ SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (Nº do Processo e do Termo, Data Assinatura, Vigência etc)	Objetivo da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor total Recebido / Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação de Avença (Alcance de Objetivos e Metas, Prestação de Contas, Sindicância TCE S/N?)
Acordo	1255	Projeto BRA/05/001 PMPEF Assinatura em 09/03/2005 final em abril de 2007			R\$ 1.504.749,30	R\$ 774.841,50	R\$ 729.907,80	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD CNPJ: 03.723.329/0001-79	Em Vigência
Acordo	1255	48/2004 - SERPRO			R\$ 3.700.934,59		R\$ 3.700.934,59	SERPRO CNPJ: 33.683.111/0002.80	Em Vigência
Acordo	1437	Projeto BRA/01/007 PROGER Assinatura em 21/12/2001 final em 31/12/2008			R\$ 450.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 50.000,00	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD CNPJ: 03.723.329/0001-79	Em Vigência

* Tipo de transferência: convênio, acordo, ajuste, parceria, subvenção, auxílio ou contribuição.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

8.1 DEMONSTRATIVO DO FLUXO PREVISTO E DO FLUXO REALIZADO

Discriminação (Código do Projeto, Descrição, Finalidade e Organismo Financiador)	Custo Total	Empréstimo Contratado (Ingressos Externos)	Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de Recursos*			Em Caso de Não se Ter Atingido a Conclusão Total ou de Etapa	
				Motivo**	Valor no Ano	Valor Acumulado no Projeto	Motivos que Impediram ou Inviabilizaram	Providências Adotadas para Correção
PMPEF (1)	US\$ 69.347.308, R\$ 29.636.868,24	US\$ 32.882.308, R\$ 14.052.868,92	US\$ 36.465.000, R\$ 15.583.999,32	Amortização	US\$ 1.415.334,92 R\$ 604.869,83	US\$ 2.123.002,38 R\$ 907.304,75		
				Juros	US\$ 913.716,20 R\$ 390.493,70	US\$ 5.241.488,87 R\$ 2.240.048,24		
				Comissão	US\$ 41.605,83 R\$ 17.781,03	US\$ 1.222.518,76 R\$ 522.466,24		
PROMOEX (2)	US\$ 55.390.000, R\$ 23.671.951,79	US\$ 33.450.000, R\$ 14.295.482,71	US\$ 21.940.000, R\$ 9.376.469,08	--	--	--	(6)	
PNAGE (3)	US\$ 142.600.000, R\$ 60.942.775,33	US\$ 89.900.000, R\$ 38.420.445,32	US\$ 52.700.000, R\$ 22.522.330,01	--	--	--	(7)	
PROGER (4)	US\$ 10.021.137, R\$ 4.282.720,20	US\$ 8.800.000, R\$ 3.760.844,48	US\$ 1.221.137, R\$ 521.875,72				(8)	

Discriminação (Código do Projeto, Descrição, Finalidade e Organismo Financiador)	Custo Total	Empréstimo Contratado (Ingressos Externos)	Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de Recursos*			Em Caso de Não se Ter Atingido a Conclusão Total ou de Etapa	
				Motivo**	Valor no Ano	Valor Acumulado no Projeto	Motivos que Impediram ou Inviabilizaram	Providências Adotadas para Correção
EuroBrasil 2000	€ 4.479.851,	€ 2.853.190,	€ 1.626.661,	Desembolsos Diversos	€ 501.297,	€ 770.062,		
(5)	R\$ 1.619.069,15	R\$ 1.031.175,35	R\$ 587.893,80		R\$ 181.174,44	R\$ 278.309,17		

(1) Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, Contrato BID –1042/OC-BR.

(2) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros, Contrato BID – 1628/OC-BR.

(3) Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, Contrato BID (em negociação).

(4) Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro, Contrato BIRD 4604 –BR.

(5) EuroBrasil 2000 – Apoio à Modernização ao Aparelho do Estado, Acordo BRA/ B7 -3100/ IB/ 99/ 057 (Comissão da União Européia).

(6) O Contrato PROMOEX – BID 1628-OC-BR foi assinado em 14 de setembro de 2005.

(7) O Contrato de Empréstimo do PNAGE já foi pré-negociado, porém ainda não foi assinado.

(8) Valores referentes ao total do projeto, também executado pelo Ministério da Fazenda, onde se insere o Componente PPA/PROGER sob coordenação do Ministério do Planejamento.

8.2 AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS PROJETOS (INCLUSIVE QUANTO AOS OBJETIVOS E METAS PREVISTOS X REALIZADOS)

Vide dados apresentados dos itens 2 à 5 do presente Relatório.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não se aplica à Unidade de Coordenação de Programas.

9) PROJETOS E DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica à Unidade de Coordenação de Programas.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica à Unidade de Coordenação de Programas.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica à Unidade de Coordenação de Programas.

12) CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL⁸

12.1 DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMANADAS DO TCU

Não há determinações ou recomendações à Unidade de Coordenação de Programas exaradas pelo Tribunal de Contas da União.

12.2 RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DA CGU OU DAS SETORIAIS DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

12.2.1 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL - PMPEF

NÚMERO DO RELATÓRIO: 160325

Item 5.1.1.1 - No decorrer do exercício auditado, ocorreu uma Reunião Tripartite, relativa ao período de 3/6/2003 a 30/6/2004, realizada no dia 21/10/2004.

⁸ Em atendimento à orientação para que as Unidades que não possuem auditoria interna façam constar no Relatório de Gestão, além daquelas relacionadas no Anexo 10 da DN/TCU nº 71/2005, as informações acerca do cumprimento de determinações e recomendações do TCU e órgãos de Sistema Controle Interno.

Recomendação:

- Que sejam levados a efeito ou considerados na próxima reunião tripartite: a) a avaliação do PMPEF; b) os problemas assinalados pelos órgãos de controle;
- Que sejam verificadas soluções para os problemas apontados no tocante à falta de foco dos beneficiários finais nos Termos de Referência, à falta de negociação de preços e à falta de treinamento dos técnicos;
- Que sejam implementadas no PNUD as propostas contidas nas alíneas i) e ii) do texto, quanto à catalogação de produtos incluindo preços de produtos realizados no País, com o objetivo de evitar a repetição de execução de serviços e para a parametrização de preços; e avaliação da qualidade dos trabalhos apresentados;
- Ainda a esse respeito, a UCP pode desenvolver e implantar catálogo similar.

Providências adotadas: Conforme informado a SFC por meio do Ofício nº 15/2006/PMPEF/UCP/SEGES/MP, de 30 de janeiro de 2006, em seu anexo IV, não foi realizado, em 2005, reunião tripartida. (**ANEXO I**).

Item 5.2.1.1 - Fragilidades nos mecanismos de controles internos administrativos dos Produtos

Recomendação: Que a Unidade estude formas mais apropriadas de apresentação do Relatório de Progresso, analisando os pontos acima relacionados para a melhor visualização dos resultados do Projeto.

Providências adotadas: Conforme informado a SFC por meio do Ofício nº 15/2006/PMPEF/UCP/SEGES/MP, de 30 de janeiro de 2006, em seu anexo I, no Relatório de Progresso, relativo ao segundo semestre do exercício de 2005, serão contempladas as recomendações, no que tange aos itens: a, b, c, d, f, i, l, m, n, o, p. (**ANEXO I**)

Item 6.1.1.2 - Inconsistências quanto à classificação de gastos nas sublinhas orçamentárias

Recomendação: Que acompanhe o lançamento das despesas, verifique a pertinência da sua classificação, acompanhe o saldo das linhas orçamentárias, e informe ao organismo internacional quaisquer problemas ao longo da sua execução, conforme dispõe o Manual de Execução do Organismo.

Providências adotadas: Informamos que estamos realizando o acompanhamento mensal dos relatórios emitidos pelo Programa das Nações Unidas - PNUD, a fim de verificarmos os lançamentos das despesas, sua classificação e saldo nas linhas orçamentárias.

Item 9.1.1.1- Fragilidades nos controles internos administrativos quando da seleção de consultores

Recomendação:

- Quanto à alínea a: Fazer gestões junto ao organismo para que seja revisto os pontos do Manual que estão em desacordo com o Decreto nº 5151/2004, bem como apurar a responsabilidade de quem deu causa à impropriedade.
- Quanto à alínea b: Que os processos seletivos de consultores na modalidade produto sejam instruídos com mapa de apuração com as notas obtidas por todos os candidatos em cada quesito de julgamento.
- Quanto à alínea c: Considerando que a Unidade deve zelar pelas contratações, recomenda-se que sejam observados, efetivamente, os Princípios da Impessoalidade e da Moralidade na contratação de consultores, eliminando quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir no processo de seleção.
- Quanto à alínea d: Que seja apresentado produto realizado.
- Quanto à alínea e: A unidade deve avaliar e criticar quaisquer repostas, antes de meramente retransmiti-las.

Providências adotadas: Encaminhamos, em anexo, cópia do Ofício nº 15/2006/PMPEF/UCP/SEGES/MP, de 30 de janeiro de 2006 (**ANEXO I**), e do Ofício nº 19/2006/PMPEF/UCP/SEGES/MP, de 31 de janeiro de 2006, com as informações referentes aos itens citados acima. (**ANEXO II**)

Item 9.1.2.2 - Contratação de servidor público, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular, pelo PNUD.

Recomendação: Recomendamos à Unidade que:

- crie controle interno para não permitir que ocorram mais contratações na modalidade “Special Service Agreement – SSA; e
- instaure comissão de sindicância para apurar as responsabilidades pela contratação indevida.

Providências adotadas: Informamos que, desde a orientação recebida dessa SFC, estamos envidando esforços para não utilizamos contratação na modalidade “Special Service Agreement – SSA”.

Quanto a apurar responsabilidade pela contratação, o assunto está sendo analisado pela Comissão de Sindicância, que foi constituída por meio da Portaria nº 96, de 28 de dezembro de 2005, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço Edição Especial. (**ANEXO III**)

Item 9.3.1.3 - Falhas de controles internos administrativos, desatualização cadastral e falta de manifestação do gestor sobre resultados de viagens.

Recomendação: Recomendamos à Unidade aperfeiçoar seus controles internos administrativos no sentido de:

- manter atualizados os dados cadastrais dos servidores/contratados etc.;
- manter em arquivos os documentos que corroborem as justificativas apresentadas nas viagens que envolvem finais de semana inclusos.

Providências adotadas: Informamos que estamos adotando as recomendações dessa SFC.

Item 9.3.1.4 - Comprovantes de viagem não encontrados.

Recomendação: Recomendamos à Unidade apresentar o comprovante de viagem, referente à Autorização Nº 11115, na Auditoria de Avaliação da Gestão SEGES.

Providências adotadas: Encaminhamos a SFC por meio do Ofício nº 15/2006/PMPEF/ UCP/SEGES/MP, de 30 de janeiro de 2006, em seu anexo V, declaração de extravio apresentada pela beneficiária da viagem. Informamos que estamos solicitando a empresa área que nos encaminhe Declaração de Embarque do bilhete aéreo utilizado.

NÚMERO DO RELATÓRIO: 160328

Item 5.2.1.1 - A Unidade apresentou o Relatório de Progresso referente ao período de jan a dez - 2004 e após exame do referido relatório pela equipe de auditoria, especialmente, na Matriz de “Benchmark”, que relaciona o planejado e o executado pelo PMPEF, temos as seguintes ressalvas(...).

Recomendação: Diante do exposto, recomendamos à Unidade estude formas mais apropriadas de apresentação do Relatório de Progresso, analisando os pontos acima relacionados para a melhor visualização dos resultados do Projeto.

Providências adotadas: Conforme informado a SFC por meio do Ofício nº 15/2006/PMPEF/UCP/ SEGES/MP, de 30 de janeiro de 2006, em seu anexo I, no Relatório de Progresso, relativo ao segundo semestre do exercício de 2005, serão contempladas as recomendações, no que tange aos itens: a, b, c, d, f, i, l, m, n, o, p.

Item 7.1.2.1 – Demonstrações financeiras em desacordo com o novo modelo de demonstrativo solicitado pelo BID.

Recomendação: Aprimorar o sistema SGP para que nas próximas auditorias o projeto possa atender às solicitações do Banco e desta Secretaria, em especial na apresentação dos Demonstrativos Financeiros e respectivas Notas Explicativas,

conforme requeridos no documento AF-300, Ver. II-03 e documento de Pautas Mínimas do BID.

Providências adotadas: Informamos que já ajustamos o Sistema de Gestão de Projetos - SGP conforme as Pautas Mínimas do BID, ressaltamos que esta resposta é corroborada pelo Ofício nº 115/2005/PMPEF/UCP/SE/MP, de 22 junho de 2005. **(ANEXO IV).**

Item 7.3.1.1 – Falta de informação sobre os recursos recebidos de Adiantamentos de Empréstimo Externo - AEE

Recomendação: Recomendamos à Unidade proceder as correções no Demonstrativo dos Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados – 2004 nas Notas Explicativas nºs 8 e 10 e apresentá-los a esta Secretaria para convalidação.

Providências adotadas: Conforme informado por meio do ofício nº 145/SEGES/MP, de 18 de março de 2005, procedemos com o registro no SIAFI do Adiantamento de Empréstimo Externo, referente a NL 2005NL000011, cópia anexa. (ANEXO V)

No tocante às Notas Explicativas em relação aos itens nºs 8 e 10, ressaltamos que essa recomendação foi sanada e apresentada a SFC por meio do já mencionado Ofício nº 115/2005/ PMPEF/UCP/SE/MP de 22 junho de 2005.

Item 7.3.3.1 – Pagamentos efetuados com recursos da Contrapartida Local e apropriada na fonte de Recursos provenientes do BID.

Recomendação: Recomendamos ao projeto promover gestões junto a COFIN/STN no sentido de regularizar a questão, de forma a compensar a inversão de fontes orçamentárias ora evidenciadas e promover a regularização do saldo da conta do Fundo do Rotativo.

Providências adotadas: Conforme Memorando nº 19/2006/CAF/UCP/SEGES/MP, de 21/02/06, enviado pelo Coordenador Financeiro da UCP (**ANEXO VI**), informamos que foi enviado à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças o Memorando nº 29/2005/PMPEF/UCP/SE/MP de 18 de abril de 2005, que objetivava adequar o orçamento de 2005 às necessidades de execução do programa assim como sanar esta pendência, esta solicitação foi aprovada no Congresso Nacional em 22/12/2005.

Item 7.3.4.1 – Erro na Informação Financeira Complementar AF – 300.6.02(b)

Recomendação: Recomendamos à Unidade proceder as correções na Informação Financeira Complementar AF – 300.6.02(b), coluna “Executado” e encaminhá-la a esta Secretaria para convalidação, bem como. que o projeto juntamente com a COFIN/STN promovam a regularização do saldo da conta do fundo rotativo, inclusive, tomando as devidas medidas para justificá-lo totalmente ao BID. Recomendamos, ainda, à Unidade

aprimorar seus controles internos administrativos evitando que situações similares ocorram no futuro.

Providências adotadas: Conforme Memorando nº 19/2006/CAF/UCP/SEGES/MP, de 21/02/06, informamos que procedemos às correções necessárias no AF - 300.6.02(b), com base nos Demonstrativos de Recursos Recebidos e Desembolsos Efetuados dos anos anteriores, constantes do quadro abaixo:

Ano	Executado “Demonstrativo AF-300.6.02(b) 2004”
1998	US\$ 2.465.668,12
1999	US\$ 1.328.413,74
2000	US\$ 4.910.216,07
2001	US\$ 7.463.519,41
2002	US\$ 7.174.762,21
2003*	US\$ 3.789.892,18
2004*	US\$ 1.625.403,61

Em relação ao valor descrito no exercício de 2003, informamos ainda que:

- O valor executado de US\$ 3.689.677,36 passou para US\$ 3.789.892,18, em função dos acertos procedidos nas despesas do exercício em questão, conforme justificado no ofício nº 250/2004/SEGES/MP de 28 de dezembro de 2004.

Quanto ao valor do exercício de 2004:

- A diferença entre o Demonstrativo de Recursos Recebidos e Desembolsos Realizados, deu-se em razão da apropriação do Pagamento da Amortização do contrato nº 1042/OC-BR, indevidamente no valor de US\$ 707.667,46, cujo pagamento é de responsabilidade de contábil do Tesouro Nacional.

O Demonstrativo AF - 300.6.02(b) segue anexado ao referido Memorando nº 19/2006/CAF/UCP/SEGES/MP, de 21/02/06.

Ainda em relação a esse item, cabe ressaltar que no Demonstrativo de Recursos Recebidos e Desembolsos Realizados, segundo orientação do BID, somente devem ser detalhadas as informações referente à juros e comissões do Contrato.

Reiteramos nossos esforços no sentido de sanarmos essa pendência de forma definitiva. Dessa forma foi enviado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para a regularização do saldo do Fundo Rotativo, a Justificativa nº35 por meio do ofício 210/2005/PMPEF/UCP/SE/MP de 31 de outubro 2005 para a justificação deste no valor de R\$ 295.407,30 (duzentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sete dólares e trinta centavos).

Item 9.1.1.1 Fragilidades nos controles internos administrativos

Recomendação:

- Quanto à alínea a: Recomendamos que a Unidade observe as normas internas Decreto nº 5151/2004 e as decisões do TCU nºs 178/2001 e 1763/200, bem como apurar a responsabilidade de quem deu causa à impropriedade.
- Quanto à alínea b: Que os processos seletivos de consultores na modalidade produto sejam instruídos com mapa de apuração com as notas obtidas por todos os candidatos em cada quesito de julgamento.
- Quanto à alínea c: Considerando que a Unidade deve zelar pelas contratações, recomenda-se que sejam observados, efetivamente, os Princípios da Impessoalidade e da Moralidade na contratação de consultores, eliminando quaisquer dúvidas que por ventura possam surgir no processo de seleção.
- Quanto à alínea d: Que seja apresentado produto realizado.
- Quanto à alínea e: A unidade deve avaliar e criticar quaisquer respostas, antes de meramente retransmiti-las.

Providências adotadas: Encaminhamos, no ANEXO I, cópia do Ofício nº 15/2006/PMPEF/UCP/SEGES/ MP, de 30 de janeiro de 2006, e no ANEXO II, cópia do Ofício nº 19/2006/PMPEF/UCP/SEGES/MP, de 31 de janeiro de 2006, com as informações referentes aos itens citados acima.

Item 9.1.1.2 - Contratação de servidor público, licenciado para tratar de assuntos particulares.

Recomendação: Recomendamos à Unidade que crie controle interno para não permitir que ocorram mais contratações na modalidade “Special Service Agreement – SSA e instaure comissão de sindicância para apurar as responsabilidades pela contratação indevida.

Providências adotadas: Informamos que, desde a orientação recebida dessa SFC, estamos envidando esforços para não utilizamos contratação na modalidade “Special Service Agreement – SSA”.

Quanto a apurar responsabilidade pela contratação, o assunto está sendo analisado pela Comissão de Sindicância, que foi constituída por meio da Portaria nº 96, de 28 de dezembro de 2005, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço Edição Especial (ANEXO III).

NÚMERO DO RELATÓRIO: 160326

Item 6.1.1.2 – Inconsistências quanto à classificação de gastos nas sublinhas orçamentárias.

Recomendação: Que a Unidade promova o acompanhamento dos lançamentos das despesas com objetivo de alcançar a correta classificação orçamentária, conforme estabelecido no Manual de Execução Nacional - PNUD.

Providências adotadas: Informamos que estamos realizando o acompanhamento mensal dos relatórios emitidos pelo Programa das Nações Unidas - PNUD, a fim de verificarmos os lançamentos das despesas, sua classificação e saldo nas linhas orçamentárias.

Item 7.2.2.1 - O total de recursos transferidos pela Unidade Executora do Projeto – 200317 - SEGES, ao PNUD, no exercício de 2004, perfaz o montante de R\$ 597.613,70 e estão discriminados pelas seguintes Ordens Bancárias(...).

Recomendação: Em que pese as ordens bancárias supramencionadas terem suporte orçamentário adequado, ou seja, o Programa de Trabalho e a ação de governo se coadunarem com o objeto do Contrato, faz-se necessário o detalhamento do crédito por elemento de despesa quando do pagamento, informando na “Classificação 1”, da ordem bancária a classificação da despesa de acordo com a linha orçamentária..

Providências adotadas: Informamos que já estamos adotando o detalhamento do crédito por elemento de despesa quando procedemos o pagamento via SIAFI.

Item 9.2.1.1 - Improriedades no pagamento de diárias

Recomendação: Recomendamos à Unidade:

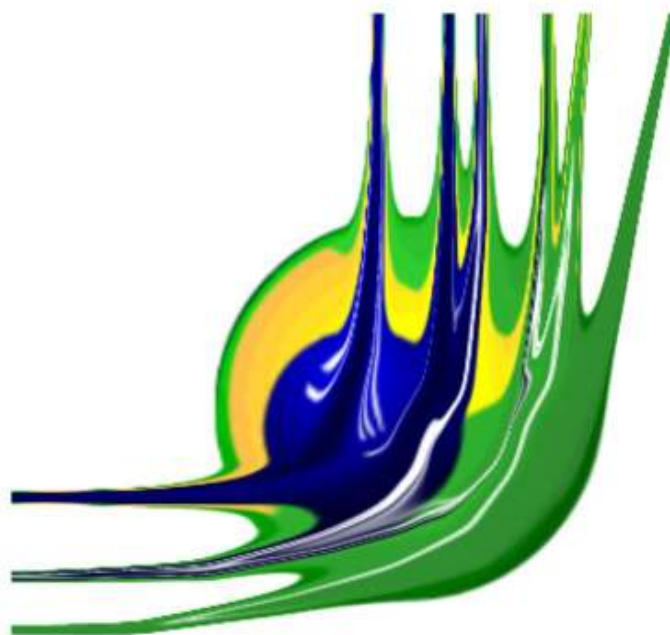
- promover acertos no sistema SGP, com vistas a evitar falhas similares de cálculo de diárias;
- controlar a utilização dos bilhetes de passagem, fazendo a correlação direta entre as diárias concedidas e os respectivos tickets emitidos, checando, em especial, a paridade entre o período de concessão das diárias e o período de duração das viagens;
- verificar a correta devolução dos saldos não utilizados, em caso de não consumação da viagem ou retorno anterior ao período planejado;
- manter esta Secretaria informada da efetiva devolução dos pagamentos indevidos, relatados neste item do relatório.

Providências adotadas: Informamos que todas as recomendações estão sendo observadas.

APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS

Não foram recebidas denúncias no âmbito da Unidade de Coordenação de Programas.

SPI



***Secretaria
de Planejamento e
Investimentos
Estratégicos***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI

1.2 Número do CNPJ: 00.489.828/0001-55

1.3 Natureza Jurídica: Órgão Público Específico Singular

1.4 Vinculação Ministerial: Órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 3º andar. Brasília – DF CEP – 70.040.906 – Telefones: 61.3429-4436 / 4773 / 4080 / 1441 – Fax: 61.3226-8122

1.6 Endereço na Internet: www.planejamento.gov.br

1.7 Órgão: 20113 **Unidade Gestora:** 201008 **Gestão:** 00001

1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade: Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Decreto nº 5.433, de 25 de abril de 2005.

Finalidade:

- I. estabelecer diretrizes e normas para elaboração e implementação do plano plurianual e dos programas que o compõem, bem como para o planejamento territorial;
- II. coordenar, orientar e supervisionar a elaboração e a gestão do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento;
- III. coordenar e orientar as atividades relativas a sistemas de informações para o planejamento, programação, desempenho físico, gestão de restrições e avaliação dos programas e ações do plano plurianual, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;
- IV. identificar, analisar e avaliar os investimentos estratégicos governamentais, suas fontes de financiamento e sua articulação com os investimentos privados, bem como prestar apoio gerencial e institucional à sua implementação;

- V. coordenar e orientar as atividades de acompanhamento, avaliação e revisão do gasto público, do plano plurianual e de projetos especiais de desenvolvimento;
- VI. desenvolver estudos com o objetivo de viabilizar fontes alternativas de recursos para financiar o desenvolvimento do País; e
- VII. desenvolver estudos com vistas à avaliação ambiental estratégica de agrupamento de investimentos.

1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Decreto nº 5.433, de 25 de abril de 2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno da SPI: Portaria Ministerial nº 232 de 03 de agosto de 2005.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

A SPI é responsável pela administração de dois Programas:

- 1) Gestão do Plano Plurianual – 0802
- 2) Avaliação do Plano Plurianual – 1333

Gestão de Plano Plurianual – 0802

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

Objetivo: Elaborar, gerir a execução e avaliar a gestão e os resultados do Plano Plurianual visando a melhoria da qualidade do gasto público.

Beneficiários: Governo, demais esferas de governo e sociedade.

Avaliação do Plano Plurianual – 1333

Descrição do programa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários

Objetivo: Avaliar os Programas e o Plano Plurianual, visando aperfeiçoar continuamente sua gestão, subsidiar o processo de revisão anual e orientar a elaboração dos orçamentos.

Beneficiários: Governo, demais esferas de governo e sociedade.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa 0802 – Gestão do Plano Plurianual e o Programa 1333 – Avaliação do Plano Plurianual são classificados como do tipo Gestão de Políticas Públicas, destinado ao planejamento e a formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação e ao controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão. Este tipo de Programa não possui indicador associado, conforme orientação contida no Manual de Elaboração dos Programas do PPA 2004-2007.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

Gestão do Plano Plurianual – 0802

Meta financeira prevista na LOA + créditos/2005: R\$ 5.733.000

Avaliação do Plano Plurianual – 1333

Meta financeira prevista na LOA + créditos/2005: R\$ 2.070.000

Obs. Informados os valores de metas financeiras considerando Lei e Créditos (posição final do SIAFI). As metas físicas estão indicadas em cada uma das ações dos respectivos programas.

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Relativamente à avaliação do desempenho da Gestão dos dois Programas administrados pela SPI/MP foram desenvolvidos três indicadores de gestão.

São eles respectivamente:

- I. Avaliação de Projetos de Grande Vulto.
- II. Avaliação de Programas do Plano Plurianual
- III. Monitoramento das Metas Presidenciais.

3.2 DESCRIÇÃO (O QUE SE PRETENDE MEDIR) E O TIPO DE INDICADOR (DE EFICIÊNCIA, DE EFICÁCIA OU DE EFETIVIDADE)

Os indicadores de gestão selecionados visam mensurar o grau de atingimento de objetivos definidos pela administração, sendo relativos à eficácia dos principais processos do ciclo de gestão de responsabilidade da SPI/MP.

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO/MEDIÇÃO

Indicador 1 - Fórmula de cálculo e método de medição: Percentual dos projetos de grande vulto avaliados de forma tempestiva, (45 projetos analisados), até quatro meses da entrada na secretaria executiva (SPI), em relação ao total de projetos apresentados. Resultado: 100%.

Indicador 2 - Fórmula de cálculo e método de medição: Percentual de programas do PPA analisados e consolidados pela SPI, em relação ao total de avaliações realizadas de programas, pelos gerentes de programas do PPA. Resultado da medição do indicador: 100%.

Obs. Relatório de Avaliação dos Programas do PPA disponibilizado na pg. do MP na internet : www.planejamento.gov.br

Indicador 3 - Fórmula de cálculo: Percentual das metas presidenciais monitoradas mediante a elaboração de relatório de situação pelos analistas da SPI. Foram 49 metas presidenciais monitoradas, do tipo orçamentária. Resultado da medição do indicador: 100%.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Indicador de Gestão: Avaliação de Projetos de Grande Vulto: Departamento de Infra-Estrutura / SPI.

Indicador de Gestão: Avaliação de Programas do Plano Plurianual: Departamento de Planejamento / SPI / MP.

Indicador de Gestão: Monitoramento das Metas Presidenciais: Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0802 – Gestão do Plano Plurianual
1333 – Avaliação do Plano Plurianual

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Na análise foram utilizados os indicadores de gestão já descritos no item anterior.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Gestão do Plano Plurianual – 0802

Meta financeira realizada (programação): R\$ 3.063.659

Avaliação do Plano Plurianual – 1333

Meta financeira realizada (programação): R\$ 58.437

Obs. Foram considerados os valores financeiros dentro dos limites previstos pelo decreto n. 5.379, de 25 de fevereiro de 2005 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo. As metas físicas alcançadas estão informadas na parte II deste relatório, nas diversas ações dos respectivos Programas.

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

O Programa Gestão do Plano Plurianual – 0802 e o Programa Avaliação do Plano Plurianual – 1333 e suas respectivas ações constituíram elemento fundamental para a elaboração de vários produtos demandados pelo governo, a saber: o Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005, as Metas Presidenciais para 2005 e 2006, a Mensagem Presidencial, balanços semestrais de governo, o Balanço Geral da União – BGU, a Avaliação Anual do Plano Plurianual e Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual.

Esses produtos dependem da geração de informações pelo monitoramento dos programas e ações do Plano Plurianual, que tem como seu principal instrumento de captura o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan.

Deve ser registrado que pela primeira vez, a revisão do Plano incorporou, de forma sistemática, as recomendações geradas pela avaliação, tornando-as efetivas. Tal é importante passo para o aperfeiçoamento do sistema, já que o objetivo último da avaliação é gerar conseqüências na melhoria do processo de planejamento do governo federal, o que se concretiza, em última instância, na revisão ou na elaboração de novo Plano.

Assim os resultados da avaliação anual do PPA, exercício de 2004, subsidiaram a definição dos programas integrantes dos projetos de lei orçamentária para 2006 e de revisão do PPA 2004-2007, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2005.

Do ponto de vista substantivo, dentre os 380 programas constantes da Lei do PPA, o projeto de Lei de revisão propôs a exclusão de 38 programas e a inclusão de 6 novos programas. A maior parte destas alterações no conjunto de programas deveu-se à reorganização gerencial das ações de governo conforme justificativas constantes da Exposição de Motivos que encaminhou o Projeto de Lei de Revisão do PPA 2004-2007.

Em 2005 teve seqüência a prática do chamado planejamento plurianual deslizando. Anualmente, por meio do Relatório de Avaliação Anual, os programas e ações do PPA passam a contar com as estimativas de valores financeiros e metas físicas para os quatro exercícios subseqüentes. Em 2005 o referido relatório traz a programação indicativa para o período 2006-2009. Esta é prática inovadora do processo de planejamento que permite a manutenção de um horizonte de médio prazo nas decisões tomadas no presente.

No que se refere à implementação do Plano plurianual, o Decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004 estabeleceu as normas para implantação de novo modelo de gestão do Plano Plurianual 2004/2007. O novo modelo busca inovar com arranjos de gestão,

definição dos atores e de suas responsabilidades no ciclo de gestão do Governo Federal e dos fluxos de informação necessários à implementação de gestão voltada para resultados na sociedade.

Confere maior racionalidade na definição das atribuições dos gerentes, coordenadores de ação e demais envolvidos na gestão dos programas, buscando maior aderência entre a estrutura administrativa e a gerência dos programas.

A execução do decreto se deu por diversas portarias ministeriais e normas administrativas expedidas pelos ministérios estabelecendo os mecanismos, processos, instrumentos e unidades administrativas responsáveis pelos Programas e ações do PPA.

Por outro lado a implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano, nos termos da Portaria Interministerial nº 10, de 11 de janeiro de 2005 possibilitou o funcionamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA) e das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMA's) em cada órgão.

A realização da Oficina de Boas Práticas – INFRASIG para a disseminação de sistemas gerenciais de apoio à gestão interna e que promovem o fluxo de informações com qualidade e tempestividade para o SIGPlan foi importante para a implementação do sistema.

A elaboração dos Planos Gerenciais dos Programas, atingindo 210 Programas e cerca de 1.700 equipes responsáveis pelo gerenciamento dos Programas e ações do PPA representou mais uma etapa no aperfeiçoamento do modelo de gestão.

Da mesma forma a realização de oficinas de mapeamento de competências, com objetivo de subsidiar o plano de capacitação de gerentes, coordenadores de ação e técnicos das Unidades de Monitoramento dos ministérios contribuiu para o aperfeiçoamento de pessoal envolvido com as diversas fases do PPA.

No final de 2005 a sistemática de avaliação anual do PPA utilizada foi objeto de aperfeiçoamento. Melhorias foram introduzidas no questionário de avaliação do Manual de Avaliação de Programas, tendo por base reuniões com os próprios analistas da SPI e com alguns gerentes de programas. As modificações introduzidas foram validadas em reuniões específicas no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação – CTMA, instância que integra o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual do PPA 2004-2007.

Cabe destacar que o processo de avaliação do PPA em 2005 teve como grande diferencial a integração com a fase de revisão. Em termos práticos, isso significa que as propostas de revisão do PPA apresentadas pelos órgãos setoriais foram submetidas a um exame de consistência e de coerência frente às avaliações previamente realizadas. O esforço para estabelecer o nexos direto entre uma fase e outra valoriza especialmente as ações de avaliação, já que a mesma passa a ter vinculação estreita e imprescindível com a montagem da proposta orçamentária.

Além de consolidar a metodologia de avaliação do Plano Plurianual que vem sendo utilizada, o programa “Avaliação do Plano Plurianual” também se voltou para a

introdução de inovações que aprofundem a capacidade do governo federal de prestar contas à sociedade quanto à alocação dos recursos públicos. Nesse contexto é que foi formatada, no âmbito da CTMA, uma proposta para a condução de avaliações específicas de três programas de governo, previamente selecionados segundo critérios predominantemente objetivos, com a finalidade de desenvolver dois produtos: I) um roteiro para a avaliação rápida de programas e II) um guia para a avaliação de programas selecionados. Ambos os documentos deverão ser submetidos para validação diante da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA até julho de 2006.

Outra inovação foram os pactos de concertação, introduzidos pela Lei do Plano Plurianual 2004-2007, cujas bases de formulação e implementação foram iniciados em 2004. Trata-se de processo de planejamento e gestão integrados e compartilhados pelos três entes da Federação e a sociedade, que busca a convergência de prioridades e a sincronização de ações, como forma de apoiar a implementação de projeto de desenvolvimento regional articulado à estratégia nacional de desenvolvimento que orientou a elaboração do PPA 2004-2007.

O ano de 2005 foi decisivo, pois se concluiu o marco conceitual que propõe a metodologia de concertação, além do arranjo institucional e as bases para o termo de pactuação. Houve intensivo trabalho de discussão e de disseminação no âmbito do Governo Federal, envolvendo também alguns governos estaduais. Foram editados e distribuídos 2.000 exemplares para atores governamentais, além da disponibilização por meio eletrônico no site do Ministério do Planejamento. Ainda no âmbito desse projeto, dois projetos-piloto estão em andamento: Baixo Jaguaribe, no Ceará, e São Joaquim, em Santa Catarina.

Como suporte para articulação federativa, o Ministério do Planejamento promoveu um amplo processo de mobilização e capacitação de técnicos dos governos municipais para elaboração de PPA's Municipais. Esse processo foi realizado em parceria com as Secretarias Estaduais de Planejamento, com os Tribunais de Conta Estaduais, com a Rede Interlegis e com as associações de municípios, além do apoio da Caixa Econômica e do BNDES. Como resultados dessa iniciativa, obteve-se intensa mobilização dos prefeitos para a importância do PPA municipal como instrumento de planejamento, orientado para gestão e para obtenção de resultados, e a disseminação do modelo de planejamento já adotado pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais e do conceito de planejamento territorial integrado – articulação federativa por meio dos PPAs.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Gestão do Plano Plurianual 0802
Avaliação do Plano Plurianual 1333

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

No programa Gestão do Plano Plurianual:

Os serviços de informática prestados pelo SERPRO estão em fase de aperfeiçoamento para garantir o conjunto das informações constante do Projeto de Lei de Revisão do PPA 2004-2007. Ver detalhamento da questão na parte II do Relatório, na ação 4254 – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual.

No programa Avaliação do Plano Plurianual:

Efetivo de Recursos Humanos insuficiente para o conjunto das atividades de avaliação.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

No programa Gestão do Plano Plurianual:

Simplificação dos processos que demandam apoio de informática do SERPRO (ex. captação das propostas de revisão qualitativa em Word, por fora do sistema).

Antecipação do início do processo de revisão e elaboração do orçamento em dois meses.

No programa Avaliação do Plano Plurianual:

O concurso público já realizado para preenchimento de cargo de Analista de Planejamento e Orçamento poderá suprir a necessidade de pessoal, se forem alocados à equipe que coordena o processo de avaliação e que hoje conta com apenas quatro técnicos, pelo menos mais três técnicos de nível superior para atendimento das atividades técnicas específicas.

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI/MP.

6) TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIO E OUTROS MEIOS)

Não se aplica a SPI.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS.

Não se aplica a SPI.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

O Programa Gestão do Plano Plurianual inclui o Projeto 1593 – Estudo para o aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual – PROGER. A SPI gerencia o componente PPA, que constitui parte do PROGER decorrente de Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial – BIRD, conforme descrito na parte II do relatório de gestão relativo as ações/projetos a cargo da SPI/MP.

8.1 DEMONSTRATIVO DO FLUXO PREVISTO E DO FLUXO REALIZADO

(ver quadro I anexo ao relatório)

8.2 AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS PROJETOS (INCLUSIVE QUANTO AOS OBJETIVOS E METAS PREVISTOS X REALIZADOS)

As ações, previstas para 2005, referentes aos subcomponetes Integração Plano e Orçamento e Capacitação Gerencial foram executadas dentro do prazo previsto, como também o curso de avaliação ex-ante de projetos de grande vulto, previsto no subcomponete Avaliação.

Com a prorrogação do prazo de vigência do projeto para 31 de dezembro de 2007, algumas ações que teriam sua execução comprometida, como o desenvolvimento de metodologias de avaliação de programas selecionados, módulo sociedade, georreferenciamento do PPA, Infrasis e os Fóruns do Sigplan, foram adequadas ao novo prazo acordado.

Na reestruturação do projeto, constatou-se que a totalidade dos recursos previstos para o componente PPA não seria utilizada até o final de 2007, a parte excedente foi transferida para o componente Gerenciamento da Dívida, da Secretaria do Tesouro Nacional, que por outro lado vinha desenvolvendo ações cujos recursos não seriam suficientes para as suas conclusões.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITOS

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

A SPI/MP tem suas atividades desenvolvidas com objetivo de coordenar todo o ciclo de gestão do Plano Plurianual pelo monitoramento, avaliação e revisão de seus programas e ações, mediante análise de mérito das propostas apresentadas pelos órgãos setoriais, com vistas à incorporação aos relatórios e documentos produzidos pela SPI/MP para os encaminhamentos de lei, bem como o desenvolvimento de instrumentos de planejamento visando o aperfeiçoamento do modelo de gestão do PPA, tornando-o um instrumento mais participativo e federativo.

As diretrizes e conceitos para a administração do PPA têm sido desde 2003, objeto de disseminação para todo o sistema de planejamento. Com a publicação do Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, estabeleceram-se as bases para implantação do novo modelo de gestão do PPA 2004/2007.

O referido decreto buscou inovar mediante a definição de conceitos e com fluxos de informações necessárias à implementação de gestão voltada para resultados na sociedade. Conferiu-se maior racionalidade na definição das atribuições dos gerentes, coordenadores de ação e demais envolvidos na gestão dos programas, buscando maior aderência entre a estrutura administrativa do órgão e a gerência dos programas.

Por sua vez as atividades desenvolvidas pela secretaria e relacionadas com os Pactos de Concertação, com a avaliação de Projetos de Grande Vulto, com o Planejamento Territorial, com a Integração Física da Infra-Estrutura da América do Sul e com os Projetos Pilotos de Investimentos, estão com seus objetivos sendo cumpridos.

Por outro lado os principais “produtos” da SPI como o PPA, o Relatório Anual de Avaliação do PPA, o Projeto de Lei da Revisão Anual do PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Mensagem Presidencial, os Relatórios de Monitoramento, os Relatórios de Avaliação, os balanços semestrais do governo, o Balanço Geral da União – BGU além de outros relatórios e trabalhos demandados por diversos órgãos públicos, tem sido regularmente produzidos e entregues pela secretaria.

Sendo necessário também destacar o processo de monitoramento e seus objetivos específicos tais como elaborar manuais relativos às funcionalidades do módulo monitoramento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan); prestar as orientações para os setoriais quanto aos registros de informações, observando o nível de responsabilidades de cada usuário; estabelecer os referenciais para o desempenho das atividades dos analistas setoriais quanto aos procedimentos de monitoramento dos programas do PPA; estimular a utilização das informações do módulo monitoramento para auxiliar o processo decisório dos setoriais e dos gerentes de programas; e promover o intercâmbio de conhecimentos sobre a gestão do PPA, mediante a realização de oficinas e seminários.

De fato a SPI/MP tem envidado todos os esforços no aperfeiçoamento do planejamento de suas ações e no cumprimento de metas físicas das suas ações prioritárias. Tal pode ser verificado pela aplicação do indicador de gestão – Avaliação de Programas do Plano Plurianual – que resultou na mensuração de 100%, ou seja, no alcance

percentual da meta física de todos os programas analisados e consolidados pela SPI, em relação ao total de avaliações realizadas de programas pelos gerentes de programas do PPA.

Assim pode-se verificar que as ações prioritárias apresentam alto grau de execução física. Já com relação à execução financeira das mesmas é preciso esclarecer que outros fatores atuam no processo. Um deles é a determinação legal quanto à limitação de programação financeira dos órgãos, nos termos do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e neste caso gerencia-se com critérios de prioridade. Tal priorização implicou, por exemplo, em postergar a realização de avaliações específicas para programas prioritários, previstas na ação 6476 – Avaliação dos Programas do Plano Plurianual. Outras ações integrantes dos dois Programas gerenciados pela SPI/MP também foram objeto de limitação em suas metas financeiras, o que não comprometeu a execução das ações no que era prioritário.

Tal se justifica uma vez que as atividades que concorrem para a elaboração dos produtos gerados pela SPI e conseqüentemente os custos para a execução das ações prioritárias da SPI/MP são basicamente de pessoal, relativo ao pagamento de salários de servidores da SPI/MP, que são despesas alocadas em programa próprio.

Outras providências que estão sendo objeto de implementação dizem respeito à intensificação e fortalecimento da integração Planejamento-Orçamento, um desafio para a otimização de recursos e para a coordenação de esforços na busca de resultados.

Neste sentido cabe informar que no Projeto de Lei de Revisão do PPA (PL 41 2005-CN) foi proposta a fusão dos programas 0802 - Gestão do Plano Plurianual, 1333 - Avaliação do Plano Plurianual e 0795 - Gestão dos Orçamentos da União em um único programa. Tal modificação resultará em um número reduzido de ações, com melhor dimensionamento de recursos a elas alocados.

A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da SPI/MP e da SOF/MP no sentido de fortalecer do ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.

13) OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TCU E PELOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Origem: Recomendações do TCU constantes do BGU/2004. Ofício CGU/PR n. 17.458, de 19 de julho de 2005. Ofício nº 269 TCU/SEMAG-IDT, de 07/10/2005 requerendo informações relacionadas às providências adotadas ou em curso. Memorando nº 193/MP – GAB/MP, de 13/10/2005 solicitando informações sobre providências adotadas ou em curso para atendimento das recomendações efetuadas pelo TCU.

Providências de competência da SPI adotadas em atendimento ao recomendado pelo TCU conforme BGU/2004.

Memorando nº 384/SPI/MP de 26 de outubro de 2005 e Notas Técnicas SPI/MP ns. 75 e 76, de 26 de outubro de 2005.

Origem: Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República: Exercício 2004. Ministro Relator Benjamin Zymler. Ofício nº 17.483/ 2005/CGU-PR dirigido à Secretária Executiva da Casa Civil – PR. Aviso nº 1087/05/C.C.PR de 14 de outubro de 2005. Despacho da ASCI/GAB/MP, de 19/10/2005 encaminhando ofício nº 17.483/2005 e solicitando providências relativamente ao estabelecimento de metodologia para apuração dos dados sobre investimentos do governo federal em infra-estrutura.

Providências adotadas pela SPI/MP. Assunto em tratamento, no âmbito da SPI/MP, no que diz respeito a sua área de competência.

2) OBJETIVOS E METAS

AÇÕES INTEGRANTES DOS PROGRAMAS GERENCIADOS PELA SPI

PROGRAMA: 0802 – GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL

2.1 AÇÃO: 2649 - COORDENAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA AMÉRICA DO SUL - IIRSA

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Articular e coordenar as ações do Governo para a integração da infra-estrutura da América do Sul, identificando as oportunidades de investimentos de impacto regional.

Descrição

Realização de atividades de coordenação, junto aos Ministérios dos Transportes, das Comunicações, de Minas e Energia e das Relações Exteriores, bem como articulação com o Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, visando à integração da infra-estrutura do Brasil com os Países vizinhos, estando de acordo com a prioridade estabelecida no programa de governo e nas orientações estratégicas de governo; harmonização dos marcos regulatórios entre países e prospecção de modelos de financiamento afeitos às oportunidades de investimentos identificadas nas áreas de transporte, energia e comunicações, buscando-se o desenvolvimento regional econômico e socialmente sustentável.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

A ação não tem indicadores.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: Projeto selecionado
Meta física: 3

Unidade de medida: Unidade
Meta financeira: R\$ 333.000

3) INDICADORES E/OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados com os Programas da SPI.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2649 - Coordenação da Integração da Infra-Estrutura da América do Sul – IIRSA

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física realizada: 1 Meta financeira realizada: R\$ 100.289
Obs. Limite programação financeira conforme decreto.

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

Esta ação é uma ação permanente de coordenação. A Iniciativa IIRSA está em fase de consolidação. Devemos destacar como resultado para o ano de 2005 o início do ciclo de consultas estratégicas que servirão de subsídios para elaboração da Visão Estratégica Sul Americana.

Foram realizadas três oficinas: uma Oficina Nacional e duas das três oficinas regionais previstas para o ano de 2005.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2649 - Coordenação da Integração da Infra-Estrutura da América do Sul – IIRSA

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DE METAS COLIMADAS

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI/MP.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 1593 - ESTUDO PARA APERFEIÇOAMENTO DO MODELO DE GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL - PROGER

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Coordenar, orientar e supervisionar a implementação do Plano Plurianual, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e pela avaliação dos programas, com a melhoria dos sistemas de informações ao público.

Descrição

Fornecimento de assistência técnica com a finalidade de fortalecer os processos, eficiência alocativa e integração orçamentária do Plano Plurianual - PPA por quatro subcomponentes: integração entre plano e orçamento, com o fortalecimento da ligação entre as funções de planejamento e elaboração orçamentária e estudos para melhorar a legislação existente aplicável; avaliação do Plano Plurianual, com a melhoria das metodologias de retroalimentação para a formulação de políticas e programas e alocação de recursos orçamentários; Sistema de Informações Gerenciais, com a identificação das necessidades de informação, elaboração de planos de ação e desenvolvimento de sistemas para ministérios e executores de ações nos termos dos programas do PPA, com o objetivo de melhorar o gerenciamento dos programas e a disponibilidade de informações a respeito do PPA; capacitação gerencial, com o fortalecimento da capacidade e do compromisso dos gerentes de programas do PPA e de autoridades governamentais chaves envolvidas na implementação dos programas do PPA por meio de treinamento e disseminação das melhores práticas do PPA.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO.

A ação não tem indicadores

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: Estudo realizado
Meta física: 6 %

Unidade de Medida: % de execução física
Meta financeira: R\$ 450.000

3) INDICADORES E/OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

1593 - Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual - PROGER

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Ação não tem indicadores.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física realizada: 5.74 %

Meta financeira realizada: R\$ 450.000

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

1. Subcomponente Integração Plano e Orçamento

Foi concluída minuta de Ante Projeto de Lei Complementar com foco no processo, elaboração, organização e gestão do PPA. Esta proposta foi construída em parceria com técnicos das áreas de planejamento e orçamento dos Estados da Federação.

2. Avaliação

2.1 Desenvolvimento de metodologia de avaliação de programas selecionados constantes do PPA 2004-2007

Em agosto de 2004 elaborou-se um termo de referência onde se estabeleceram critérios para a seleção de programas a serem avaliados, financiados parcialmente com recurso do PROGER, a partir de métodos científicos de pesquisa avaliativa. Todavia, em janeiro de 2005, a Portaria Interministerial nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluem a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. Dessa forma, reiniciou-se a discussão sobre a seleção de programas de forma a incorporar a CMA no processo. A Comissão, formada por membros do MP, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Meio Ambiente, quando for o caso, está prevista no decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004, como forma de apoiar o Sistema de Avaliação do Governo Federal.

A CMA é assessorada pela Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação - CTMA, formada por representantes técnicos dos órgãos que compõem a CMA, na apreciação das matérias afetas às metodologias, às normas e aos procedimentos de avaliação de programas, notadamente os programas para avaliação específica. A CTMA já definiu

os programas pilotos que serão avaliados. São eles: Habitação de Interesse Social; Manutenção da Malha Rodoviária Federal; e Segundo Tempo.

Em função da necessidade de uma discussão mais aprofundada quanto ao processo de avaliação, a CTMA criou um subgrupo para discutir a avaliação de programas. Desta forma um novo plano de trabalho foi definido o que atrasou a execução desta atividade.

2.2 Avaliação Ex-ante de Projetos de Grande Vulto

Foi incluída, no escopo do subcomponente, a Avaliação Ex-ante de Projetos de Grande Vulto. A primeira turma do curso de extensão sobre conceitos básicos para elaboração e análise de projetos de grande vulto foi ministrada pela Fundação Getúlio Vargas, com carga horária de 180 horas/aula. Participam do curso 30 técnicos da SPI e outros integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA.

3. SIGPLAN

3.1 Módulo Sociedade

A SPI não dispôs de recursos humanos suficientes para alocar na emissão do Termo de Referência do Módulo Sociedade do SIGPlan, nos prazos pactuados com o Banco Mundial, quando da última reunião de acompanhamento. A emissão do Termo está estimada para a primeira quinzena de março de 2006.

3.2 Georreferenciamento do PPA

O termo de referência do sub-componente Georreferenciamento depende da conclusão da fase 1 (Projeto-piloto e especificação do Núcleo de Georreferenciamento da SPI) e fase 2 (Implantação do Núcleo) do projeto Planejamento Territorial, previsto no Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF. Isto porque é com os sistemas de informação a serem implantados no Núcleo que o SIGPlan se integrará de forma a gerar dados georreferenciados do PPA. O projeto Planejamento Territorial passou por recente reformulação e está em curso a fase 1 acima, junto aos parceiros Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria de Logística e Tecnologia de Informações - SLTI/MP e Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MP. O edital da fase 2 será publicado até 15/12/05 e a conclusão está prevista para final de agosto/2006. O termo de referência do componente Georreferenciamento deve ser desenvolvido e entregue na metade da fase 2, ou seja, **junho/2006**, para início dos trabalhos em outubro/2006.

3.3 Infrasis

O edital para contratação de um analista sênior, um pleno e um júnior, para a implementação de Infrasis, deverá ser republicado uma vez que os currículos enviados não atenderam as especificações do edital.

3.4 Fórum SIGPlan

Desde junho de 2004, o SIGPlan vem apresentando falhas em funcionalidades importantes, tais como Avaliação e Revisão do PPA e Monitoramento dos Programas e Ações. O Fórum, que ocorreria no final de 2004, foi inicialmente adiado para fevereiro de 2005, e depois disso, suspenso até que a operação do SIGPlan volte à normalidade. Convém lembrar que o Fórum serviria exatamente ao propósito de ouvir a comunidade de usuários sobre problemas e sugestões de novas funcionalidades ao SIGPlan. Os problemas básicos atualmente enfrentados obviamente enviesariam as proposições dos Ministérios setoriais. Por isso, a decisão de não promover o Fórum neste momento. A previsão de encaminhamento do termo de referência do 1º Fórum é de Abril/06 e o segundo Fórum está previsto para ser realizado em 2007.

4. Capacitação Gerencial e formação Técnica dos atores do PPA 2004-2007

Foram realizadas três oficinas de mapeamento de competências específicas dos gerentes, Coordenadores de Ação do PPA e Técnicos das Unidades de Avaliação, com carga horária de 26 horas cada. Como também, oficinas de elaboração de Planos gerenciais dos programas do PPA onde foram capacitadas 1.700 pessoas pertencentes às equipes gerenciais dos 210 programas de 25 Ministérios, totalizando 114 oficinas.

A implementação do Plano de Capacitação para gerentes, gerentes executivos, coordenadores de ação e técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação, em técnicas de monitoramento, avaliação e gestão do PPA, atendendo as necessidades de conhecimento, habilidade e atitudes necessárias para o desempenho das respectivas funções, conforme identificado nas oficinas de mapeamento de competências, está ocorrendo gradualmente através da validação de turmas piloto.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

1593 - Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual - PROGER

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DE METAS COLIMADAS

Houve um atraso nas atividades previstas nos subcomponentes Avaliação e SIGPLAN.

No subcomponente avaliação o atraso ocorreu em virtude da Portaria Interministerial nº 10, que instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluem a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. Dessa forma, reiniciou-se a discussão sobre a seleção de programas de forma incorporar a CMA no processo. A Comissão, formada por membros do MP, Ministério da Fazenda, Casa Civil e Ministério do Meio Ambiente, quando for o caso, está prevista no decreto nº 5.233 de 06 de outubro de 2004, como forma de apoiar o Sistema de Avaliação do Governo Federal.

Em função da necessidade de uma discussão mais aprofundada quanto ao processo de avaliação, a CTMA criou um subgrupo para discutir a avaliação de programas. Desta forma um novo plano de trabalho foi definido o que atrasou a execução desta atividade.

O subcomponente SIGPLAN foi comprometido no ano de 2005 em grande medida pelo desvio de recursos humanos para gerenciamento dos problemas com o prestador de serviços em Tecnologia de Informação da Secretaria de Planejamento do MP. Num contexto de baixa qualidade e atraso nas entrega dos produtos solicitados, muitos deles com prazos legais rígidos, a SPI/MP viu-se forçada a manter sua força de trabalho integralmente focada nos produtos básicos da Secretaria, em detrimento das inovações na gestão do PPA, que é o foco do PROGER-PPA. Ao longo de 2005, foram realizadas várias incursões junto à Direção do prestador, com vistas à normalização da rotina e retomada das demais frentes estratégicas de trabalho, incursões estas sem sucesso até o mês de janeiro de 2006.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI/MP- CTMA

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 4855 - ESTUDO PARA ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Ampliar os mecanismos que financiam e permitem maior inserção do setor privado nas áreas de infra-estrutura e desenvolvimento social.

3) INDICADORES E/OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4855 - Estudo para Estabelecimento de Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

A ação não tem indicadores.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: estudo realizado

Unidade de medida: unidade

Meta física: 2

Meta financeira: R\$ 500.000

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

Ação não implementada em vista de priorização/contingenciamento.

4.5 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Obs. Limite programação financeira conforme decreto: R\$ 0

Meta física realizada: 0

Meta financeira realizada: R\$ 0

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4855 - Estudo para Estabelecimento de Estratégias para Financiamento do Desenvolvimento.

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DE METAS COLIMADAS

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações de resultado do próprio programa.

Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

A ação não tem indicadores.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Meta física: não há para este tipo de ação

Meta financeira R\$ 700.000

3) INDICADORES E/OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

2272 - Gestão e Administração do Programa

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Esta ação tem como objetivo organizar os custos administrativos relativos ao Programa. Os parâmetros utilizados para verificação dos resultados alcançados resumiram-se no atendimento realizado em relação ao demandado e processado nos órgãos da SPI.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta financeira alcançada: R\$ 378.283

Obs. Limite programação financeira conforme decreto: R\$ 379.075

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

A avaliação é de que houve resultado positivo na implantação desta ação, que possibilitou com que despesas de caráter administrativo deixassem de ser alocadas nas demais ações do Programa, possibilitando maior visibilidade ao custo realizado de forma direta nas respectivas ações, já que se atendeu, inclusive, determinação dos órgãos fiscalizadores no sentido de terem-se as despesas de apoio gerencial apropriadas em ação específica de caráter operacional.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 4505 - MONITORAMENTO E REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Monitorar a execução física e financeira e as restrições à implementação dos programas, e revisar os programas do Plano Plurianual.

Descrição

Monitoramento da implementação dos programas e da execução de suas ações por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - Sigplan e de contatos periódicos com os setoriais, identificando as restrições à implementação desses programas; revisão dos Programas do Plano Plurianual com base nas informações da avaliação anual do PPA e de outras avaliações específicas realizadas por instituições de pesquisa e órgãos setoriais, incluindo mecanismos de participação da sociedade civil organizada no processo de revisão.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Na implementação da ação monitoramento dos programas do PPA são estabelecidos os indicadores que visam evidenciar o cumprimento da Portaria MP n.º 198/2005, a qual estabelece os procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho das ações do PPA no SIGPlan. Deste modo, compreendendo o **índice de preenchimento da execução física** de localizadores com execução financeira, por órgão, e a **estatística de validação**, que consiste na ciência e no monitoramento pelo gerente de programa das informações registradas pelo coordenador de ação.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: programa monitorado Unidade de medida: unidade
Meta física: 374 Meta financeira: R\$ 1.710.000

3) INDICADORES E/OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4505 - Monitoramento e Revisão do Plano Plurianual

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Com o estabelecimento dos procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho das ações do PPA no SIGPlan, que se deu com a edição e publicação da Portaria MP n.º 198, de 18 de julho de 2005, pode se efetivar um novo marco para a ação de monitoramento dos programas do PPA. Deste modo viabilizando o acompanhamento dos registros de informações por parte dos coordenadores de ação e a validação pelo gerente de programa das informações registradas pelo coordenador de ação.

Deste modo o parâmetro utilizado na análise da ação de monitoramento dos programas do PPA leva em consideração a evolução no índice de preenchimento da execução física dos localizadores com execução financeira, por órgão, como um indicador que demonstra o grau de registro de informações pelos coordenadores de ação, e se caracteriza pela base de dados necessária a gestão do PPA.

Alinhado a este parâmetro tem-se a estatística de validação, que representa a quantidade de ações que os gerentes de programas deram ciência e conseqüentemente acompanharam as informações registradas pelo coordenador de ação, que denota a utilização do módulo monitoramento do SIGPlan como um mecanismo para auxiliar o processo decisório na implementação dos programas.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física realizada: 380 Meta financeira realizada: R\$ 1.008.241

Obs. Limite/programação financeira conforme decreto: R\$ 1.008.241

Obs. A realização das metas físicas superou o previsto porque foram criados novos programas na revisão do PPA 2004-2007.

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

O resultado da execução física para a ação monitoramento dos programas do PPA, na ótica de atingimento da meta, representou uma superação na ordem de 1,60% acima do previsto, contudo não evidenciando um sucesso, pois foi reflexo de adequação dos quantitativos de programas em função do processo de revisão realizado em 2004.

Contudo, pode-se destacar que o exercício de 2005 foi marcado por adoção de estratégias que visam a consolidação do processo de monitoramento dos programas do PPA como mecanismo de auxílio na gestão dos programas, mediante o crescimento da utilização do SIGPlan como instrumento gerencial de informações sobre o desenvolvimento das ações e programas.

Essas estratégias se consubstanciaram pela divulgação junto aos setoriais do painel dinâmico de monitoramento, que apresenta os índices de preenchimento, por órgão, da execução física dos localizadores com execução financeira. Bem como, pela adoção de aviso na página do SIGPlan de “boas práticas” que são mensagens de parabenização aos órgãos que atingem determinados índices de preenchimento da execução física dos localizadores e os percentuais de validação das ações dos programas.

Evolução da % de Preenchimento de Execução Física no SIGPlan

Órgão	Datas de Consultas ao SIGPlan									
	1-jul-05	15-jul-05	19-ago-05	16-set-05	23-out-05	15-nov-05	26-dez-05	16-jan-06	31-jan-06	7-fev-06
									(B)	(D)
Advocacia-Geral da União	91,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Câmara dos Deputados	0,0	41,7	41,7	41,7	41,7	75,0	76,9	92,3	76,9	76,9
Controladoria Geral da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	83,3	83,3	83,3	83,3	83,3
Gabinete da Presidência da República	2,1	2,1	3,8	3,6	7,3	17,5	47,4	62,3	75,0	76,7
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Justiça do Trabalho	16,3	54,4	53,5	52,5	54,7	64,7	63,1	65,6	81,4	94,7
Justiça Eleitoral	8,8	12,0	32,9	39,0	40,7	60,6	96,5	97,7	94,6	94,6
Justiça Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	88,2	92,6	95,7	97,2	94,9	100,0
Justiça Militar da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,2	22,2	22,2	22,2	88,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (*)	0,0	0,0	68,5	68,5	69,2	98,4	98,6	98,6	100,0	100,0
Ministério da Ciência e Tecnologia (*)	1,5	1,9	2,8	70,2	70,5	69,7	56,4	54,3	60,6	93,8
Ministério da Cultura	7,8	12,1	18,2	20,5	21,3	34,4	64,2	86,4	54,0	54,7
Ministério da Defesa	26,4	32,8	51,6	68,6	72,8	86,8	88,6	93,1	95,9	97,1
Ministério da Educação (*)	0,3	1,7	3,3	4,4	4,9	7,0	7,5	10,1	31,5	65,4
Ministério da Fazenda	78,3	79,1	77,9	76,4	80,0	84,8	90,8	94,7	98,7	98,7
Ministério da Integração Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0	21,4	56,7	60,9	64,5	76,6	76,6
Ministério da Justiça	7,3	14,1	22,7	28,7	46,7	49,6	74,4	82,5	85,9	88,1
Ministério da Previdência Social	6,7	7,0	7,0	9,1	9,6	11,4	18,6	21,6	24,0	30,0

Órgão	Datas de Consultas ao SIGPlan									
	1-jul-05	15-jul-05	19-ago-05	16-set-05	23-out-05	15-nov-05	26-dez-05	16-jan-06	31-jan-06	7-fev-06
									(B)	(D)
Ministério da Saúde (*)	0,5	0,5	0,5	69,1	68,6	71,5	64,9	64,7	21,7	21,7
Ministério das Cidades	0,0	0,0	7,4	17,1	17,1	41,0	55,4	63,9	79,3	79,5
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52,9	68,4	78,9	89,5
Ministério das Relações Exteriores	7,7	10,3	23,1	20,9	22,7	70,5	75,0	73,3	76,7	79,1
Ministério de Minas e Energia	17,0	28,3	35,8	38,3	54,3	74,1	76,1	80,7	87,8	84,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	2,6	2,4	23,8	40,0	78,6	84,6	85,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0,4	0,4	0,8	0,8	3,2	37,3	47,8	72,6	42,7	43,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	9,6	18,9	29,1	29,3	30,0	62,3	87,7	88,1	91,1	97,0
Ministério do Esporte	0,0	0,0	0,0	9,7	57,9	94,7	89,4	96,2	98,5	98,5
Ministério do Meio Ambiente	0,9	1,8	8,1	16,7	33,3	65,2	70,1	78,1	66,3	67,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	6,2	7,8	35,3	48,6	75,3	87,5	74,2	65,5	38,0	95,8
Ministério do Trabalho e Emprego	28,3	34,0	58,2	63,2	71,7	86,2	90,0	96,8	61,0	62,0
Ministério do Turismo	17,2	14,0	32,7	35,7	36,4	36,5	42,4	44,7	94,4	96,4
Ministério dos Transportes	4,6	10,5	14,6	24,0	27,1	27,9	48,6	54,1	58,4	57,6
Ministério Público da União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Secretaria Esp. de Aquicultura e Pesca	0,0	0,0	0,0	3,0	13,9	19,4	48,7	58,5	88,7	92,5
Secretaria Esp. Políticas de Promoção da Igualdade Racial (*)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	35,7	62,5	61,1	88,9
Secretaria Esp. de Políticas para as Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	81,2	100,0	95,0	95,0
Secretaria Esp. dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	22,7	22,7	26,1	25,0	93,1	100,0	100,0
Senado Federal	0,0	0,0	0,0	78,6	86,7	86,7	93,3	100,0	100,0	100,0
Superior Tribunal de Justiça	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	100,0	100,0	100,0
Supremo Tribunal Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,9
Tribunal de Contas da União	0,0	0,0	0,0	28,6	100,0	100,0	100,0	100,0	88,9	88,9
Total	8,2	12,1	18,1	31,4	36,9	48,0	53,8	59,3	59,9	66,8

Observações: (*) Órgãos com envio de dados mediante Sistemas de Gestão Setorial do PPA (InfraSIGs)

Consulta Estatística de Validação dos Órgãos do Poder Executivo

Órgão	Quantidade de Programas	3º Trimestre		4º Trimestre	
		Validados (%)	Não Validados (%)	Validados (%)	Não Validados (%)
20114 Advocacia-Geral da União	1	0	100	100	0
20125 Controladoria-Geral da União	2	50	50	50	50
20101 Gabinete da Presidência da República	11	27,27	72,73	36,36	63,64
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (*)	24	0	100	0	100
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (*)	13	0	100	0	100

Órgão	Quantidade de Programas	3º Trimestre		4º Trimestre	
		Validados (%)	Não Validados (%)	Validados (%)	Não Validados (%)
42000 Ministério da Cultura	10	90	10	80	20
52000 Ministério da Defesa	27	66,67	33,33	25,93	74,07
26000 Ministério da Educação (**)	12	0	100	0	100
25000 Ministério da Fazenda	18	61,11	38,89	27,78	72,22
53000 Ministério da Integração Nacional	14	21,43	78,57	7,14	92,86
30000 Ministério da Justiça	17	52,94	47,06	29,41	70,59
33000 Ministério da Previdência Social	9	11,11	88,89	22,22	77,78
36000 Ministério da Saúde (*)	26	0	100	3,85	96,15
56000 Ministério das Cidades	14	14,29	85,71	21,43	78,57
41000 Ministério das Comunicações	6	0	100	100	0
35000 Ministério das Relações Exteriores	10	60	40	30	70
32000 Ministério de Minas e Energia	26	30,77	69,23	0	100
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	9	11,11	88,89	22,22	77,78
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	10	0	100	0	100
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	13	53,85	46,15	38,46	61,54
51000 Ministério do Esporte	6	83,33	16,67	16,67	83,33
44000 Ministério do Meio Ambiente	27	44,44	55,56	18,52	81,48
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	14	35,71	64,29	14,29	85,71
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	10	100	0	30	70
54000 Ministério do Turismo	3	0	100	0	100
39000 Ministério dos Transportes	19	31,58	68,42	21,05	78,95
20124 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	3	0	100	0	100
20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (*)	2	0	100	0	100
20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	3	100	0	100	0
20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos	9	66,67	33,33	88,89	11,11

Fonte: Consulta ao SIGPlan em 26Jan2006-21:30horas

Observações: (*) Órgãos com envio de dados mediante Sistemas de Gestão Setorial do PPA (InfraSIGs); (**) Órgão em processo de homologação do Sistema de Gestão Setorial do PPA (InfraSIG).

No que diz respeito a revisão do Plano Plurianual, do ponto de vista substantivo, dentre os 380 programas constantes da Lei do PPA, o projeto de Lei de revisão propôs a exclusão de 38 programas e a inclusão de 6 novos programas. A maior parte destas alterações no conjunto de programas deveu-se à reorganização gerencial das ações de governo conforme justificativas constantes da Exposição de Motivos que encaminhou o Projeto de Lei de Revisão do PPA 2004-2007.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4505 - Monitoramento e Revisão do Plano Plurianual

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

A estrutura organizacional da SPI no que diz respeito às atividades de monitoramento vem passando por uma reorientação estratégica, que tem por finalidade a consolidação do processo de monitoramento junto às atividades desenvolvidas pelos analistas setoriais.

Neste sentido pode-se informar que as disfunções que prejudicaram o alcance dos objetivos da ação têm caráter situacional, uma vez que se trata de uma etapa na concepção da implementação do monitoramento dos programas do PPA, envolvendo o desenho e modelagem do processo associado as demais atividades inerentes ao planejamento governamental.

O prejuízo referido é associado à capacidade, em termos de quantitativos recursos humanos e qualitativos de recursos tecnológicos, para a viabilização de desenvolvimento de funcionalidades do SIGPlan que repercutem na necessidade de incorporação de novos procedimentos e tarefas aos analistas setoriais, com vistas à atuação como monitores.

A prestação dos serviços de informática por parte do Serpro se constituiu em fator prejudicial no que respeita a confiabilidade das informações constantes do Projeto de Lei de revisão do PPA 2004-2007.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

A SPI vem implementando, no conjunto do projeto de monitoramento, ações que tem a finalidade de suprir as carências quantitativas, mediante a melhoria na utilização do SIGPlan pelos agentes envolvidos na gestão do PPA, assim pode-se destacar as seguintes medidas que estão em desenvolvimento:

- Integração entre os sistemas informacionais estruturantes do governo federal (SIAFI / SIDOR / SIORG / SIAPE / SIGPlan);
- Disseminação do modelo de gestão do PPA, com ênfase nos aspectos operacionais, os quais vem sendo estimulados que os órgãos detenham um sistema de gestão setorial do PPA (InfraSIG), com flexibilidade e adequado as especificidades da política pública sob sua responsabilidade;
- Redação e atualização de manuais operacionais das funcionalidades do SIGPlan relativas ao módulo monitoramento; e
- Estudos prospectivos para a criação e implantação do módulo sociedade, que visa a disponibilização de informações, devidamente tratadas e com linguagem adequada, para todos os cidadãos.

Simplificação dos processos que demandem apoio de informática do SERPRO. (ex. captação das propostas de revisão qualitativa em Word, por fora do sistema).

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

Departamento de Planejamento de Programas Econômicos e Especiais e Departamento de Planejamento.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 4254 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Manter um sistema informatizado para o monitoramento do Plano Plurianual.

Beneficiários: por tratar-se de ação-meio, constituinte de um programa de gestão, os principais beneficiários do SIGPlan são: na esfera estratégica, a alta administração federal, para quem as informações de acompanhamento do PPA servem como subsídio para tomada de decisão sobre alocação estratégica de recursos, de forma a maximizar os resultados para a sociedade brasileira; na esfera tático-operacional, os participantes dos arranjos gerenciais dos programas de governo, ou seja, gerentes, gerentes-executivos, coordenadores de ação, membros das Unidades de Monitoramento e Avaliação dos órgãos setoriais, técnicos dos órgãos centrais de planejamento e orçamento federal, dentre outros, para quem o SIGPlan é ferramenta de apoio, meio de comunicação e integrador da rede de atores responsáveis pela execução das ações de governo.

Descrição

Manutenção e atualização do modelo conceitual e da arquitetura de bases de dados e sistemas para elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Quanto à ação de manutenção do SIGPlan, também não consta, atualmente, nenhum indicador de desempenho. Entre janeiro e outubro de 2005, a manutenção do sistema foi 100% executada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, tendo como base o Contrato Administrativo nº 005/2004. O objeto do contrato era o serviço de transferência dos serviços de Tecnologia de Informação para o SERPRO, item único nos processos de medição mensal dos serviços. Ao longo do ano, dezenas de solicitações de manutenção do sistema foram abertas pela SPI para o SERPRO, mas o produto da ação no PPA/na LOA2005 – “sistema mantido” –, não é apropriado para contabilização das mesmas, em termos de desempenho da ação.

Sendo do tipo atividade contínua, a ação mediu-se pela constatação de atividade de manutenção realizada durante o exercício, resultando em “um sistema mantido”.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: sistema implantado Unidade de medida: unidade
Meta física: 1 Meta financeira: R\$ 820.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 OS INDICADORES DE GESTÃO ESTÃO RELACIONADOS NA PARTE I DO RELATÓRIO. NO CASO ESPECÍFICO DA AÇÃO DE MANUTENÇÃO DO SIGPLAN CABE A DESCRIÇÃO DE UM CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS ABAIXO

3.2 DESCRIÇÃO (O QUE SE PRETENDE MEDIR) E O TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Fundamentalmente são executadas, por meio da ação, manutenções corretivas e evolutivas bem como desenvolvimento de novas funcionalidades, via de regra, incorporadas ao sistema SIGPlan. Prazo de entrega e qualidade dos produtos das manutenções e de novos desenvolvimentos são parâmetros discutidos no mínimo semanalmente com o prestador de serviços. Destes, apenas o prazo foi inserido no novo contrato com o SERPRO como indicador de nível de serviço. O contrato iniciou-se em 1º de novembro de 2005, mas até 21 de fevereiro de 2006, a SPI ainda não havia recebido relatórios de prestação de serviços, contendo informações sobre tal parâmetro.

Outro parâmetro importante é o nível de satisfação dos usuários finais com o uso do SIGPlan. Desde 2004, a SPI pretende realizar o Fórum dos Usuários do SIGPlan, que entre outras finalidades, será um *locus* importante para aferir este nível de satisfação. Como o evento ainda não foi viabilizado, a SPI tem captado a opinião de grupos de usuários do Sistema em outros eventos de menor abrangência que o Fórum, porém significativos já que relacionados a processos específicos do ciclo de gestão do PPA.

Em termos de eficácia, aqui entendida como a tempestividade e a precisão dos produtos desenvolvidos pelo SERPRO, é indispensável a implantação de uma sistemática de gestão de demandas junto ao prestador. O Ministério do Planejamento aguarda a disponibilização, pelo SERPRO, do sistema *Solicita-Web* de acompanhamento de demandas desde setembro de 2004.

Em termos de eficiência, aqui entendida como o justo valor pago ao SERPRO pela manutenção do SIGPlan, há que se realizar um acompanhamento periódico dos valores gastos no contrato, considerando o custo do Ponto por Função (métrica de desenvolvimento de sistemas) e sua comparação com os níveis praticados no mercado. Além dele, cabe também o acompanhamento periódico do custo fixo mensal do serviço de manutenção em relação ao quantitativo de pessoal alocado para a tarefa.

Em termos de efetividade, entendida aqui como a percepção dos usuários do SIGPlan quanto à real utilidade do sistema como ferramenta de auxílio ao gerenciamento dos programas e ações do PPA, a melhor métrica seria fornecida por pesquisas de satisfação, um dos objetivos do Fórum de Usuários do SIGPlan.

Observação: nenhum dos indicadores propostos acima se encontra implementado. Trata-se de proposições para melhorias futuras no processo.

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO/MEDIÇÃO

Eficácia:

- tempestividade: quantidade de demandas atendidas no prazo negociado dividido pelo total de demandas apresentadas pela SPI.
- qualidade dos produtos: quantidade de erros reportados pela SPI em funcionalidades novas dividido pela quantidade de casos de uso novos, implementados nestas funcionalidades.
- Eficiência:
- custo do ponto por função SERPRO dividido pelo custo do ponto por função no mercado.
- Efetividade:
- nível de satisfação do usuário em relação à utilidade das funcionalidades do SIGPlan.

Observação: nenhum dos indicadores propostos acima se encontra implementado. Trata-se de proposições para melhorias futuras no processo.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4254 – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

A não ser pelo produto da ação na LOA 2005 (“sistema mantido”), não foi utilizado nenhum indicador ou parâmetro formal para análise dos resultados da atividade de manutenção do SIGPlan.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 1

Meta financeira alcançada: R\$ 819.999

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4254 – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

Foram identificadas e reportadas disfunções nas seguintes áreas: (1) interlocução técnica SERPRO-SPI; (2) volume de alocação de equipe técnica; (3) controle de qualidade dos produtos entregues; (4) controle de versões de programas-fonte mantidos; (5) sistema eletrônico de gestão de demandas; (6) gerenciamento de prazos; e (7) intervenções controladas na base de dados.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

A SPI realizou incursões junto à Diretoria do SERPRO durante o primeiro bimestre de 2005, relacionando as demandas cujo atendimento era mais urgente (ex.: relatório BGU 2004). Foi montado um grupo de trabalho para solução dos problemas.

DEST, SOF e SPI encaminharam Informe Conjunto nº 001/2005, em 31/03/2005, para os Secretários-Adjuntos das três unidades, relacionando os problemas comuns às unidades, observados ao longo de 2004. Em anexo ao informe, seguiram listagens específicas por unidade. Os documentos foram posteriormente encaminhados à SPOA/MP, para as providências cabíveis, a partir da atuação de um novo grupo de trabalho.

Em março de 2005, iniciaram também as discussões para a elaboração de um novo contrato de serviços de Tecnologia de Informação que atendesse a todas as unidades do MP. As unidades, entre elas a SPI, elaboraram Projetos Básicos que redundariam numa proposta técnica única, submetida à apreciação da SPOA/MP pelo SERPRO. Esta proposta foi apresentada às unidades em setembro/outubro de 2005. Tal proposta apresentou algumas modificações importantes em relação ao Contrato Administrativo nº 005/2004, como por exemplo a divisão dos serviços de manutenção, de desenvolvimento de novas funcionalidades, de produção e de assessoria técnica em itens diferenciados, inclusive em preço, no contrato principal. Esta providência ia ao encontro de recomendação da Controladoria-Geral da União, no sentido de dar transparência aos pagamentos, na medida que atribuía preços unitários aos serviços contratados e não os remunerava em duodécimos, conforme o contrato anterior.

O processo de Revisão 2005 do PPA e elaboração do Orçamento 2006 (maio a agosto de 2005) foi estreitamente acompanhado pela Secretaria-Executiva Adjunta do MP, a partir do relato das mesmas três unidades acima relacionadas quanto à possibilidade de não entrega dos respectivos Projetos de Lei, previstos na Constituição Federal e em Leis específicas. Por esta época, e baseado em experiência anterior da SPI, foi criada uma “sala de situação” no SERPRO, para onde analistas e coordenadores da SPI se deslocaram para garantir que os produtos fossem gerados dentro dos prazos legais.

SPI e SERPRO instituíram reuniões periódicas (sempre que possível, semanais) para acompanhamento das demandas. Era freqüentemente solicitada pela SPI a participação da equipe de desenvolvimento/manutenção nas discussões, de modo a minimizar ruídos nas definições de procedimentos e regras de negócio, quando repassados da equipe de atendimento para os analistas e programadores.

A SPI foi tutora em pelo menos um evento de capacitação sobre o processo de planejamento federal a toda a equipe técnica dos sistemas SIGPlan, SIDOR e SIEST. O objetivo foi de melhorar o entendimento conceitual, com conseqüências diretas para a qualidade dos produtos.

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI – Gerência de Tecnologia da Informação e CGLOG/SPOA/SE/MP.

2) OBJETIVOS | METAS | FINALÍSTICAS | DESCRIÇÃO

2.1 AÇÃO: 4833 – PLANEJAMENTO TERRITORIAL

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Elaborar, implantar e gerir o processo de Planejamento territorial de forma integrada com Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio de “Contrato Regional de Parceria”.

Descrição

Realização de estudos, elaboração de contratos de parceria com estados e municípios, realização de eventos, divulgação de informações e acompanhamento das regiões de programação.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Não de aplica.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: Estudo realizado

Unidade de medida: unidade

Meta física: 10

Meta financeira: R\$ 1.220.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4833 – Planejamento Territorial

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 2

Meta financeira alcançada: R\$ 290.991

Obs. Limite/programação financeira conforme decreto: R\$ 305.756

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

Com objetivo de construir as bases para elaboração do PPA para o período de 2008-2011 incorporando a dimensão territorial no planejamento territorial, está sendo estruturado um estudo de Planejamento Territorial.

As dificuldades encontradas estão relacionadas à complexidade do arranjo institucional do estudo, que pretende envolver ministérios setoriais e governos estaduais. O Ano de 2005 foi decisivo para elaboração do termo de referência, base para a contratação e envolvimento dos atores governamentais, como os órgãos setoriais e secretarias estaduais de planejamento.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

4833 – Planejamento Territorial

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

A dificuldade que se impõe ao construir uma agenda de trabalho que envolve pelo menos 12 ministérios, além dos governos estaduais.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Elaboração de um processo de sensibilização, que envolve os atores governamentais na elaboração do estudo.

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI / MP

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 PROGRAMA: 1333 – AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Ação: 6477 - Avaliação de Satisfação do Público-Alvo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Estimular os responsáveis pela implementação dos programas finalísticos a avaliarem a satisfação do usuário, considerando que o modelo de planejamento proposto é orientado para resultados na sociedade; estimular, igualmente, o aproveitamento de iniciativas de pesquisa de satisfação de usuários realizadas por entidades cujos resultados possam suscitar melhorias de desempenho dos programas finalísticos do Governo.

Descrição

Promoção de pesquisas destinadas a mensurar o grau de satisfação dos beneficiários de programas finalísticos do Plano Plurianual 2004-2007 com a atuação governamental.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Não se aplica.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: pesquisa realizada

Unidade de medida: unidade

Meta física: 1

Meta financeira: R\$ 270.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6477 - Avaliação de Satisfação do Público-Alvo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 0

Meta financeira alcançada: 0

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

A ação não foi implementada. Foi proposta a exclusão por se entender que a satisfação do público-alvo é apurada no âmbito dos programas finalísticos em cada ministério. A visão sistêmica sobre a satisfação dos beneficiários dos programas em relação aos programas finalísticos é captada anualmente por meio de pergunta específica constante do roteiro de avaliação que compõe o manual de avaliação do PPA.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6477 - Avaliação de Satisfação do Público-Alvo de Programas Finalísticos do Plano Plurianual

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 6482 - AVALIAÇÃO DOS PACTOS DE CONCERTAÇÃO ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Avaliar os pactos de concertação compromissados entre União, Estados e Municípios.

Descrição

Avaliação e promoção do aperfeiçoamento dos instrumentos de compromissos formais firmados entre os entes federativos, com a participação da sociedade, que estabelece

atribuições e responsabilidades das partes com vistas à execução do Plano Plurianual e de seus Programas, com ênfase na multissetorialidade das intervenções e no planejamento com foco no desenvolvimento territorial.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: Contrato de desenvolvimento avaliado
Meta física: 27

Unidade de Medida: unidade
Meta financeira: R\$ 405.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6482 - Avaliação dos Pactos de Concertação entre União, Estados e Municípios.

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 2 Meta financeira alcançada: R\$ 38.914
Obs. Limite programação financeira conforme decreto: R\$ 39.068

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

A fase atual é a de implementação dos dois pilotos.

A grande restrição encontrada está relacionada à dificuldade de coordenação das ações governamentais.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6482 - Avaliação dos Pactos de Concertação entre União, Estados e Municípios.

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

Ausência da dimensão territorial no PPA. Para implementar os pactos de concertação se pressupõe uma base de planejamento territorial.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Construção das bases para elaboração do PPA para o período de 2008-2011, incorporando a dimensão territorial no planejamento territorial está sendo estruturado um estudo de Planejamento Territorial.

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SPI / MP

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 AÇÃO: 6476 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Avaliar os programas do Plano Plurianual - PPA, apresentando como produto final o Relatório Anual de Avaliação do PPA, encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de setembro de cada ano, e demais relatórios demandados.

Descrição

Auto-avaliação gerencial de todos os programas do PPA quanto aos resultados, à concepção e à implementação do plano, assim como avaliações específicas de programas selecionados, com a criação do sistema de avaliação do governo.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

Foi utilizado o indicador n. 2 já descrito na pg. 3 parte I do Relatório. Avaliação de Programas do Plano Plurianual. Com resultado da medição atingindo 100%.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: programa avaliado
Meta física: 374

Unidade de Medida: unidade
Meta financeira: R\$ 1.305.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório. Ver indicador n. 2.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6476 - Avaliação dos Programas do Plano Plurianual

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 374 Meta financeira alcançada: R\$ 14.369
Obs.Limite programação financeira conforme decreto: R\$ 19.369

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

As atividades inerentes à avaliação específica de programas previstas na ação, conforme descrição no item 2.2, foram realizadas parcialmente. Houve um longo processo de discussão no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação para definir os critérios de seleção dos programas a serem avaliados, que permitiram a hierarquização dos programas do PPA em função da pontuação obtida com a aplicação de tais critérios. Além disso, discutiu-se a forma de realização das avaliações, incluindo o debate sobre a necessidade/oportunidade de contratação de instituições especializadas em avaliação de programas. Tal encaminhamento levou a postergação da realização das avaliações específicas para o ano de 2006.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6476 - Avaliação dos Programas do Plano Plurianual

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

Departamento de Planejamento / SPI

2) OBJETIVOS / METAS / FINALÍSTICAS / DESCRIÇÃO

2.1 AÇÃO: 6478 - CAPACITAÇÃO DE EQUIPES DO GOVERNO FEDERAL, DOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM AVALIAÇÃO

2.2 FINALIDADE E DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Finalidade

Capacitar as equipes dos governos federal, dos estaduais e dos municipais em elaboração e implementação de técnicas de monitoramento e avaliação.

Descrição

A capacitação será realizada para as equipes responsáveis pela implementação dos programas para elaborarem os planos de avaliação, obrigatórios para todos os programas finalísticos. Visa também a capacitar as equipes gerenciais e outros atores envolvidos, para o processo de avaliação.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA AÇÃO

A ação não foi implementada.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O ANO DE 2005

Produto: pessoa capacitada

Unidade de Medida: unidade

Meta física: 200

Meta financeira: R\$ 90.000

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Os indicadores de gestão estão relacionados na parte I do Relatório.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

6478 - Capacitação de Equipes do Governo Federal, dos Estaduais e Municipais em Avaliação

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Meta física alcançada: 0 Meta financeira alcançada: 0

Obs. Limite de programação financeira conforme decreto: 0

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

Foi proposta a exclusão da ação. A capacitação de equipes municipais e estaduais não se mostra oportuna tendo em vista o número de técnicos da SPI para elaborar metodologia e coordenar um processo de capacitação que atenda às especificidades das unidades da Federação. Além disso, vários Estados já iniciaram procedimentos para a implantação de sistemáticas de avaliação para atender as suas necessidades.

5) MEDIDAS ADOTADAS E/OU A ADOTAR PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO

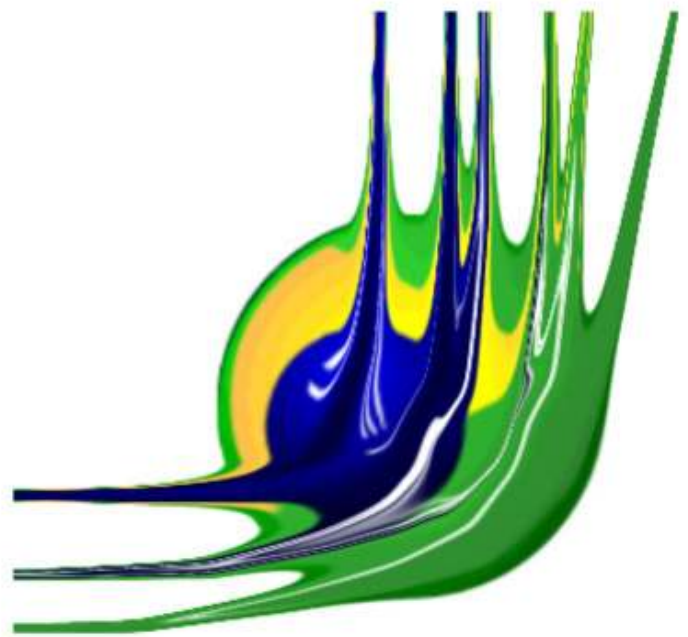
6478 - Capacitação de Equipes do Governo Federal, dos Estaduais e Municipais em Avaliação

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

5.4 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS

SOF



***Secretaria de
Orçamento Federal***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Secretaria de Orçamento Federal – SOF

1.2 Número do CNPJ: 0048.9828/0008-21

1.3 Natureza Jurídica: Órgão específico singular

1.4 Vinculação Ministerial: Órgão subordinado diretamente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.5 Endereço: SEPN 516, bloco D, lote 8, Brasília – DF, CEP 70.770-524

1.6 Endereço na Internet:

<http://www.planejamento.gov.br/orcamento/index.htm>

1.7 Órgão: 20113 Unidade Gestora: 201009 Gestão: 00001

1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade: A área de orçamento foi criada, no âmbito do Ministério do Planejamento, no ano de 1967, por meio do Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967 e o último instrumento legal que estabeleceu as finalidades da Unidade foi o Decreto nº 5.347, de 19 de janeiro de 2005, quais sejam:

- I. coordenar, consolidar e supervisionar, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária da União compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- II. preparar os projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de orçamento da União;
- III. estabelecer as normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais;
- IV. propor medidas para o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e de Orçamento da Administração Pública Federal;
- V. proceder, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, ao acompanhamento gerencial, físico e financeiro da execução orçamentária;
- VI. realizar estudos e pesquisas relacionados ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal;

- VII. orientar, coordenar e supervisionar tecnicamente os órgãos setoriais de orçamento;
- VIII. estabelecer, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, a classificação funcional, institucional, da receita e da despesa; e
- IX. planejar e coordenar as atividades relativas à tecnologia de informações orçamentárias.

1.9 Norma que Estabeleceu a Estrutura Orgânica da Unidade: A norma que estabeleceu a estrutura da Secretaria de Orçamento Federal foi o Decreto nº 5.347, de 19 de janeiro de 2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno da Unidade: Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E AÇÕES

No desenvolvimento de suas competências a SOF conta com o Programa Governamental “Gestão dos Orçamentos da União” e com as ações “4090 – Coordenação do Processo Orçamentário”, “4557 - Sistema Integrado de Dados Orçamentários”, “0347 – Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP”, “5918 – Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais”, “105N – Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União” e “4759 – Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária”.

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES

Programa: Gestão dos Orçamentos da União (0795)

Justificativa: A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo Governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A gestão integrada do plano e do orçamento incorpora a priorização das atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento.

Objetivo: Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União.

Público alvo: Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Estratégia de implementação: Voltada para uma forte sinergia entre as áreas de planejamento, orçamento e gestão, a estratégia de execução apoiar-se-á em eventos conjuntos dessas áreas, relacionados à elaboração da LDO, à avaliação do PPA,

mobilização e capacitação permanente de gerentes de programas e divulgação de resultados à sociedade, visando total transparência às ações de governo.

Ações:

- **Coordenação do Processo Orçamentário (4090)**

Finalidade: Propiciar condições para alocação mais eficiente e eficaz dos recursos públicos de forma a tornar mais efetivo o impacto das políticas na sociedade.

Descrição: Orientação, coordenação e supervisão, do ponto de vista técnico, dos órgãos setoriais de orçamento; preparação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária da União; estabelecimento de normas necessárias à elaboração e à implementação dos orçamentos federais; contribuições para o aperfeiçoamento dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento da Administração Pública Federal; participação dos servidores em fóruns, congressos, programas de capacitação, cursos, bem como a realização de estudos, pesquisas, seminários e palestras concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal; procedimentos, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos, de acompanhamento gerencial, físico e financeiro da execução orçamentária.

- **Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR (4557)**

Finalidade: Prover aos usuários do Sistema Orçamentário Federal, produtos e ferramentas baseados na utilização da tecnologia de informação adequada às necessidades dos agentes do sistema, favorecendo as decisões de elaboração e execução dos orçamentos, bem como produzir informações para diversas esferas de governo e toda a sociedade.

Descrição: Aquisição, manutenção e adequação de equipamentos, serviços e outros produtos de tecnologia de informações para o desenvolvimento, implantação e manutenção do sistema informatizado do Orçamento Público Federal.

- **Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP (0347)**

Finalidade: Contribuir para a geração de conhecimento e o intercâmbio de informação com a Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP, mediante a elaboração de políticas e de atos normativos voltados para a formação técnica orçamentária, bem como disseminar esse conhecimento para toda a Administração Pública.

Descrição: Atualização e discussão de assuntos referentes a área de orçamento público através da participação em eventos programados pela Entidade e da divulgação de suas atividades.

- **Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais (5918)**

Finalidade: Dotar a União de um banco de projetos para a captação de demandas regionais, estaduais e municipais, de forma a subsidiar a definição de políticas públicas integradas voltadas ao desenvolvimento local.

Descrição: Desenvolvimento de um sistema para captação de informações junto aos Estados e Municípios, envolvendo estudos, aquisições de equipamentos, contratação de serviços de terceiros e promoção de intercâmbio junto aos entes envolvidos.

- **Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União (105N)**

Finalidade: Incentivar a participação da sociedade, inclusive suas representações, na elaboração, execução e acompanhamento orçamentário, bem como promover divulgação periódica dos principais itens de execução e projeção das despesas e de realização e estimativas de receitas.

Descrição: Realização de estudos voltados ao desenvolvimento de metodologias de participação e acompanhamento social, promoção de eventos, divulgação de material, difusão de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços.

- **Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária (4759)**

Finalidade: Dotar os agentes envolvidos na formulação de políticas públicas, nas diversas esferas de governo, de capacidade técnica nas áreas de orçamento e finanças.

Descrição: Promoção do intercâmbio técnico com Estados e Municípios em gestão orçamentária e finanças públicas visando, inclusive, a troca de tecnologias; promoção de eventos, publicação e divulgação de material e difusão de informações.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS NO PROGRAMA E AÇÕES

Programa do Tipo "Gestão de Políticas Públicas", não possui indicadores.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA

4090 - Coordenação do Processo Orçamentário

Total da Ação		Orçamento Anual	
LOA: 4.802.250			
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico	Orçamento Elaborado	Unidade	1,000
Financeiro			4.702.250

4557 - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR

Total da Ação		Lei + Créditos	
LOA: 12.725.000		20.755.000	
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico	Sistema mantido	Unidade	1,000
Financeiro			20.755.000

0347 - Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Total da Ação		Orçamento Anual	
LOA: 400.000			
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico			0,000
Financeiro			400.000

5918 - Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais

Total da Ação		Orçamento Anual	
LOA: 1.400.000			
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico	Sistema desenvolvido	% de execução física	33,000
Financeiro			300.000

105N - Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União

Total da Ação		Orçamento Anual	
LOA: 300.000			
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico	Metodologia estruturada	% de execução física	50,000
Financeiro			270.000

4759 - Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária

Total da Ação		Orçamento Anual	
LOA: 400.000			
	Produto	Unidade de Medida	Previsto Atual
Físico	Evento realizado	Unidade	5,000
Financeiro			400.000

3) IDENTIFICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

Não se aplica.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES

No desenvolvimento de suas competências a SOF conta com o Programa Governamental “Gestão dos Orçamentos da União” e com as ações “4090 – Coordenação do Processo Orçamentário”, “4557 - Sistema Integrado de Dados Orçamentários”, “0347 – Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP”, “5918 – Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais”, “105N – Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União” e “4759 – Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária”.

4.2 INDICADORES

Não se aplica.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS

4090 - Coordenação do Processo Orçamentário

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 4.802.250		LOA + Créditos: 4.702.250		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico	Orçamento Elaborado	Unidade	1,000	100,00
Financeiro			305.287	6,49

4557 - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 12.725.000		LOA + Créditos: 20.755.000		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico	Sistema mantido	Unidade	1,000	100,00
Financeiro			19.172.316	92,37

0347 - Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 400.000		LOA + Créditos: 400.000		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico			0,000	0,00
Financeiro			400.000	100,00

5918 - Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 1.400.000		LOA + Créditos: 300.000		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico	Sistema desenvolvido	% de execução física	0,000	0,00
Financeiro			0	0,00

105N - Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 300.000		LOA + Créditos: 270.000		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico	Metodologia estruturada	% de execução física	0,000	0,00
Financeiro			0	0,00

4759 - Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária

Total da Ação		Orçamento Anual		
LOA: 400.000		LOA + Créditos: 0		
	Produto	Unidade de Medida	Realizado	%
Físico	Evento realizado	Unidade	0,000	0,00
Financeiro			0	0,00

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO

- **Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 e análise da LDO aprovada pelo Congresso Nacional**

Pelo terceiro ano consecutivo o processo de elaboração da proposta de LDO, desenvolvido no período de dois meses, contou com a participação dos diversos agentes técnicos e órgãos executores com vistas a consolidar e compatibilizar uma proposta de LDO que incorporasse as diversas posições e interesses. Foram constituídos grupos técnicos (Secretarias: do Tesouro Nacional, de Política Econômica, Federal de Controle, de Gestão, de Logística e Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos, de Planejamento e Investimentos Estratégicos; além da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e representantes da Casa Civil da Presidência da República) e setoriais (representadas pelas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA's e pelas diretorias de áreas de programas da SOF) os quais foram responsáveis pela análise de propostas de modificações no texto da LDO, oriundas dos Ministérios.

- **Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para 2005**

Iniciado no mês de março o cronograma de atividades necessárias à consecução do processo de elaboração do PLO inseriu a revisão da estrutura programática para 2006 em consonância com o Plano Plurianual - PPA 2004-2007, e envolvendo a integração das equipes técnicas da SOF e da SPI, por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN, que serviu como base qualitativa para as propostas setoriais dos Ministérios.

Foram realizados estudos e análises da execução orçamentária de 2004, com vistas a propiciar a constituição de uma base de conhecimento da despesa realizada e das realizações e construídos cenários de projeção para fins de definição dos limites a serem disponibilizados para elaboração das despesas pelos órgãos setoriais.

Sob o ponto de vista das projeções de receitas, foram revistos todos os modelos de projeções das receitas diretamente arrecadadas, mediante o envolvimento das unidades responsáveis pela arrecadação, com o intuito de atribuir maior responsabilidade a estes agentes sobre as projeções realizadas.

Após a divulgação dos limites orçamentários os órgãos setoriais procederam ao envio de suas propostas, foi realizada a compatibilidade face aos dispositivos que regem a elaboração orçamentária e a consolidação, resultando na proposta orçamentária da União, com a elaboração da mensagem presidencial e formalização do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2005.

No decorrer de agosto e setembro foi empreendido o processo de levantamento das informações complementares ao PLO 2006, que compreendem um conjunto de mais de 40 itens, demandando a formulação de diversos bancos de dados que foram disponibilizados aos Ministérios responsáveis pela prestação das informações e relatórios gerados pelas áreas técnicas da SOF.

- **Elaboração do Manual Técnico de Orçamento – MTO 02/2005**

Com o objetivo de instruir a elaboração da proposta orçamentária foi elaborado e disponibilizado em parte, por meio eletrônico, o Manual Técnico de Orçamento – MTO 02/2005, contendo as atualizações referentes: às classificações e aos conceitos, à operação e entrada de dados no Sistema de Dados Orçamentários – SIDOR.

- **Revisão do Cadastro de Ações 2006**

Como produto do processo de revisão da estrutura programática, que envolveu a coordenação conjunta de técnicos da SPI e da SOF, o cadastro de ações que contempla informações sobre a finalidade, forma de implementação, etapas (no caso dos projetos), entre outras, relevantes para o processo de planejamento, orçamento e controle, foi revisado pelos órgãos setoriais e serviu de base para a elaboração das suas propostas orçamentárias e para a revisão do PPA. Sua publicação na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do que dispõe a LDO, se dá até sessenta dias após a publicação da LOA.

- **Capacitação de Recursos Humanos do Sistema Orçamentário Federal**

A SOF participou de forma ativa da II Semana de Administração Orçamentária e Financeira e Modalidade de Compras do Governo Federal. Evento que foi realizado pela segunda vez, em cada região da federação, voltado a servidores públicos federais atuantes nessas áreas.

Essa oportunidade permitiu que fosse levado aos servidores que exercem suas atividades em órgãos seccionais conhecimento sobre as diretrizes e processos empreendidos pelo Governo, através de palestras e workshops apresentados por servidores da SOF e de outros órgãos centrais.

- **Relatórios de avaliações bimestrais das receitas e despesas**

Foram elaborados cinco relatórios de avaliação bimestral de receitas e despesas, em conjunto a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, com vistas ao

cumprimento da meta fiscal prevista na LDO, e para atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

As avaliações realizadas resultaram no estabelecimento de Decretos voltados à reprogramação do orçamento, mediante a disponibilidade parcial de recursos de forma a adequar ao fluxo de recursos previstos os compromissos e pagamentos referentes às despesas discricionárias.

- **Monitoramento da execução orçamentária e análise das propostas de alteração orçamentária**

Na fase de execução orçamentária, faz-se necessário o monitoramento da execução dos órgãos de forma a corrigir eventuais desvios, que originam as solicitações de ajustes orçamentários por parte dos Órgãos Setoriais do Sistema Orçamentário.

Em 2005, foi mantida a mesma metodologia utilizada para esse monitoramento no ano de 2004, mediante reuniões mensais entre o órgão central e os setoriais, para que se antecipasse a identificação dos principais problemas e restrições à execução orçamentária dos programas de governo, gerando-se também relatórios gerenciais de situação de cada órgão.

Foram avaliadas aproximadamente 1.142 solicitações de alterações orçamentárias que resultaram na elaboração de atos referentes a projetos de Lei e de Decreto, bem como Portarias, para as modificações referentes a trocas de fontes, identificadores de resultado primário e identificadores de uso.

4557 - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR

No ano de 2004 foram migrados 21 subsistemas do SIDOR e respectivas bases de dados para o SERPRO, que possibilitaram a manutenção dos serviços de tecnologia da informação associados ao processo de elaboração e acompanhamento da execução orçamentária, por aquele serviço de processamento de dados.

Além da manutenção dos serviços de tecnologia da informação podemos outras ações, como a seguir:

- **Constituição de Grupo de Trabalho – Executivo (STN/SOF/SPI/DEST)/Legislativo**

No final do ano de 2004 foi constituído grupo de trabalho com o objetivo de aperfeiçoar o processo de integração de informações referentes a planejamento e orçamento inclusive com a utilização comum das diversas bases de dados, os estudos efetuados por esse grupo evoluíram durante todo o ano de 2005, concluindo pela utilização do padrão XML para troca de informações entre os poderes, além de estudos com vistas a adequar a Legislação existente, se for o caso.

- **Levantamento de Regras de Negócio e Requisitos**

Foi dado prosseguimento à documentação das regras de negócio e requisitos de diversos subsistemas, utilizando metodologia adequada. Essa tarefa tem sido essencial

para o exercício das novas competências exigidas para a gestão do SIDOR, pois vem permitindo o resgate, registro e socialização do conhecimento existente sobre os subsistemas.

0347 - Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

São inúmeros os benefícios trazidos para o setor público, tais como o desenvolvimento de trabalhos voltados para a capacitação de recursos humanos para as esferas Federal e Estadual compatível com a reforma do processo de planejamento e orçamento de que trata o Decreto nº 2.829/98 e a Portaria MP nº 42/99, bem como na elaboração de informativos sobre aspectos do orçamento da União, que tem merecido atenção dos centros de pesquisas e estudos das finanças públicas do país. Além da publicação de revistas com temas atuais da área de planejamento, orçamento e finanças públicas em geral, nacionais e internacionais o que é fundamental para o desenvolvimento da capacidade operativa e docente do país.

Foram realizados cursos sobre orçamento e políticas públicas, permitindo o aperfeiçoamento de funcionários de diversas instituições governamentais dos governos federal e estadual.

5918 - Desenvolvimento de Banco de Projetos Orçamentários Regionais, Estaduais e Municipais

No decorrer de 2005, em razão do redirecionamento do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF, ocorrido em 2004, que passou a ter seu foco na melhoria e desenvolvimento dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal, foram iniciados os trabalhos para a elaboração de um termo de referência para a contratação do projeto, programando-se para o exercício de 2006, o desenvolvimento do Banco de Projetos.

105N - Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União

Não foi verificada a realização das atividades previstas em razão da indisponibilidade de recursos que motivou a sua postergação. Ressalta-se que esse fato não afetou o desempenho do programa.

4759 - Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em Gestão Orçamentária

Não foi verificada a realização das atividades previstas em razão da indisponibilidade de recursos, todavia, diversas iniciativas foram adotadas no decorrer de 2005, para o alcance do objetivo, como, por exemplo, a celebração de convênios para cooperação técnica com estados.

Foram efetivados termos de cooperação com o Distrito Federal, realizando-se visitas técnicas a Estados e a cessão, ao Mato Grosso, de programas de computador desenvolvidos pela SOF, destinados à projeção de receitas. Cabe ressaltar que as despesas efetuadas foram suportadas pelos entes federados.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

Não se aplica.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIO E OUTROS MEIOS)

Não se aplica.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADAS PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

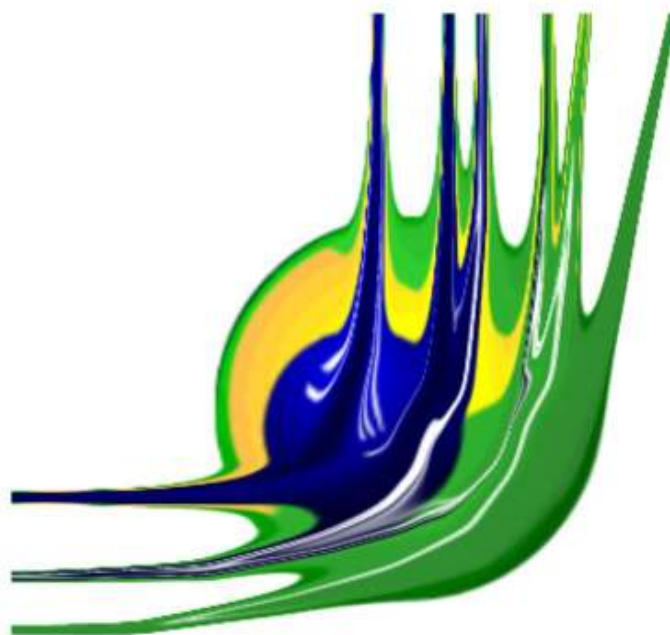
11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se aplica.

SEAIN



**Secretaria de
Assuntos
Internacionais**

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN

1.2 Número do CNPJ: 00.489.828/0001-55

1.3 Natureza Jurídica: Administração Direta

1.4 Vinculação Ministerial: vinculada ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão / MP

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco K, 5º andar - Brasília-DF - CEP: 70.040-906 - Tel.: (61) 3225-7185, 3429-4292 FAX: (61) 3225-4022

1.6 Endereço na Internet: <http://www.planejamento.gov.br>

1.7 Órgão: 20113 **Unidade Gestora:** 201010 **Gestão:** 00001

1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade: A Secretaria de Assuntos Internacionais, órgão específico singular, subordinada diretamente ao Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, tem por finalidade:

- I. formular diretrizes, planejar e coordenar as políticas e ações para negociação e captação de recursos financeiros destinados a programas e projetos do setor público junto a organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras;
- II. participar da elaboração da proposta orçamentária da União e acompanhar a execução financeira dos recursos previstos no inciso I, bem como da respectiva contrapartida financeira;
- III. acompanhar a preparação e a execução, pelos órgãos responsáveis, de programas e projetos previstos no inciso I, mediante informações prestadas pelos mutuários e/ou órgãos executores e pelos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras, avaliar seus impactos e recomendar medidas que permitam o desempenho esperado da carteira de projetos;
- IV. subsidiar a elaboração dos planos plurianuais e do projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

- V. assegurar o cumprimento das recomendações da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, no processo de negociação de projetos candidatos a financiamentos externos por ela aprovados;
- VI. acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais dos organismos multilaterais de desenvolvimento e formular, no âmbito de competência do Ministério, a posição brasileira junto a esses organismos;
- VII. acompanhar e participar, no âmbito de competência do Ministério, da formulação da posição brasileira junto a organismos multilaterais e governos estrangeiros;
- VIII. prover as informações e prestar apoio técnico-administrativo necessário ao Secretário-Executivo do Ministério e ao Secretário de Assuntos Internacionais na qualidade, respectivamente, de Presidente e Secretário-Executivo da COFIEEX;
- IX. atuar como Secretaria-Executiva da COFIEEX;
- X. acompanhar o cumprimento das recomendações da COFIEEX, suas eventuais ressalvas e resoluções;
- XI. preparar e apoiar as atividades internacionais do Ministro de Estado, entre as quais a sua participação em reuniões dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento;
- XII. efetuar as contribuições financeiras do Brasil aos organismos nos quais o Ministro de Estado tem a governança;
- XIII. coordenar as reuniões de missões de programação dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras nas quais o Ministério participe e no âmbito de sua atuação;
- XIV. administrar a relação institucional com organismos internacionais em que a representação ou participação do Brasil é exercida pelo Ministério; e
- XV. acompanhar e subsidiar o Ministro de Estado e o Secretário de Assuntos Internacionais na formulação da posição brasileira em foros de negociação de acordos bilaterais, regionais e internacionais de comércio, e na participação em órgãos colegiados relacionados a tais temas.

1.9 Norma que Estabeleceu a Estrutura Orgânica da Unidade: Decreto 5.433, de 25/04/2005 e o estatuto da Unidade Jurisdicionada / SEAIN é o Regimento Interno da Secretaria de Assuntos Internacionais, publicado pela Portaria nº 232, de 03 de agosto de 2005.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES

PROGRAMA: 0681 - GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Unidade Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Unidade Executora: Secretaria de Assuntos Internacionais

Coordenador das Ações: Mário Jose das Neves

Objetivo: Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse.

Público-Alvo: Governo e sociedade brasileiros.

Ação: 0011 - Contribuição ao Global Environment Facility - GEF

O GEF é um mecanismo criado em 1991, no âmbito do Banco Mundial, para prestar assistência à proteção do meio ambiente global e promover o desenvolvimento econômico sustentável sem agressão ao meio ambiente.

As atividades do GEF se concentram em seis esferas: diversidade biológica, mudanças climáticas, águas internacionais, diminuição da camada de ozônio e degradação de terras e poluentes orgânicos persistentes. As atividades relativas à degradação de terras, fundamentalmente a desertificação e o desmatamento, também são financiadas quando se relacionam com uma ou mais dessas esferas de atividade.

Participam do Fundo 176 países sendo que 36 realizam os aportes de capital. O Brasil contribuiu numa fase piloto, 1991 a 1993, com 4 milhões DES (aproximadamente US\$ 5,5 milhões), já pagos. Atualmente contribuimos para o GEF I com mais 4 milhões DES. A SEAIN como ponto operacional é responsável por esta contribuição.

Faz-se mister salientar a importância da participação do Brasil no âmbito do GEF em função do elevado custo-benefício deste apoio externo de natureza financeira não reembolsável a projetos de cunho ambiental. A título de ilustração, a despeito da baixa alocação de capital pelo Brasil, cerca de US\$ 11 milhões no GEF, o País detém a terceira maior carteira de Projetos no Fundo, totalizando US\$ 380 milhões referente à aprovação de 37 projetos para o Brasil.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

- Empenhado: R\$ 7.298.497,00
- Empenhado Liquidado: R\$ 4.461.998,59 (61,14%)
- Empenhado a Liquidar: R\$ 2.836.498,41
- Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: Não houve a disponibilização de recursos financeiros inscritos em restos a pagar.

Ação: 0349 - Contribuição Ao Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES

O ILPES é um organismo permanente e com identidade própria, que faz parte das Organizações das Nações Unidas/Sistema CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) – CRP (Conselho Regional de Planejamento). Foi concebido em junho de 1962 para cooperar com os governos da região na área do planejamento e coordenação de políticas públicas, mediante a prestação de serviços de assessoria técnica, pesquisa e capacitação.

Suas atividades básicas se concentram em quatro áreas: Planejamento do Setor Público; Projetos e Programas de Investimentos; Desenvolvimento e Gestão Local; e Políticas e Planejamento Regionais. Conta ainda com um Conselho Técnico de Diretores em Políticas de: Cooperação, Capacitação e Pesquisa.

Desde a sua criação, o Instituto vem apoiando os governos na construção e aperfeiçoamento de estruturas institucionais direcionadas ao desenvolvimento econômico e social, com uma perspectiva de longo prazo. Sua contribuição em matéria de planejamento do setor público e políticas orçamentárias tem sido muito significativa para os países, em especial, no processo de reforma do Estado.

Este apoio também se aplica aos sistemas de informação, contabilidade econômica e social, preparação e avaliação de projetos, técnicas e metodologias de planejamento global e setorial, entre outras.

Suas atividades de capacitação e cooperação técnica tem permitido a consolidação de inúmeras publicações, artigos, manuais metodológicos e documentos de trabalho, para uma ampla divulgação de experiências.

Toda a política de atuação do Instituto é orientada por três Fóruns Intergovernamentais, a saber:

- Conselho Regional de Planejamento – É o fórum intergovernamental de orientação das atividades do Instituto. Suas reuniões ordinárias ocorrem a cada quatro anos e estão integradas pelos Ministros do Planejamento dos 40 governos membros. Suas resoluções se ratificam nos períodos de sessões da CEPAL.
- Conferência de Ministros de Planejamento da América Latina e o Caribe – Foi estabelecido pelos governos membros para o intercâmbio de experiências e de pesquisas sobre planejamento e coordenação de políticas. Realiza-se a cada quatro anos junto com a reunião do Conselho Regional de Planejamento acima citado.
- Mesa Diretora do Conselho Regional de Planejamento (MD/CRP) – Este colegiado se reúne com maior frequência (habitualmente uma vez por ano).

Inicialmente, o ILPES teve o suporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Após uma década de funcionamento este apoio passou a ser destinado ao financiamento de projetos específicos, do mesmo modo que os recursos oriundos de convênios celebrados com países não membros do CRP. A partir de 1983 os governos da região assumiram a responsabilidade, perante o Sistema Regular de Aportes Governamentais, de contribuir para o financiamento institucional do ILPES. Os recursos do orçamento regular das Nações Unidas, as contribuições dos Governos Membros do CRP e os aportes de instituições internacionais de financiamento e de governos de países não membros, constituem os pilares básicos que atualmente sustentam o Instituto financeiramente.

Em 26.07.84 foi assinado o Acordo entre a Organização das Nações Unidas e o Governo da República Federativa do Brasil para o funcionamento do Escritório em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), onde ficou estabelecido que também o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) seriam representados junto ao Governo brasileiro pelo referido Escritório. No Ajuste Complementar ao mencionado Acordo, foi designada a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da extinta Secretaria de Planejamento e Avaliação (SPA) como instituição responsável pela execução das ações decorrentes do Ajuste complementar. No mesmo ato foi também designada como instituição responsável pelo acompanhamento das diversas ações a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). A CEPAL, por intermédio de seu Escritório no Brasil, designou o Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico E Social – ILPES, como responsável pela execução decorrentes do referido Ajuste Complementar, visando à prestação de cooperação técnica para a viabilização de ações programáticas, com enfoque centrado no planejamento econômico e social; para a definição de modelo alocativo para recursos humanos; para a análise comparativa da estrutura institucional do sistema de planejamento, sua reestruturação, sua articulação com o orçamento e com a programação econômico-financeira de médio prazo governamental.

O compromisso anual da contribuição do Governo brasileiro ao ILPES é de US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares).

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

- Empenhado: R\$ 360.703,55
- Empenhado Liquidado: R\$ 9.999,99 (2,77%)
- Empenhado a Liquidar: R\$ 350.703,56
- Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: No final do exercício foi aprovado crédito suplementar no valor de R\$ 1.717.273,00, solicitado com o objetivo de saldar débitos de 2003, 2004 e 2005. Embora tenha sido liberado este crédito, apenas R\$ 350.703,56 foram empenhados e inscritos em restos a pagar.

PROGRAMA: 0803 - RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Unidade Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Unidade Executora: Secretaria de Assuntos Internacionais

Coordenador das Ações: José Milton Prata de Andrade

Objetivo: Manter e ampliar as fontes de recursos para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados e monitorar a sua utilização.

Público-Alvo: Investidores, agentes financeiros públicos e privados e organismos multilaterais.

Ação: 4834 - Capacitação de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos Com Financiamento Externo

A SEAIN promoveu mudanças, no ano de 2005, no escopo de atuação, objetivando aprimorar o papel institucional de acompanhamento das operações de crédito externo. Em virtude disto, na referida ação, não foram alocados limites para movimentação e empenho, acarretando em não execução de despesa. Assim, não houve execução física e financeira, em 2005.

Situação Atual / Comentários: A Secretaria promoveu a redefinição de gastos e de prioridades para este exercício, desta forma, a SEAIN não alocou recursos para a capacitação de técnicos na proposta orçamentária para o exercício de 2006, tendo propondo, na ocasião da revisão do PPA, a alocação dos valores para a nova ação de Implantação da Metodologia de Acompanhamento de Projetos com Financiamento Externo.

Ação: 4506 - Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais

A captação de recursos para o financiamento de projetos de investimento foi norteadada, durante o ano de 2005, pela postura criteriosa com relação às novas contratações, no sentido de verificar a compatibilidade entre a solicitação de empréstimo e a capacidade do solicitante, tanto no que se refere à implementação das operações, assim como à disponibilidade financeira. A adoção deste critério tomou em conta: (i) a necessidade de uma maior eficiência no alcance das metas programadas pelas operações; e (ii) minimizar os pagamentos relativos aos encargos financeiros vinculados à não utilização dos recursos programados.

Foram adotadas medidas voltadas à obtenção de melhor planejamento no que diz respeito à captação de recursos multilaterais e bilaterais, como forma de compatibilizar as prioridades e possibilidades de investimento do Governo e dos entes federativos com as diretrizes temáticas desses organismos. Com esse propósito, foram realizadas diversas reuniões de programação com os principais organismos de desenvolvimento, onde foram discutidas as bases dos respectivos programas de assistência ao País, sempre tomando em consideração os setores de maior relevância e as diretrizes pautadas pelo ajuste fiscal.

No âmbito da discussão sobre a adoção de mecanismos de financiamento inovadores, a SEAIN participou da preparação de importantes operações, com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, envolvendo os setores de transporte e educação.

No caso do setor transportes, tratou-se de um programa concebido no âmbito da abordagem setorial (“Sector Wide Approach” – SWAp), a qual permite o financiamento de programas setoriais prioritários do governo, de duração continuada e com recursos orçamentários identificados, por meio do reembolso dos gastos efetivados, viabilizando a participação de recursos externos sem o correspondente impacto orçamentário e fiscal.

No caso da operação voltada ao setor educação, discutiu-se com o órgão setorial responsável a viabilidade de se conceber projetos utilizando modalidades de financiamento que levem em consideração, para os desembolsos dos recursos, o alcance de metas de performance. No âmbito dessas discussões, foi elaborada e apresentada proposta de financiamento voltada ao aprimoramento do ensino médio, utilizando o conceito de “desembolsos por performance”.

Vale destacar, também, a participação da Secretaria nos trabalhos de coordenação de dezoito negociações contratuais junto aos diversos organismos internacionais, o que equivale a um montante de aproximadamente US\$850 milhões de novos financiamentos, nos mais diversos setores.

Com o propósito de aprimorar os mecanismos de monitoramento de projetos, a Secretaria, durante o ano de 2005, elaborou uma proposta de metodologia para o acompanhamento da carteira de projetos, com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência das informações pelos organismos internacionais de desenvolvimento. O aprimoramento e implementação dessa metodologia estão previstos para o próximo ano, nos trabalhos de diagnóstico e reformulação dos processos e sistemas da Secretaria, a serem contratados no âmbito do Programa de Modernização do Setor Público Federal.

No que tange à administração dos projetos em execução, empreendeu-se reuniões periódicas de revisão da carteira, quando foi possível alcançar importantes avanços no sentido da readequação e otimização da mesma. Nesse aspecto, foram aprovados cancelamentos de recursos no âmbito de vários projetos financiados com recursos contratados junto ao BID e ao BIRD, decorrentes, principalmente, de ganhos cambiais, licitatórios e de adequação orçamentária e financeira que contribuiu de maneira substancial ao ajuste e otimização da carteira. Os recursos cancelados em 2005, totalizaram US\$ 123,0 milhões, tendo-se evitado o pagamento de comissão de compromisso sobre esse montante não desembolsado.

A SEAIN como Secretaria Executiva da Comissão de Financiamentos Externos COFIEEX, prestou apoio administrativo a este órgão colegiado, bem como a seus grupos técnicos de trabalho.

Ao longo de 2005, a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX, que conta com a atuação da SEAIN como sua Secretaria Executiva, recebeu 93 cartas-consulta, com

demanda de recursos externos da ordem de cerca de US\$ 5,4 bilhões. Como resultado das decisões do Colegiado da COFLEX foram emitidas 62 recomendações, das quais 54 para a preparação de projetos no valor total de US\$ 6,16 bilhões, conforme consta o quadro abaixo.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Atividade	Código da Ação:	4506
Produto:	Projeto decidido	Unid. Medida:	UNIDADE
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	75,000	62,000	82,67
Financeiro	760.049,00	361.522,53	47,57

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O nível de execução da ação teve resultado satisfatório a considerar que a “meta física” é uma estimativa e não um objetivo a ser alcançado. Por força do contingenciamento / limite orçamentário o grau de execução financeira ficou, apenas, um pouco acima da metade do previsto.

PROGRAMA: 1003 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.

Público Alvo: Governo

Unidade Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Unidade Executora: Secretaria de Assuntos Internacionais

Coordenador das Ações: Mário Jose das Neves

Ação: 0402 - Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

O BID ajuda a promover o desenvolvimento econômico e social sustentável em toda a América Latina e no Caribe, mediante suas operações de crédito, iniciativas regionais, pesquisas e atividades, institutos e programas de disseminação de conhecimentos. Se

constitui atualmente na maior fonte de financiamento multilateral da América Latina e do Caribe.

O Banco é administrado por uma Assembléia de Governadores, da qual participam todos os países membros (46), e por uma Diretoria Executiva, composta por 14 diretores titulares e 14 suplentes. O Brasil compartilha uma diretoria com o Suriname e detém 10,752% do total de votos, que equivalem à participação brasileira no capital do Banco. O Governador do Brasil no BID é o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A atuação do BID no Brasil é orientada pelo documento "Estratégia de País - 2004-2007", preparado em consonância com o Plano Plurianual - PPA-2004-2007, e tem 3 áreas prioritárias de ação no período: (1) promover o crescimento sustentável, com estabilidade e sustentabilidade ambiental ; (2) redução da pobreza, promover a inclusão social e incrementar a equidade social e regional; (3) apoiar metas institucionais de promoção da democracia e participação social.

As operações oferecem apoio aos 26 países membros mutuários da região da América Latina e Caribe na formulação de políticas de desenvolvimento, além de oferecer financiamento e assistência técnica visando ao crescimento econômico sustentável do ponto de vista ecológico e maior competitividade, à maior igualdade social e redução da pobreza, à modernização do Estado e à promoção do livre comércio e da integração regional.

O BID oferece empréstimos, garantias e doações, além de financiamento para investimentos através do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (ação 0539) e da Corporação Interamericana de Investimentos - CII (ação 0540).

Além do financiamento para projetos de investimento e reformas políticas, o BID concede empréstimos para ajudar os países membros a superar crises financeiras ou econômicas e desastres naturais, por meio de seu Programa de Empréstimos de Emergência.

O Brasil, desde a criação do BID, já aportou recursos da ordem de US\$ 465,1 milhões. Nesse mesmo período, já obteve empréstimos no montante global de US\$ 26.281,3 milhões e já obteve receitas com vendas de bens e serviços nas licitações promovidas pelos projetos financiados pelo BID no montante de US\$ 19.517,9 Milhões.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas Ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0402
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado

	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	1.375.000,00	0,00	0,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente, em 2005, os atrasados que possuía junto à instituição. Como os pagamentos realizados em 19/01/2005 e 08/04/2005 foram às custas dos restos a pagar inscritos de 2004 não houve execução orçamentária e financeira de 2005.

Ação: 0001 - Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento - CAF

A Corporação Andina de Fomento - CAF - é uma instituição financeira internacional, de caráter multilateral, com personalidade jurídica de direito internacional público, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento sustentável dos países acionistas e a integração regional.

A CAF é formada atualmente por 17 países da América Latina e Caribe. Seus principais sócios são os cinco países membros da Comunidade Andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Além de Brasil, Chile, Costa Rica, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai, que se constituem em sócios extra-regionais. Além disso, a CAF conta ainda com a participação de 16 bancos comerciais privados.

O processo de adesão do Brasil à CAF iniciou-se em 1995, com a assinatura do Convênio de Subscrições de Ações, aprovado pelo Congresso Nacional. Atualmente, o Brasil detém 3% do total de votos, que equivalem à participação brasileira no capital da CAF.

Os países extra-regionais têm o direito de escolher 2 Diretores para a Diretoria Executiva da Corporação, observando-se a representatividade de cada país. Assim sendo, atualmente Brasil e Espanha possuem 2 Diretores titulares. México e Costa Rica possuem, cada um, 1 Diretor suplente. O Diretor pelo Brasil é indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo, via de regra, o Secretário de Assuntos Internacionais.

O Brasil, desde a criação da CAF, já aportou recursos da ordem de US\$100, 7 Milhões. Nesse mesmo período, já obteve empréstimos no montante global de mais de US\$ 1.714,97 Milhões¹ e já obteve receitas com vendas de bens e serviços nas licitações promovidas pelos projetos financiados pela CAF no montante de US\$ 2.350 Milhões.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

¹ Posição de 2004.

Ação:	Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento – CAF		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0001
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	6.365.632,00	0,00	0,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente, em 2005, os atrasados que possuía junto à instituição. Como os pagamentos realizados foram às custas dos restos a pagar inscritos de 2004 não houve execução orçamentária e financeira de 2005.

Ação: 0540 - Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos - CII

A Corporação Interamericana de Investimentos - CII - é uma instituição multilateral de investimentos autônoma, afiliada ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico dos países membros em desenvolvimento, encorajando o estabelecimento, expansão e modernização de empresas privadas, preferencialmente as de pequeno e médio portes, de forma suplementar às atividades do BID.

A CII procura apoiar empresas que não têm acesso a financiamentos de médio e longo prazos nos mercados de capital e financeiros, e financia projetos de expansão de qualquer setor econômico (exceto fabricação e comércio de armas, jogos de azar e especulação de bens imobiliários), e, de modo limitado e seletivo, novos projetos.

As empresas elegíveis são, de preferência, aquelas controladas por cidadãos de qualquer um dos 26 países membros da América Latina e do Caribe, cujas vendas anuais variem entre US\$ 5 e US\$ 35 milhões.

A CII proporciona, igualmente, linhas de crédito a instituições financeiras de diferentes tipos, de modo a proporcionar empréstimos menores de longo prazo para empresas pequenas e médias.

Atualmente, a carteira ativa da CII no Brasil compreende 16 projetos, sendo 50% no setor financeiro, 38% nas indústrias manufatureiras e 12% na forma de fundos de investimentos privados.

O organismo tem considerado incrementar sua carteira de empréstimos a empresas no Brasil. Para tanto, projetos nas áreas de hotelaria e turismo, infra-estrutura e bens de consumo têm sido examinados.

O Brasil, desde a criação da CII, já aportou recursos da ordem de US\$ 77,7 milhões. Nesse mesmo período, já obteve empréstimos no montante global de US\$ 193,8 milhões² e já obteve receitas com vendas de bens e serviços nas licitações promovidas pelos projetos financiados pelo CII no montante de US\$ 1,2 milhão.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos – CII		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0540
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,000	0,000	0,00
Financeiro	21.760.000,00	21.760.000,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: muito embora o nível de execução financeira da ação fora de 100%, o Brasil apresenta débitos referente ao exercício de 2005, junto à Instituição no valor de US\$ 7.217.149,75.

Ação: 0542 - Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) é uma instituição de financiamento internacional que tem por objetivo a mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico e social dos países africanos a ele filiados.

O Banco conta com 53 países africanos independentes e 24 países não africanos, que aderiram ao Banco desde que o Conselho de Governadores decidiu abrir o capital à participação não-regional, em maio de 1982. Africanos: África do Sul, Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, R.D. Congo, República Centroafricana, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Não africanos: Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Kuwait, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

² Posição de 2004.

O órgão máximo do BAD é o Conselho de Governadores, formado pelos ministros da Economia e Finanças dos países membros. O Conselho de Governadores estabelece as diretrizes gerais referentes à política operacional do Banco.

O Presidente é eleito pelo Conselho de Governadores, por recomendação do Conselho de Administração. O Presidente é a autoridade suprema do Banco e gere os assuntos correntes, sob a direção do Conselho de Administração. Ele é o representante legal do Banco.

Em decorrência da estratégia do Banco, com a criação do Departamento do Setor Privado, o Grupo BAD pode funcionar como instrumento financeiro para a recuperação e ampliação das relações comerciais entre o Brasil e os países africanos. Neste sentido, além de ter a oportunidade de atuar em diversos programas e projetos governamentais como fornecedor de bens e serviços de consultoria, o setor privado brasileiro poderia contar com o suporte do Banco no que diz respeito à privatizações, promoção de investimentos diretos e criação de um ambiente propício de negócios naquele continente.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0542
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	820.499,00	820.499,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente os compromissos até 31/12/2005 e, por isto, não há pendências junto a este Banco.

Ação: 0541 - Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD

O Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD, juntamente com o Banco Africano de Desenvolvimento - BAD (Ação 0542), compõe o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. O Fundo começou a operar em 1974 e é formado pelos mesmo países que constituem o BAD. Seu maior objetivo é reduzir a pobreza nos países africanos. Para tanto, concede empréstimos subsidiados aos países de baixa renda, para projetos e programas, bem como assistência técnica na realização de estudos e criação de infra-estrutura.

Em 2004, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0541
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	12.288.972,00	12.288.972,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente os compromissos até 31/12/2005 e, por isto, não há pendências junto a este Fundo.

Ação: 0543 - Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, ligado à Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), das Nações Unidas (ONU) foi criado em 1977, a partir das deliberações da Conferência Mundial de Alimentação, realizada em 1974, como resposta à crise de alimentos que se abateu no início dos anos 70, e que afetou, preliminarmente, os países sub-saários da África. Uma das mais importantes conclusões daquela Conferência foi que as causas tanto da falta de segurança alimentar quanto da fome não correspondem apenas às falhas da produção agrícola, mas, antes, a problemas estruturais vinculados à pobreza e ao fato de que boa parte da população pobre das nações em desenvolvimento concentra-se em áreas rurais.

O FIDA tem por finalidade a mobilização de recursos financeiros adicionais para o incremento agrícola dos países em desenvolvimento, focalizando, especialmente, pequenos produtores, trabalhadores sem terra, mulheres, jovens, bem como outros segmentos da população rural pobre. Diferentemente de outras instituições financeiras internacionais, que contam com um variado leque de objetivos, o Fundo tem um mandato específico: “combater a fome e a pobreza rural nos países em desenvolvimento, melhorar as condições de suprimento alimentar e de alívio à pobreza por meio da elaboração e do financiamento de projetos que possam aumentar o nível de renda dessas populações”. Com esse objetivo, o Fundo financia projetos voltados à redução da pobreza rural, principalmente na área de produção de alimentos dos países de baixa renda. Nos primeiros anos da instituição, esses projetos eram elaborados, implementados e supervisionados por outras instituições. O Fundo era somente co-financiador.

A mais alta autoridade do FIDA é o Conselho de Governadores, composto por 161 Estados-Membros inscritos, representados por seus respectivos Governadores e Representantes. As Sessões do Conselho de Governadores são realizadas anualmente e sessões especiais podem ser criadas quando se fizerem necessárias. Por último, o chamado Comitê Executivo, composto por 18 membros fixos e 18

alternos, encontra-se incumbido de supervisionar as operações correntes do Fundo, particularmente no que se refere à aprovação de empréstimos e de doações. O Presidente do FIDA, que também ocupa o cargo de Chefe do Comitê Executivo, é eleito pelo Conselho de Governadores para um período de quatro anos, renovável uma única vez e por igual prazo.

O Brasil aderiu ao FIDA em 1977 e participa regularmente das sessões da Assembléia de Governadores e das da Diretoria Executiva, onde ocupa posição de titular da Lista C, subcategoria C.3, na qualidade de segundo maior contribuinte (depois da Índia) dentre os países em desenvolvimento e primeiro dentre os latino-americanos. O Governador pelo Brasil no FIDA é o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como suplente o Secretário de Assuntos Internacionais. Desde a sua criação, o Brasil já aportou no organismo recursos da ordem de US\$44 milhões e tomou empréstimos no montante global de US\$ 77 milhões³.

A linha de financiamento do FIDA para o Brasil obedece às condições de um empréstimo ordinário: taxa de juros de 7,0 % ao ano, equivalente, portanto, à taxa de juros cobrada pelo Banco Mundial, sem, contudo, nenhuma taxa acessória, e prazo de carência de três anos, com amortizações entre 15 e 18 anos.

O Brasil vem fazendo parte do Comitê de Avaliação do Fundo, órgão assessor da Diretoria Executiva nas questões de políticas de avaliação, de operação, fazendo à Diretoria as recomendações pertinentes. O Comitê é composto por nove membros da Diretoria executiva ou membros alternos: quatro da Lista A, dois da Lista B e três da Lista C. O mandato do Comitê é de três anos. Nestas reuniões, o país tem oportunidade de repassar sua experiência na área de projetos e defender seus interesses dentro do organismo.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas do Fundo Internacional Para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0543
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	8.444.013,00	8.444.013,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente os compromissos até 31/12/2005 e, por isto, não há pendências junto a este Fundo.

³ Posição de 2004.

Ação: 0539 - Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN

O Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN - foi criado em 1993 como um Fundo independente, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Ação 0402) para promover o desenvolvimento do setor privado na América Latina e no Caribe.

O apoio do FUMIN ao setor privado se dá em quatro áreas: (1) transportes, energia, infra-estrutura e sistemas de abastecimento de água; (2) fortalecimento das pequenas e médias empresas, oferecendo-lhes acesso ao capital de risco; (3) mecanismos de solução de controvérsias e (4) competitividade da força de trabalho.

O FUMIN utiliza-se tanto de mecanismos de doação como de investimento para promover o desenvolvimento do setor privado. O objetivo do programa de investimento é assumir riscos calculados que o mercado ainda não se mostra disposto a assumir, e financiar projetos inovadores, capazes de prover informações aos mercados. O FUMIN é atualmente a maior fonte de doações para assistência técnica voltada ao desenvolvimento do setor privado na América Latina e Caribe.

O Brasil, desde a criação do FUMIN, já aportou recursos da ordem de US\$ 20 milhões. Nesse mesmo período, já obteve empréstimos no montante global de US\$ 78,5 milhões⁴.

Em 2005, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0539
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	3.521.079,00	3.521.079,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente os compromissos até 31/12/2005 e, por isto, não há pendências junto a este Fundo.

⁴ Posição de 2004.

Ação: 0538 - Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE

O Fundo para Operações Especiais - FOE - pertence ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Ação 0402) e dispõe atualmente de US\$10 bilhões em contribuições integralizadas de todos os países membros do Banco. O uso dos recursos concessionais do FOE é limitado às economias mais pobres da região - Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua. Os recursos do FOE também podem ser aprovados para o Banco de Desenvolvimento do Caribe, para serem usados em alguns de seus países membros elegíveis que não são membros do BID.

Os fundos do FOE também podem ser utilizados para financiar programas de cooperação técnica reembolsável ou de recuperação contingente (isto é, são pagos somente se resultarem em um empréstimo para o projeto).

Em 2004, a execução da ação foi a seguinte:

Ação:	Integralização de Cotas do Fundo Para Operações Especiais – FOE		
Localizador:	Nacional – 47101		
Tipo Ação:	Operações Especiais	Código da Ação:	0538
Produto:	Não informado	Unid. Medida:	Não informado
	Previsto	Realizado	% de Execução
Físico	0,00	0,00	0,00
Financeiro	829.076,00	829.076,00	100,00

Não há previsão de execução Física na LOA.

Situação Atual / Comentários: O Brasil quitou integralmente os compromissos até 31/12/2005 e, por isto, não há pendências junto a este Fundo.

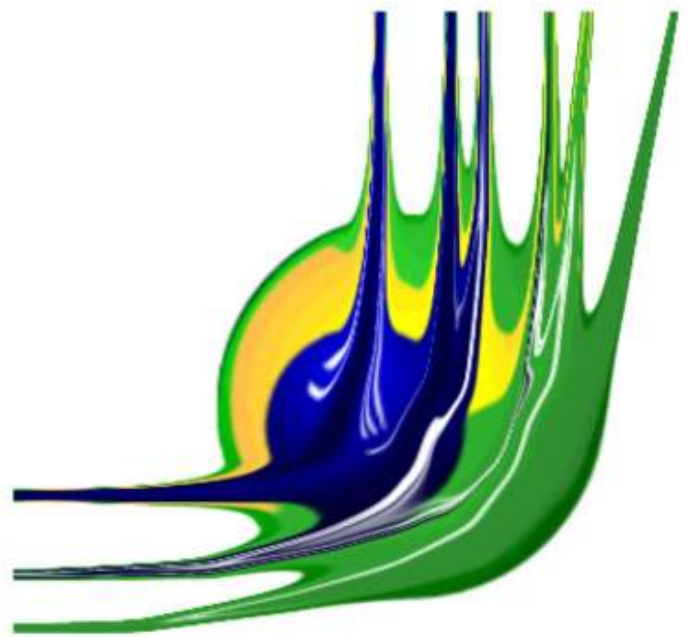
12) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A SEAIN envidou esforços para reduzir as fragilidades operacionais, quando do recebimento, tramitação, análise e arquivo dos documentos referentes aos pleitos de financiamentos externos. Neste sentido, iniciou o processo de normatização do fluxo documental e implantou a instrução processual para os pleitos de financiamentos externos.

Com o propósito de fortalecer seu papel de acompanhar a preparação e a execução dos programas e projetos do setor público, mediante informações prestadas pelos mutuários e/ou órgãos executores e pelos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras, foi desenvolvida “Proposta de Metodologia para o Acompanhamento da Carteira de Projetos”. Em adição, para dar sustentabilidade à iniciativa, a SEAIN propôs, durante a revisão do PPA 2004-2007, a

criação de ação orçamentária denominada “Implantação da Metodologia de Acompanhamento de Projetos com Financiamento Externo”.

SLTI



**Secretaria de
*Logística e Tecnologia
da Informação***

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE

1.1 Nome: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI

1.2 Número do CNPJ: não se aplica

1.3 Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta

1.4 Vinculação Ministerial: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP

1.5 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 3º andar, Brasília-DF, CEP: 70.046-900 Tel.: (61) 313-1400 e 313-1392 - FAX: (61) 322-1393

1.6 Site: www.planejamento.gov.br

1.7 Órgão: 20113 **Unidade Gestora:** 110600 **Gestão:** 00001

1.8 Norma de criação e finalidade: Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999

Finalidade: Planejar, coordenar, supervisionar e orientar, normativamente, as atividades dos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP e de Serviços Gerais - SISG, aí incluídos o SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e o COMPRASNET e o SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, bem como propor as políticas e diretrizes relativas a estes Sistemas, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

1.9 Norma da estrutura orgânica: Decreto nº 5.347, de 19 de janeiro de 2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno: 5 de agosto de 2005, Seção 1, página 45.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Programa: 1008 - Inclusão Digital

Gerente do Programa: Rogério Santanna dos Santos

Coordenador das Ações: Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção

Ações

▪ Projetos

- Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital
- Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

▪ Atividades

- Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

O Programa Inclusão Digital tem por objetivo promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos disponibilizados por meio destas, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

O objetivo setorial do programa é promover a gestão dos recursos logísticos e das tecnologias de informação e comunicação para apoiar a ação do Governo, democratizando o acesso, melhorando a qualidade e propiciando o controle social do Estado.

O público-alvo do programa são comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação.

Ação 103Z - Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital

Descrição da Ação

Proposta de organização virtual estruturada em rede, constituída por instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada interessadas em: (a) disseminar informações e realizar intercâmbio de experiências em projetos de inclusão digital; (b) apoiar a constituição de parcerias entre as instituições participantes da rede e entre estas e a Administração Federal, com vistas a projetos e iniciativas comuns; (c) Implantar e manter, de maneira cooperativa, banco de dados contendo acervo de informações e documentação sobre projetos e atividades na área de inclusão digital, aberto à consulta pública; (d) construir e validar, entre os parceiros, indicadores e parâmetros para o acompanhamento e avaliação de projetos e iniciativas de inclusão digital; (e) fomentar estudos de caso sobre inclusão digital.

Em parceria com o Banco do Brasil, foi desenvolvido em 2005 um sistema de cadastro de telecentros comunitários para o Observatório Nacional de Inclusão Digital – ONID. Foram iniciadas a mobilização e a coleta de dados sobre os espaços públicos coletivos

de acesso às tecnologias digitais e à Internet sem fins comerciais, em todo o território nacional, incluindo iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil. O cadastramento encontra-se em curso e, pretende-se, a partir de 2006, aperfeiçoar o sistema, permitindo a atualização contínua dos dados diretamente pelos gestores de cada localidade e, tão logo haja um número significativo de registros, será aberta a consultas pelo público em geral, disponibilizando números e informações sobre os telecentros do país e promovendo maior articulação entre atores.

O cadastro de telecentros, passo inicial da proposta do ONID, supre uma carência de dados sobre uma parte significativa de indicadores de inclusão digital do país, sendo também um canal de articulação de parcerias e troca de experiências, por se tratar de uma iniciativa em rede. A parceria com o Banco do Brasil foi fundamental para que o sistema preliminar de cadastro informatizado se viabilizasse, ainda que em um prazo mais longo do que o previsto inicialmente devido ao caráter inovador do projeto.

O produto executado em 2005 foi realizado mediante parceria sem utilização de recursos financeiros. O valor disponível está sendo alocado para migração, aperfeiçoamento e preenchimento inicial do sistema, em processo de licitação, que só ocorrerá em 2006.

Ação 12BI - Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

Descrição da Ação

O Projeto Computadores para a Inclusão – Projeto CI - consiste na implantação de uma rede nacional para recondicionamento e doação de computadores, com oficinas denominadas Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), a serem implantadas por instituições do terceiro setor, em parceria com a Administração Federal. Cada CRC deverá processar equipamentos obtidos do desfazimento de computadores provenientes da Administração Federal e de outros doadores. Os equipamentos, recondicionados por jovens de baixa renda em processo de capacitação, serão distribuídos em perfeitas condições de utilização, em configurações de desempenho compatíveis com as necessidades dos telecentros comunitários e da rede pública de ensino.

A atuação de jovens em formação nas oficinas de recondicionamento de computadores (CRC) está sendo articulada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (Programa Primeiro Emprego), ao Banco do Brasil e parceiros do terceiro setor.

Está em processo de viabilização a elevação expressiva na oferta de equipamentos de informática para os telecentros comunitários. Nesse sentido, foi proposta a alteração do decreto que trata do desfazimento de equipamentos de informática da Administração Federal elaborada, o que permitirá o encaminhamento de computadores inservíveis por parte da Coordenação Nacional do Projeto CI, presidida pela SLTI, aos CRC's para recondicionamento.

Pelo caráter inovador do projeto no que se refere à implantação por parte da Administração Federal, diversos desafios vêm sendo superados para permitir sua efetivação e execução físico-financeira. Duas unidades de CRC encontram-se em

processo de implantação, sendo uma em Porto Alegre (RS) e a outra em Brasília (Gama-DF), com início de atividades previsto para o primeiro semestre de 2006.

Foi celebrado convênio com a entidade mantenedora do CRC de Porto Alegre, no valor total de R\$ 500.000,00. Para a unidade de CRC de Brasília não houve repasse de recursos orçamentários, uma vez que a mesma está sendo implementada com recursos provenientes de convênio firmado entre a entidade mantenedora e a Fundação Banco do Brasil.

Ação 6492 - Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

Descrição da Ação

A presente ação consiste na articulação de parcerias para apoio a projetos de implantação telecentros comunitários, com foco em equipamentos, capacitação e conectividade. A ação está buscando viabilizar a articulação entre as iniciativas de inclusão digital em curso no país. Uma iniciativa importante neste sentido é a organização das demandas por conectividade de todos os programas de inclusão digital do Governo Federal, para apresentá-las por meio do Comitê Técnico de Inclusão Digital ao Ministério das Comunicações, aprimorando a efetividade do programa GESAC. Outra iniciativa visa à integração da capacitação de agentes multiplicadores em governo eletrônico e acessibilidade em conjunto com os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, potencializando as ações, e de forma a disponibilizar um guia de atividades gratuito e livre a agentes de inclusão digital de todo o país por meio da Internet.

O apoio a telecentros vem conseguindo articular diversas iniciativas em curso na Administração Federal, potencializando os esforços dos diferentes órgãos, e mantendo interlocução com as experiências de base no sentido de aperfeiçoar o atendimento às demandas. Estes esforços têm conseguido disseminar o conceito de que o poder público deve induzir e apoiar iniciativas de inclusão digital que disponibilizem infraestrutura e acesso, priorizando a gestão comunitária e a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação para uso autônomo por parte de segmentos desfavorecidos da população, com vistas ao desenvolvimento local e à articulação em rede das iniciativas.

Entre 17 e 19 de outubro, no Rio de Janeiro, foi realizada a 4ª Oficina para a Inclusão Digital, que reuniu gestores públicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, pesquisadores e estudiosos do tema, e agentes locais de inclusão digital, tendo como foco principal a aproximação da sociedade civil aos representantes governamentais para discussão e troca de experiências, e é realizada em parceria com as organizações não-governamentais RITS e Sampa.org, além de apoiadores governamentais e da iniciativa privada. A III Mostra de Inclusão Digital aconteceu em Brasília, no dia 29/11/05, com apresentação de casos de sucesso por parte dos agentes locais de inclusão digital junto aos gestores públicos. Foi realizada em parceria com os diversos órgãos do governo federal que executam ou apóiam programas de inclusão digital. A Oficina e a Mostra têm crescentemente cumprido o objetivo de promover o diálogo entre governo e sociedade civil no que tange à implantação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de projetos e programas de inclusão digital, rearticulando parcerias e inserindo novos atores no processo.

Esses eventos não envolveram em 2005 qualquer repasse de recursos orçamentários.

Foram obtidos auxílios financeiros do programa Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, destinados a cerca de mil jovens aprendizes que atuarão como monitores nos CRC e nos telecentros comunitários a serem apoiados. A viabilização do trabalho de monitores possibilita equacionar uma das principais dificuldades com que se defrontam projetos dessa natureza para a sustentação de suas atividades junto à comunidade com continuidade e eficácia. Foi celebrado convênio em 2005 para a percepção dos auxílios. O valor total foi executado mediante convênio para a promoção de oficinas de capacitação para 50 telecentros.

No sentido de apoiar a disseminação de telecentros comunitários, foram oferecidas a instituições governamentais e não-governamentais 50 antenas para conexão via satélite com a Internet, em parceria com o Ministério das Comunicações. Desse total, 38 já se encontram instaladas e está sendo feito o levantamento e a organização de novas iniciativas de inclusão digital para articulação de conectividade, por meio do GESAC. Mediante parceria com Banco do Brasil, está sendo viabilizada a doação de móveis e computadores para os telecentros.

Por meio do convênio firmado em dezembro de 2005, será promovida capacitação em governo eletrônico e em acessibilidade para agentes multiplicadores de 50 iniciativas de inclusão digital, a qual será realizada no primeiro semestre de 2006.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

O indicador do programa é “taxa de acesso a microcomputador nas famílias de menor renda”, dada pela relação percentual entre o número de domicílios com renda familiar até 05 (cinco) salários mínimos dotados de microcomputador e o total de domicílios do país. Estavam previstos 11% para 2005. Contudo, ainda não é possível analisar o percentual alcançado, tendo em vista que os dados de 2005 somente serão disponibilizados pelo IBGE em setembro deste ano, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

O mecanismo utilizado para medir a satisfação dos beneficiários é de avaliação indireta, em virtude da natureza do programa, e tem apresentado resultados positivos, embora prematuros, tendo em vista que a implementação das ações encontra-se em estágios iniciais.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

Programa/Ação	Produto	Meta Física			Meta Financeira		
		PI	PC	R	LOA	Limite	Realizado
Inclusão Digital							
Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital	BD implantado(% de execução física)	50	30	10	100.000,00	0,00	0,00

Programa/Ação	Produto	Meta Física			Meta Financeira		
		PI	PC	R	LOA	Limite	Realizado
Inclusão Digital							
Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores	CRC implantado (unidade)	5	3	2	600.000,00	500.000,00	500.000,00
Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital	Projeto apoiado (unidade)	20	20	50	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Coordenação e Gestão da Inclusão Digital (*)	-	-	-	-	200.000,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	-	200.000,00	114.120,44	114.120,44

PI = previsão inicial
PC = previsão corrigida
R = Realizado
(*) = Sem unidade de medida

Observação: A ação "Coordenação e Gestão da Inclusão Digital" sofreu contingenciamento total e foi objeto de revisão do PPA-2005. Seu novo título, a partir de 2006, será "Avaliação e Fomento à Elaboração e à Implementação de Projetos de Inclusão Digital" e passará a englobar as atividades das ações "Implantação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital" e "Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital", esta última no tocante ao que é executado no âmbito do Ministério do Planejamento, uma vez que a ação 6492 será mantida no Programa Inclusão Digital, porém sob a coordenação exclusiva do Ministério da Ciência e Tecnologia.

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

São utilizados apenas parâmetros de desempenho das ações, calculados com base nas previsões corrigidas/limites e metas realizadas pela gerência do Programa, e que expressam a execução física e financeira de cada ação.

3.2 DESCRIÇÃO E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Os resultados foram medidos apenas em termos de eficiência, ou seja, desempenho físico e financeiro. Ainda não são utilizados indicadores propriamente ditos.

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO / MEDIÇÃO

Não se aplica.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Não se aplica.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

PROGRAMA: 1008 - INCLUSÃO DIGITAL

Ações

▪ Projetos

- Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital
- Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

▪ Atividades

- Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Os resultados foram medidos apenas em termos de eficiência, ou seja, desempenho físico e financeiro. Ainda não são utilizados indicadores propriamente ditos.

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALORES ALCANÇADOS)

Ação: Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital

Produto: Banco de dados implantado

Unidade de Medida: % de execução física

META	Prev. Inicial	Prev. Corrigida/Limite	Realizado	% de Execução
Física	50	30(*)	10	33,33%**
Financeira	100.000,00	0,00	0	0%

(*) A meta física foi revista para 30% devido ao contingenciamento inicial de R\$ 50.000,00.

(**) Percentual de execução física calculado sobre a previsão corrigida.

Ação: Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

Produto: Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) implantados

Unidade de Medida: unidades de CRC

META	Prev. Inicial	Prev. Corrigida/Limite	Realizado	% de Execução
Física	5	3(*)	2	66,66%**
Financeira	600.000,00	500.000,00	500.000,00	100%

(*) A meta foi revista para 3 unidades de CRC.

(**) Percentual de execução física calculado sobre a previsão corrigida.

Ação: Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

Produto: Projeto apoiado

Unidade de Medida: unidade de telecentro

META	Prev. Inicial	Prev. Corrigida/Limite	Realizado	% de Execução
Física	20	20	50	250%
Financeira	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100%

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

As metas físicas da maior parte das ações foram cumpridas dentro das previsões corrigidas, as quais se deram em virtude de contingenciamentos de recursos orçamentários, bem como em decorrência da revisão do PPA, a qual resultou em extinção e fusão de algumas ações do programa.

O desempenho dos parceiros não-governamentais na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas é considerado satisfatório, apesar das dificuldades verificadas para a celebração de convênios e acordos de cooperação técnica.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

PROGRAMA: 1008 - INCLUSÃO DIGITAL

Ações

▪ Projetos

- Implementação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital
- Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

▪ Atividades

Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

O fator que mais tem restringido o desempenho das ações é o redimensionamento das mesmas devido a contingenciamentos orçamentários.

O indicador do programa (taxa de acesso a microcomputador nas famílias de menor

renda) é muito abrangente e depende de uma série de ações e iniciativas que estão fora do escopo atual do programa.

Além disso, o programa tem natureza multissetorial e, por esta razão, necessita de avaliação de desempenho da execução das ações implementadas em outros ministérios. Nesse sentido, têm sido observadas deficiências na integração das ações do programa.

Outro ponto crítico que prejudica a implementação do programa e cuja estratégia necessita de aperfeiçoamento refere-se aos procedimentos para celebração de convênios para repasse de recursos orçamentários, os quais se mostram lentos e sem clareza de padronização, impondo dificuldades técnicas à equipe executora do programa, bem como aos parceiros da sociedade para o atendimento dos requisitos estabelecidos.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Em relação ao contingenciamento sofrido em 2005, algumas ações do programa foram objeto de revisão (extinção e fusão).

A implementação do banco de dados sobre ações públicas de inclusão digital irá permitir, num momento posterior, apontar um indicador mais específico para o programa.

Em relação à adequação de recursos humanos verificada em 2004, o reforço na equipe gerencial e executora foi realizado por meio da contratação mais um profissional e também pelo recrutamento de 3 (três) estagiários.

O monitoramento do desempenho físico das ações, como no ano anterior, tem sido feito por meio de reuniões periódicas realizadas com gerentes, coordenadores e parceiros do programa. O desafio da multissetorialidade poderá ser enfrentado por meio da maior integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações nos outros ministérios. Entre os mecanismos de participação social, destaca-se o contato mantido com grupos de interesse. O Comitê de Inclusão Digital, em suas reuniões e em reuniões de subgrupos, busca acolher a participação de parceiros da sociedade, que influenciam no desenho das ações. As diretrizes adotadas nas ações vêm sendo previamente validadas com os grupos de interesse, os quais têm a oportunidade de contribuir na focalização e na priorização das metas.

Mostra-se imprescindível a criação de instrumentos que viabilizem parcerias que aportam recursos, em sentido amplo (materiais, técnicos, humanos, logísticos etc.), para a viabilização das ações.

5.4 RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Coordenação e Gerência Executiva do Programa Inclusão Digital.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Tipo de transferência: Convênio

Código Siafi/Siasg: 004/2005-SPOA/SE/MP

Processo: 04300.005571/2005-20

Programa de Trabalho: 04.126.1008.12Bl.0001

Data da Assinatura: 30/12/2005

Vigência: 365 dias a partir da data da assinatura do instrumento.

Objeto: Conjugação de esforços dos partícipes para a implantação do projeto piloto e o funcionamento do Centro de Recondicionamento de Computadores CRC-CESMAR, localizado na Estrada Antônio Severino, nº 1493, em Porto Alegre-RS.

Data de Publicação no DOU: 20/01/2006

Valor total pactuado: R\$ 604.680,00

Valor total Recebido: R\$ 500.000,00

Transferido no Exercício: R\$ 0,00

Contrapartida: R\$ 104.680,00

Beneficiário: União Sul Brasileira de Educação e Ensino – USBEE / Centro Social Marista de Porto Alegre – CESMAR.

CNPJ: 92.706.308/0045-96

Situação: Alcance de objetivos e metas

Tipo de transferência: Convênio

Código Siafi/Siasg: 005/2005-SPOA/SE/MP

Processo: 04300.005713/2005-59

Programa de Trabalho: 04.126.1008.6492.0001

Data da Assinatura: 27/12/2005

Vigência: 180 dias a partir da data da assinatura do instrumento

Objeto: Elaboração, realização, acompanhamento e avaliação de atividades presenciais e remotas com agentes comunitários de inclusão digital das cinco regiões

do país, como forma de disseminar conhecimentos e técnicas para utilização dos meios de acesso à informação, com foco em governo eletrônico e acessibilidade de pessoas com deficiências e necessidades especiais junto às tecnologias digitais, integrados à produção e difusão da cultura digital em comunidades brasileiras.

Data de Publicação no DOU: 29/12/2005

Valor total pactuado: R\$ 250.000,00

Valor total Recebido: R\$ 200.000,00

Transferido no Exercício: R\$ 0,00

Contrapartida: R\$ 50.000,00

Beneficiário: Instituto de Pesquisas em Tecnologia da Informação – IPTI

CNPJ: 05.929.852/0001-81

Situação: Alcance de objetivos e metas

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Não se aplica.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: 8002 - GOVERNO ELETRÔNICO

Gerente do Programa: Rogério Santana dos Santos

Gerente-Executivo: Patrícia Pessi

Coordenador das Ações: Patrícia Pessi, José Antônio Borba Soares e Antônio Carlos Alff

Objetivo: Programa governamental 8002 – Governo Eletrônico, cujas seguintes ações são executadas pela Secretaria: Implantação dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-ping; Adoção de Novas Tecnologias Computacionais; Integração dos Sistemas e Cadastros Sociais; Gestão e Administração do Programa; Implantação de Infra-estrutura Integrada de Comunicações – Infovia Brasil; Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal; Portal Corporativo do Governo Federal; Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos; Aprimoramento e Normatização do Portal Governo Eletrônico e Sites Coligados; Implantação da Certificação Digital na Administração Pública; e Implantação do Serviço de Diretório e Mensageria da Rede Governo.

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

O programa de Governo Eletrônico visa à ampliação do acesso do cidadão aos serviços e informações através da integração das soluções governamentais utilizando Tecnologia da Informação e Comunicação. O programa tem como principais beneficiários os cidadãos usuários de serviços prestados pela Administração Pública Federal e como parceiros órgãos e entidades de Administração Pública. Os projetos e atividades componentes do Programa Governo Eletrônico são os seguintes:

Ação 11GB - Implantação dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – E-PING

Em 2005, a SLTI publicou as versões 1.0 e 1.5 dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico – e-Ping. Esses padrões são as especificações técnicas necessárias para proporcionar a progressiva integração entre os sistemas e bancos de

dados da Administração Pública Federal e desta com os demais poderes e níveis de Governo e ainda, com as instituições e empresas que mantenham relacionamentos com a Administração Pública.

A arquitetura e-Ping define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. O conteúdo técnico abordado pela e-Ping está segmentado em: interconexão; segurança; meios de acesso; organização e intercâmbio de informações; áreas e assuntos de integração para governo eletrônico. Para cada um desses segmentos foram especificados componentes para os quais são estabelecidos políticas e padrões técnicos.

No ano de 2005 ocorreu a institucionalização da e-PING no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP). Os grupos de trabalho nos cinco segmentos da e-PING revisaram as especificações em Dezembro, originando a e-PING versão 1.5. Neste mesmo mês foi realizado seminário técnico, discutindo as especificações de cada grupo de trabalho, além da apresentação de casos de utilização.

A e-Ping representa importante marco estratégico para a construção do governo eletrônico, em sintonia com iniciativas similares que têm sido adotadas pelos países mais avançados.

Dessa forma, a integração é idéia-força fundamental na concepção do governo eletrônico, abrangendo tanto os fluxos e instâncias internas da administração pública quanto sua interação com a sociedade. Possibilita ao Estado prestar serviços e fornecer informações com maior eficiência e facilidade de acesso pelo cidadão, contribuindo com a transparência da gestão e democratização do Estado.

Mineração de dados

Mineração de dados vem se tornando, cada vez mais, uma importante ferramenta de apoio a gestão e decisão, tanto na iniciativa privada quanto pública. Entende-se por mineração de dados o conjunto de técnicas e tecnologias que permitem extrair padrões interessantes (onde o conceito de interessante é dependente do domínio da aplicação) a partir de grandes bases de dados.

Um exemplo de grande base de dados em qualquer esfera de governo são os registros de compras governamentais, que tem sido o foco da iniciativa de mineração de dados conduzida pela SLTI. Os registros de compras governamentais contém todas as compras e contratações governamentais, incluindo informações do orçamento associado aos recursos, do processo de compra em si e da conclusão da compra. Podemos identificar vários contextos onde a aplicação de técnicas de mineração de dados de compras, tais como análise de execução orçamentária, detecção de padrões de compras com vistas a identificar distorções e fraudes, gestão de estoques e de consumo de bens, racionalização do cadastro de materiais, e modelos geo-referenciados de estimativa de custos de produto e contratação de serviços.

O resultado primordial dessas análises é uma redução e racionalização de gastos governamentais, aprimorando o uso dos recursos públicos.

A SLTI participa do projeto Tamanduá, uma plataforma de serviços de mineração de dados para apoio a gestão e decisão governamentais, como interveniente técnico. Em 2005 as atividades de disponibilização e verificação de bases de compras e contratações foram priorizadas. A ferramenta será instalada na estrutura de cluster do próprio Ministério do Planejamento, onde será homologada e buscaremos identificar novas regras de utilização, tornando-a uma ferramenta de uso efetivo na estrutura governamental.

Padronização de Especificações de Equipamentos de Informática

Foi iniciado no ano de 2005 um trabalho de verificação da forma como as especificações técnicas de informática, mais especificamente estações de trabalho, estão sendo conduzidas.

Existem casos de especificação de computadores no âmbito do Governo Federal que indicam marca específica de processador ou características que prejudicam a participação de uma categoria de equipamentos.

Além dito, uma diversidade enorme de formatações de especificações e características distintas são encontrados com freqüência.

O objetivo inicial do trabalho iniciado no final de 2005 é propor uma alternativa que torne a competição justa entre fabricantes de processadores, através da utilização de indicador de mensuração (benchmark). Também está em elaboração uma proposta de padronização de especificação de equipamentos, com foco inicial em estações de trabalho, podendo ser ampliado para outros itens de TIC.

Ação 4838 – Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos

Portais de Serviços

O Portal Brasil (www.brasil.gov.br) foi disponibilizado para acesso ao público em 14 de novembro de 2005. A implantação deste portal foi construída visando a integração de conteúdos de governo, incluindo a prestação de serviços ao cidadão. A SLTI, com gestora do Programa de Governo Eletrônico, é responsável pela implementação e manutenção do Módulo de Serviços disponibilizado no Portal. Com um total de cerca de 10 mil serviços cadastrados há época do lançamento, nele são disponibilizados serviços das três esferas de governo - Federal, Estadual e Municipal, segmentados pelos seguintes perfis: cidadão, empresas, governo, eventos da vida (informações, serviços dirigidos e organizados por temas ligados às fases da vida do cidadão desde seu nascimento até sua morte), áreas de interesse e ordem alfabética. Esta iniciativa teve como objetivo principal facilitar o acesso aos serviços públicos através da disponibilização de informações ou transações na Internet no Portal do Governo Federal.

O Portal Rede Governo apresenta de forma unificada serviços das três esferas de Governo, sendo canal de acesso a serviços de governo eletrônico de estados, municípios e governo federal. Durante o ano de 2005 foram implementadas melhorias no portal visando uma melhor organização de seu conteúdo. Estas iniciativas serão continuadas no ano de 2006, com a reformulação completa e posicionamento do portal como Guia de Serviços Públicos do Governo Federal. Os últimos relatórios do Rede Governo indicam um índice de visitas de 149.626 e de 105.148 visitantes únicos

Apesar de ter seus recursos financeiros contingenciados em 2005, realizou-se 100% da meta física prevista para o ano, consistente na disponibilização de 2097 serviços em meio eletrônico. Visando a implantação de instrumentos de análise e acompanhamento permanente das ações de governo eletrônico destacam-se três projetos: Módulo de Serviços do Portal Brasil, Indicadores e Métricas de Governo Eletrônico e Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico. No âmbito dessa ação, temos:

e-MAG: Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico

Buscando promover um governo eletrônico acessível para todos, o Programa Governo Eletrônico teve o compromisso de elaborar um Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico, para o desenvolvimento e a adaptação de sítios e portais governamentais para portadores de deficiência visual e auditiva, gerando um conjunto de recomendações a serem consideradas. Tais recomendações proporcionarão que o processo de acessibilização dos sítios do Governo Brasileiro seja conduzido de forma padronizada, de fácil implementação, coerente com as necessidades brasileiras, e em conformidade com os padrões internacionais. Esse modelo é a referência de toda a instituição governamental para a construção e adaptação das suas soluções de governo eletrônico com interface Web. Com sua versão 2.0 lançada no dia 12 de dezembro de 2005, o modelo vem ao encontro das políticas públicas de tecnologia da informação empregadas pelo governo federal e foi criado especificamente para atender ao decreto número 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que Regulamenta as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, e dá outras providências. Por fim, informamos ainda que a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação está estruturando norma específica para regulamentar a implementação do Modelo no âmbito da Administração Pública Federal.

Consultas Públicas do Programa de Governo Eletrônico

Implementação das Consultas Públicas no Portal de Governo Eletrônico que visa a abrir o diálogo com a sociedade em geral para que todos possam contribuir para os processos de tomadas de decisões governamentais. Os principais resultados obtidos foram a publicação da consulta pública do e-Ping – Padrões de Interoperabilidade do Governo Eletrônico, Guia Livre – Referência de Migração para Software Livre do Governo Federal e do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico.

Indicadores e Métricas de Qualidade em Governo Eletrônico

Durante o ano de 2005 foi desenvolvida uma metodologia de avaliação de serviços públicos oferecidos por meios eletrônicos com o objetivo de fixar indicadores e métricas para medir a qualidade de um determinado serviço, considerando tanto sua conveniência para o cidadão quanto o impacto na administração pública. O seu objetivo é identificar e difundir iniciativas bem-sucedidas e, com isso, contribuir indiretamente para a melhoria da qualidade da prestação de serviços por meios eletrônicos.

Com relação à conveniência para o cidadão, os indicadores permitem avaliar a maturidade do serviço, sua orientação social, a capacidade de comunicação e influência garantida por ele, a multiplicidade de canais pelos quais o serviço é oferecido à população, a facilidade de uso, a transparência, o nível de atendimento e a confiabilidade das informações e/ou transações oferecidas em um determinado serviço eletrônico. Já com relação ao impacto na administração pública, os indicadores permitem avaliar a eficiência e efetividade do serviço prestado, a inovação organizacional e informacional oferecida por ele e a inovação tecnológica utilizada em sua elaboração.

Os indicadores a serem implementados em avaliação piloto estão descritos abaixo:

Indicadores
1. Conveniência para o Cidadão
1.1 Maturidade do serviço prestado eletronicamente
1.2 Orientação Social
1.3 Capacidade de comunicação e influência
1.4 Nível de atendimento
1.5 Multiplicidade de uso
1.6 Facilidade de uso
1.7 Transparência
1.8 Confiabilidade
2. Impacto na Administração Pública
2.1 Eficiência e Efetividade
2.2 Inovação organizacional e informacional
2.3 Inovação tecnológica

Neste momento (janeiro de 2006), esta sendo conduzida a aplicação de uma etapa piloto, com término previsto para abril deste ano. Serão avaliados 21 serviços das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e em seguida o processo será formalizado através de atos administrativos. O objetivo é estabelecer, a partir de uma avaliação anual de sítios governamentais, prática permanente que contribua para a garantia de um padrão de qualidade para a prestação de serviços públicos por meios eletrônicos.

Ação 4500 – Portal Corporativo do Governo Federal

Esta ação visa à manutenção e atualização do Portal Corporativo do Governo Federal, que está em consolidação na Administração Pública Federal. O Portal tem por objetivo a melhoria da gestão interna, oferecendo um ambiente virtual de acesso restrito e seguro à Administração Pública Federal na Internet, provendo informações e uma estrutura de trabalho colaborativa aos seus usuários, permitindo inclusive práticas de Gestão do Conhecimento.

Os principais beneficiários são todos os servidores públicos que utilizam a ferramenta. Os parceiros são as Coordenações Gerais de Modernização e Informática de cada Ministério, ou órgãos equivalentes, além do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

Por ser uma atividade, esta ação envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias a manter o Portal Governo em pleno funcionamento.

Neste sentido, a manutenção do Portal foi realizada com êxito em 2005, apesar de o prestador de serviço contratado (SERPRO) deixar a desejar em alguns aspectos.

O Portal tem se difundido nos órgãos e entidades do Governo Federal, possuindo atualmente mais de 1.900 usuários cadastrados com cerca de 100 grupos de trabalho utilizando a ferramenta.

Em relação à execução financeira, vale a pena salientar que todas as faturas encaminhadas pelo SERPRO no ano de 2005 foram devidamente analisadas e atestadas pela área técnica.

Ação 11G3 - Adoção de Novas Tecnologias Computacionais

Visa o estabelecimento de parâmetros para implantação de infra-estrutura computacional alternativa, objetivando a redução de custos e a otimização dos processos computacionais e melhoria do nível geral dos serviços, realizou-se em 2005, no âmbito da presente ação, testes de funcionamento de plataformas, normalização de processos e migrações e estudo das condições de aplicação de ferramentas e linguagens computacionais para indicativo de uso no Governo Federal.

A realização financeira alcançou 90% dos recursos previstos e se deu através de contratação estritamente relacionada à Ação Adoção de Novas Tecnologias Computacionais (0,31 % do total orçado, ou seja, R\$ 1.840,00, dos R\$ 600.000,00 previstos) e de remanejamento de recursos da ordem de R\$ 536.490,00 para contratação referente à ação correlata - Integração de Sistemas e Cadastros Sociais (Ação-Programa 04.126.8002.11G3.0001). Note-se que tal estratégia de remanejamento contribui para o alcance do objetivo central da Ação Adoção de Novas Tecnologias Computacionais, uma vez que os recursos contratados para uso em sistemas e cadastros sociais apresentam-se como aplicação efetiva dos conceitos de processamento e armazenamento distribuídos.

A meta física prevista, bem como os produtos relacionados, foram alcançados, resultando em importantes avanços na estruturação do ambiente computacional baseado em tecnologias de cluster e grid, em espaço físico da Secretaria.

Ação 3549 - Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal

A ação busca a concepção, o desenvolvimento e a implantação de solução automática de interoperabilidade que viabilize a integração dos Sistemas de Gestão Administrativa de Governo, SGAs ou Sistemas Estruturadores do Governo com os Sistemas Corporativos externos da Administração Pública.

Com o empenho de R\$ 1.356.966,00 dos R\$ 2.5 milhões previstos, se alcançou o percentual de 54,28% da aplicação dos recursos. Ainda foram utilizados R\$ 44.500,00 de ação advinda da Integração de Cadastros Sociais. A meta física prevista para o ano de 2005 foi alcançada em resultando na implantação do Sistema Integrado de Estruturas de Governo – SIEG, que possibilita que os Sistemas Estruturadores se relacionem através de uma única tabela de órgãos. Esta iniciativa vai garantir para 2006 a organização de uma estrutura permanente de serviços de informações e de troca de mensagens e dados entre os SGAs e os sistemas corporativos que aderirem ao SIEG através de Arquitetura SOA (WebServices), bem como disponibilizar eventos e objetos de integração, máquina a máquina, na forma de serviços de interface. Além dos efeitos positivos na racionalização das ações governamentais, os resultados obtidos acarretarão impactos positivos na democratização do acesso a informações de interesse público.

Deve-se registrar que foram também realizados esforços para integração de cadastros sociais. Os principais resultados alcançados nesta linha foram: a elaboração de diagnóstico aprofundado sobre a situação atual dos cadastros e de plano de implementação da integração, a ser implementado no próximo exercício.

Ação 11G8 - Integração de Sistemas e Cadastros Sociais

A iniciativa visa o estabelecimento de condições metodológicas e tecnológicas para integração das diversas bases de dados referentes a cidadãos no âmbito de Políticas Sociais, na perspectiva de que informações confiáveis, atualizadas e completas sobre cidadãos, suas condições de moradia e renda, bem como seus vínculos com programas sociais sejam insumos indispensáveis para a eficácia da gestão de programas e ações sociais.

Tendo em vista diagnóstico sobre os cadastros sociais produzido durante o ano de 2004, no qual ficou evidenciado o grau de problemas de qualidade das informações em questão (sub notificação de óbitos, imprecisão de endereços e dados de identificação, potencial de duplicidades não detectadas) as atividades realizadas focaram as condições para implantação de ambiente integrado Gestão da Qualidade de Informações Sociais. Neste sentido, foi realizada Chamada Pública de Propostas de software que atendessem à demanda, seguida por provas de conceito de soluções, especificação dos requisitos e condições gerais de contratação do software e a efetivação da contratação, realizada a partir de Pregão Eletrônico.

O conjunto de atividades realizadas resultou em necessidade de recursos bastante superiores ao orçamento (R\$ 1.417.000 x R\$ 540.000), tendo sido então conduzida negociação no sentido de acrescer ao valor originalmente orçado para a ação Integração de Sistemas e Cadastros Sociais no exercício, recursos orçados para ações correlatas.

A meta física prevista foi alcançada resultando na estruturação inicial de ambiente computacional para tratamento das informações sociais, potencialmente aplicável ao conjunto dos cadastros sociais. O uso piloto dos recursos, previsto para ser conduzido em parceria com MPS/INSS/Dataprev e MDS durante o primeiro semestre de 2006, será focado na melhoria das informações relacionadas aos óbitos e qualificação de dados referentes a beneficiários da LOAS.

Ação 3543 - Implantação da Infra-estrutura Integrada de Comunicações – Infovia Brasil

Esta ação objetiva implantar uma infra-estrutura integrada de telecomunicações (voz, dados e imagem) com qualidade adequada às necessidades da Administração Pública Federal, com redução dos gastos e aumento da capilaridade da rede governamental. Com esta infra-estrutura, também será possível disponibilizar novos serviços de telecomunicações, como vídeo-conferência e telefonia IP.

Todos os órgãos e entidades abrangidos pela infra-estrutura serão diretamente beneficiados com este projeto, pois contarão com uma rede de telecomunicações mais efetiva e menos onerosa do que a atual. Tais órgãos são os principais parceiros na construção desta Infovia.

O projeto de implantação tem duração prevista entre 2004 e 2007, sendo que sua execução física foi estimada em 20%, 30%, 20% e 30%, para 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Para 2004 foi planejada a implantação da rede em Brasília e, em 2005, sua consolidação e expansão nesta Capital. Para 2006 e 2007 está planejada a implementação da rede em nível nacional. Os 30% previstos para 2005 foram integralmente executados. Com relação aos recursos financeiros, foram empenhados 85,24% dos recursos previstos (R\$ 1.611.011,00 de R\$ 2.100.000,00), sendo que parte deste valor será paga em 2006. Além disso, já estão sendo viabilizadas as metas para 2006, que consistem em levar os benefícios da Infovia para outras regiões do país.

Ação 5272 - Implantação da Certificação Digital na Administração Pública

Esta ação visa a regular o uso de certificados digitais para os usuários e sistemas de gestão governamental e dirigentes e servidores públicos que necessitem dessa tecnologia em suas atribuições funcionais. Disponibilizar recomendações e diretrizes que possam ser adaptadas a necessidades específicas de cada órgão ou entidade, visando sempre à melhoria da qualidade de segurança da informação nesses ambientes.

A APF é a grande beneficiária desta ação como um todo, pois contará com mecanismos efetivos de segurança para garantir a autenticidade das informações trafegadas em seus sistemas.

Por sua vez, os agentes públicos e os sistemas de gestão que serão certificados nesta etapa são os grandes parceiros do Projeto.

A atuação da SLTI na área de segurança da informação contempla a elaboração de diretrizes, normas e a supervisão técnica no âmbito da Administração Pública Federal. Ao longo de 2005, foram realizadas, dentre outras, as seguintes atividades:

- elaboração de propostas de Decretos e Resoluções relacionadas com a segurança da informação;
- definição das diretrizes da política de segurança da Infovia Brasil;
- consolidação de três guias de referência para a segurança da informação para a Administração Federal nos níveis técnico, gerencial e de usuários;
- participação nos Grupos Técnicos da e-PING; e
- elaboração, em conjunto com o SERPRO, do projeto de certificação dos sistemas de gestão governamental, a ser implementado em três etapas bem identificadas (Brasília - Projeto piloto, capitais dos Estados, e cidades do interior na terceira etapa).

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

O indicador vinculado ao Programa é “Número de Serviços Ofertados”, um indicador de eficácia. A Gerência do Programa, entretanto, manifestou sua intenção de apontar sua precariedade por ocasião do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual por parte dos órgãos setoriais (prazo a partir de 6/02) para, em seguida, propor sua reforma no Projeto de Lei de Revisão do PPA (até 30/03).

Cada uma das ações compreendidas no Programa ostenta seu respectivo indicador. A Tabela 1 dá conta dessa correspondência:

Tabela 1 – Ações do Programa Governo Eletrônico e seus indicadores

Ação	Indicador
Implantação dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico - e-ping	Especificações Publicadas (unidade)
Adoção de novas tecnologias computacionais	Tecnologia implantada (unidade)
Integração dos sistemas e cadastros sociais	Sistema Integrado (unidade)
Gestão e administração do programa	-
Implantação de infra-estrutura integrada de comunicações - infovia brasil	Infovia implantada (% de execução física)
Integração dos sistemas informatizados do governo federal	Estrutura de integração implantada (unidade)
Portal Corporativo do Governo Federal	Portal mantido (unidade)

Ação	Indicador
Sistema de atendimento ao cidadão por meios eletrônicos	Serviço prestado (unidade)
Aprimoramento e normatização do portal governo eletrônico e sites coligados	Projeto executado (% de ação física)
Implantação da certificação digital na administração pública	Certificação digital implantada (% de execução física)
Implantação do serviço de diretório e mensageria da rede governo	Serviço implantado (% de execução física)

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

As metas físicas e financeiras para cada uma das ações no âmbito do Programa Governo Eletrônico encontram-se tabuladas abaixo:

Tabela 2 – Execução física e financeira do Programa Governo Eletrônico

Ação	% Execução Física	% Execução Financeira
Implantação dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico - e-ping	100%	57,59%
Adoção de novas tecnologias computacionais	100%	0,31%
Integração dos sistemas e cadastros sociais	100%	100%
Gestão e administração do programa	100%	24,02%
Implantação de infra-estrutura integrada de comunicações - infovia brasil	100%	85,24%
Integração dos sistemas informatizados do governo federal	100%	54,28%
Portal Corporativo do Governo Federal	100%	85,32%
Sistema de atendimento ao cidadão por meios eletrônicos	100%	94,06%
Aprimoramento e normatização do portal governo eletrônico e sites coligados	100%	76%
Implantação da certificação digital na administração pública	-	-
Implantação do serviço de diretório e mensageria da rede governo	16,64%	50,77%

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

São utilizados apenas parâmetros de desempenho das ações, calculados com base nas previsões corrigidas/limites e metas realizadas pela gerência do Programa, e que expressam a execução física e financeira de cada ação.

3.2 DESCRIÇÃO E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Não se aplica.

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO / MEDIÇÃO

Não se aplica.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO

Não se aplica.

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Programa governamental 8002 – Governo Eletrônico, cujas seguintes ações são executadas pela Secretaria: Implantação dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-ping; Adoção de Novas Tecnologias Computacionais; Integração dos Sistemas e Cadastros Sociais; Gestão e Administração do Programa; Implantação de Infra-estrutura Integrada de Comunicações – Infovia Brasil; Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal; Portal Corporativo do Governo Federal; Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos; Aprimoramento e Normatização do Portal Governo Eletrônico e Sites Coligados; Implantação da Certificação Digital na Administração Pública; e Implantação do Serviço de Diretório e Mensageria da Rede Governo.

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Tabela 3 – Ações do Programa Governo Eletrônico e seus indicadores

Ação	Indicador
Implantação dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico - e-ping	Especificações Publicadas (unidade)
Adoção de novas tecnologias computacionais	Tecnologia implantada (unidade)
Integração dos sistemas e cadastros sociais	Sistema Integrado (unidade)
Gestão e administração do programa	-
Implantação de infra-estrutura integrada de comunicações - infovia brasil	Infovia implantada (% de execução física)
Integração dos sistemas informatizados do governo federal	Estrutura de integração implantada (unidade)
Portal Corporativo do Governo Federal	Portal mantido (unidade)

Ação	Indicador
Sistema de atendimento ao cidadão por meios eletrônicos	Serviço prestado (unidade)
Aprimoramento e normatização do portal governo eletrônico e sites coligados	Projeto executado (% de ação física)
Implantação da certificação digital na administração pública	Certificação digital implantada (%de execução física)
Implantação do serviço de diretório e mensageria da rede governo	Serviço implantado (% de execução física)

4.3 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Tabela 4 – Execução física e financeira do Programa Governo Eletrônico

Ação	% Execução Física	% Execução Financeira
Implantação dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico - e-ping	100%	57,59%
Adoção de novas tecnologias computacionais	100%	0,31%
Integração dos sistemas e cadastros sociais	100%	100%
Gestão e administração do programa	100%	24,02%
Implantação de infra-estrutura integrada de comunicações - infovia brasil	100%	85,24%
Integração dos sistemas informatizados do governo federal	100%	54,28%
Portal Corporativo do Governo Federal	100%	85,32%
Sistema de atendimento ao cidadão por meios eletrônicos	100%	94,06%
Aprimoramento e normatização do portal governo eletrônico e sites coligados	100%	76%
Implantação da certificação digital na administração pública	-	-
Implantação do serviço de diretório e mensageria da rede governo	16,64%	50,77%

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO

O resultado geral evidenciado pelas Tabelas 3 e 4 acima se revela plenamente satisfatório à luz dos parâmetros empregados na análise.

Sobre a ação “Implantação da certificação digital na administração pública”, cabe ponderar que seu custo elevado e a sustentação operacional que seria de responsabilidade do SERPRO tornaram-se um obstáculo e, portanto, obrigam a uma revisão nas ações e estratégias de execução do projeto. A dotação orçamentária de R\$ 500.000,00 não foi utilizada devido à revisão e reprogramação das etapas do projeto que está sob a coordenação da SLTI/DSR/MP em conjunto com o SERPRO-MF e o ITI/PR e, ainda, 456 órgãos públicos Federais, estaduais e municipais usuários de 29

sistemas de informações (SISCOMEX, MERCANTE, ALICE, Sistemas Internos do MT, SIAFI, Sistemas de Trânsito – Renavam, RENACH, SFIT, RAIS, Sistemas da Controladoria Geral da União, Sistemas da Polícia Rodoviária Federal, Sistemas da Procuradoria Geral da Fazenda, Sistemas da Advocacia Geral da União, COMPROT, SIADS, SIAPE, SIASG, COMPRASNET, SIDOR, Sistemas da Secretaria de Patrimônio da União, SIORG, Portal Governo, Sistema de Controle de Passagens e Diárias do MP, Sistema de Integração de Protocolos do MP, e Sistemas da Secretaria da Receita Federal SRF/ MF). Portanto, a complexidade técnica, a dispersão espacial e geográfica dos órgãos hospedeiros e usuários, a quantidade de servidores envolvidos, o treinamento e a sustentação física, lógica e outras questões de gerenciamento, determinaram uma nova metodologia e estratégias de implementação do projeto.

Quanto à ação “Implantação do serviço de diretório e mensageria da rede governo”, tem-se que, no ano de 2004, o serviço foi implantado com sérias dificuldades, devido a deficiências do prestador de serviço; entretanto, no ano de 2005, o serviço praticamente não foi prestado. Como o SERPRO não tem conseguido prestar o serviço de Diretório e Mensageria, parte das faturas nem foram emitidas, o que explica a baixa execução financeira. Portanto, e tendo em vista sua baixa relação de benefício x custo em frente a outros projetos em andamento, este serviço será descontinuado para o ano de 2006.

Por fim, a respeito do “Portal Corporativo do Governo Federal”, sublinhe-se que as faturas foram recebidas e atestadas mensalmente pela área técnica. Entretanto, o pagamento não deve ter sido executado na mesma velocidade pela área financeira, o que explica a concentração da execução orçamentária em alguns meses e a não totalidade da execução ao fim do exercício.

5) MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Programa governamental 8002 – Governo Eletrônico, cujas seguintes ações são executadas pela Secretaria: Implantação dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – e-ping; Adoção de Novas Tecnologias Computacionais; Integração dos Sistemas e Cadastros Sociais; Gestão e Administração do Programa; Implantação de Infra-estrutura Integrada de Comunicações – Infovia Brasil; Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal; Portal Corporativo do Governo Federal; Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos; Aprimoramento e Normatização do Portal Governo Eletrônico e Sites Coligados; Implantação da Certificação Digital na Administração Pública; e Implantação do Serviço de Diretório e Mensageria da Rede Governo.

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

No tocante ao Programa Governo Eletrônico, a coordenação e articulação das iniciativas de Governo Eletrônico não encontraram óbice.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Não se aplica.

5.4 RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Não se aplica.

6) TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Não se aplica.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADAS PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

8.1 DEMONSTRATIVOS DO FLUXO PREVISTO E DO FLUXO REALIZADO

Não se aplica.

8.2 AVALIAÇÃO CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS PROJETOS (INCLUSIVE QUANTO AOS OBJETIVOS E METAS PREVIŠTOS VS REALIZADOS)

Não se aplica.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Não se aplica.

2) OBJETIVOS E METAS

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: 0798 – COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Gerente do Programa: Rogério Santanna dos Santos

Coordenador das Ações: Loreni Fracasso Foresti

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Contratações de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

O programa de Compras Governamentais que visa “otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo Federal, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, entidades conveniadas e que aderirem ao sistema, fornecedores e prestadores de serviços”, como acima foi dito, trata das compras do setor público, dos serviços gerais e concessão de diárias e passagens,

O Programa de Compras Governamentais compõe-se das seguintes ações:

Ação: 04.122.0798.4077.0001 – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG

Descrição da Ação

Fazer a gestão das compras governamentais por meio da manutenção e operação do Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG e do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, bem como fornecer o suporte técnico e a capacitação dos usuários e fornecedores das compras governamentais, além do gerenciamento da evolução dos sistemas de acordo com as alterações da legislação e das normas vigentes.

Ao Departamento de Logística e Serviços Gerais - DLSG, órgão da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, nos termos do Art. 25 do Decreto nº 3.858, de 4 de julho de 2001, que aprovou a nova estrutura regimental e quadro demonstrativo dos Cargos em Comissão e DAS - Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, compete:

- Formular e promover a implementação de políticas e diretrizes relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços de transportes, de comunicações administrativas e de licitações e contratos, adotadas na Administração Federal direta, autárquica e fundacional.
- Gerenciar e operacionalizar o funcionamento sistêmico das atividades do SISG, por intermédio da implantação, supervisão e controle do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.
- Gerenciar, desenvolver e operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

Principais resultados alcançados

Durante o exercício de 2005 foram realizados os seguintes projetos:

- Modernização do SIASG/COMPRASNET;
- Ampliação do uso de compras eletrônicas no âmbito dos Sistemas de Pregão Eletrônico e Presencial e Cotação Eletrônica de Preços;
- Implantação do Portal de Medicamentos;
- Descentralização e Especialização da Catalogação de Materiais;
- Registro de contratos e convênios dos órgãos integrantes do Orçamento Geral da União (LDO 2004); e
- Desenvolvimento, em conjunto com o Ministério da Defesa, do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT.

Além dos projetos acima listados, foram desenvolvidas diversas atividades inerentes à utilização dos sistemas de compras, dentre as quais destacamos:

- Treinamento de usuários, especialmente no uso do Pregão Eletrônico;
- Manutenção adaptativa e disponibilização (produção) dos sistemas; e
- Provimento de suporte técnico aos usuários dos sistemas de compras.

Ações Vinculadas à Modernização dos Sistemas de Compras

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, exige permanente manutenção e evolução na busca de melhor atender à Administração Pública, propiciando agilidade e transparência, bem como fornecendo informações cada vez mais precisas e confiáveis.

Os sistemas integrantes do SIASG, em especial Comprasnet, no âmbito de sua abrangência, possibilitam a interação da Administração Pública com os fornecedores e com a sociedade de geral. Assim, é mister que os sistemas de compras eletrônicas sejam também constantemente modernizados, com o objetivo de facilitar o seu uso.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo DLSG, com intuito de complementar e otimizar os sistemas, incluíram praticamente todos os subsistemas do SIASG. Dentre elas, merecem destaque as ações relativas à ampliação do uso de compras eletrônicas, à criação do Portal de Medicamentos, às implementações necessárias ao atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e ao início do desenvolvimento do SINACAT. Dada a importância destas ações, as mesmas serão apresentadas a seguir em itens específicos.

Ações vinculadas à ampliação do uso de compras eletrônicas no âmbito dos Sistemas de Pregão Eletrônico e Presencial e Cotação Eletrônica de Preços – COMPRASNET.

Na área de compras, tem-se atuado com grande ênfase na disseminação de procedimentos de licitação mais simplificados, que intensificam a competição entre os fornecedores. A disseminação do pregão eletrônico tem sido priorizada desde 2003 e pretende-se que venha a se converter na modalidade mais utilizada, nos próximos dois anos. Além do pregão, outras inovações nas compras tais como o registro de preços, o catálogo com as especificações técnicas dos bens e serviços adquiridos pela administração pública, a divulgação de todas as licitações na Internet e o uso intensivo da informática nos procedimentos de compra, são importantes pontos que têm sido reforçados nos últimos três anos.

O Projeto de ampliação de uso das compras governamentais com a utilização de tecnologia da informação e comunicação, especialmente do Pregão Eletrônico, tem por objetivo estabelecer as condições necessárias requeridas pelos usuários, para a utilização plena do pregão na forma eletrônica. Para tanto, especificações de sistema foram redefinidas, além das adequações de aperfeiçoamento das ferramentas de apoio.

Com a edição do Decreto nº 5.450/2005, e considerando-se as ações implementadas e em andamento, até a presente data, relativamente às adequações e funcionalidades implantadas no Sistema de Pregão Eletrônico, bem como a formação e capacitação de pregoeiros realizadas, percebe-se um aumento significativo nos pregões eletrônicos realizados, principalmente a partir de julho/2005.

Em novembro de 2005, o Pregão Eletrônico foi homologado pelo BIRD e BID como procedimento de compras eletrônicas que atende com satisfação os critérios de transparência, agilidade, nível de competição elevado, democratização, baixo custo e segurança de sistema. Com isso, todas as licitações que ocorrerem no Brasil no

exercício de 2006, com recursos oriundos daqueles organismos deverão, preferencialmente, ser realizadas no COMPRASNET, o qual passa a ser o primeiro sistema eletrônico no mundo a ser homologado e inteiramente adotado pelos organismos citados.

Principais melhorias no COMPRASNET realizadas em 2005:

- Acompanhamento em tempo real pela sociedade de todas as etapas da Sessão Pública, inclusive o desdobramento dos recursos interpostos;
- Encaminhamento de e-mails informando aos fornecedores sobre os recursos;
- Restrição do uso de acesso ao Chat de Comunicação aos fornecedores;
- Homologação, Revogação e anulação por itens (o pregão terá prosseguimento independente que sofrerem recurso);
- Reformulação, pelo fornecedor, de planilha de preços atualizada, na etapa de aceitação;
- Disponibilizada, no Pregão Eletrônico, consultas completas a propostas encaminhadas pelos fornecedores, já na etapa de aceitação;
- Disponibilizado, a partir de 1º de julho de 2005, aos usuários do COMPRASNET, o Ambiente de Treinamento do Pregão Eletrônico;
- Possibilidade do envio e registro de lances pelos fornecedores possibilitando a disputa dos 2º, 3º, 4º,... lugares, permitindo, caso o primeiro colocado não honre o compromisso, contratar com o 2º colocado por um preço acessível, disputado na etapa de lances;
- Registro e divulgação, por meio do COMPRASNET, das impugnações e esclarecimentos sobre Editais;
- Implementação no SIDEC/SIASG, de campo específico para registro de justificativa da não-utilização do Pregão Eletrônico;
- As decisões dos recursos somente serão encaminhadas à autoridade competente quando o pregoeiro mantiver a sua decisão;
- Funcionalidade para elaboração de ata complementar do pregão eletrônico.

Ações Vinculadas à Implantação do Portal de Medicamentos

A construção do Portal de Medicamentos e Correlatos, em 2005, deu-se através de parceria entre o Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento e SERPRO.

O site constitui uma nova ferramenta da gestão pública de saúde, capaz de viabilizar a redução de custos das compras governamentais e o aumento da transparência nas aquisições. Munido de um banco de dados confiável e consolidado, o Portal de

Medicamentos reúne todas as informações relativas às aquisições de medicamentos e correlatos, possibilitando uma pesquisa fácil e ágil sobre as compras efetuadas pelo Governo.

As respectivas Atas de Registro de Preços estão disponíveis para os interessados, nas três esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal), bem como para os órgãos e entidades que aderirem ao COMPRASNET. O Portal de Compras de Medicamento do Governo tem por objetivo divulgar todos os processos e contratos de compras de medicamentos, tanto diretamente, pelo Governo Federal, como também pelos Estados e Municípios, promovendo a concentração de dados para divulgação em formato único, facilitando o acesso por parte dos fornecedores e da sociedade em geral. As informações sobre licitações, contratos, preços praticados e download de itens de medicamentos podem ser acessadas a partir de link específico no Portal COMPRASNET, através do endereço www.comprasnet.gov.br.

Ao agregar as informações relacionadas a preços, trâmites licitatórios e contratos de aquisição de medicamentos e correlatos, o Portal de Medicamentos torna os processos de compra mais transparentes. Órgãos públicos, sejam da esfera federal, estadual ou municipal, podem recorrer ao banco de dados. Administradores e gestores do setor de compras têm o Portal como fonte segura de consulta, fato esse fundamental para a tomada de decisão administrativa.

O próximo passo do projeto é propiciar o recebimento integral de informações sobre aquisições de medicamentos realizadas por estados e municípios, bem como melhorar ainda mais as possibilidades de pesquisa e análise de dados do portal. Estimativas iniciais do Governo são de que a economia anual gerada pelo uso dos instrumentos e das informações do Portal pode atingir R\$ 700 milhões a R\$ 1,3 bilhões.

Ações Vinculadas à Descentralização de Catalogação

A criação de equipes técnicas especializadas em catalogação de materiais e serviços, denominadas Agências de Catalogação, viabiliza a identificação, classificação e descrição detalhada dos itens de materiais e serviços de maior consumo pelo respectivo órgão, facilitando e agilizando, sobremaneira, a padronização dos materiais e serviços que compõem o Catálogo. Com este objetivo foram executadas as seguintes ações durante o ano de 2005:

- Implantada a Unidade de Catalogação de Medicamentos e Materiais Médicos-hospitalares, no Ministério da Saúde;
- Implantada a Unidade de Catalogação na ELETROBRÁS;
- Planejadas as implantações de mais 03 (três) Unidades Catalogadoras – UC: MEC, MD e MAPA.

Ações Vinculadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2005

- Sistema de Convênio – SICONV

Implantado em Julho/2005, o Sistema de Gestão de Convênios – SICONV tem por objetivo permitir o registro, por parte dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento

da União, de informações referentes aos convênios ou outros instrumentos congêneres, com a identificação dos respectivos programas de trabalho, mantendo atualizados os dados referentes à execução física e financeira.

O objetivo é criar canais para uma melhor fiscalização dos convênios que vêm sendo firmados no âmbito da Administração Pública, reduzindo a ocorrência de irregularidades na gestão de recursos federais pelos estados e municípios e permitindo que recursos sejam aplicados de forma mais eficiente, eficaz e econômica. O SIASG, um dos sistemas estruturadores do Governo e tem o compromisso de dar publicidade de suas matérias no Diário Oficial da União foi escolhido como ferramenta de apoio à determinação legal. Neste sentido, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, por intermédio do Departamento de Logística e Serviços Gerais, tem investido na sistematização das rotinas e procedimentos destinados a melhorar a eficiência e a qualidade na utilização do Sistema.

O SICONV, integrado ao Sistema de Administração Financeira – SIAFI, possibilita o acesso aos dados relativos aos convênios, permitindo maior controle e transparência na utilização dos recursos federais. Tal integração permite o pronto registro e a geração automática de empenhos no SIAFI.

Após a implantação do referido sistema foi necessário melhorar algumas funcionalidades de fundamental importância para seu bom desempenho e utilização por parte dos usuários do SIASG, conforme descrição abaixo:

- Rotina para recebimento de dados das entidades não integrantes do SISG – Sistema de Serviços Gerais, relativamente ao Cronograma Físico e Financeiro do Contrato de Convênio;
- Manual XML para entidades não SISG do Contrato e do Cronograma Físico e Financeiro.
- Transação no SICONV que possibilita a “PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO” de convênio, com publicação no Diário Oficial da União.
- Transação no SICONV convênio, que possibilita o “APOSTILAMENTO” de convênio, sem publicação no Diário Oficial da União.
- Transação no SICONV que possibilita a “SUBROGAÇÃO” de convênio.
- Criar transação no SICONV que possibilita o “EMPENHO CONTINUADO” do convênio.
- Transação no SICONV que possibilita o registro de convênio para entidades não SISG, com previsão de transferência de dados de convênio por transferência eletrônicas de dados (XML) para os órgãos/entidades que possuem sistema próprio de registro.
- Transação no SICONV que possibilita o registro de convênio do tipo “ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA” (depende do SIAFI).

Ações vinculadas ao desenvolvimento, em conjunto com o Ministério da Defesa, do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT

Com previsão de conclusão em Julho/2006, o Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT tem por objetivo estabelecer uma linguagem única de catalogação de materiais, para uso das Forças Armadas e de todo o segmento civil, por meio do desenvolvimento e utilização de um mesmo sistema, possibilitando maior gerenciamento logístico.

Ações vinculadas ao Treinamento Operacional do SIASG/COMPRASNET

O treinamento operacional do SIASG tem o objetivo de oferecer informações normativas e operacionais sobre os Módulos SICAF, SIDEC, SISPP, SISME e SICON, visando a habilitação de servidores públicos federais que participam direta ou indiretamente dos processos de licitação (compras/contratações e pagamentos) nas Unidades Administrativas incumbidas especificamente das atividades de Serviços Gerais nos respectivos Ministérios (Órgãos Setoriais) e nas Autarquias e Fundações – Órgãos Seccionais, de modo a viabilizar maior articulação sistêmica, e, ao mesmo tempo, criar condições para melhoria efetiva da performance da Administração Pública Federal.

Com o advento da publicação do Decreto 5450/05, de 31/05, que trata da obrigatoriedade do uso de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, a partir de 01/07/2005, o Departamento de Logística e Serviços Gerais empreendeu esforços na capacitação de servidores da APF, Fundações e Autarquias, como foco no sistema SIASG, na modalidade Pregão Eletrônico.

Os treinamentos se deram em quatro frentes distintas, a saber:

- Cursos ministrados pelo SERPRO
- Cursos ministrados pela ENAP
- Cursos ministrados pelo MP
- Realização de videoconferências

Várias turmas ministradas pelo MP foram realizadas com instrutoria de multiplicadores em Pregão Eletrônico. Até a presente data, o MP capacitou 325 multiplicadores em Pregão Eletrônico, além dos 34 pregoeiros de órgãos não-SISG. No mesmo período, o SERPRO capacitou 1.132 em Pregão Eletrônico, em vários Estados.

A ENAP foi contratada para realização do Programa de Capacitação em Gestão de Logística Pública em 2005, com continuidade prevista para 2006. Até a presente data, a ENAP capacitou 257 usuários em Pregão Eletrônico.

O destaque da capacitação foram os vários eventos de videoconferência nas Unidades Regionais do SERPRO, e também nas Assembléias Legislativas do Estados, em parceria com o Programa INTERLEGIS do Senado Federal. Foram treinados 4.790 usuários através de videoconferências, nas áreas de legislação e pregão eletrônico.

Ações vinculadas à Manutenção do SIASG e suporte técnico aos usuários dos sistemas de compras

Essa atividade consiste basicamente em:

- Processar e armazenar as informações relativas às compras e contratações da Administração Direta, Autárquica e Fundacional;
- Prover recursos de manutenção do sistema de compras governamentais; e
- Prover suporte técnico ao uso do sistema

Em 2005, foi firmado um novo contrato com o SERPRO, em que se objetivou a adoção de critérios mais claros de avaliação dos níveis de serviço prestados pela empresa. Com isso, espera-se a obtenção de maior qualidade na prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico.

Ações vinculadas ao mapeamento dos processos de compras

Iniciado o processo licitatório para contratação de empresa especializada na atividade. O processo está sendo conduzido pelo PNUD, com recursos do PMPEF.

Em complementação aos resultados alcançados acima dispostos, foram efetuadas 1.073 orientações escritas aos órgãos da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, conforme quadro abaixo.

Análise sucinta sobre o alcance das metas previstas

O sistema teve 100% de disponibilidade para os usuários, conforme demonstrado no item anterior.

Além da meta estabelecida foram implantadas melhorias e novas funcionalidades no sistema de Pregão Eletrônico; implantado o Portal de Medicamentos e o Sistema de Gestão de Convênios.

Benefícios para a sociedade

O aumento do uso do sistema de compras via Pregão Eletrônico, as informações disponibilizadas no Portal de Medicamentos bem como a utilização do sistema de gestão de convênios trouxeram uma maior transparência dos gastos públicos, com aumento do poder de fiscalização pela sociedade.

2.3 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Os resultados foram medidos apenas em termos de eficiência, ou seja, desempenho físico e financeiro. Ainda não são utilizados indicadores propriamente ditos.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Compras Governamentais						
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	1	1	100	14.679.999,00	14.679.999,00	100
Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços	6	9	150	-	-	-
Otimização de Processos Administrativos	2	2	100	2.330.091,90	1.800.000,90	77,2
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	1.323.541,81	1.323.541,81	100

QP = quantidade prevista

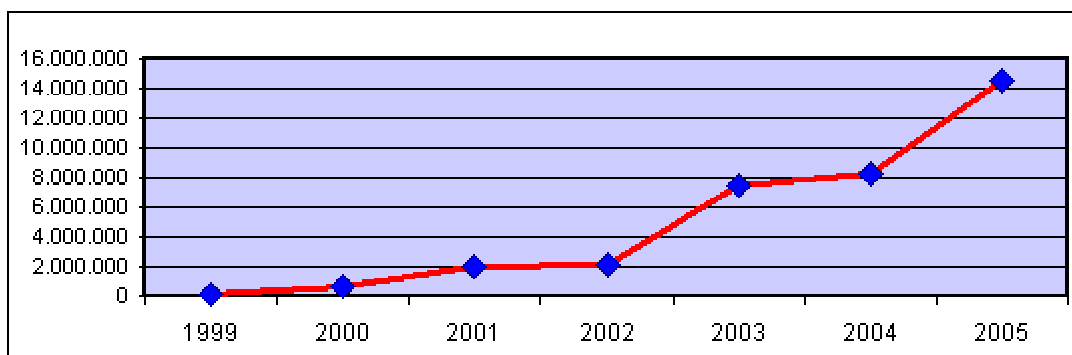
QR = quantidade realizada

(*) = Sem unidade de medida

Estatísticas Básicas do SIASG: até dezembro de 2005

Em 2005 houve um grande crescimento na utilização de compras eletrônicas, com um total de 14.300.649 visitas ao Comprasnet, e cerca de 45.000 avisos de licitações publicadas no site.

Demonstrativo de acesso ao site Comprasnet



Evolução mensal das Compras por Modalidade – 2005

Quantidade de Compras no ano de 2005													
Modalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CV	141	305	862	1.151	1.488	1.910	1.825	1.305	909	1.111	1.702	1.982	14.691
TP	82	115	132	194	211	222	173	184	133	152	206	494	2.298
CO	39	55	44	49	65	53	58	43	47	49	56	119	677
CI	00	01	00	03	08	01	05	09	04	09	09	36	85
PE	71	84	158	200	276	342	488	936	1.524	1.694	2.632	5.488	13.893
PP	266	359	545	658	823	868	705	546	451	399	442	962	7.024
CR	00	00	00	00	00	01	00	00	00	01	00	02	04
DL	2.380	12.832	22.947	23.054	24.127	23.747	22.138	22.933	21.169	22.857	29.953	41.693	269.830
IL	695	1.703	1.261	943	787	807	630	800	750	640	914	1.522	11.452
Total	3.674	15.454	25.949	26.252	27.785	27.951	26.022	26.756	24.987	26.912	35.914	52.298	319.954

Legenda:

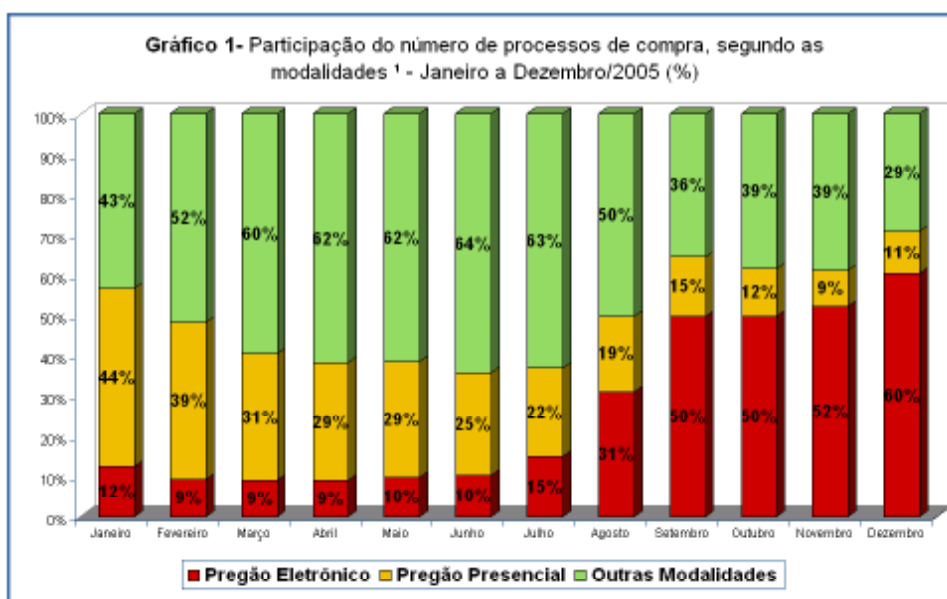
CV - Convite	TP - Tomada de Preços
CO - Concorrência	CI - Concorrência Internacional
PE - Pregão Eletrônico	PP - Pregão Presencial
DL - Dispensa de Licitação	CR - Concurso
IL - Inexigibilidade de Licitação	

Valor das Compras por Modalidade – 2005

Modalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CV	6.684.881,51	8.663.222,55	17.370.704,80	23.809.480,19	26.635.817,14	33.614.273,59
TP	14.377.784,19	17.182.655,96	21.752.231,28	26.509.194,81	31.678.140,05	31.388.718,21
CO	34.891.462,39	88.826.794,14	98.887.607,33	488.121.991,78	230.404.484,09	96.670.902,07
CI	0,00	108.607.946,75	0,00	28.458.077,11	1.647.562,90	69.900,00
PE	18.256.777,40	27.524.631,59	50.005.788,05	37.915.311,33	73.724.678,56	107.486.249,16
PP	255.780.609,10	570.065.289,29	347.454.769,18	342.790.709,14	196.387.943,59	514.495.903,97
CR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DL	505.909.937,86	239.657.466,68	271.791.135,09	195.975.515,33	525.071.593,03	196.520.808,36
IL	419.609.148,01	989.270.636,71	308.314.558,06	359.990.927,90	462.389.509,68	82.872.115,64
Total	1.255.510.600,46	2.049.798.643,67	1.115.576.793,79	1.503.571.207,59	1.547.939.729,04	1.063.148.871,00

Mod.	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
CV	34.994.037,83	24.026.033,43	17.531.427,99	18.833.078,51	30.308.148,79	57.687.353,31	300.158.459,64
TP	28.557.712,93	31.951.450,61	28.773.503,81	33.152.989,76	38.306.889,95	146.050.609,52	449.681.881,08
CO	319.258.510,44	86.641.858,86	137.649.325,12	186.337.573,75	200.964.061,95	637.673.344,82	2.606.327.916,74
CI	1.615.741,50	1.461.006,51	14.183.947,26	18.165.312,35	1.507.497,07	52.271.769,85	227.988.761,30
PE	95.307.285,41	285.588.262,74	179.581.884,30	322.004.032,70	605.625.905,14	1.581.448.713,88	3.384.469.520,26
PP	251.098.575,09	297.253.864,40	119.006.172,19	185.811.973,21	178.170.506,67	1.383.610.744,47	4.641.927.060,30
CR	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	22.000,00	122.000,00
DL	297.591.695,33	207.987.465,79	121.760.289,15	366.479.604,67	303.458.330,31	1.016.301.057,07	4.248.504.898,67
IL	199.958.338,18	297.243.619,92	473.605.505,87	85.259.829,10	336.968.151,24	843.409.935,03	4.858.892.275,34
Total	1.228.381.896,71	1.232.153.562,26	1.092.092.055,69	1.216.114.394,05	1.695.309.491,12	5.718.475.527,95	20.718.072.773,33

Evolução do Uso do Pregão Eletrônico nas Compras Públicas Federais



2) OBJETIVOS E METAS

Ação: 3554 – Revisão do Sistema Jurídico Relativo a Contratações de Bens, Obras e Serviços

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 0798

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Contratações de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

Descrição da ação

Análise e discussão do arcabouço jurídico-legal vigente, com a identificação de lacunas, limitações e falhas e subsequente elaboração e implementação de nova legislação, das normas, infra-normas e dos procedimentos dela decorrentes, bem como orientar os órgãos integrantes do SISG em relação à interpretação e operacionalização das normas de contratações públicas.

Realizar estudos, propor melhorias na Legislação e desenvolver políticas públicas sobre:

- Licitações e contratos, em especial para o pregão, presencial e na forma eletrônica, e cotação eletrônica;
- Uso das contratações públicas como instrumento de política industrial e social;
- Apoio técnico-jurídico às negociações internacionais sobre compras governamentais;
- Contratação de empresas de prestação de serviços – auxiliares, acessórios, técnico especializado, consultoria, locação e de fornecimento (vigilância, telefonia, passagens aéreas, limpeza, etc...);
- O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Adesão para os órgãos e entidades não integrantes do SISG aos subsistemas do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais -SIASG;
- Atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais;
- Aquisição de bens, utilização, alienação, conservação, guarda e manutenção;
- Contratação de obras – construção, reforma, manutenção, demolição e alienação;
- Contratação e utilização dos serviços de telefonia;
- Aquisição, contratação e utilização de veículos oficiais.

Orientar juridicamente os órgãos integrantes do SISG em relação aos temas de que trata o item anterior, por meio de:

- Pareceres e notas técnicas;
- Comunicados eletrônicos - COMUNICAS;
- Respostas a consultas – ofício, memorando, despacho, fax, correspondência eletrônica, e por telefone; e
- Outros instrumentos de orientação e divulgação complementar às normas de licitações e contratos - manuais, cartilhas, informes eletrônicos, treinamentos, encontros, palestras, seminários, etc.

Orientar fornecedores sobre os procedimentos de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF:

- Fixar parâmetros, unidades de medidas e indicadores para os serviços usualmente contratados, com vistas a padronização de procedimentos.

- Estabelecer critérios para o julgamento das propostas dos serviços usualmente contratados.
- Apoio técnico-jurídico para a melhoria dos sistemas informatizados de compras públicas.

Principais resultados alcançados

Em 2005, foram editadas normas e elaboradas propostas de normas em curso de aprovação, abrangendo, dentre outros temas, o aperfeiçoamento e a disseminação da utilização do pregão eletrônico, do uso do poder de compra do Estado como instrumento de política industrial e social, melhoria e atualização da regulamentação das contratações de bens e serviços, e a simplificação do cadastramento de fornecedores, em especial para facilitar a sua participação nos pregões.

Em tramitação regular no âmbito do poder executivo federal, os seguintes atos normativos:

a) Projeto de Lei para a Revisão da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993): A revisão objetiva ampliar a utilização de meios eletrônicos, centralizar e disponibilizar tanto o cadastro de fornecedores (licitantes) e o Sistema de Registro de Preços, bem como agilizar os procedimentos burocráticos licitatórios, fundamentalmente no que concerne aos procedimentos recursais, inclusive facultando a inversão de fases para as outras modalidades licitatórias. Optou-se por alterações pontuais na Lei, de modo a se obter os meios mais céleres, eficientes e adequados e com menor ônus político para a alteração da Lei.

b) Projeto de Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas – MPE's: Contém capítulo específico sobre compras públicas estabelecendo tratamento jurídico favorecido, simplificado e diferenciado para MPE's nas contratações públicas. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho interministerial na Casa Civil, a partir de proposta original desenvolvida em parceria com o Sebrae e a Confederação Nacional dos Municípios. A nova proposta encontra-se concluída no Ministério da Fazenda para ajustes finais no capítulo tributário.

c) Anexo de Regulamentação do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul: Contém Tabela de equivalência documental, que será exigida das empresas do bloco nas licitações nacionais abrangidas pelo protocolo e demais requisitos (uniformização de conceitos, informações que serão prestadas, etc.) para a operacionalização do Protocolo. Proposta desenvolvida no âmbito de Grupo de Trabalho internacional e assinada pelos Estados-parte, ainda pendente das ratificações internas.

Editados os seguintes atos normativos infralegais:

a) Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005: Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, ampliando o escopo de utilização do Cartão do Governo Federal, abrangendo outras possibilidades de

pagamento, que poderão ser regulamentadas por norma interministerial (MP e MF).

b) Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, tornando obrigatória sua utilização pela Administração Federal.

c) Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005: Obrigatoriedade do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para as contratações de bens e serviços comuns realizadas com verbas públicas repassadas voluntariamente pela União por meio de convênios ou outros instrumentos congêneres.

d) Decreto nº 5.635, de 26 de dezembro de 2005: Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, no intuito de reduzir o volume de saques, permitindo as aquisições por meio de assinatura em arquivo.

e) Portaria/MP nº 41 de 4 de março de 2005: Estabelece normas complementares, ao Decreto 5.355, de 2005, que versa sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

f) Portaria SLTI/MP nº 4 de 7 de julho de 2005: Estabelece os procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, visando desburocratizar o processo de acesso e utilização pelos órgãos, entidades e empresas da Administração Pública no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, estabelecendo por meio de modelo padronizado de Termo de Adesão que será adotado entre as partes para o acesso e utilização do SIASG e seus subsistemas.

g) Portarias/MP nº 3, de 07 de julho de 2005, nº 6, de 22 de julho de 2005 e nº 9, de 22 de dezembro de 2005: Atualiza valores máximos para as contratações e repactuações dos serviços de vigilância, limpeza e conservação.

Em tramitação para edição os seguintes atos normativos infralegais:

a) Decreto para a regulamentação do pregão presencial: Atualização das normas do pregão, na forma presencial.

b) Decreto para o Desfazimento-Alienação de bens de informática: Centralizar as informações da disponibilização de equipamentos de informática, visando sua posterior distribuição, por doação, ao projeto “Computadores para Inclusão”, para acondicionamento e reciclagem.

c) Portaria Interministerial (MP-MF) para regulamentação do Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005: Estabelecerá o cronograma de implementação e outras especificações sobre a exigibilidade do pregão nos convênios estabelecida pelo Decreto 5.504.

d) Instrução Normativa regulamentando o SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores: aperfeiçoar o fluxo processual e

operacional do SICAF, bem como desburocratizar os cadastramentos, instituindo a condição de credenciado, visando contemplar de forma simplificada a participação dos licitantes na modalidade pregão, especialmente na forma eletrônica.

Com vistas a adaptar as normas de licitação para permitir o uso do poder de compras do Estado para o desenvolvimento industrial e social, proteção de setores sensíveis da economia e a melhoria e atualização da regulamentação das contratações públicas, foram constituídos grupos de trabalho – GT e elaboradas propostas de atos normativos, com os seguintes destaques:

a) Melhoria das Contratações de Fármacos e Medicamentos e Incentivo ao setor produtivo nacional: GT interministerial, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Elaboração de uma Minuta de Projeto de Lei, que se encontra sob análise do GT.

b) Instituir a prática de compensação comercial, industrial e tecnológica – Offset, nas contratações civis: GT interministerial, sob coordenação do MDIC. Elaboração de uma Proposta de Projeto de Lei, que se encontra em fase de ajustes e definição de abrangência, no âmbito do GT.

c) Melhoria das Contratações de Bens e Serviços de Informática e Automação e incentivo ao setor produtivo nacional: Minuta de Decreto para regulamentar as inovações da Lei 11.077, de 30 de dezembro de 2004, GT interministerial, sob coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, com ampliação da abrangência, em fase de revisão interna pela SLTI.

d) Proteção a minorias ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho: Minuta de Decreto reservando um percentual de vagas para minorias ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho nos postos de trabalho dos serviços continuados executados de modo indireto (terceirização). Em fase de revisão final, aguardando decisão quanto à viabilidade e interesse na sua edição.

e) Revisão da IN-Mare nº 18, de 1997: Minuta de Instrução Normativa que trata da contratação de serviços continuados a serem executados de forma indireta (terceirização): Em fase de revisão final na SLTI.

f) Política de Migração para o Software Livre: Minuta de Instrução Normativa para orientar os órgãos da Administração Federal na migração para os softwares livres ou de código aberto. Aguardando decisão quanto à viabilidade e interesse da sua edição.

g) Regulamentação da contratação de refeições pela Administração: Minuta de Decreto para permitir a contratação de serviços de “coffe break” e o pagamento de refeições para servidores em jornada extraordinária. Em fase de revisão final, aguardando decisão quanto à viabilidade e interesse na sua edição.

Em complementação às edições dos dispositivos legais supramencionados foram feitas 1.657 orientações escritas aos órgãos da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional bem como elaborados 100 Termos de Adesão ao Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, conforme quadro abaixo:

COMUNICA	480
FAX	30
OFICIO	55
NOTA TÉCNICA	95
E-MAIL / COMPRASNET	493
CADASTRO DE ESTATAIS/RENOVAÇÃO	160
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS	81
PROCESSOS DE VEÍCULOS E OU BENS	163
PROCESSOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	100
TOTAL	1657

Análise sucinta sobre o alcance das metas previstas

Foram alcançadas e ultrapassadas em 50% todas as metas físicas previstas conforme demonstrado no item anterior.

Foram publicadas 9 normas enquanto tinham sido previstas 6 publicações.

Benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações empreendidas

A obrigatoriedade do uso do Pregão Eletrônico bem como a ampliação do uso do cartão de pagamento do governo federal trouxe uma maior transparência dos gastos públicos, com aumento do poder de fiscalização pela sociedade bem como redução dos preços praticados nas contratações públicas.

O projeto de lei regulamentando a participação das micros e pequenas empresas nas licitações busca melhorar as condições sociais dos pequenos comerciantes, parcela importante da sociedade, e que estavam à margem dos processos licitatórios.

2.3 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Os resultados foram medidos apenas em termos de eficiência, ou seja, desempenho físico e financeiro.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	1	1	100	14.679.999,00	14.679.999,00	100

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Compras Governamentais						
Revisão do Sistema J. relativo a Contrações de Bens, Obras e Serviços	6	9	150	-	-	-
Otimização de Processos Administrativos	2	2	100	2.330.091,90	1.800.000,90	77,2
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	1.323.541,81	1.323.541,81	100

QP = quantidade prevista
QR = quantidade realizada
(*) = Sem unidade de medida

2) OBJETIVOS E METAS

Ação: 4252 – Otimização de Processos Administrativos

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 0798

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Contrações de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

Descrição da ação

É uma atividade que visa desenvolver, especificar e normatizar novas soluções administrativas, visando à otimização dos processos administrativos.

Como uma das ações principais projeto dessa ação do PPA, tem-se o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.

Desde final de 2003, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão começou a desenvolver o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP – com o objetivo de unificar todos os sistemas existentes e se tornar padrão, para toda a Administração Pública Federal direta, Autarquias e Fundações.

Em novembro de 2004, iniciou-se a implantação e produção regular no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para, em seguida, ser progressivamente implantado em toda Administração Pública Federal, Autarquias e Fundações.

Principais benefícios do sistema:

- O registro de todas as viagens de forma padronizada e homogênea;
- A certeza da aplicação de critérios legais iguais para todos os servidores;
- A redução dos custos reais, pela seleção do roteiro mais econômico;
- O acompanhamento das quantidades de viagens e de seus objetivos pelos diversos entes do Ministério, da Auditoria e do TCU;
- A agilidade no processamento das viagens;
- A comparabilidade de uso entre as diversas companhias aéreas;
- A possibilidade de identificar parâmetros de custo nos trechos voados.

As três etapas de implantação:

- A primeira etapa iniciou em novembro de 2004 quando foi implantado a solicitação de viagens nacionais e internacionais, a certificação digital, a integração com o SIAPE, SIORG e SIAFI;
- A segunda prevê a adoção de soluções de software livre;
- A terceira faz a migração definitiva de toda a solução para software livre.

Principais resultados alcançados: sistema implantado em:

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens já está implantado em vários Órgãos, entre os quais:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Justiça; Instituto de Geografia e Estatística (IBGE);
- IBGE / Pará;
- IBGE / Porto Alegre;
- Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- Instituto de Tecnologia da Informação/PR.

No início de 2006 serão implantados em outros órgãos dependendo apenas da aprovação do orçamento e possibilidade de emissão dos respectivos empenhos.

Na parte normativa, foi elaborada minuta de Decreto que institucionaliza o sistema e está sendo elaborada Portaria para regulamentar sua operacionalização nos diversos Órgãos da APF.

Análise sucinta sobre o alcance das metas previstas

Foram alcançadas todas as metas físicas previstas conforme demonstrativo no item anterior, pois o Sistema foi implantado em vários Órgãos, o que implicou na análise e otimização dos de tantos fluxos quanto o número desses Órgãos.

Benefícios para os usuários e para a sociedade

A implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens propicia uma maior transparência dos gastos públicos, com aumento do poder de fiscalização desses gastos.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Não são utilizados indicadores para as ações já referenciadas.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Compras Governamentais						
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	1	1	100	14.679.999,00	14.679.999,00	100
Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços	6	9	150	-	-	-
Otimização de Processos Administrativos	2	2	100	2.330.091,90	1.800.000,90	77,2
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	1.323.541,81	1.323.541,81	100

QP = quantidade prevista
QR = quantidade realizada

2) OBJETIVOS E METAS

Ação: 2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 0798

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

2.2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA EM TERMOS DO OBJETIVO GERAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS BENEFICIÁRIOS

Descrição da ação

Ação de apoio às demais ações do Programa de Compras Governamentais, que incluem as atividades administrativas de Secretaria, como diárias, passagens, aquisição de materiais (de consumo) requeridos, entre outras.

2.3 INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Não são utilizados indicadores para as ações já referenciadas.

2.4 METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E/OU PACTUADAS COM O SUPERVISOR MINISTERIAL PARA O PERÍODO SOB EXAME DE CONTAS

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	1	1	100	14.679.999,00	14.679.999,00	100
Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços	6	9	150	-	-	-
Otimização de Processos Administrativos	2	2	100	2.330.091,90	1.800.000,90	77,2
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	1.323.541,81	1.323.541,81	100

QP = quantidade prevista

QR = quantidade realizada

(*) = Sem unidade de medida

Ação: 6289 - SISTEMA DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS

Os recursos foram todos contingenciados em 2005 e ação será excluída em 2006.

3) INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 NOME DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME NAS CONTAS

Não foram estabelecidos indicadores para o Programa de Compras governamentais.

3.2 DESCRIÇÃO (O QUE SE PRETENDE MEDIR) E TIPO DE INDICADOR (DE EFICÁCIA, DE EFICIÊNCIA OU DE EFETIVIDADE)

Foram estabelecidos apenas índices de desempenho físico e financeiro para o Programa (medida de eficiência).

3.3 FÓRMULA DE CÁLCULO/ MEDIÇÃO

A fórmula de cálculo é tradicional, como aplicada no SGPLAN: $D = R / P * 100$
Onde: **D** = desempenho; **R** = realizado; e **P** = previsto.

3.4 RESPONSÁVEL PELO CÁLCULO/MEDIÇÃO.

Januário Flores

4) ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 0798

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Contrações de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

4.2 INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS NA ANÁLISE

Os resultados foram medidos apenas em termos de eficiência, ou seja, desempenho físico e financeiro.

4.3 RESUMO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS REALIZADAS (VALOR ALCANÇADO)

Programa/Ação	Meta Física			Meta Financeira		
	QP	QR	%	QP	QR	%
Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG	1	1	100	14.679.999,00	14.679.999,00	100
Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços	6	9	150	-	-	-
Otimização de Processos Administrativos	2	2	100	2.330.091,90	1.800.000,90	77,2
Gestão e Administração do Programa (*)	-	-	-	1.323.541,81	1.323.541,81	100

QP = quantidade prevista

QR = quantidade realizada

(*) = Sem unidade de medida

4.4 AVALIAÇÃO DO RESULTADO, INDICANDO AS CAUSAS DE SUCESSO OU INSUCESSO.

Os resultados obtidos em termos físico e financeiro foram muito bons. Quanto à qualidade das soluções desenvolvidas em 2005, foram plenamente satisfatórias, dadas as melhorias introduzidas nos sistemas e desenvolvimento de novos aplicativos. Em relação ao processo normativo, os resultados indicam que os trabalhos foram muito bons.

Contudo, o desenvolvimento de sistemas, por parte do Serpro, tem merecido muitas críticas dos usuários dos sistemas sob seu domínio.

5) MEDIDAS TOMADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL E/OU AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO PLANO DE AÇÃO DO PERÍODO DE QUE TRATA AS CONTAS

PROGRAMA: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 0798

Ações:

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG
- Revisão do Sistema J. relativo a Condições de Bens, Obras e Serviços
- Otimização de Processos Administrativos
- Gestão e Administração do Programa

5.2 DISFUNÇÃO ESTRUTURAL OU SITUACIONAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS COLIMADAS

Não houve.

5.3 MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO

Não se aplica.

5.4 RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS

Loreni F. Foresti, quando houver necessidade de intervenção.

6) TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (CONVÊNIOS E OUTROS MEIOS)

Contrato assinado entre o MP e o SERPRO, PARA SERVIÇOS DE TIC:

Tipo de transferência: Contrato

Código Siafi/Siasg: 45/2005-SPOA/SE/MP

Processo: 03110.005109/2005-05

Programa de Trabalho: Vários (*)

Data da Assinatura: 01/11/2005

Vigência: 01/11/2005 a 31.10.2006.

Objeto: Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), consistindo no desenvolvimento e manutenção de sistema, produção, atendimento aos usuários, treinamento, correio eletrônico, assessoramento técnico, rede multiserviços, acesso discado à rede de comunicação, Infovia Brasília, rede corporativo,

Data de Publicação no DOU: 20/12/2005

Valor total pactuado: R\$ 132.081.106,49

Valor total Recebido: 0,00

Transferido no Exercício - R\$ 0,00

Beneficiário: Unidades centrais do MP e suas seccionais.

CNPJ: 00.489.828/0003-17: SPOA/MP

Situação: Em execução.

7) CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADAS PATROCINADAS

Não se aplica.

8) PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Para as ações deste programa são alocados recursos da fonte 100.

9) PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica.

10) AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

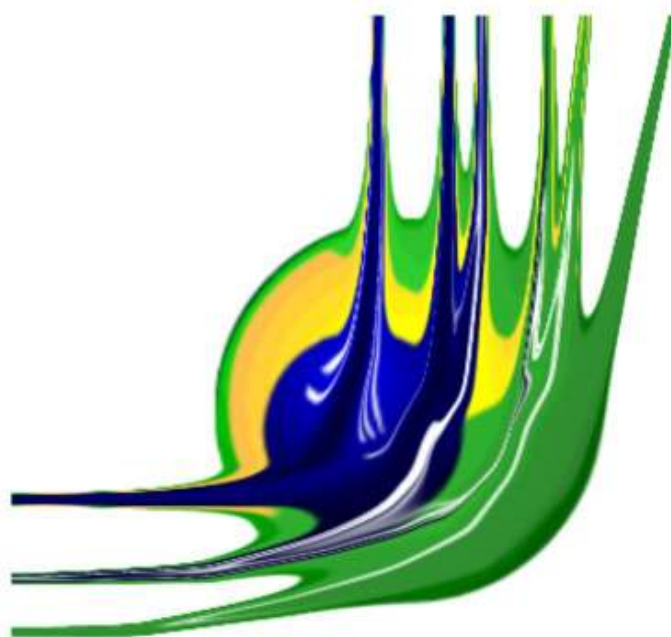
Não se aplica.

11) GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Não se aplica.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Nenhuma informação a acrescentar.



Secretaria
Executiva